

DEMOCRACIA e DIPLOMACIA



DIPLOMACIA
PARA
DEMOCRACIA



DEMOCRACIA e DIPLOMACIA

@ Instituto Diplomacia para Democracia, 2022

Editora TAINÃ BISPO

Preparação e coordenação editorial JULIANA CURY | ALGO NOVO EDITORIAL

Revisão FERNANDA GUERRIERO ANTUNES

Capa, projeto gráfico e diagramação VANESSA LIMA

Imagem de capa *TIRADENTES*, DE CANDIDO PORTINARI, 1948. PAINEL A TÊMPERA SOBRE TELA, 309 × 1767 CM. ACERVO: FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA.

DIREITO DE REPRODUÇÃO GENTILMENTE CEDIDO POR JOÃO CANDIDO PORTINARI

Pesquisa iconográfica ODETE ERNESTINA PEREIRA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Democracia e diplomacia / organizado por Instituto Diplomacia para Democracia. – São Paulo: Diplomacia para Democracia, 2022.

286 p.

ISBN: 978-65-997871-0-2

1. Ciência política 2. Democracia 3. Diplomacia I. Título II. Harumy, Amanda

22-2055

CDD 320

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência política

Instituto Diplomacia para Democracia

2022

Todos os direitos desta edição são reservados ao IDPD.

www.diplomaciaparademocracia.com.br

DEMOCRACIA e DIPLOMACIA

DIPLOMACIA
PARA
DEMOCRACIA



*A quem acredita no Brasil,
trabalha pelo Brasil,
se posiciona, participa e contribui;
a quem resiste, à natureza
e às futuras gerações.*

*Agradecemos a cada uma das autoras
e autores; à parceria do UOL; a quem leu,
comentou, opinou, elogiou, criticou;
a Tainã Bispo, Juliana Cury e Editora Claraboia
pela contribuição editorial;
ao Projeto Portinari pela cessão de imagens; e
a todo mundo que em algum momento se engajou
nas atividades do Instituto.*

SUMÁRIO

- 10 Apresentação | **Instituto Diplomacia para Democracia**
- 13 Renascença: Construindo uma política externa pós-Bolsonaro | **Programa Renascença**
- 19 Nem desalentados, nem rebeldes: A busca por uma diplomacia pós-Bolsonaro | **Suhayla Khalil Viana de Castro**
- 23 Progresso de cooperação internacional deve ser pragmático e responsável | **Luiz Henrique Pereira da Fonseca**
- 28 Cooperação Brasil-África | **Paulo Antônio Pereira Pinto**
- 41 Eliminar a miséria e a fome é imperativo moral e constitucional brasileiro | **Programa Renascença**
- 48 O direito deve ser o condutor das ações internas e internacionais da República | **Luís Renato Vedovato**
- 52 A diplomacia deve “saber se renovar” | **Danilo Sorato**
- 55 De que maneira o feminismo tornou-se inimigo da sociedade? | **Camila Galetti**
- 61 O Itamaraty precisa voltar para o século XXI | **Karla Gobo**
- 66 A América do Sul ainda importa para a política externa brasileira? | **Flavia Loss de Araujo**
- 71 A desintegração regional interessa ao Brasil? | **Robson Coelho Cardoch Valdez**
- 77 Existe eleição em SP com pandemia. E como vai a desinformação? | **Tathiana Senne Chicarino e Rosemary Segurado**
- 82 “Sawabona” quer dizer: “Eu te respeito, eu te valorizo” | **Paulo Antônio Pereira Pinto**
- 91 Descriminalizar mulheres é questão de vida! Lições da Argentina | **Tabata Tesser**
- 95 Qual deve ser a relação entre capital estrangeiro e projeto nacional? | **Ricardo Begosso**
- 100 Se queres a paz, prepara-te para a paz | **Ana Penido e Suzeley Kalil**
- 105 Há motivos para esperanças? | **Programa Renascença**
- 109 Brasil exposto na OEA: Indígenas e direitos humanos no Mato Grosso do Sul | **Matheus de Carvalho Hernandez e Bruno Boti Bernardi**
- 114 O Brasil na vanguarda do atraso | **Felipe Calabrez**
- 120 Clima, justiça e desenvolvimento: Quais escolhas devem guiar o Brasil? | **Helena Margarido Moreira**
- 128 Como o Brasil deve se posicionar diante das disputas entre China e EUA? | **Rafael Almeida Ferreira Abrão**

- 134 Nacionalismo, subdesenvolvimento e relações internacionais | **Ricardo Begosso**
- 141 Há espaço para um paradigma feminista na política externa brasileira? | **Bruna Soares de Aguiar**
- 146 O que esperar da diplomacia para o século XXI? | **Felipe Estre**
- 151 Quem representa a diplomacia brasileira? | **Karla Gobo e Claudia Santos**
- 158 A política externa de Bolsonaro sob o signo do negacionismo | **Carolina Salgado**
- 166 Paz e política externa: É possível vislumbrar alguma paz em meio à violência? | **Giovanna Ayres**
- 172 Sobre o Brasil, as Nações Unidas e o multilateralismo | **Cristina Soreanu Pecequilo**
- 176 A quem serve a diplomacia presidencial de Bolsonaro? | **Robson Coelho Cardoch Valdez**
- 181 Realidades paralelas em Glasgow | **Helena Margarido Moreira**
- 188 Moderação “pra inglês ver”: Carlos França à frente do Itamaraty | **Gabriel Kanaan e Rejane Hoeveler**
- 199 Brasil-Estados Unidos: O que seria uma boa política externa brasileira? | **Luciana Wietchikoski**
- 205 Como a COP26 se relaciona com a geopolítica da Amazônia? | **Giovani Del Prete**
- 211 Quais narrativas aproximam a CPI da covid da Comissão Nacional da Verdade? | **Maria Alice Venâncio Albuquerque**
- 216 Como a culinária pode ajudar a reconstruir a política externa brasileira? | **Renato Bilotta da Silva**
- 221 Como se move a integração latino-americana? | **Mariana Davi Ferreira**
- 227 Sanções pela paz ou prelúdio à guerra? | **Fabio Pereira de Andrade**
- 235 Como o Brasil deve agir diante de disputas hegemônicas na América Latina? | **Luciana Wietchikoski e Lívia Peres Milani**
- 243 Caso Moise: “País acolhedor” para quem? | **Danielle Annoni**
- 248 Que tipo de democracia não protege os filhos negros? | **Camila Santos Andrade**
- 256 Qual o papel da diplomacia dos povos na América Latina? | **Mariana Davi Ferreira**
- 262 A Zona de Exclusão Aérea e os rumos do conflito na Ucrânia | **Maurício Kenyatta e Juliano da Silva Cortinhas**
- 268 A Amazônia é mulher! | **Inara Nascimento**
- 279 Anexo: Acesse os textos originais

APRESENTAÇÃO

*A terra tão rica
e – ó almas inertes! –
o povo tão pobre...
Ninguém que proteste! (...)*¹

Junho de 2020. O Instituto Diplomacia para Democracia, esboçado desde 2017, foi finalmente colocado para andar. Recebido com olhares de simpatia do público, e distanciamento da institucionalidade, tem sido capaz de, passo a passo, devagar, mas com senso de direção, construir boa caminhada.

Tempos difíceis. Alçado com mais de 57 milhões de votos, 39% do eleitorado, o fariseu atravessava então um ano e meio de mandato. Brandia caixas de cloroquina e flertava com golpe militar. Não havia plano de governo, mas um método de agitação. Desinformar, afrouxar, aparelhar, desmontar, tumultuar.

No plano externo, desarticular e entregar. Para além da subordinação abjeta ao presidente de uma potência estrangeira, a diplomacia alimentava ideias estranhas, espantelhos e inimigos imaginários. Passados dezoito meses, o país se tornara alvo de críticas e descrédito. Estava isolado, afastado dos vizinhos latino-americanos e escanteado nos tabuleiros internacionais.

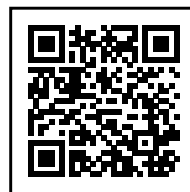
Nas forças armadas, no Itamaraty, no poder judiciário, entre parlamentares, em setores da imprensa, do empresariado, do setor financeiro, de igrejas, prevaleciam a complacência e a letargia, resignação, talvez um senso de oportunismo — não faltará material de pesquisa para historiadores. A população, submetida à

iniquidade, reforçou redes de solidariedade para suportar a pandemia, a quebra dos circuitos, a precarização, a insegurança em meio ao confinamento.

O Instituto promovia debates on-line de boa qualidade, buscando construir um espaço aberto e acolhedor, por vezes inovador, em que ocorriam exercícios interessantes de trocas e aprendizados. Havia um imperativo ético para ação, para se posicionar diante do que ocorria. Essas atividades cumpriam esse papel e tinham certo caráter de formação. Além das muitas conversas gerais, foram realizados ciclos sobre resistência dos povos indígenas, sobre as narrativas de extrema direita que tomavam conta do centro de pesquisas da chancelaria e sobre o internacionalismo de alguns dos principais movimentos sociais brasileiros.

Do desalento se fez movimento. Um pequeno grupo de servidoras e servidores do Itamaraty trabalhou, sem grandes pretensões, num exercício de elaboração de propostas experimentais para reconstrução da política externa brasileira. Chegou-se a um rascunho de texto, oferecido ao Instituto, que se dispôs a finalizá-lo e publicá-lo. Os embaixadores Celso Amorim e Rubens Ricupero participaram do evento de lançamento do Programa Renascença,² ocorrido no contexto do Sete de Setembro de 2020. O portal *UOL* aceitou transmiti-lo e gentilmente ofereceu espaço para publicação de textos que ampliassem a discussão, a seção Democracia e Diplomacia. Este livro é resultado dessa parceria.

Nos meses seguintes, o Instituto realizou quase sete dezenas de conversas virtuais que, em seu conjunto, representam o maior processo já ocorrido de discussão coletiva dos rumos da diplomacia nacional. Coordenadas por ampla diversidade de jovens curadorias, foi também um esforço inédito e bem-sucedido de renovação. Pequena síntese pode ser vista neste vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=38jdq4_Bk0M&t=11s. Os encontros completos, além de ciclos e atividades do Instituto, podem ser acessados no canal do YouTube.



2 Acesse o portal do Programa Renascença em: <https://www.diplomaciaparademocracia.com.br/programa-renascenca>.

A coluna seguia em paralelo. Os textos aqui reunidos foram publicados no portal entre setembro de 2020 e abril de 2022 e fizeram parte de debates promovidos nesse período. São fotografias, recortes, uma mistura de relatos históricos, propostas, críticas e denúncias que envolvem relações internacionais, meio-ambiente, feminismo, direitos humanos, cooperação, guerra e paz, racismo, ONU e multilateralismo, o Itamaraty, economia política, integração regional, direito, povos indígenas, relações com a China e os EUA, narrativas e *fake news*.

A autoria é principalmente de acadêmicos, boa parte jovens, havendo também contribuições de diplomatas e embaixadores aposentados. Ao contrário dos debates virtuais, e de outros projetos do Instituto, transparece neste livro alguma falta de diversidade. Isto é um problema sério nas áreas de atuação profissional e espaços de debates das relações internacionais no Brasil. Apesar de boa distribuição de gênero e em certa medida regional, no campo dos desequilíbrios raciais os avanços poderiam ter sido maiores. No que se refere a povos indígenas, a obra incluiu um contundente relato oral do encontro “Amazônia é mulher”, promovido pelo Instituto.

Mais do que jogo de palavras com o nome do Instituto, *Democracia e Diplomacia* incorpora um estado de espírito: não se deixar levar pelo conformismo, manter a capacidade de se indignar e fazer do sentimento motor para reflexão e ação.

Esse tipo de construção espalha sementes. Vamos plantando, regando a longo prazo. Enquanto a diplomacia oficial insuflava negacionismo e alienava interesses brasileiros, o Instituto nadava contra a corrente, fazendo “o certo pelo certo”. O projeto se soma a iniciativas outras que proliferaram na área de relações internacionais, na política e na ação social, no seio de metrópoles, cidades, periferias e zonas rurais, junto a matas, mares e rios, procurando dialogar com a população, contribuir com mecanismos de proteção social, alimentar esperanças e ampliar horizontes.

Boa leitura!

RENASCENÇA: CONSTRUINDO UMA POLÍTICA EXTERNA PÓS-BOLSONARO

Texto de autoria do núcleo responsável pela concepção do Programa Renascença, coordenado pelo Instituto Diplomacia para Democracia. Disponível em: <https://www.diplomaciaparademocracia.com.br/programa-renascenca>. Acesso em: mar. 2022.

Assim como cada pessoa constrói sua identidade e seu lugar na comunidade a partir de como se relaciona com os outros, a identidade e as possibilidades de uma nação se constroem com base em suas formas de inserção no mundo. Não é pequena, portanto, a responsabilidade da política externa, das relações internacionais e da diplomacia brasileira diante do destino do país, sua reputação, sua autoimagem e suas possibilidades de desenvolvimento com justiça socioambiental.

Com esperança e confiança no futuro de nosso país, mas também com a consciência de que o amanhã precisa ser construído desde já, no presente, foi publicada, neste 7 de setembro — data em que refletimos sobre os 198 anos de Independência do Brasil —, a primeira versão de um programa de reconstrução da política externa brasileira para o período pós-Bolsonaro.¹

A atual antipolítica externa, sem auferir qualquer ganho concreto, nos subordinou a uma facção extremista do sistema político norte-americano;² comprou brigas gratuitas com países e lideranças relevantes;³ sabotou interesses comerciais para favorecer os dos Estados Unidos;⁴ alienou os maiores parceiros comerciais, como a China, e outros grandes compradores de produtos brasileiros, reduzindo nossos mercados externos; ofendeu setores importantes da população em votações internacionais sobre direitos das mulheres e não discriminação;⁵ prejudicou possibilidades de acesso do Brasil a bens estratégicos de saúde em meio a uma pandemia global;⁶ abandonou milhares de cidadãos brasileiros residentes na Venezuela,⁷ privando-os de serviços básicos e sangrando a economia de Roraima⁸ em nome de uma cruzada fracassada e sem rumo,⁹ entre tantas outras infâmias e tiros no pé.

Esses são apenas alguns exemplos. A lista de barbaridades em curto espaço de tempo é longa e já bem conhecida. Criticá-la é preciso, mas talvez seja mais importante aproveitar o pouco de positivo que essa política nos trouxe para começar a imaginar e construir uma política externa digna do Brasil e preparada para o restante do século 21.

O que a atual antipolítica externa — descolada não apenas das melhores tradições diplomáticas brasileiras, mas também dos interesses concretos do país, dos princípios constitucionais, e de noções básicas de racionalidade e decoro — nos trouxe de positivo? O consenso.

A constatação da inépcia e da disfunção atuais é daqueles poucos consensos que unem atores e observadores dos mais diversos matizes políticos, da esquerda à direita, dos movimentos sociais ao empresariado.

Abre-se aí, quem sabe, uma janela de oportunidade para, às portas do bicentenário, um processo de reflexão mais amplo que busque promover convergências sobre o que virá depois do atual período de obscurantismo e terra arrasada.

Não se trata de simplesmente restaurar o passado — que tampouco esteve livre de deficiências e pontos cegos. Trata-se de recuperar valores essenciais e, a partir deles, construir um programa de inserção internacional capaz de posicionar o Brasil para melhor enfrentar os desafios que se colocam ao país e ao mundo, entre os quais as desigualdades, a pobreza, as discriminações e violências, a mudança do clima e a deterioração do meio ambiente.

Os dez objetivos gerais e as cem metas implementáveis que compõem a versão zero do Programa Renascença¹⁰ são apenas um ponto de partida: uma provocação ao debate — inicialmente colhida pelo Instituto Diplomacia para Democracia entre diplomatas, servidores públicos, acadêmicos e outros atores — para ser trabalhada mais amplamente daqui em diante. Seus alicerces são os objetivos fundamentais da República e os princípios da sua política externa, listados respectivamente nos Artigos 3º e 4º da nossa Constituição.

Em tempos em que o básico deve ser recordado, não custa listar aqui alguns desses objetivos e princípios constitucionais: construir uma sociedade livre, justa e

solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Observar os princípios da independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos; o repúdio ao terrorismo e ao racismo; e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A partir da sólida base que nos oferece a Constituição, o documento reconhece algumas carências e prioridades para essa nação de 211 milhões de habitantes em que as desigualdades são enormes e em que mais de cinquenta milhões de brasileiros estão desempregados, desalentados ou subocupados; em que a maioria da população, mais de 110 milhões de pessoas, se define como não branca; em que 108 milhões são mulheres; em que há cerca de trezentos povos indígenas, que falam algo em torno de 274 línguas e dialetos diferentes, e quase seis mil comunidades remanescentes de quilombos.

A redução das desigualdades socioeconômicas, a promoção da equidade e o fim da discriminação de raça, gênero, orientação sexual ou de qualquer outra ordem são prioridades, juntamente a preservação e o uso sustentável de nossos recursos naturais, sem os quais qualquer futuro digno será inalcançável.

A política externa, como parte integrante de um programa de país, deve, portanto, buscar servir a esses objetivos. São eles também que determinam a necessidade de inclusão social não apenas no resultado, como também no processo.

A participação da sociedade na construção da política externa é essencial. Uma política voltada à redução das desigualdades e da discriminação e ao desenvolvimento sustentável não será feita apenas por especialistas e setores com acesso privilegiado às instâncias decisórias.

É preciso legitimá-la com um desenho institucional que se abra para a participação social sem deixar de respeitar as atribuições constitucionais do presidente eleito e do Congresso Nacional, que definem direcionamentos e cancelam atos

O diálogo que se quer como prática diária de uma política externa revigorada inspira o diálogo que o Programa Renascença propõe desde já. As ideias que compõem o programa não são novas nem originais; pelo contrário, a maior parte delas reflete anseios já conhecidos na esfera pública. Tampouco são de propriedade exclusiva; pelo contrário: quanto mais pessoas e instituições comentarem, criticarem, reaproveitarem, editarem, reproduzirem, adotarem e dialogarem com os objetivos e as metas do programa, mais próximo estará de alcançar seus objetivos.

Em setembro de 2022, refletiremos sobre os duzentos anos de nossa Independência. Teremos aproveitado a ocasião se ela servir para motivar propostas de ações sobre o Brasil e seu lugar no mundo.

A mesma atitude de diálogo aberto é também oferecida na presente coluna. Este espaço, gentilmente cedido pelo UOL, ficará aberto a uma diversidade de vozes e perspectivas sobre diferentes aspectos envolvidos na construção de um programa concreto de política externa e suas interfaces com a promoção de uma democracia substantiva. Complementa outros espaços de discussão, como um fórum virtual e debates ao vivo a serem promovidos pelo Instituto como parte do Programa Renascença. Se soma a diversas outras iniciativas que procuram caminhos para superar os enormes desafios do país.

Com moderação e contribuições da professora Suhayla Khalil, a sessão inaugural do Renascença¹¹ foi aberta de forma brilhante pelos ex-ministros Celso Amorim e Rubens Ricupero, em 8 de setembro. O texto de hoje é finalizado reproduzindo as palavras deste último, ditas na ocasião:

Teríamos preferido que a celebração dos duzentos anos da Independência do Brasil não se fizesse sob a égide de um governo tão destrutivo quanto este. Mas já que a conjuntura é essa, nos resta a tarefa de construir a esperança, que é a confiança de que o amanhã será melhor que o dia de hoje. Podemos estar pessimistas, mas essas coisas não são determinadas nem algo escrito nas estrelas. Nosso dever é resistir à obra de destruição e, ao mesmo tempo, lançar os fundamentos de uma construção futura.

NOTAS

- 1 PROGRAMA Renascença: Construção coletiva de uma política externa pós-Bolsonaro. *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: <https://www.diplomaciaparademocracia.com.br/programa-renascenca>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 DIPLOMACIA medíocre. *Estadão*, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://opinio.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,diplomacia-mediocre,70002754642>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 TREZZI, H. Gerais criticam apoio do governo Bolsonaro a Trump na crise EUA-Irã. *GZH Mundo*, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/01/gerais-criticam-apoio-do-governo-bolsonaro-a-trump-na-crise-eua-ira-ck52rz2i501ue01ocfkwspcgy.html>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 COLETTA, R. Após gestões de Araújo, Bolsonaro pode dar mais 90 dias de cota para etanol americano no Brasil. *Folha de S.Paulo*, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/apos-gestoes-de-araujo-bolsonaro-pode-dar-mais-90-dias-de-cota-para-etanol-americano-no-brasil.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 CORRÊA, S.; HUPPES, G. Artigo: a pátria é pária e antifeminista. *O Globo*, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/artigo-patria-paria-antifeminista-24535414>. Acesso em: abr. 2022.
- 6 MINISTRO brasileiro diz que pandemia é usada para implantar o comunismo e ataca OMS. *Diário de Notícias*, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/ministro-brasileiro-diz-que-pandemia-e-usada-para-implantar-o-comunismo-e-ataca-oms-12104629.html>. Acesso em: abr. 2022.
- 7 JORGE, E. Sem representação diplomática, brasileiros aguardam resgate na Venezuela. *UOL*, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/04/18/sem-representacao-diplomatica-brasileiros-aguardam-resgate-na-venezuela.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 8 POR QUE Ernesto Araújo deve ser processado por crime de responsabilidade. *Congresso em Foco*, 7 set. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opinio/forum/por-que-ernesto-araujo-deve-ser-processado-por-crime-de-responsabilidade/>. Acesso em: abr. 2022.
- 9 JIMÉNEZ, C. Embates na fronteira com a Venezuela colocam Brasil numa encruzilhada diplomática. *El País*, 25 fev. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/24/politica/1551032812_614734.html. Acesso em: abr. 2022.
- 10 PROGRAMA Renascença, op. cit.
- 11 EX-MINISTROS Rubens Ricúpero e Celso Amorim discutem diplomacia pós-Bolsonaro. *UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ao-vivo/2020/09/08/ricupero-e-celso-amorim.htm>. Acesso em: abr. 2022.

NEM DESALENTADOS, NEM REBELDES: A BUSCA POR UMA DIPLOMACIA PÓS-BOLSONARO

POR SUHAYLA KHALIL VIANA DE CASTRO

SUHAYLA KHALIL VIANA DE CASTRO atualmente é professora da Fundação e Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Concluiu o doutorado pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, período durante o qual foi doutoranda-visitante na Sciences Po-Paris e no Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación da Universidad Complutense de Madrid.

O mundo de hoje é um mundo distópico. Contribui para tanto, sem dúvida, a pandemia, uma emergência de saúde que há meses aflige a humanidade nos quatro cantos do globo, provocando as mais variadas consequências sociais, políticas e econômicas, além da falta de previsibilidade sobre o futuro. Mas a pandemia não está só. Como se não fosse pouco passar pela maior tragédia viral desde a gripe espanhola, o mundo ainda precisa lidar com o avanço do conservadorismo: manifestações neonazistas na Alemanha, Trump nos EUA, Bolsonaro no Brasil.

O panorama imediato é aterrador. A leitura diária do jornal, um verdadeiro suplício. Entre gráficos de mortes e anúncios de recessão econômica, estão notícias sobre terraplanistas e defensores do retorno à ditadura.

Na política externa brasileira, assistimos perplexos ao alinhamento subserviente a Washington, à quebra do decoro diplomático, ao abandono da integração regional, a manifestações contra pautas de desenvolvimento sustentável e direitos humanos, a votações conjuntas com teocracias no multilateralismo. Que lugar nos resta nesse cenário senão a utopia? De origem grega, a palavra utopia significa o “não lugar”.

Nem desalentados, nem rebeldes. Simplesmente cansados de criticar a política externa do governo Bolsonaro, membros da comunidade de política externa, com destaque para um corajoso grupo de jovens diplomatas, decidiram romper com essa realidade distópica que nos cerca e planejar o futuro. Mesmo reconhecendo

reconstrução se faz indispensável. Não serão poucos os esforços necessários para recuperar a imagem do Brasil, nesse momento tão desgastada no exterior. Dessa iniciativa, promovida pelo Instituto Diplomacia para Democracia, surgiu o Programa Renascença, que defende a construção coletiva de política externa humanista, democrática e laica, baseada na Constituição Federal.

O texto é bastante inovador. Ao mesmo tempo que se ancora em tradições históricas do Itamaraty ao defender os princípios constitucionais, também desafia alguns bastiões da política externa brasileira ao afirmar que a política externa é uma entre as várias políticas públicas, tema ainda sensível entre parte dos *itamaratecas*.

Também chama a atenção a defesa do pluralismo, da equidade, da justiça e do respeito à diversidade não apenas no que diz respeito à inserção internacional do Brasil, mas também com relação à própria instituição burocrática, com a indicação explícita da nomeação de uma mulher feminista como chanceler. Vale lembrar que o Brasil nunca teve uma mulher à frente do Ministério das Relações Exteriores. Um pouco mais de cem anos depois da posse da primeira mulher diplomata, o Itamaraty ainda está longe de ter um equilíbrio de gênero.

Ganha destaque igualmente a defesa da modernização da instituição diplomática em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e a recriação e o fortalecimento de mecanismos e redes voltados à transparência, ao diálogo e à participação social em política externa, outrora incipientes.

O Itamaraty sempre foi uma instituição forte no Brasil e eventualmente insulado. Como afirma Zairo Cheibub, no seu clássico trabalho sobre o desenvolvimento institucional do Itamaraty, o corpo diplomático existia no Brasil antes mesmo de existir o próprio país dentro do sistema *vestfaliano*, baseado em Estados soberanos no sistema internacional. No entanto, isso não significou necessariamente uma instituição aberta. Em alguns momentos da história, houve inclusive a defesa da manutenção do *esprit de corps* dentro do Itamaraty, com a homogeneidade da origem daqueles que viriam a integrá-lo, provenientes da elite brasileira.

Perto de completarmos duzentos anos da declaração da Independência do Brasil, e dentro desse contexto distópico em que nos encontramos, assistir a esse movimento de renovação dentro da instituição diplomática é uma lufada de esperança e reafirma a importância dos diplomatas brasileiros não só como implementadores de política externa, mas também como seus formuladores. O texto é audacioso mesmo para tempos progressistas, mas grandes ondas conservadoras tendem a gerar também a reafirmação e o avanço das agendas progressistas em resposta.

O futuro é incerto e não há definição alguma sobre quando essas ideias poderão ser implementadas. Mas não importa. Grandes projetos nascem em meio ao caos. É preciso pensar o amanhã. Eu me alegro em somar-me a esse movimento. Parafraseando o chanceler e embaixador Azeredo da Silveira, mais do que a política externa dos dias de hoje é a política externa das próximas décadas que estamos em vias de traçar.

PROGRESSO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DEVE SER PRAGMÁTICO E RESPONSÁVEL

POR LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA FONSECA

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA FONSECA,
entre outras importantes atribuições, presidiu a Agência
Brasileira de Cooperação (ABC) de 2006 a 2008.

Dentro do Objetivo X do Programa Renascença, “Brasil, potência solidária”, as metas 91 e 92 sugerem um novo marco legal para cooperação internacional brasileira e ampliação de intercâmbios com outros países em desenvolvimento. Neste texto, o embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, que, entre outras importantes atribuições, presidiu a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) de 2006 a 2008, apresenta considerações sobre esses e outros temas.

Nesta minha modesta contribuição, tratarei da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tal como a conheci quando fui seu diretor, no período de 2006 a 2008. Minha perspectiva é a de um diplomata aposentado em outubro de 2015, após uma carreira de 47 anos, dos quais cerca de 21 atuei como embaixador. Como servidor do Estado, e não dos governos de turno, vejo a diplomacia como uma função em que se deve ter sempre o objetivo de contribuir para reforçar o poder internacional de seu país (conferir *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, de Hans J. Morgenthau, 1948).

Sem pretensões de conquistas territoriais ou outras hegemônicas, o Brasil pode e deve ampliar seu *soft power*, de preferência adotando uma política externa pragmática e responsável, mas nunca ideológica. Deve tratar de ampliar seus interlocutores internacionais, e não os reduzir àqueles que tenham a mesma

orientação política. Para tanto, a ABC constitui um valioso instrumento, pois muito tem contribuído para a aproximação entre o Brasil e outros países, em especial do mundo em desenvolvimento, numa relação custo-benefício muito favorável, pois o que oferece é *know-how*, e não recursos financeiros.

A ABC, criada em 1987, é o órgão responsável por coordenar a cooperação técnica recebida e prestada, bilateral, multilateral e trilateral. Embora intitulada Agência, é na verdade um órgão do Itamaraty, como se fosse um Departamento. Ao longo de sua existência, várias propostas de reestruturação da ABC foram apresentadas e algumas foram executadas, como a de 2006, que adotou uma divisão organizacional temática, bem como outras mais recentes, inclusive com iniciativas no campo humanitário.

Com vistas a reduzir as naturais dificuldades burocráticas e os controles do serviço público, chegou-se a cogitar a possibilidade de transformar a ABC numa agência independente do Itamaraty, uma espécie de APEX, para o que seria necessário um novo marco legal. Como exemplo dessas dificuldades burocráticas, menciono o orçamento anual do governo para financiar programas de cooperação, embora muitos dos quais, no entanto, se executem durante mais de um ano, felizmente em geral com o respaldo do PNUD, o que facilita a execução além do período orçamentário. Sou, contudo, absolutamente contrário a que se retire do Itamaraty e de seus diplomatas a principal responsabilidade pela gestão da Cooperação internacional.

Creio que não tem sido bem-sucedida a experiência da APEX, com funcionários fora da Casa que devem lidar com os SECOMs existentes nas Embaixadas e Consulados. Os diplomatas lotados na ABC contam com a experiência e o apoio de dedicados funcionários técnicos do Itamaraty, alguns deles recebendo salários com DAS.

Para cumprir suas funções, a ABC atua em duas vertentes: a primeira diz respeito à cooperação prestada pelo Brasil; e a segunda à cooperação recebida do exterior, à bilateral com os países desenvolvidos (que propiciou, nas últimas décadas, a estruturação de entidades fundamentais, como SENAI e EMBRAPA),

e à multilateral (em 2006, havia 438 projetos vinculados aos 271 instrumentos de cooperação). Politicamente, contudo, destaca-se a cooperação Sul-Sul ou horizontal prestada pelo Brasil, sobretudo na América Latina, no Caribe e na África, com atuações pontuais na Ásia e no Oriente Médio, especialmente Timor-Leste e Líbano. Dentre as áreas de atuação mais intensa da ABC, caberia destacar as de agricultura, educação, saúde, formação de quadros técnicos, biocombustíveis, desportiva, entre outras.

Graças à efetividade dos programas de cooperação oferecidos pelo Brasil, alguns países (muitos deles desenvolvidos) e organismos internacionais buscaram nossa parceria para atuarmos conjuntamente em outras nações em desenvolvimento, o que se convencionou chamar de cooperação triangular. Exemplos dessa cooperação: combate à malária em São Tomé e Príncipe e modernização do sistema legislativo em Guiné-Bissau (ambos com a parceria dos EUA); reflorestamento, saúde pública e agricultura familiar no Haiti (em parceria, respectivamente, com Espanha, Canadá e Argentina).

Em resumo, a cooperação técnica internacional, tal como executada nos últimos anos pela ABC, sempre constituiu um relevante instrumento de política externa, sobretudo ao priorizar nosso entorno político-geográfico e abranger nações com as quais temos um patrimônio histórico, linguístico, cultural e racial comum. Baseada nos princípios de solidariedade e de corresponsabilidade, sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, sempre visou a compartilhar nossos êxitos e melhores práticas em áreas consideradas mais relevantes pelos próprios países receptores. Reconhecida internacionalmente como exemplar, nossa cooperação não só já recebeu prêmios internacionais (como o das Nações Unidas, em 2006, para o projeto de manejo de dejetos sólidos no Haiti, em parceria com IBAS/PNUD), como também foi objeto de estudos acadêmicos (dentre outros, vide o publicado pelo Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación da Espanha, em 2008).

Dependendo da política externa adotada pelo governo de turno, a ABC pode
26 | ser menos ou mais ativa nos programas de cooperação com determinados países

ou organismos internacionais. Exemplo disso seria o caso da Venezuela. Com o governo democraticamente eleito de Hugo Chávez, o Brasil podia, sem constrangimento, tratar de cooperação, o que foi se tornando mais difícil no governo de seu sucessor Nicolás Maduro, até se tornar impossível após o rompimento das relações diplomáticas. Isso não quer dizer que o Brasil não deva manter programas de cooperação com governos de ideologia diferente da sua. Pelo contrário: programas de cooperação podem até ajudar a influenciar certas políticas que não contem com nossa simpatia.

Em Cuba, mesmo durante a ditadura de Fidel Castro, a ABC mantinha diversos, amplos e proveitosos programas de cooperação. Cito, a seguir, apenas alguns. Com a FIOCRUZ: intercâmbio de conhecimentos para produção de vacinas, proporcionando inclusive a construção de uma fábrica de medicamentos em Moçambique para produção de antirretrovirais e outros. Com o apoio do SERPRO, empresa pública brasileira de tecnologia da informação: a ABC proporcionou à principal biblioteca de Cuba computadores e acesso à internet, influenciando e ajudando a mudar, portanto, políticas restritivas e ditatoriais de informação, o que foi muito apreciado pela população, sobretudo por estudantes — eis mais um exemplo de conquista por *soft power*. Nem sempre convém romper relações com países eventualmente divergentes ou inimigos políticos.

Nada melhor, portanto, para exemplificar o que significa *soft power* do que a cooperação prestada pelo Brasil por intermédio da ABC. Deve-se tomar muito cuidado, portanto, ao estudar a conveniência ou não de possíveis mudanças em seu marco legal. Evidentemente, há sempre campo para o aprimoramento da atuação de qualquer entidade, mas não se deve prejudicar aquilo que vem dando certo.

Ao desejar boa sorte à relevante iniciativa do Programa Renascença, coloco-me à disposição para qualquer estudo que possa contribuir para reforçar e aprimorar a atuação diplomática de nosso país, tradicionalmente respeitada e admirada, merecedora, portanto, do orgulho nacional.

COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA

POR PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO é embaixador aposentado, casado, tem quatro filhos e cinco netos. Filho de pai e mãe gaúchos, nasceu no Recife em 28 de janeiro de 1948. Criado no Rio de Janeiro, onde se encontra aposentado, viveu em Canoas entre 1962 e 1964, quando estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, e na capital do Rio Grande do Sul entre 2012 e 2014, quando chefiou o Escritório de Representação do MRE. Formado em economia pela UDF em 1973, ingressou na carreira diplomática em 1976. Serviu durante seis anos e meio na África, sucessivamente no Gabão, em Moçambique, e na África do Sul. A partir de 1982, iniciou périplo por postos asiáticos: Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Em 2006, foi designado cônsul-geral em Mumbai, na Índia, seguindo, em 2009, como embaixador em Baku, no Azerbaijão. Sua última chefia no exterior foi como embaixador em Minsk, em Belarus, entre 2015 e janeiro de 2019.

Diante da escassez de debates sobre cenários futuros de política externa, ofereço contribuição ao Programa Renascença recorrendo a propostas que já apresentei, em outras publicações, sobre as relações entre o Brasil e a África. Acredito que as reflexões continuam válidas e independentes de ideologia, podendo complementar os esforços que vêm sendo realizados pelas novas gerações.

A política externa brasileira com respeito à África adquiriu novo impulso a partir da década de 1970, pois, até então, apoiávamos o colonialismo português. Foi em 1974, é possível dizer com certa ênfase, que passamos a ter uma “política internacional” — isto é, de nação a nação — com respeito àquele continente, reconhecendo o Movimento Para a Libertação de Angola (MPLA) como o representante legítimo do povo angolano, bem como a independência do novo país.

A história registra que se tratou de uma “política externa brasileira de Estado”, adotada pelo governo Geisel, de extrema direita, em favor de um Movimento Para a Libertação, de esquerda. Nosso posicionamento, sob a liderança do embaixador Ítalo Zappa, ocorreu antes que a antiga URSS e Cuba seguissem o mesmo caminho. Havia, então, uma postura nacional — apesar do momento de repressão política interna — que transcendia opções partidárias.

Tive o privilégio de desempenhar cinco missões na África. As três primeiras permanentes, sucessivamente em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique, entre 1976 e 1979, e em Pretória, África do Sul, como encarregado de negócios

(chefe interino) até 1982, durante a vigência do apartheid. As duas últimas foram temporárias em Uagadugu, em Burkina Faso, durante três meses em 2013; e por dois meses, no ano seguinte, em Cotonou, em Benin.

Quando abrimos a Embaixada no Gabão, na segunda metade da década de 1970, notava-se que, mesmo com a independência política, ex-colônias permaneciam vinculadas à França, tanto mental quanto economicamente. Assim, ouviam-se discursos nos quais autoridades locais mencionavam “nous, les français” — como se ainda fossem súditos de Paris. Verificava-se que, em Libreville, por exemplo, os franceses acabavam de construir um hospital, com tecnologia típica europeia, que contava com “teto de proteção contra a neve” — isto num país na África Equatorial. Evidentemente, tratava-se de uma instalação que, de forma inapropriada e sem preocupação alguma de adaptar-se ao local, aumentava mais ainda o calor no interior do prédio.

Daí ter sido aquele um momento propício para a apresentação de engenharia de construção, equipamentos e tecnologia brasileiros, o que aconteceu, com gratificantes tarefas de promoção comercial para o novo posto. Naquele momento, ademais, éramos recebidos como parceiro comercial, sem “bagagem de colonizador”, em busca de soluções comuns para problemas compartilhados.

Transferido, por convite do já citado embaixador Ítalo Zappa, para a Embaixada do Brasil em Maputo, em 1977, vivi, logo após a independência de Moçambique, momento em que, na África Austral, estavam ainda atuantes os movimentos de libertação nacional, com vistas à emancipação dos africanos no Zimbábue, África do Sul e Namíbia.

No exercício de minhas funções na capital moçambicana, sofri dois tipos de constrangimento. O primeiro dizia respeito à tentativa de criar simpatias, junto às autoridades locais, lembrando que “falamos a mesma língua”. “Nunca ouvimos o sotaque brasileiro em nosso favor durante a luta contra os colonizadores”, me respondiam, com razão, pelo fato já assinalado acima de que o Brasil apoiara Portugal em resoluções condenatórias na ONU ao colonialismo

A segunda “bola nas costas” recebi quando compareci, como era praxe local, ao embarque do Presidente Machel no aeroporto, durante o período em que exerci a chefia temporária da Embaixada. Ao me cumprimentar, fez perguntas sobre o relacionamento entre os dois países, às quais respondi formalmente. Ao término de nosso curto diálogo, o líder moçambicano chamou o vice-presidente Marcelino dos Santos e lhe disse: “este jovem é muito frio para ser brasileiro”. Com disposição carioca, respondi que era a circunspeção da fila de diplomatas que me dava tal aparência e perguntei se esperava que eu estivesse fantasiado de baiana e assoviando “Aquarela do Brasil”. Samora Machel riu muito.

Desses anos iniciais em solo africano, ficou o aprendizado de que os novos países buscavam respeito pela sua duramente conquistada independência. Aceitariam parcerias, mas não novas subordinações, fossem em função de um idioma comum ou da tentativa de torná-los bem-comportados consumidores de produtos e ideias trazidas de fora. Deveríamos procurar estabelecer cooperação a partir da identificação das necessidades e dos desejos locais e de acordo com nossas possibilidades. Era necessário representar e expressar uma identidade nacional que apelasse ao projeto de emancipação que se consolidava na África.

Mesmo com os próprios enormes problemas de reconstrução após a independência, os moçambicanos, no fim da década de 1970, não se recusaram a integrar, contra a então Rodésia (hoje o Zimbábue independente), os chamados “países da linha de frente”, com Tanzânia e Zâmbia. Tratava-se, naquela época, de fornecer refúgio, em território vizinho, para “freedom fighters”. Em retaliação, sofria-se com bombardeios dos colonos brancos de origem britânica, que faziam numerosas vítimas entre a população civil do país anfitrião dos guerrilheiros.

A mensagem que fica daquela época: “a luta continua”. Restava pouco espaço para a ação diplomática brasileira, além do fortalecimento das relações bilaterais com países da África Austral, recém-independentes, que haviam eliminado a discriminação racial e redistribuído terras produtivas à maioria africana.

Para tanto, em Pretória era necessário manter apenas um encarregado de negócios, com a missão de negar e recusar propostas de cooperação com o regime

do “apartheid”. Tarefas que cumpri com prazer durante três anos, contratando, por exemplo, como protesto contra o sistema de discriminação racial, uma secretária negra no lugar de uma “africâner”, o que resultou em ter minha sala invadida três vezes por sul-africanos brancos que se recusavam a ser recebidos pela nova funcionária. Cabe ressaltar que o “jobs reservation act” proibia que africanos exercessem certos empregos, entre os quais o de secretária.

Três décadas após ter partido de Pretória, tive a oportunidade de retornar à África, em missão transitória no Burkina Faso, de onde a imagem mais forte que trouxe do cenário afro-ocidental na década atual, conforme visto de “Ouga” — como a capital Uagadugu é conhecida —, foi a da situação quase inusitada na política internacional. Aquele país, considerado um dos mais pobres do mundo, é capaz de desempenhar mediações regionais, como o fizera com papel definitivo na questão do Mali, e, segundo consta, teria atuado também em crise na Costa do Marfim.

De acordo com registros disponíveis, o “país dos homens justos” — como se traduz Burkina Faso — substituiria, hoje, o lema em vigor há mais de trinta anos de “a luta continua” por “persistência na negociação”. Abre-se, então, ampla possibilidade de interlocução com o Brasil, em virtude de coincidência com esforços nossos de inserção internacional.

O Benim impressiona por sua tolerância entre diferentes manifestações religiosas que convivem pacificamente. Exemplo gritante é a mesquita construída em Porto Novo, por ex-escravizados retornados do Brasil, no século XIX, nos moldes de uma igreja católica da Bahia, em frente a uma catedral. Nota-se também boa convivência entre cristãos e praticantes de vodu e vice-versa. Tais aspectos permitem a identidade de posturas de convivência pacífica interna brasileira e beninense.

Decorridos trinta anos, portanto, são distintos os desafios para o diplomata brasileiro na África. Não se trata mais de apresentar o Brasil. Já somos conhecidos e apreciados. Novos temas multi e bilaterais nos aproximam do outro lado do Atlântico. Em meu retorno, em vez de ser chamado de “jovem frio” — como

as autoridades locais a se referirem a mim como “ainé” (mais velho), que entendi como forma “respeitosa e carinhosa” de tratamento, o que muito divertia o jovem diplomata que me assessorava.

Este artigo não pretende ser obra acadêmica, com amplas referências a autores renomados. Trata-se de um exercício de reflexão, após a experiência de ter servido em cinco capitais africanas, sobre possíveis formas de cooperação entre o Brasil e a “outra margem do Atlântico”.

A COOPERAÇÃO POLÍTICA

É na esfera de cooperação política que me parece haver maior potencial no relacionamento entre o Brasil e a África. Para tanto, não bastam esforços de integração econômica, intercâmbio científico-tecnológico e cultural: exige-se um ideário de prosperidade comum para fortalecer a interlocução.

Já se tornou lugar-comum dizer que a África é a nova fronteira da globalização. Para tanto, o continente estaria sendo capaz de varrer, definitivamente, os vestígios do colonialismo de seu território, bem como de apresentar os países da área não mais como dependentes de ajuda externa, mas como mercados emergentes, que se integram gradativamente no livre fluxo do comércio internacional.

Visão mais realista, contudo, identificaria que a Nova África sofre ainda tanto de condicionamentos de seu passado colonial, quanto do assédio de potências econômicas modernas no que diz respeito à visualização de suas trajetórias estratégicas no século XXI.

Países africanos, em suma, avançam em processo de autonomia e desenvolvimento ancorados em imensos recursos naturais de que dispõem. No longo processo a ser seguido para a construção de sociedades urbano-industriais ou o desenvolvimento sustentável de suas vastas áreas agrícolas, no entanto, diferentes sub-regiões precisam integrar-se para desenvolver espaços econômicos, políticos, socioculturais, técnicos-científicos, capazes de sustentar projetos nacionais.

Acredito ser necessário, para pensar sobre cenários futuros prováveis do continente em linhas gerais reconhecidamente simplificadas, mapear as tendências

atuais dos rumos da dita globalização na África. Em seguida, cabe identificar implicações dessa evolução. Finalmente, procuro sugerir o fortalecimento de formas de interlocução de nosso país, com aquele continente.

Assim, um cenário otimista reflete uma expansão econômica africana significativa, não sendo, contudo, registro da formação de “laboratórios de modernidade”, na maneira paradigmática desenvolvida na América do Norte e na Ásia-Pacífico. Isto é, não se encontram, na África, sintomas de que estejam sendo gerados novos métodos de produção, que viriam a ditar um salto qualitativo de produtividade, acompanhado de inovações técnico-industriais.

A CONCORRÊNCIA AO BRASIL

O processo em curso, guardadas as devidas diferenças históricas, não se aproxima no continente africano, por exemplo, da repetição do ocorrido em partes da Ásia Pacífico e do Sudeste Asiático, onde o Japão, com o término da Segunda Grande Guerra, após se reerguer economicamente, conseguiu instalar, por meios pacíficos, a “esfera de coprosperidade” que Tóquio tentara impor a seus vizinhos, pela força, resultando em sangrento conflito militar.

Neste caso, seria necessário contar com a improvável reformulação de Estados da África nos moldes vigentes nos chamados “tigres asiáticos”, que contam com governos “democráticos bastantes originais” que, como se sabe, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento de direitos políticos. Existe, na realidade, crescente incongruência entre os anseios democráticos da maioria das sociedades civis africanas e suas formas atuais de governança, que visam a principalmente preservar no poder seus atuais detentores.

Na outra margem do Atlântico, a propósito, os principais atores asiáticos a disputar influência no momento são China e Índia. Nesse esforço, cada país parece adotar estratégias distintas que, de maneira simplificada, poderiam resumir-se nas explicações de que os chineses oferecem seu apoio diplomático e amplos recursos financeiros em troca do abastecimento de recursos naturais

Os indianos, de sua parte, através de sua diáspora pelo continente africano, apresentam um bem-sucedido modelo de fazer comércio, bem como temas de inspiração, como a luta contra o colonialismo e ideais políticos no estilo do “não alinhamento”.

É sabido que em diferentes capitais africanas circulam severas críticas quanto à ausência de oportunidades de emprego para a população local, em companhias estabelecidas pela RPC. Tais empresas trazem trabalhadores chineses que vivem em guetos. Há, com frequência, denúncias de criação de um “relacionamento colonial” com a China, na medida em que o país asiático se limitaria a importar recursos minerais e energéticos da África sem criar valor agregado no continente.

A Índia, de sua parte, adota estratégia distinta. Os investimentos indianos são quase que integralmente privados e empregam, em grandes números, trabalhadores locais. Nesse processo, os países anfitriões sentem-se mais identificados com tais empreendimentos.

Existe também proposta conjunta indo-africana para um “pan-African e-network project”, com vistas ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que, eventualmente, resultaria na interligação entre os 54 países do continente — com o emprego de “software” indiano.

Enquanto isso, na África Austral assiste-se à consolidação de uma esfera de influência econômica de Pretória esboçada há décadas, quando os arquitetos do “apartheid” pensavam em soluções, como a iniciativa denominada na década de 1980 de “constelação de Estados”, que visava a promover o “desenvolvimento separado” das nações vizinhas, bem como mantê-las dependentes de um centro hegemônico, situado no Sul do continente.

Agora, com o término da discriminação racial institucionalizada, a África do Sul encontra-se livre para operacionalizar um projeto de integração econômica regional que tinha pronto havia muito tempo. Seria difícil imaginar, contudo, que além do “milagre” da transição pacífica vivida até agora na África do Sul, o governo atual fosse capaz de operar também a “mágica” de oferecer

um ideário comum que a África poderia perseguir para uma inserção internacional favorável.

Seria redundante ressaltar que partes da África Mediterrânea e Ocidental são ainda consideradas “chasse gardée” por Paris, que não hesita em utilizar a força para defender seus interesses.

A INFLUÊNCIA CONTRÁRIA AOS INTERESSES BRASILEIROS

A concorrência destes atores externos ao continente influencia a postura de alguns setores de decisão da outra margem do Atlântico e conflita com interesses comerciais brasileiros, principalmente no que diz respeito a mercados que disputamos.

Pode ser afetada, também, a experiência em cooperação científico-tecnológica já acumulada entre o Brasil e a África, que poderia contribuir para reorganizar as vantagens competitivas daquele continente. No quadro de uma proposta comum a ambas as margens do Oceano, existe a possibilidade de continuar a assegurar a centros de excelência situados no Brasil o papel de identificar soluções próprias para problemas compartilhados. Citam-se, por exemplo, instituições como a EMBRAPA, e projetos como o do ordenamento territorial e o do compartilhamento de satélites para telecomunicações do INPE. O atual esforço de concorrentes, no entanto, começa a distrair a atenção de nossos parceiros africanos.

Nesse sentido, caberia efetuar o reconhecimento do avanço das diferentes formas de cooperação científica e tecnológica e intercâmbios comerciais já existentes entre o continente e o Brasil. O autor não está habilitado a relatar em detalhes todos os projetos já realizados, nem seria possível contê-los neste curto espaço. O trabalho de implementação das soluções comuns para problemas compartilhados e o incremento das trocas de bens e conhecimentos é, sem dúvida, enorme e gratificante desafio para as embaixadas brasileiras em capitais africanas.

Há que existir cuidado, contudo, para não identificar, em cada manifestação de apreço de algum líder africano por transferência de tecnologia ou

investimento do Brasil, uma busca por modelo de governança nosso a ser adaptado àquele continente.

EM DIREÇÃO A UMA ERA DE PROSPERIDADE

É na esfera de cooperação política que me parece haver a maior relevância na cooperação entre nosso país e a África, com vistas a incrementar a ação diplomática brasileira. Neste nível, não bastam os esforços de integração econômica, exige-se uma base de sustentação político-ideológica para fortalecer a interlocução.

Neste ponto do exercício de reflexão, me parece conveniente deter-se em análise dos processos em curso, tanto de integração regional, quanto de busca de formas de governança estáveis em terras africanas.

Nessa perspectiva, não bastaria procurar novas modalidades de intercâmbio comercial e a remoção de barreiras tarifárias. Examinam-se as perspectivas de uma interação mais profunda, de longo prazo e mutuamente estimulante, com base em agenda comum de preocupações, que venha a provocar a integração de sociedades com a introdução de valores políticos compartilhados, harmonização de regras para a reorganização dos recursos produtivos e a formulação de políticas comuns em áreas como a da cooperação técnica e até mesmo social.

A fim de que fosse gerado um cenário favorável à maior aproximação entre o Brasil e a África, sugere-se, como etapa inicial, uma reflexão quanto à proposta de agregar à ideia de “paz e cooperação” a de “prosperidade”, de forma a estabelecer uma situação ideal a ser atingida.

Tratar-se-ia de, por um lado, reforçar conceitos como o de “paz e cooperação”. Por outro, procurar-se-ia identificar novas possibilidades de mobilização de recursos que materializariam em projetos a serem implementados por instituições, em condições de liderar o esforço de inovação científico-tecnológica necessário à reorganização das vantagens comparativas nas duas margens do Atlântico. Tais vantagens seriam expressas na capacidade de cada país de objetivar estrategicamente mais eficiência e eficácia na disponibilidade de seus recursos naturais.

A vantagem comparativa a ser almejada seria cada vez mais dada pela aptidão de o país utilizar efetivamente as novas tecnologias, pela rapidez com que consiga assimilar essas tecnologias no respectivo processo produtivo e pela eficiência relativa com que leve isso a cabo. No contexto, é indispensável um processo de modernização político-institucional de cada Estado.

Verifica-se assim que, para o estreitamento das relações entre o Brasil e a África, será necessário refletir sobre uma agenda compartilhada pelas duas margens do Atlântico, seja como resposta a problemas causados pela fase de transição que vivem alguns países africanos — como o da crise de governabilidade —, seja por questões impostas por preocupações globais, como o aumento da produtividade, proteção ao meio ambiente, educação e geração de empregos.

A consolidação do Estado democrático contemporâneo é pré-requisito da governabilidade. Para sua sustentação, são necessários legitimidade e participação; condições de financiamento e inserção na economia internacional; e formulação e implementação de políticas públicas efetivas.

Quando se fala em governabilidade no âmbito da cooperação entre o Brasil e a África, parte-se do princípio de que serão respeitadas as singularidades nacionais. Não se trata, ademais, de impor receituários pré-concebidos.

A construção de um Estado democrático implica o atendimento a requisitos institucionais que, embora assumam formas diferentes em contextos específicos, baseiam-se em princípios universalmente consagrados, tais como: a **soberania**, que se refere à autonomia dos povos; a **cidadania**, que implica o atendimento dos direitos sociais básicos; a **dignidade da pessoa humana**, que respeita a salvaguarda dos direitos humanos; a **valorização do trabalho e da livre-iniciativa**, como forma de assegurar o desenvolvimento de uma economia de mercado; e o **pluralismo político**, que assegura a liberdade de associação política e expressão ideológica.

O Estado democrático requer a consolidação de instituições políticas, econômicas e administrativas, bem como de defesa nacional e relações exteriores. Nessa perspectiva, as instituições políticas desempenham papel vital na

governabilidade. As instituições econômicas a afetam na medida em que influenciam decisivamente as condições de operação do Estado, em setores como o sistema tributário, a autoridade monetária e o tesouro público. As instituições administrativas guardam estreita relação com a governabilidade, pois capacitam a ação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas e regulações efetivas. As forças armadas e as instituições voltadas para as relações exteriores visam a assegurar condições externas de governabilidade na medida em que contribuem, respectivamente, para a manutenção da integridade territorial e da unidade nacional, a inserção internacional baseada nos princípios da independência nacional, a autodeterminação, a não intervenção, a defesa da paz e a cooperação entre os povos.

Tais princípios e requisitos que se encontram, em grande parte, consolidados no Brasil, bem como na forma de sua configuração em nosso país, poderiam servir a um esforço adicional de cooperação com vistas à modernização política necessária a alguns dos Estados africanos.

A vertente da cooperação para a modernização político-institucional do Estado poderia ser fortalecida, entre os temas de uma agenda comum entre o Brasil e a África. Nesta linha de raciocínio, a cooperação entre o Brasil e a África no setor de modernização político-institucional do estado contribuiria para minorar o problema da crise de governabilidade de alguns países africanos. Esse esforço, de sua parte, seria fundamental para o ordenamento do território na outra margem do Atlântico, servindo como instrumento para a criação do zoneamento ecológico-econômico e de identificação de novas vertentes de cooperação em setores de tecnologia de ponta. Sempre na mesma perspectiva, conclui-se que o passo seguinte nessa sequência de eventos auspiciosos seria um processo de desenvolvimento sustentável, que favoreceria a geração de empregos.

CONCLUSÃO

Conforme antecipado, esta proposta de reflexão diz respeito à agregação do conceito de “prosperidade” à ideia já consagrada de “paz e cooperação”, | 39

utilizando-se, para tanto, conquistas brasileiras para a solução de problemas comuns aos africanos.

De acordo com registros disponíveis, o “país dos homens justos” — como se traduz Burkina Faso — substituiria, hoje, o lema, em vigor há mais de trinta anos de “a luta continua” por “persistência na negociação”. Caberia, talvez, ao Brasil, introduzir o tema em comum da “prosperidade através do Atlântico”.

Aproveito para citar, a respeito da influência exercida por nosso país na África, que:

Pôr-se-ia, como hipótese, que o Brasil, apesar de todos os seus recursos, ainda não se deu a trabalho que o valesse, não por obstáculos internos ou externos, mas simplesmente porque o não concebeu suficientemente claro. E se algum trabalho tem, é esse de ajudar a sair de suas indeterminações os povos do mundo que não encontram, nas grandes nações, guia algum que valha a pena seguir; primeiro a África.¹

NOTA

- 1 DA SILVA, A. “Perspectiva brasileira de uma política africana”. In: *Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios*. Funag, 2009.

ELIMINAR A MISÉRIA E A FOME É IMPERATIVO MORAL E CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Texto de autoria do núcleo responsável pela concepção do Programa Renascença. Disponível em: <https://www.diplomaciaparademocracia.com.br/programa-renascenca>. Acesso em: mar. 2022.

Em 13 de outubro foi realizado o primeiro debate sobre objetivos e metas do Programa Renascença. A advogada Sheila Carvalho (OAB-SP), a professora Tatiana Roque (UFRJ), o professor Luis Vedovato (Unicamp) e o pesquisador João Brant (políticas culturais, de internet e tecnologia) conversaram sobre renda básica, tecnologias, tributação e outros temas do objetivo 1: “Redução das desigualdades”. No presente artigo, diplomatas do Programa Renascença avançam a discussão sobre a meta 1: “Trabalhar — nas Nações Unidas, prioritariamente; no G20 e em outros foros, no sentido da construção de consensos — em prol da aprovação de renda básica universal”.

O Bolsa Família consolidou-se, entre outras razões, por ter se tornado o primeiro degrau de uma escada: franqueou a milhões de pessoas entrada no sistema de proteção social formal. Custava, no cenário pré-covid, apenas 0,5% do PIB brasileiro.

Ao desenhar o Bolsa Família, em 2003, o governo Lula foi na contramão do que pregava o Banco Mundial. Os programas de transferência continuada então apregoados focavam somente a pobreza crônica; não visavam a um cadastro tão abrangente; propunham condicionalidades mais punitivas; e, na porta

alcançou sucesso mundo afora tendo se beneficiado de contexto de expansão econômica e relativa inclusão social. Terminou como política pública alardeada pelo próprio Banco Mundial.

Trata-se de construção que ultrapassa divergências do espectro político-partidário. A transferência de renda recebeu ímpeto no governo Fernando Henrique com o nome de Bolsa Escola; expandiu-se e ganhou o mundo no governo Lula com o nome de Bolsa Família, com o qual ocupa ainda lugar de destaque, ao lado do mexicano Oportunidades, entre as inspirações para programas semelhantes implementados, em menor ou maior grau, em muitos países em desenvolvimento.

Nas eleições de 2018, todos os programas de governo dos candidatos presidenciais defendiam sua manutenção. Na prática, a partir de 2019, enquanto militares ampliaram ganhos e privilégios, os autodenominados liberais do governo executavam planos de redução de direitos, dificultando também o acesso e desvalorizando benefícios.

Com a pandemia, deu-se a virada: premido por circunstâncias alheias e impulsionado pelo Congresso Nacional, o governo federal teve que multiplicar por dez o volume de recursos, ainda que de maneira temporária, para o agora nomeado auxílio emergencial. Chama atenção a capacidade que a Caixa Econômica Federal, os ministérios e outras instituições demonstraram de estender, em pouco tempo, pagamentos a milhões de brasileiros.

O confinamento fez o mundo repensar o trabalho presencial, os sistemas de distribuição de mercadorias, o risco sanitário que transcende fronteiras e, por consequência, os determinantes sociais da saúde e da doença. Chamou atenção para estudos diversos que indicam haver espaço fiscal para países criarem pisos mais abrangentes de proteção social. Reforçou a necessidade de reformular bases e formas de arrecadação tributária. Entre outros temas, foi recolocada em pauta a pertinência das condicionalidades. Deve o cidadão que recebe um auxílio básico cumprir certos requisitos para continuar recebendo? Por que uns recebem e outros não?

Em termos normativos, esse debate foi superado com a sanção da Lei 10.835/2004,¹ de iniciativa do então senador Eduardo Suplicy, que permanece em vigor. Por ela, ficou instituída a renda básica da cidadania. A lei diz que constitui “direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário”. O benefício deveria ser igual para todos, pago em parcelas mensais. Desde então, tudo o que diz respeito à transferência de renda no Brasil pode ser entendido como uma etapa gradual que somente prioriza os mais necessitados diante das possibilidades orçamentárias, mas não muda o direito instituído para todos.

Não apenas na lei mas também na academia, a discussão avança na síntese recente² de Letícia Bartholo, Pedro H. G. Ferreira de Souza, Rodrigo Orair e Luis Henrique Paiva: “A adoção de uma renda básica de cidadania, universal, incondicional e suficiente para erradicar a pobreza nos livraria do receio de cair nas armadilhas do passado. [...] Não podemos nos dar o direito de deixar de lado a experiência e as evidências empíricas e cair num debate paralisante”.

A questão central é o financiamento. Qualquer política fiscal tem impactos distributivos. Em essência, é disso que tratam todos os programas de transferência: do papel do Estado em apropriar-se de parcelas da renda ou da riqueza a fim de distribuí-las de volta a cidadãos mediante formas acordadas coletivamente. Ora, há um imperativo moral (e constitucional) de eliminar a miséria e a fome no Brasil. O orçamento público deve, portanto, estar voltado para este objetivo. A mais simples e eficiente ação é abrir espaço para a renda básica incondicional.

Trata-se, ademais, de gasto que retorna ao governo sob forma de arrecadação, resultante do aumento da demanda por bens e serviços. Há também ganhos gerais de bem-estar social, de fruição de uma vida mais livre, a liberdade positiva com mais autonomia e segurança das pessoas diante da oferta de empregos precários e mal remunerados. A Rede Brasileira de Renda Básica³ a considera

renda menos desigual e evitar o colapso do mercado de consumo, amenizando as consequências da 4ª Revolução Industrial”.

As corporações e os mais ricos movimentam rendas, comércio e investimentos de forma a minimizar impostos. Influenciam representantes no Executivo, no Congresso e pressionam o Judiciário. No caso do Brasil, é conhecida a estrutura tributária regressiva e injusta. Não é de improviso que funciona assim. Tampouco são inocentes as pressões que se fazem sobre o volume e a destinação do gasto público. No plano externo, os poderosos arbitram a próprio favor entre diferentes jurisdições nacionais, restringendo a capacidade de ação dos Estados nesse e em outros temas. Para que haja, por exemplo, decisão de tributar grandes fortunas ou a atividade de grandes empresas transnacionais de internet, é preciso cooperação internacional intensa. Há que se ter, portanto, consensos internos e marcos internacionais abrangentes para abrir caminho para a instalação de uma tributação progressiva e uma renda básica.

“A pobreza é uma escolha política”, conclui Philip Alston⁴ no documento que encerra seu mandato como relator especial da ONU para a pobreza extrema e os direitos humanos, e que ganhou manchetes em todo o mundo. Embora a formulação não seja nova, Alston logrou aproveitar uma oportunidade rara para pautar o debate em termos atuais. Teria chegado a hora de avançar para a renda básica universal? O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, somando-se a Alston, relançou o debate, que agora carece de um promotor, um “campeão”, entre os Estados.

Malgradas as disfunções bolsonaristas, o patrimônio diplomático ainda pode, no futuro, dar ao Brasil legitimidade para cumprir esse papel. Apesar da crise, permanecemos como um dos dez maiores países em área, população, economia e biodiversidade. Temos inegável expertise no tema. A diplomacia brasileira já demonstrou habilidades em construir pontes e formar consensos internacionais.

O Brasil ainda é membro do Grupo dos 77, que defende a ampliação do debate na ONU sobre tributação mundial. Já liderou, com a França, discussões

anteriores sobre meios alternativos de financiar o desenvolvimento. Ainda tem uma das maiores redes de embaixadas do mundo. Tornou-se, também, convidado regular de reuniões da OCDE, foro de caráter restrito no qual os países desenvolvidos por vezes procuram avançar nessa questão.

Ao longo do próximo mandato presidencial, o Brasil poderá ter a oportunidade de presidir o grupo que reúne as vinte maiores economias do mundo, o G-20. Embora não seja universal e esteja enfraquecido, o G-20 serve para a construção de consensos que em seguida podem ser apresentados aos demais países via Organização das Nações Unidas. Espera-se que a coalizão vencedora das próximas eleições torne o tema prioritário. Terá benefícios imediatos em termos de impacto social, legitimidade popular e uma agenda nacional e internacional positiva, inovadora e includente.

Seria pedir demais? “A resposta está soprando no vento”, cantaria Eduardo Suplicy, grande defensor da renda universal, citando Bob Dylan como forma de indicar que a causa tem algo de autoevidente — seja do ponto de vista moral, seja do econômico.

Não parece ser algo para este governo, infelizmente. Para os tempos da política internacional, porém, 2023 está na esquina. Há esperanças. Tendo sido o poeta e diplomata João Cabral de Melo Neto o escolhido para patrono pelos diplomatas da turma de 2020 do Instituto Rio Branco, versos de “Tecendo a manhã” acompanham esta contribuição ao debate público sobre política externa brasileira:

Um galo sozinho não tece uma manhã:

ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele

e o lance a outro; de um outro galo

que apanhe o grito que um galo antes

e o lance a outro; e de outros galos

que com muitos outros galos se cruzem

os fios de sol de seus gritos de galo,

*para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpendo em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entreendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

NOTAS

- 1 LEI nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm. Acesso em: abr. 2022.
- 2 NOVO modelo de renda básica exige superar armadilhas do passado, dizem especialistas. *Folha de S.Paulo*, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/07/novo-modelo-de-renda-basica-exige-superar-armadilhas-do-passado-dizem-especialistas.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 REDE Brasileira de Renda Básica. Disponível em: <http://rendabasica.com.br>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 THE parlous state of poverty eradication. Disponível em: <https://srpoverty.org/wp-content/uploads/2020/07/Alston-Poverty-Report-FINAL.pdf>. Acesso em: abr. 2022.

O DIREITO DEVE SER O CONDUTOR DAS AÇÕES INTERNAS E INTERNACIONAIS DA REPÚBLICA

POR LUÍS RENATO VEDOVATO

O professor LUÍS RENATO VEDOVATO é doutor em direito internacional (Faculdade de Direito da USP) e autor de *O Van Gogh esquecido* (2020). Participou, em 13 de outubro, do debate sobre o Objetivo 1 do Programa Renascença: “Reduzir desigualdades”.¹ Neste artigo, discorre sobre a importância do direito internacional nesta construção.

O recém-lançado Programa Renascença, construído de forma coletiva, indica um necessário caminho de repensar decisões tomadas nos últimos dois anos pelo Brasil nas relações internacionais. Focando o respeito a princípios constitucionais, envolve ideias de racionalidade, pragmatismo e ciência, e valores humanistas de solidariedade, inclusão, participação, desenvolvimento e justiça socioambiental.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a descoberta das atrocidades nazistas mostrou ao mundo o quanto governos podem tornar-se violadores de direitos fundamentais. A conceituação de soberania absoluta só existiu em teoria, mas houve (e ainda há) quem nela se fie para não ser controlado. A escolha dos fundadores da Organização das Nações Unidas foi outra: o esforço conjunto para a construção de pontes de solidariedade e de combate a ações autoritárias destruidoras da dignidade humana. Tratados e estruturas normativas foram erguidos para efetivar controles e evitar novas tragédias.

Passados 75 anos, são claros os sinais de que a tarefa foi bem-sucedida. Não apenas pelo longo período sem conflitos globais, mas também pelos ataques que as normas internacionais e a ONU continuam a sofrer por parte de grupos populistas pelo mundo.

Jan-Werner Müller ensina que o populismo e o constitucionalismo não podem andar juntos. Os populistas são contra instituições em geral e contra os freios e contrapesos previsto nas constituições. Em vez disso, afirmam encarnar uma vontade popular irrestrita, estabelecendo suposto relacionamento não mediado

entre líder carismático e povo. Os populistas são necessariamente antipluralistas. Tentam afastar o direito e a exigência de prestar contas à sociedade.

Sensível à necessidade de controle de governos, a Constituição Federal também está em sintonia com essa construção de estruturas e normas internacionais, como vem estampado em seu artigo 4º. Em paralelismo com o surgimento da ONU, que se deu após a vitória contra governos totalitários, a Constituição Federal nasce após um momento crítico da história brasileira: ela vem em seguida à ditadura militar, que levara o Brasil a se distanciar (se não no vínculo formal, ao menos na aplicação prática) dos compromissos que a diplomacia nacional refletira por sua posição de protagonismo durante a criação da ONU.

A Constituição de 1988 veio, portanto, trazer controles aos governos internos, tanto federal quanto estaduais e municipais. Nesse contexto é que se coloca o seu artigo 3º, pelo qual se definem os objetivos da República Federativa do Brasil: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização; e a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Na tentativa de fortalecer seu conteúdo autoritário, candidatos e governos procuram atalhos, enfraquecendo a democracia. Fugir das regras jurídicas e da ideia de sustentabilidade ajuda no acobertamento de danos a minorias e violações ambientais. É natural, portanto, que a Constituição incomode aqueles nostálgicos de cenários ditatoriais.

Historicamente, o remédio para evitar desastres populistas é o direito, que tem mais força quando se faz na junção das conquistas internacionais com a efetividade interna. A diplomacia é a catalisadora desse diálogo.

Quem ataca o direito internacional sabe que estruturas de cooperação jurídica internacional, que se aprofundam em contextos de integração, aumentam a necessidade de prestação de contas. Só é possível combater a criminalidade transnacional e a lavagem de dinheiro com a aplicação do direito internacional.

talvez seja o de disfarçar sua tentativa de enfraquecer o direito internacional e a diplomacia democrática, com o intuito de diminuir regulações, enfraquecer controles e facilitar a lavagem de dinheiro, a criminalidade internacional e outras violações.

Uma diplomacia que renasça no campo dos direitos humanos e avance na proteção ambiental vai permitir o desenvolvimento nacional naquilo que nos interessa: igualdade, republicanismo, cooperação internacional, solidariedade e democracia.

NOTA

- 1 REDUÇÃO das desigualdades | Programa Renascença: Objetivo 1. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gkRqNtuej-o>. Acesso em: abr. 2022.

A DIPLOMACIA DEVE “SABER SE RENOVAR”

POR DANILO SORATO

DANILO SORATO é professor de história, pesquisador de política externa brasileira e mestre em história pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
E-mail: danilosorato@hotmail.com.

Era fim do ano de 1973, no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, onde Geisel chamou para uma conversa exploratória seu futuro ministro das relações exteriores, Azeredo da Silveira. No seu tom habitual, discreto, o chefe do executivo em dado momento perguntou: “O que você pretende para o Ministério?”. Em tom cordial, mas firme, Azeredo respondeu: “O Itamaraty deve saber se renovar”.

Nos anos seguintes, o Brasil se renovou em várias frentes. Em postura pragmática, foi o primeiro país sul-americano a estabelecer relações diplomáticas com a China comunista, em 1974, e o primeiro país a reconhecer a Angola independente, em 1975. Ao mesmo tempo, Silveira manteve linhas tradicionais do Itamaraty, como a busca pelo desenvolvimento. Mesmo em momentos tensos, soube defender os interesses nacionais, como na relação difícil com os Estados Unidos de Jimmy Carter a partir de 1977. Não havia espaço para submissão, tampouco para ideias alienígenas.

Realidade distante do que ocorreu nos últimos dois anos na política externa brasileira. Em vez de inovar dentro de certos parâmetros tradicionais, como a autonomia, o Itamaraty resolveu descartar os esforços de gerações anteriores. No último dia 22 de outubro, em discurso a jovens diplomatas da turma João Cabral de Melo Neto, o chanceler defendeu ideias abstratas e distantes da realidade nacional, como o combate a forças “globalistas” e a luta contra uma suposta ameaça comunista.

A tradição do Itamaraty em seguir princípios gerais para formular objetivos e metas foi deixada de lado pela atual administração. Em seu lugar, ideias abstratas

são impostas ao mesmo tempo que ações inconsequentes prejudicam os interesses do país, tais como o patrocínio de agendas reacionárias na ONU e o distanciamento dos vizinhos. Nesse sentido, nada se compara à relação de submissão aos Estados Unidos, movimento sem paralelo na história diplomática nacional.

No espírito de Azeredo da Silveira, a primeira versão do programa Renascença propõe uma política externa pós-Bolsonaro. Com objetivos gerais e metas específicas, conjuga tradições e inovações, algumas delas ousadas, para além de polaridades esquemáticas. É um esforço em pensar a inserção internacional brasileira de forma que atenda às necessidades de adaptação e transformação sem deixar de ser pragmático e realista.

Os pilares do Programa Renascença estão amparados no respeito aos princípios constitucionais e na boa tradição brasileira: defendem o estado democrático, o humanismo, o laicismo, o universalismo, a prevalência dos direitos humanos, a integração regional etc. Para além desses fundamentos, dialoga com temas essenciais da contemporaneidade ao priorizar a redução de desigualdades e de violências, o respeito à diversidade e a busca por modelos de desenvolvimento sustentável.

Um mundo conflituoso não permite estratégias internacionais irracionais, pois os custos são irreparáveis. Para abrir caminhos para atuação mais eficaz no cenário mundial, é preciso moderação, um senso de direção bem desenhado. Trabalhar os difíceis temas da agenda internacional com o objetivo de atender reais necessidades internas. Com voz sensível perante outros países, mas firme na defesa dos interesses nacionais, o Brasil deverá se inspirar no lema de Silveira: “saber se renovar”.

DE QUE MANEIRA O FEMINISMO TORNOU-SE INIMIGO DA SOCIEDADE?

POR CAMILA GALETTI

CAMILA GALETTI é mestra e doutoranda em sociologia pela Universidade de Brasília, além de pesquisadora do projeto Mulheres Eleitas LAPPCOM/UFRJ.

As cruzadas contra os direitos das mulheres e contra os movimentos feministas não são novidade. A partir de discursos essencialistas que se amparam na máxima “mulheres são destinadas à esfera privada, ao cuidado, ao trabalho reprodutivo e afetivo”, dentre outras narrativas, se consolidou um ideário de que quando ocupam espaços públicos de tomada de decisão de poder, estão ocupando o não lugar.

Os espaços nunca foram dados às mulheres, mas sim conquistados por elas, com muitas disputas travadas pelo intenso ativismo dos movimentos feministas. Foi em razão da luta que demos nomes às violências e passamos a cobrar mudanças na estrutura social. O estado de mobilização é uma constante quando se trata da condição feminina, pois investidas à invisibilização e ao silenciamento não cessam.

É interessante ressaltar o quanto se perpetua a ideia de que mulheres que não condizem com a ordem patriarcal devem ser silenciadas de alguma forma. Há diversas maneiras de se fazer isso, sendo a violência o fio condutor dessa caça. O preço da resistência é a perseguição e o extermínio, quando se consolida a ordem sexual pretendida. O que foi a caça às bruxas se não uma forma de tentar calar, desprestigiar os saberes e as capacidades femininas?

Silvia Federici, no fundamental *O Calibã e a bruxa* (Editora Elefante, 2019), afirma que a violência foi a principal alavanca contra o gênero. Indispensável para o poder econômico no processo de acumulação primitiva, afetou brutal e diretamente as mulheres. Isso se manifestou em mobilidade reduzida e na

intensificação do trabalho reprodutivo, sobretudo no período dos cercamentos, pois assim que houve a privatização da terra e se desenvolveram relações monetárias, mais difíceis se tornaram as formas de sustento autônomo feminino. Com a consolidação do Estado, a conduta feminina passou a ser ainda mais controlada, vigiada e punida.

As lutas travadas por mulheres perpassam inúmeros aspectos, tornando o corpo feminino território de disputa frequente: é como se o corpo gerasse medo e, por isso, devesse ser encerrado no privado, no lar. A contrarresposta à cartografia de embates vem ocorrendo por intensas mobilizações. No âmbito institucional, penso em exemplos como o sufrágio feminino; cotas femininas nas eleições para cargos no Legislativo; no Judiciário com a Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio, entre outras iniciativas. Obviamente, tais conquistas possuem limitações, afinal o patriarcado continua em vigência e permanece imbricado com o colonialismo e o capitalismo.

Essa tríade atua e potencializa a mística de que mulheres são produtos ou recursos exploráveis, objetificáveis, que devem estar a serviço de tudo e de todos. O resultado é a consolidação de uma pedagogia da crueldade, como afirma a antropóloga Rita Segato, que se exprime na estratégia de reprodução do sistema: atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a coisificar a vida feminina.

A CONSTRUÇÃO DA RIGIDEZ NO BRASIL

Nos últimos anos, houve um recrudescimento conservador no Brasil que mirou os movimentos feministas como inimigos da sociedade, juntamente a outros movimentos chamados identitários. Essa infeliz realidade carregou consigo uma série de investidas massivas sobre políticas públicas voltadas às mulheres. Para além do desmantelamento, o giro à direita atrelado ao neoliberalismo tem conseguido acessar as subjetividades femininas ao ponto de muitas de nós, mulheres, sermos coniventes com narrativas que pautam um antifeminismo ou a negação das desigualdades de gênero.

Um conjunto de práticas disciplinares possibilita a contradição entre ser mulher e lutar contra as mulheres. Uma das formas de controle é a regulação constante e exaustiva do corpo feminino e da feminilidade que instala hábitos normativos, tornando mulheres vigilantes de si mesmas e submissas às convenções patriarcais. O antifeminismo assim se manifesta como defesa de certo modelo de feminilidade. Cria a ideia de que movimentos feministas são nocivos por, supostamente, quererem acabar com o ideal de mulher construído socialmente

Os principais atores e atrizes desse processo são pessoas com discursos neo-conservadores, religiosos fundamentalistas — grupos católicos e evangélicos que se amparam na chamada “defesa da família”. Manipulando questões atreladas aos direitos reprodutivos e à “ideologia de gênero”, angariam defensores de valores morais e lutam contra pautas voltadas aos direitos humanos.

Vivemos a era da salvaguarda dos costumes e da moral. Noções restritas de moralidade e disputas pelo poder orientam esses indivíduos. Nessa cruzada, toda artimanha é válida: *fake news*, instrumentalização da ignorância, repetição de ideias distorcidas sob disfarces de que tudo é ideológico, menos o conservadorismo. Um caso emblemático é a ministra Damares Alves, que está à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Ela detém alta popularidade entre o eleitorado de Jair Bolsonaro, mobilizando afetos de alguns grupos cristãos ao propagar a defesa de crianças, da família, contra uma suposta “cultura da morte”.¹ Damares se apresenta como fiel combatente à agenda feminista. Ela, entretanto, age como se o movimento feminista tivesse apenas uma pauta de luta: a descriminalização do aborto — evidente reducionismo que é, essencialmente, estratégia política.

O Ministério da Mulher tornou-se declaradamente antifeminista e houve brusca ruptura no diálogo. Mulheres atreladas ao projeto de governo bolsonarista passaram a se somar a um ativismo que vinha sendo majoritariamente masculino. Essas mulheres, assim, se sentem aparentemente incluídas. É um grupo pequeno, mas o resultado é interromper avanços em questões que perpassam a condição feminina. A recusa das agendas igualitárias passa a ser tônica.

Essa reação neoconservadora tem levado embora diversas vitórias. Quando se homogeneiza em um único ministério mulheres, família e direitos humanos, o que vemos é a não aceitação das especificidades dos indivíduos. Lembremos: não existe uma categoria única do ser mulher. Somos multifacetadas e acometidas por opressões diferentes que se calcam em questões referentes a cor de pele, classe social, sexualidade.

Mulheres estão — a duras custas — travando lutas contra o machismo em todos os espaços; políticas de gênero, portanto, se entrelaçam à democracia. Ao se nomear a agenda feminista como inimiga, se acentuam as precariedades de vida das mulheres, potencializando a tutela e soberania pelos corpos femininos como se fossem territórios prontos a serem devastados, um território de saqueio.

A CONSTRUÇÃO DA RIGIDEZ NA POLÍTICA EXTERNA

Isso tem ocorrido também na atual política externa brasileira, que criou um ideário sobre a Organização das Nações Unidas (ONU) a partir desses atores conservadores. Segundo eles, ao incorporar a agenda da igualdade de gênero e diversidade sexual a partir dos anos 1990, intensificada nos anos 2000, a ONU estaria dando muita visibilidade às pautas feministas e LGBTQIA+, tornando-se assim inimiga.

Na Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento das Nações Unidas no Cairo, em 1994, e na Conferência de Pequim, em 1995, se iniciaram resistências ao uso do termo “gênero”. Começava ali uma militância antifeminista que com frequência é trazida nas narrativas das parlamentares que corroboram com o bolsonarismo, como a deputada federal Chris Tonietto (PSL/RJ),² que contou com verbas públicas e trabalho da Funag para promover preconceitos e desinformação.

A ideologia antifeminista se observa também na atuação da ministra Damares, como citado aqui, e também do ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo. Ambos participaram da cerimônia virtual de certa Declaração do Consenso de Genebra, realizada em outubro de 2020. O documento tem como finalidade

estabelecer uma ideologia familista e antifeminista, se alinhando diretamente ao bolsonarismo rasteiro.

Para questões relacionadas à chancelaria brasileira, é flagrante a lacuna que se instaurou no diálogo com os feminismos. Isso reforça a relevância do Programa Renascença, que apresenta metas como a nomeação de chanceler feminista, e outras propostas relacionadas à equidade de gênero no Itamaraty e na agenda política internacional. Está em linha com o senso de urgência em se discutir a nocividade da realidade social, fundada em níveis insustentáveis de desigualdades e injustiças que precarizam a existência das mulheres.

Movimentos sociais, como as lutas feministas, devem ser respeitados. Não podem ser transformados em inimigos políticos a serem eliminados. Para tanto, a aposta de Angela Davis na construção de laços de solidariedade pode ser uma saída para o fortalecimento da agenda feminista. De quais ferramentas nós dispomos ou o que resta da democracia são questões fundamentais para a atual conjuntura. Está evidente que o feminismo não esgota suas demandas nem suas lutas. Talvez por isso incomode tanto.

NOTAS

- 1 Nome utilizado pela ministra para se referir à descriminalização do aborto proposta por movimentos feministas, entendendo-o como um problema de saúde pública.
- 2 A deputada mobiliza suas críticas endereçadas à ONU na conferência “A importância da promoção de políticas internacionais de defesa da vida” realizada pela Funag em agosto de 2020. O Instituto Diplomacia para Democracia promoveu debate crítico “Discurso pró-vida, política pró-morte”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EaHeeuHOOSg&list=PLG_OE40RJceZ6ivFsIGbkGztupiL2d60-&index=18. Acesso em: mar. 2022.

O ITAMARATY PRECISA VOLTAR PARA O SÉCULO XXI

POR KARLA GOBO

DRA. KARLA GOBO é professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing, pesquisadora do Laboratório Cidades Criativa e autora do artigo “Da exclusão à inclusão consentida: Negros e mulheres na diplomacia brasileira”.¹

O Ministério das Relações Exteriores é, com o Exército, nossa burocracia mais antiga. Embora seu processo de recrutamento tenha mudado ao longo do tempo, sempre procurou recrutar a “elite da elite”, como o embaixador Marcos Azambuja escreveu na revista *Piauí*. Na arquitetura e na organização dos seus espaços, no Rio de Janeiro e em Brasília, elementos como tradição, valorização da nacionalidade e apego às artes estão por toda a parte. Em Brasília, é particularmente curioso porque difere absolutamente dos monotemáticos prédios da Esplanada dos Ministérios. A montagem e a decoração da nova casa da diplomacia brasileira não foram realizadas por um designer de interiores, um decorador ou um arquiteto, mas por alguém da “casa”, o embaixador Wladimir do Amaral Murтинho. A edificação não é obra apenas da imaginação da Oscar Niemeyer e Lucio Costa, ela teve também participação dos profissionais da instituição, especialmente Murтинho e Olavo Redig de Campos.

Durante boa parte de sua história, era comum, nas análises sobre o espaço, a ideia de que seria insulado do restante do aparelho de Estado. Embora seja um ministério civil, os diplomatas veem certa semelhança com o Ministério da Defesa. Num *survey* aplicado em 2015, dentre 218 respondentes, 139 viam similaridades entre os dois espaços; apenas 22 apontavam afinidades entre o Itamaraty e demais espaços civis (saúde, educação e esportes). É possível que a associação entre o ambiente diplomático e militar se dê pela forma de sua organização, centrada na tríade hierarquia, disciplina e meritocracia. Esse modelo,

62 | sobretudo após a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, definia a ocupação de

cargos e embaixadas. E mesmo não sendo obrigatório um diplomata de carreira vir a ser também o ministro das relações exteriores, a colocação no concurso de admissão, no curso de formação para os aprovados na carreira, e a ocupação de embaixadas no exterior eram aspectos importantes na escolha de um diplomata para liderar a chancelaria. Os exemplos são inúmeros. Até mesmo antes da criação do Instituto Rio Branco temos Oswaldo Aranha, embaixador em Washington, que volta para o Brasil para ocupar a chancelaria no Estado Novo de Getúlio Vargas. Mario Gibson Barbosa e Ramiro Saraiva Guerreiro, ambos ministros durante os anos Médici e Figueiredo, foram os primeiros lugares nos seus respectivos concursos de admissão, assim como Luiz Felipe Lampreia e Celso Amorim após a redemocratização. Antônio Patriota, primeiro chanceler de Dilma, não foi primeiro lugar no concurso, mas foi o primeiro colocado no curso de formação para a carreira.

Tanto no *survey* como em entrevistas com diplomatas, a concepção de que a política externa é uma política de Estado e não de governo e que as suas práticas deveriam sempre estar voltadas para a defesa do interesse nacional é discurso praticamente hegemônico. Mesmo durante os anos do regime ditatorial militar (1964-1985), período pelo qual o atual Presidente nutre especial afeto, o Itamaraty não se furtou a defender tanto a sua burocracia quanto o interesse nacional no plano internacional. E, ao contrário do que se tem até o momento, o interesse nacional não se confundia com o interesse dos Estados Unidos ou do morador da Casa Branca daquele momento. Não raros foram os embates com os norte-americanos nesse período. O estabelecimento das duzentas milhas de mar territorial, a negativa em assinar o Tratado de não proliferação de armas nucleares e o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental são apenas alguns dos vários episódios em que o Brasil se colocou de forma contrária às expectativas e aos interesses dos EUA.

Bem, isso é parte do que eu explicava nas aulas introdutórias do curso de política externa brasileira. Entretanto, a partir de 2019 tive que inserir outra informação importante nessa introdução: “isso tudo é válido até o fim de 2018, em 2019 muitas coisas mudaram”.

A princípio duvidei que um Presidente que sequer acreditava em partidos e se negava a formar uma coalizão para governar tivesse condições de abalar as estruturas do MRE. Entretanto, embora o atual ministro procure enfatizar um suposto retorno às tradições, o que se percebe é que a instituição está em movimento contrário ao que se praticou durante quase dois séculos de existência.

Quanto à política externa, é possível encontrar alguma correspondência com políticas anteriores de alinhamento ideológico com os Estados Unidos, que implicaram relações mais verticalizadas e submissas com Washington. Na história do Brasil do século XX, esses momentos foram curiosamente mais fortes em períodos de rupturas ou transições políticas. O retorno para a democracia no governo Dutra (1946-1950), o primeiro governo militar de Castelo Branco (1964-1967) e, novamente, no reestabelecimento democrático do governo Collor (1990-1992) são exemplos desse tipo de alinhamento. Dado o tamanho e a relevância dos EUA para as nossas relações, é compreensível que, nesses momentos de fraturas e restaurações, os governos recém-empossados procurassem amparo e segurança em nosso principal parceiro. Contudo, em nenhum momento na história do país optou-se por esse modelo fora desses períodos. É possível ainda dizer que o atual governo foi além na sua política de alinhamento ideológico com os EUA: ele criou o alinhamento ideológico personalizado ao estendê-lo não ao país, mas ao seu até então Presidente, Donald Trump.

É preciso lembrar que a política de alinhamento ideológico nunca significou abrir mão do interesse nacional. Quando não correspondeu aos nossos interesses, não tivemos dúvidas em abandoná-la em prol de relações mais pragmáticas. O Itamaraty não apenas criou essa relação de alinhamento personalizado, como submeteu nossos interesses econômicos aos interesses de outro país, procurando beneficiar o Presidente norte-americano, dando-lhe vitórias diplomáticas no período. A retirada dos impostos para o etanol norte-americano, enquanto os produtores brasileiros estão com estoques do produto, e o apoio à candidatura à direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o candidato do Presidente Donald Trump, Mauricio

A escolha de um ministro que estava longe de corresponder às qualificações de seus antecessores no que diz respeito ao mérito e à hierarquia é outro aspecto curioso desta gestão. E, dada uma possível dificuldade inicial em lidar com o restante dessa burocracia, avalia flexibilizar a ocupação das chefias das subsecretarias com pessoas de fora da carreira. O objetivo com essa medida é claro: conseguir impor obediência e vassalagem aos diplomatas que estavam em condição de ocupar esses cargos e evitar casos explícitos de indisciplina.

A diplomacia brasileira é reconhecida, dentro e fora do país, como uma das mais preparadas do mundo. No entanto, apesar das pesquisas apontarem Joe Biden como possível vencedor das eleições, apenas no dia 8 de novembro, quando já estava confirmada a vitória do democrata, o chanceler brasileiro pediu relatórios ao corpo técnico de como o futuro governo norte-americano poderá influenciar nossa política externa. Isso parece mostrar a falta de profissionalismo e preparo do chanceler, que inclusive aconselhou o Presidente a não reconhecer a vitória do democrata no pleito. Em resumo, digno de um amadorismo monumental, em nome da fé em Trump, a diplomacia brasileira estava despreparada para o triunfo de Biden. Só depois se passou a pensar nas consequências dos fatos ocorridos. Era de se esperar, dado o histórico qualificado dessa burocracia, que esse trabalho tivesse sido realizado durante a campanha eleitoral norte-americana, inclusive para evitar as desastradas ações e posicionamentos do governo brasileiro.

Considerando os elementos expostos neste artigo e a conjuntura que aponta para a possibilidade de enfraquecimento dos políticos de extrema direita, populistas e anti-iluministas, é preciso começar a pensar no retorno do Itamaraty e da política externa brasileira para reais desafios do século XXI, como o combate a desigualdades, a cooperação para o progresso dos povos e a prevalência dos direitos humanos.

NOTA

- 1 GOBO, K. Da Exclusão à Inclusão Consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n38p440/36871>. Acesso em: abr. 2022.

A AMÉRICA DO SUL AINDA IMPORTA PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA?

POR FLAVIA LOSS DE ARAUJO

FLAVIA LOSS DE ARAUJO é professora de relações internacionais na UNICSUL e doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). É mestre pelo programa de pós-graduação Interunidades em Integração da América Latina da mesma universidade e pesquisadora do Observatório do Regionalismo (observatorio.repri.org).

Instabilidade política no Peru, venezuelanos buscando nova vida em outros países, derramamento de petróleo na Amazônia equatoriana, acordos de paz mal resolvidos na Colômbia e o fechamento de fronteiras devido à pandemia de covid-19. Qual é a relação desses temas com o Brasil?

A resposta lógica, visto que são situações que ocorrem à nossa volta, é que, sim, são questões que afetam a vida dos brasileiros, direta ou indiretamente. Porém, o óbvio parece ter perdido terreno na política externa brasileira. Vivemos uma situação inédita de desinteresse em relação ao nosso entorno.

Desde a redemocratização, a política externa brasileira defendeu como uma de suas prioridades a cooperação econômica e política com nossos vizinhos. O Brasil mediou desavenças entre países e participou de processos de pacificação, atuando também como conciliador em crises institucionais domésticas, como no Paraguai em 1996 e na Venezuela em 2002. O respeito aos princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção, somado à habilidade de nossa diplomacia na construção de consensos, fez com que o Brasil se tornasse um parceiro confiável e influente na América do Sul (e além dela).

A faceta mais importante do engajamento brasileiro é o regionalismo. O Brasil colaborou ativamente na criação de projetos de cooperação regionais que estimulassem as economias e funcionassem como fóruns de discussão para questões comuns, em especial o Mercosul (1991) e a Unasul (2008), ambos guiados por convicções democráticas e de deferência aos Direitos Humanos. Ou seja, o Brasil já pavimentou, junto aos vizinhos, instâncias de diálogo e

cooperação para o enfrentamento conjunto de crises. Com todas as limitações que possuem, são mais úteis do que a passividade diante dos problemas.

Ao analisarmos a situação dos dois blocos, percebe-se o recente distanciamento brasileiro. O Mercosul, conhecido pela importância comercial para os países-membros, enfrenta momento de paralisia, visto que os governos das principais economias do bloco pouco dialogam. Os presidentes da Argentina e do Brasil conversaram pela primeira vez no dia 30 de novembro 2020, quase um ano depois do início da gestão de Alberto Fernández. Antes disso, estiveram juntos virtualmente apenas na reunião de cúpula do Mercosul de julho de 2020 e não trocaram nenhuma palavra. Enquanto se evitavam, a agenda bilateral acumulava problemas e o Mercosul seguia sem estratégias ou planos para o futuro, situação que pouco deve mudar com essa aproximação tardia e superficial.

A outra opção de fórum regional seria a Unasul, projeto que tem como objetivo ampliar a concertação política entre os doze países da América do Sul. As mais recentes notícias a seu respeito são desanimadoras: oito de seus doze membros desertaram, restando apenas a Bolívia, a Guiana, o Suriname e a Venezuela. O bloco foi criado por iniciativa de governos alinhados ideologicamente à centro-esquerda, mas contava também com representantes de outros espectros políticos, que atuavam de maneira pragmática na construção do projeto. Em contraposição à Unasul, posteriormente foi criado o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul), proposta de integração flexível sem instituições, sem burocracia e que ainda aguarda agenda concreta de cooperação.

Enquanto o regionalismo sul-americano enfrentava impasses, a pandemia acarretou enormes prejuízos econômicos e sociais. Na Europa, a cooperação regional foi intensificada. Do nosso lado do Atlântico, a Unasul foi lembrada por ter possuído entre os seus órgãos o Instituto Sul-Americano de Governo da Saúde (ISAGS), centro de estudos e formulação de políticas públicas que deveria pensar a saúde no âmbito continental. As atividades do ISAGS foram encerradas sem alarde em junho de 2019, meses antes do primeiro surto de covid-19. Na ausência

de diálogo e de coordenação, nossos países estão lidando com a pandemia de maneira individual e assim continuarão para negociar o acesso às vacinas. Depois, enfrentarão as questões logísticas para distribuição e armazenamento, a falta de insumos para vacinação e muitas outras dificuldades relacionadas ao tema.

Uma crítica recorrente, que acabou se tornando justificativa para que não sejam feitos esforços para o avanço do regionalismo sul-americano, é que iniciativas de integração são utópicas e não possuem capacidade concreta de resolver problemas. A crítica parece pertinente quando observamos os obstáculos da integração econômica, a falta de orçamento e o descompromisso dos governos da região. Nossos avanços são tímidos quando confrontamos nossa realidade com a União Europeia, modelo de integração em vários aspectos mais avançado. Porém, se colocamos em perspectiva outras facetas do regionalismo para além da economia (como a já citada e essencial cooperação em saúde pública), e as comparamos com projetos de nível regional desenvolvidos na Ásia e no continente africano,¹ fica evidente que o regionalismo é parte fundamental da solução de problemas comuns. A integração não precisa ser aplicada da mesma forma, nos mesmos moldes ou em velocidades semelhantes diante de realidades e níveis de desenvolvimento diversos. Ao menos no que se refere à pandemia, para ficarmos no exemplo mais próximo e dramático, os projetos palpáveis elaborados por essas outras regiões para contenção da doença mostram que a cooperação em áreas específicas é desejável e viável.

As limitações do regionalismo em meio a desarranjos e desacertos circunstanciais não justificam seu abandono por parte do Brasil, que é ator essencial no continente, mas estranhamente tem adotado postura apática diante de problemas como os citados no primeiro parágrafo deste artigo. O Brasil será sempre afetado pela vizinhança e nossa diplomacia possui tradição e competência para articular respostas eficazes. Não se trata de menosprezar relações com países de fora da América do Sul ou de minimizar o engajamento em temas multilaterais, mas de valorizar uma agenda de política externa sólida e necessária para o benefício do conjunto da população brasileira.

NOTA

- 1 ESPECIAL: Dossiê Regionalismo e Pandemia 2020. *Observatório de Regionalismo*, 30 nov. 2020. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2020/11/30/especial-dossie-regionalismo-e-pandemia-2020/>. Acesso em: abr. 2022.

A DESINTEGRAÇÃO REGIONAL INTERESSA AO BRASIL?

POR ROBSON COELHO CARDOCH VALDEZ

ROBSON COELHO CARDOCH VALDEZ é pós-doutorando em relações internacionais IREL/UnB, doutor em estudos estratégicos internacionais (UFRGS) e pesquisador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/IREL-UnB. Autor dos livros *Política externa e a inserção internacional do BNDES no governo Lula* (Appris, 2019) e *Subindo a escada: A internacionalização de empresas nacionais no Governo Lula* (Appris, 2019). E-mail: robsonvaldez@hotmail.com.

Da mesma forma que a democracia é um processo inacabado que precisa ser constantemente aprimorado para garantir o vigor de suas instituições, assim também são os processos de integração regional. A integração regional precisa ser entendida como política de estado que se propõe a criar mecanismos para a articulação de interesses e compromissos entre os países. É, ademais, imperativo constitucional. O parágrafo único do artigo 4º da Constituição é categórico: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Na verdade, bem antes da redemocratização, o Brasil já via a integração como estratégia para a superação de contingências locais. Em 1969 o país assinou o Tratado da Bacia do Prata com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia com o propósito de promover o desenvolvimento e a integração física dos países da Bacia do Prata.

No decorrer da década de 1970, o país celebrou com o Paraguai, em abril de 1973, o tratado de aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, criando a binacional ITAIPU; assinou a Ata de Cooperação para a compra de gás natural e complementação industrial com a Bolívia (1973); assim como projetos conjuntos com o Uruguai para o desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

Em 1978, foi proposta a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)

72 | com os países da bacia amazônica: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname,

Guiana e Venezuela. Em 1995, o TCA adquiriu personalidade jurídica e, em 1998, transformou-se em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a única organização internacional sediada em Brasília. A OTCA esteve na recente comitiva de representantes estrangeiros à Amazônia, sob a liderança do vice-presidente Hamilton Mourão, com resultados ainda incertos.

Contudo, faltava ao Brasil demonstrar disposição para estabelecer bases sólidas para o relacionamento com a Argentina. Assim, em 19 de outubro de 1979, Argentina, Brasil e Paraguai assinaram o Acordo Tripartite, pondo um fim ao contencioso com a Argentina sobre o aproveitamento hidrelétrico de seus rios por meio das represas Itaipu e Corpus.

Em 1983, o país apoiou o Suriname na superação de sua crise interna; em 1985, já sob José Sarney, o Brasil formalizou sua adesão ao Grupo de Apoio (Brasil, Argentina, Uruguai e Peru), endossando as deliberações do Grupo de Contadora (México, Colômbia, Panamá e Venezuela) no que dizia respeito à crise na América Central. É importante ressaltar que a partir dos grupos de Contadora e de Apoio surgiu, em 1986, o Grupo do Rio, fórum de debate com perfil político sul-americano com o intuito de consolidar a ordem democrática na América Latina.

Assim, nosso envolvimento gradual na América do Sul respondeu à necessidade de se estabelecer relação de cooperação estratégica que buscava resolver situações que iam de encontro com os interesses nacionais na região: o contencioso sobre as empresas Corpus e Itaipu, o não aproveitamento da complementaridade econômica Brasil-Argentina e o receio de uma presença hegemônica do Brasil na região. Superadas as desconfianças iniciais, o processo de redemocratização no Brasil e na Argentina contribuiu para a inserção institucionalizada do Brasil no continente por meio da criação do Mercosul, efetivada no governo Collor.

Paralelamente ao desenvolvimento do bloco mercosulino, sob a liderança de Itamar Franco o país lançou a ideia de integração em nível continental ao sugerir a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) durante

a VII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 1993, na cidade de Santiago, no Chile. Superado o período de euforia e crise da década de 1990, o Mercosul ampliou suas relações com outros países da região. Nesse sentido, a iniciativa brasileira, no governo Fernando Henrique, de realizar a Cúpula de Brasília em 2000, fórum de discussão política e econômica como forma de promover a integração continental, catalisou uma série de eventos que estimularam a cooperação na região: Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e, posteriormente, a Comunidade Sul-Americana de Nações, Unasul, já sob o governo do Presidente Lula. Além dos aspectos políticos e econômicos, a Unasul deliberava sobre temas pertinentes à integração física continental no âmbito da IIRSA e à defesa regional (Conselho de Defesa Sul-americano). Notou-se também que, apesar do enfoque comercial e intergovernamental, a integração começou a avançar em direção a outras esferas sociais dos países.

A dinâmica integracionista promoveu o encontro da América do Sul com os países da América Central e do Caribe. Trata-se da Comunidade Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Diferentemente da OEA, Estados Unidos e Canadá não compõem a Celac, pois a ideia principal é consolidar um espaço dos países da região para diálogos propositivos na busca pelo desenvolvimento. Promove-se assim o protagonismo dos atores locais e se evita, em alguma medida, a ingerência norte-americana e de outros países desenvolvidos sob sua influência.

Ainda que a corrente de comércio não seja capaz de medir toda a eficiência dos processos de integração, ela nos ajuda com algumas inferências sobre aspectos positivos para o Brasil. Ao longo dos últimos vinte anos, ou seja, muito após a consolidação da integração regional como um dos pilares da diplomacia brasileira, o continente sul-americano firmou-se como importante espaço econômico para o Brasil: nos últimos dez anos a região foi o terceiro destino das exportações brasileiras, caracterizando-se pela forte presença de manufaturados em sua pauta. Quanto à pauta de serviços de engenharia, em 2004, 32 empresas americanas e onze espanholas controlavam, respectivamente, 27% e 26% desse

mercado na América Latina. Dez anos depois, com a integração regional a pleno vapor no governo Dilma, três empreiteiras brasileiras dividiam 16,2% desse mercado, desbancando empresas norte-americanas, que viram sua participação reduzida a 14,4%.

Aparentemente, muita gente de dentro e fora do Brasil estava incomodada com esses desenvolvimentos. Após o impeachment, sob o argumento de que era necessária aproximação a cadeias produtivas globais mais dinâmicas (leia-se Europa e EUA), a política externa brasileira atuou em sentido contrário ao princípio constitucional. O governo Temer realizou alguns primeiros movimentos preocupantes na região. Com Bolsonaro, a mudança de rota se agravou. Paulo Guedes, por exemplo, logo depois da disputada eleição, declarou sem pestanejar que o Mercosul e (pasmem) a Argentina não seriam prioridades da gestão.

Nesse contexto, em decisões carentes de razoabilidade, frutos de um ingênuo voluntarismo diplomático que buscou estabelecer relacionamento especial com os Estados Unidos, Bolsonaro determinou a saída do Brasil da Unasul e da Celac. Esta decisão enfraqueceu a inserção coletiva internacional dos países da região e fortaleceu, em termos relativos, o sistema interamericano patrocinado pelos Estados Unidos (OEA — TIAR e Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID).

Trata-se de retrocesso indiscutível. O vetor integracionista consolidou a paz na região; ampliou significativamente o mercado importador para nossa economia; desenvolveu programas essenciais para a segurança energética do país; estimulou diversas formas de cooperação setorial; e legitimou o Brasil como agregador e facilitador de consensos internacionalmente respeitado. Isso foi feito sem comprometer o aprofundamento das relações com outros países e regiões, como Estados Unidos, China, Europa, África e Oriente Médio.

Enquanto não se pode contar com a vontade do Presidente eleito de promover a integração regional, a despeito do que orienta a Constituição, cabe à sociedade debater e criticar esses descaminhos. A experiência integracionista brasileira apresentou, com diferentes intensidades, avanços e correções de

rumo na busca de espaços prioritários para inserção internacional. Nos últimos anos, lamentavelmente, observamos a desintegração regional. É preciso reduzir os danos desse grande equívoco, corrigir a direção e retomar o esforço e o espírito integracionistas.

EXISTE ELEIÇÃO EM SP COM PANDEMIA. E COMO VAI A DESINFORMAÇÃO?

POR TATHIANA SENNE CHICARINO E ROSEMARY SEGURADO

TATHIANA SENNE CHICARINO é cientista política, doutora em ciências sociais pela PUC-SP e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

ROSEMARY SEGURADO é cientista política, pós-doutorado em comunicação política pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid, doutora em ciências sociais pela PUC-SP, professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Além das autoras, integram a equipe do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP: Carlos Raices, Cláudia Ferraz, Desirèe Luíse Lopes Conceição, Fabrício Amorim, Flávia Ayres Loschi, João Paulo Rodrigues Conde da Silva, Kátia Marchena e Laura Frare.

Nos últimos anos, o termo *fake news* vem ocupando lugar privilegiado no debate público. Reconhecendo sua importância, o Programa Renascença¹ apresenta, logo na abertura de suas metas, a necessidade de “... trabalhar para o estabelecimento de regimes internacionais inclusivos e justos em questões digitais, inclusive em matéria de governança de redes, privacidade da informação, segurança cibernética, democratização do acesso, combate à desinformação e ao discurso do ódio e defesa da liberdade de expressão”.

Para entender um pouco mais esse fenômeno sociopolítico, destacamos dois eventos ocorridos em 2016: o plebiscito pela saída da União Europeia por parte do Reino Unido (Brexit), quando houve a construção de opinião pública contrária à imigração — como nos alertou Manuel Castells² — a partir de um intenso processo de desinformação nas mídias digitais; e a eleição estadunidense de Donald Trump, quando o então candidato e posteriormente presidente passou a utilizar o termo *fake news* para acusar opositores políticos e a imprensa profissional de mentirem, de inventarem narrativas apenas para atingi-lo.

O fenômeno não tardou a migrar do Norte Global para o Brasil. As eleições presidenciais de 2018 não foram marcadas apenas por mentiras e boatos, mas sobretudo pelo emprego sistemático de desinformação com o uso de técnicas sociopolíticas de ativação de sentimentos como raiva, indignação e medo, sedimentando um discurso de ódio capaz de fomentar ainda mais o maniqueísmo

Embora parte dos políticos e da imprensa profissional diga que as *fake news* sempre existiram, é preciso fazer algumas importantes diferenciações nas disputas eleitorais, quando se busca influenciar e/ou construir certa opinião pública.

Sem pretender esgotar esse complexo assunto, de início destacamos a centralidade das mídias digitais no fluxo informacional contemporâneo, o que possibilita uma escala de propagação intensa com alcance não apenas local, mas também global. Por ser difícil delimitar o que é intencionalmente falso ou duvidoso e quais os níveis de construção desse falseamento, trocamos o termo *fake news* por *desinformação*. Há também o aspecto econômico-político. Esse fluxo se faz via mídias digitais, que têm em suas plataformas um modelo de negócio baseado na mediação algorítmica. Há, portanto, uma curadoria, um controle sobre o que vemos, sem que saibamos os critérios além do uso de nossos dados.

Finalmente trazemos a discussão sobre a lógica de produção da desinformação. Sim, não é tudo espontâneo, trata-se de uma estratégia política que se inicia com a criação profissional de conteúdos (textos, memes, imagens, testemunhos); é retroalimentada por disseminadores — que podem ser apoiadores orgânicos, *trolls*, *social bots* e *bots* — e, em menor medida, pelos indignados; e reforçada pelos motivadores, tais como políticos e influenciadores digitais, capazes de causar um efeito-demonstração no comportamento de uma base apoiadora ou mesmo simpatizante.

Essa lógica de produção de desinformação preocupa e mobiliza a comunidade científica. Buscando compreender a dieta informacional dos brasileiros e os possíveis impactos de sua recepção, ou nos possíveis disseminadores, pesquisadores do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP³ realizaram, entre o primeiro e o segundo turno das eleições municipais, um estudo ouvindo eleitores entre 16 e 55 anos do município de São Paulo que estavam divididos em dois perfis: conservadores e progressistas.

Foram realizados grupos de discussão e entrevistas em profundidade e os resultados preliminares trazem notícias boas, outras nem tanto e algumas muito

preocupantes. É importante destacar que a pesquisa teve como foco específico a realidade paulistana. Observamos sim uma tendência, mas as informações não podem ser generalizadas para todo o país.

Começando pelas boas notícias, verificamos que as pessoas estão com postura mais atenta diante das informações que recebem, adotando formas mais cuidadosas de consumir notícias. Vários entrevistados externaram uma espécie de saturação em relação ao pleito de 2018, quando declararam ter havido brigas com familiares, amigos, colegas de trabalho, e que não queriam viver novamente as mesmas situações.

A conduta da checagem de informações foi mencionada por parte dos entrevistados que demonstraram estar mais preocupados com as fontes das notícias — e aqui notamos uma diferença entre progressistas e conservadores. Enquanto o primeiro grupo diz buscar informações na imprensa profissional, o grupo de conservadores expressou desconfiança em relação aos grandes meios, acessando informações em portais de notícias, ou sites hiperpartidários, sendo que alguns dos mencionados são conhecidos por divulgarem notícias falsas.

A pandemia apareceu em vários depoimentos e o grande volume de notícias duvidosas, fraudulentas e falsas estava entre as principais preocupações. Essa apreensão pode ser confirmada com o trabalho que as agências de checagem vêm desenvolvendo desde o início da crise sanitária, que mostra grande circulação de informações sem base factual.

Os entrevistados associaram notícia falsa à mentira e se mostraram preocupados com o aumento de sua circulação por potencialmente resultar em prejuízo à vida das pessoas. Nós, pesquisadoras e pesquisadores, vamos além e levantamos o alerta em relação à nossa tão jovem democracia. Além de ser caracterizada pela existência de instituições que buscam organizar a política (a distribuição de poder), é também uma concepção de organização da vida social, ou sobre como vivemos juntos! E para isso é preciso que sejam estabelecidos pactos de confiança nas informações, nas instituições e nas mediações.

NOTAS

- 1 PROGRAMA Renascença, op. cit.
- 2 OLIVEIRA, C. Pós-verdade e dados pessoais: como elementos digitais são instrumentalizados na política. *Labcon*, 3 dez. 2019. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/pos-verdade-e-dados-pessoais-como-elementos-digitais-sao-instrumentalizados-na-politica/>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 Site oficial disponível em: <https://www5.pucsp.br/neamp/>. Acesso em: abr. 2022.

**“SAWABONA”
QUER DIZER:
“EU TE RESPEITO,
EU TE VALORIZO”**

POR PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO é embaixador aposentado. Entre outras atribuições ao longo da carreira, foi chefe interino da Embaixada do Brasil em Pretória, África do Sul, entre 1979 e 1982. Este texto é um capítulo da primeira parte do livro *Percurso diplomático diferenciado pela África*, de autoria do embaixador, lançado pela Editora Age em 2021.

É uma das palavras mais bonitas que conheço. Em zulu, é uma forma de cumprimento. No período em que servi em Pretória, como chefe interino da Embaixada do Brasil, entre 1979 e 1982, tentei aprender essa língua local, pois, naquelas cansativas recepções diplomáticas, sempre me perguntavam se eu estava estudando africâner — idioma de origem holandesa e um dos dois oficiais da África do Sul, além do inglês.

Respondia sempre que naquela língua não havia feito progresso algum, mas que, em zulu, “estava indo muito bem” (mentia, pois nunca consegui pronunciar os “click sounds”, sons que é necessário emitir da garganta). Após ter servido em duas outras capitais africanas — Libreville, no Gabão, entre 1975 e 1977; e Maputo, em Moçambique, entre 1977 e 1979 —, já com três filhos pequenos, minha mulher e eu tivemos necessidade de ir para um posto onde não houvesse carência de alimentos nem de assistência médica, enquanto, segundo meu projeto pessoal — razão de ter ingressado na carreira diplomática — despertasse interesse político.

Como não havia alguém em situação hierárquica superior à minha interessado em Pretória, tive o pleito aprovado pelo Itamaraty. Como Segundo Secretário permaneci, então, por três anos e meio, como chefe interino da missão diplomática. Isso porque o Brasil continuava a manter relações oficiais com a África do Sul. Mas não designava embaixador para aquele país, como protesto contra suas políticas racistas.

Como realces de minha gestão do posto, ressalto: a pronta contratação de uma secretária negra, chamada Vitória, algo proibido pelo apartheid; contatos

com lideranças africanas internas contrárias ao sistema; distanciamento de autoridades do regime; e relatórios seguidos com análises sobre a evolução política local, na Namíbia (então sob administração ilegal da África do Sul) e na antiga Rodésia (hoje Zimbábue), com ênfase no entendimento de que, na África Austral, se lutava contra prerrogativas raciais dos brancos e a favor da redistribuição de terras produtivas à população africana.

Cabe ressaltar que, naquele período, como se sabe, estava em vigor a Guerra Fria. Nesse confronto, países ocidentais incluíam a África do Sul como aliada na luta contra a “expansão comunista”, por todas as regiões do mundo.

A contratação de Vitória foi, além de um êxito para o funcionamento do posto, a formação de uma aliada na minha postura de protesto contra o apartheid, considerando que a função de secretária, entre outras, era reservada apenas para brancos. A colocação de uma africana na recepção da Embaixada do Brasil em Pretória era, a meu ver, um primeiro recado aos solicitantes de vistos, no sentido de que, se quisessem viajar a nosso país, deveriam ir se acostumando a receber instruções de negros, já em nossa representação diplomática.

Ela era de dedicação incrível. Com maior orgulho, certa feita, assisti a seu trabalho, quando ao fazer a um solicitante o pedido de documentação para a emissão de visto de turista usou o termo “nosso governo” para informar sobre a exigência disso e daquilo. Estava, literalmente, vestindo a camisa amarela, sentindo-se brasileiríssima para tratar os brancos de seu país com cordialidade, mas firmeza. Em troca, sem que eu entendesse, em africâner, os postulantes locais lhe endereçavam palavras racistas, insistindo que aquela não era uma função de “non white”.

Tive minha sala invadida três vezes por insatisfeitos que não admitiam ser recebidos por “uma negra”. Uma vez, vendo que ela chorava após ter recebido tratamento agressivo de um africâner, perdi a calma e expulsei pessoalmente o enorme indivíduo do recinto.

Além de cumprir suas funções de secretaria, recepção e representação, Vitória também me auxiliava nos contatos com lideranças africanas moderadas

no interior da África do Sul. Assim, com seu auxílio, visitei, por duas vezes, em Soweto — bairro negro próximo a Johannesburgo —, o Dr. Ntatho Motlana, médico e empresário reconhecido como líder opositor ao regime racista e membro do Soweto Committe of Ten.

Era sempre operação complexa, que implicava ser acompanhado por seguranças da própria área, pois, sendo eu branco, poderia ser atacado por grupos negros radicais residentes. Escrevo branco, pois, quando servia em Moçambique, por vezes cruzava a fronteira com a África do Sul para fazer compras de alimentos e remédios na cidade de Nelspruit, ao norte daquele país e a cerca de 200 km de Maputo.

A primeira visita, ao procurar registro em hotel — éramos três: minha mulher, um afrodescendente funcionário brasileiro da Embaixada e eu —, tivemos o acesso negado, por sermos identificados como “indianos”, “grupo étnico” também discriminado pelo apartheid.

A propósito, cabe lembrar que, de acordo com aquele regime, meios de transporte, bancos de parques, banheiros públicos, hotéis, restaurantes e outras utilidades eram expressamente classificados para o acesso de brancos, mestiços — incluindo indianos e malaios — ou negros (*whites only, coloureds or blacks*). A terrível experiência que foi ter sentido, na pele, o desprezo de ser discriminado — devo confessar — foi um dos estímulos para que eu solicitasse minha transferência para a África do Sul após o término da missão em Moçambique.

Isso porque, caso na condição de chefe interino da embaixada fôssemos discriminados novamente — apesar de minha mulher e eu termos olhos claros —, poderia criar um incidente diplomático, diante de eventual proibição de acesso nosso a qualquer lugar.

Assim, após ter assumido o cargo no novo posto, tive que comparecer três vezes à cerimônia de abertura do parlamento sul-africano, na Cidade do Cabo. Antes do evento, costumava adquirir um bronzado de sol, a título de provocação, na esperança de voltar a ser discriminado. De nada adiantou. O máximo que consegui foi quando, uma vez, vergando o “traje de gala, com casaca” — tipo “roupa de maestro, com gravata-borboleta branca” — exigido para a ocasião, enquanto

aguardava o carro oficial, em frente do hotel, alguém me deu uma gorjeta — pensando, possivelmente, que, por causa do traje, eu fosse um dos porteiros.

De qualquer forma, voltando às entrevistas com o Dr. Motlana, meu objetivo era o de estabelecer interlocução com uma liderança africana que se dedicava ao que hoje se poderia chamar de empreendedorismo, na formação de empresários entre a maioria negra. Com efeito, após o término do apartheid, em 1994, soube que ele realmente assumiu função de comando na área de economia privada, a partir de então livre da segregação.

Também graças à intermediação de Vitória, consegui estabelecer diálogo com o Bispo anglicano Desmond Tutu, da liderança negra moderada, que, em 1984, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz por seu combate ao apartheid. Fui o primeiro diplomata estrangeiro em Pretória a convidá-lo para jantar em minha residência. Vale lembrar que negros não podiam deslocar-se à noite a bairros reservados a brancos. Foi necessário, portanto, toda uma preparação junto a autoridades locais, levando-se em conta que a Embaixada é “território estrangeiro”, devido a imunidades diplomáticas.

Mantinha encontros semestrais com Tutu, indo visitá-lo em sua igreja, em Johannesburgo. Era importante ouvir dele interpretações sobre a situação interna do país, que, no início da década de 1980, buscava institucionalizar um sistema de bantustões, que significaria retirar a nacionalidade sul-africana dos negros (então estimados ao redor de quinze milhões, para cerca de seis milhões de brancos) e confiná-los em enclaves, com o pior tipo de terreno para o cultivo de alimentos e criação de gado.

Sobre esses assuntos — visitas a Motlana e Tutu — mantinha o Itamaraty informado. Isto é, insistia na explicação de que, na África Austral, não se tratava de conflito Leste-Oeste. Não havia um mero marxismo cultural que incitasse os negros contra os brancos. Havia, sim, o esforço de manter as prerrogativas raciais dos brancos e de evitar a redistribuição de terras férteis a favor dos africanos. Acabei recebendo instruções para que “evitasse me intrometer nos assuntos

A propósito, nas conversas com Tutu, ele se prontificava a dissertar sobre as mazelas da política interna de seu país, mas, com firmeza, me cobrava sobre o que se passava no Brasil, sob o regime militar autoritário. Com lealdade às funções oficiais que exercia, sempre fui forçado a responder utilizando os “argumentos governamentais” que antecipavam “aberturas graduais, de acordo com calendário a ser decidido pelas autoridades constituídas etc.”. Este — entendia meu interlocutor — era o procedimento que eu deveria seguir, como funcionário do governo brasileiro.

Mas sempre era possível manter o diálogo, sem intransigências incontornáveis — ao contrário do que acontece hoje, no Brasil, quando pessoas com visões divergentes não conseguem estabelecer uma conversa civilizada.

Quanto a minhas informações sobre a evolução das questões da Namíbia e da Rodésia, contudo, tive leitores mais atentos na área política do Itamaraty. Tendo conhecido, em Maputo, muitos dos assessores diretos de Mugabe, que saiu vencedor nas eleições rodesianas, levando à independência do Zimbábue, apostei, em sucessivas comunicações, que esse líder guerrilheiro assumiria o poder em Harare. Em contrapartida, outros postos — principalmente em Londres e Washington — pregavam que Nkomo, liderança interna de oposição a Ian Smith, então no poder em Salisbury (antiga Harare), que contava com o apoio dos países ocidentais no contexto da Guerra Fria, seria o vencedor.

Como consequência desse conhecimento adquirido, sobre os fatos em questão e pessoas envolvidas, fui agraciado com uma missão ao Zimbábue, recém-independente, em 1980, para preparar a visita do então Chanceler Ramiro Guerreiro, em périplo pela África Austral.

Meu maior êxito como analista político ocorreu no decorrer da Guerra das Malvinas. Isso porque, em 1982, quando Londres despachou esquadra para re-integrar as ilhas a seus domínios, contara com reabastecimento na Base Naval de Simon's Town, na África do Sul. O governo de Pretória, contudo, apesar de depender fortemente do apoio político, econômico e militar do Ocidente, negou o acesso de suas instalações à referida força naval britânica.

Interpretei, na ocasião, que os sul-africanos, pela primeira vez, antecipavam uma visão estratégica de que — conforme aconteceu a partir de década de 1990 — seu futuro dependeria mais da inserção em cenário que tivesse como prioridade o Atlântico Sul e países da outra margem, incluindo, obviamente, Argentina e Brasil, do que da parte Norte, incluída na OTAN.

No auge do conflito provocado pelos argentinos, nosso Chanceler Ramiro Guerreiro anunciou, publicamente, a minha interpretação. Pena que, apesar do elogio, no mesmo contexto, afirmou que o Brasil mantinha, em Pretória, um “mero Segundo Secretário” como encarregado de negócios, sem embaixador — como protesto contra o apartheid. Daí permaneci no posto durante mais de três anos sem ser promovido, pois tal ato “poderia ser interpretado como um *upgrading* nas relações com a África do Sul...”.

A lembrança mais trágica que trago de meu período na África do Sul diz respeito ao relacionamento com a Embaixada da Argentina. Como protesto idêntico contra o sistema racista, aquele país mantinha na capital sul-africana um encarregado de negócios, em nível de ministro conselheiro, que se tornou meu amigo e cúmplice.

Mas Buenos Aires acreditava, como adido militar, no Almirante Chamorro, que se tornara maldito em seu país por ter comandado a “Escola Mecânica da Marinha”, onde se torturavam prisioneiros políticos. Havia o entendimento de que Chamorro fora enviado a Pretória a título de exílio, para sua proteção contra dissidentes argentinos que o queriam morto. Tive, então, que participar de vários jogos de cartas, na missão argentina, com a repugnante presença desse personagem.

Pior, como seu segundo, encontrava-se o Tenente Azis, que era amaldiçoado por atirar freiras prisioneiras de aviões militares ao mar. Infelizmente, este era um de meus parceiros de tênis, antes de se voluntariar para retornar ao serviço ativo, durante a crise das Malvinas, e comandar a primeira rendição de uma força naval argentina aos ingleses.

Outra vertente do trabalho na Embaixada em Pretória, sempre com o auxílio da Vitória, era o de rejeitar contatos oficiais e desportivos com a África do Sul. Era

prática, então, das autoridades militares apresentarem passaporte comum, sem referência à importância do portador, para que este pudesse aparecer no Brasil em busca de contato com dirigentes nossos. Fui bem-sucedido no esforço de identificar, por exemplo, o Comandante das Forças Armadas sul-africanas, apesar de sua foto, à paisana e feliz, cumprir as instruções de negar-lhe o visto. Estava ele a caminho do Paraguai, que mantinha relações diplomáticas com a África do Sul.

Também com frequência apareciam grupos de jovens que, a partir de diferentes agências de viagens, solicitavam vistos de turista. Na verdade eram equipes desportivas. Estava em vigor sistema de sanções contra intercâmbio de qualquer esporte com os sul-africanos, em protesto contra a discriminação racial vigente no setor. Negava-se, portanto, com cuidadoso trabalho de seleção dos formulários, a autorização para que viajassem ao Brasil, com pesar por afetar o sonho de tantos jovens.

Durante os três anos em que servi em Pretória, minha vida familiar era afetada pelo sistema do apartheid. Descobri, por exemplo, que, de acordo com o sistema estabelecido, os empregados — todos negros e moçambicanos — estavam instalados em local separado da residência. Um dia percebi que havia uma criança trancada no recinto. Tratava-se de um garoto negro, de idade próxima a de meus filhos: menos de seis anos.

De acordo com o regime racista, seria proibida sua permanência em área residencial reservada a brancos. Imediatamente e com severidade, exigi que sua mãe o liberasse do confinamento — havia uns quinze dias que estava escondido por ela — e o deixasse brincar com minhas três crianças, no jardim e dentro de casa. Era uma alegria, a partir de então, assistir à sua felicidade, correndo, andando de bicicleta e falando a mesma língua portuguesa com os novos amigos.

Vizinhos que protestassem ouviam a resposta de que a Embaixada era território estrangeiro e que, no Brasil, brincadeiras infantis não tinham barreiras raciais. Causava surpresa, entre a população branca da capital sul-africana, o fato de que levávamos conosco o menino africano à vacinação das nossas crianças e a passeios em lugares públicos.

Tínhamos, contudo, que respeitar normas locais de que ele não poderia, por exemplo, frequentar lanchonetes reservadas a “whites only”. Nesses locais, não podíamos recorrer ao argumento de que se tratava de “território estrangeiro”.

Sempre preocupado em estabelecer diferenças entre a “multiculturalidade” brasileira e a segregação sul-africana, certa vez participei de um jogo de futebol entre diplomatas estrangeiros e uma equipe de Soweto. Cabe lembrar que, na África do Sul, o principal esporte era o rúgbi, seguido pelo críquete — reservados a brancos. O futebol era apreciado mais pela população africana. Durante a partida, joguei o primeiro tempo entre os diplomatas estrangeiros. No segundo, troquei camisas suadas com um jogador negro e passei para a equipe contrária. Tal gesto foi muito comentado.

Prova de que o racismo não é algo inato, mas adquirido, foi o fato de que, após seu ingresso em colégio sul-africano — segregado só para brancos, naturalmente —, um dia minha filha mais velha referiu-se ao garoto negro — com quem, com naturalidade, se dava tão bem — como “filho da empregada”. Senti que era chegado o momento de pedir transferência para outro país, tendo em vista que, claramente, minha família estava sendo afetada pela propaganda racista do apartheid.

Ah, já ia me esquecendo. No que diz respeito a contatos com dissidentes do regime do apartheid, pedi autorização ao Ministério das Relações Exteriores, em 1981, para visitar um dos maiores opositores, conforme o faziam representantes de outros países em Pretória. Aquele que se encontrava preso em “Robben Island”. Era um tal de Nelson Mandela.

Recebi resposta negativa.

DESCRIMINALIZAR MULHERES É QUESTÃO DE VIDA! LIÇÕES DA ARGENTINA

POR TABATA TESSER

TABATA TESSER é socióloga, feminista católica e mestranda em ciência da religião pela PUC-SP.

Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, nasceu em Buenos Aires, no bairro das Flores. A capital argentina é berço do líder católico empossado no pontificado em 2013 e, também, palco histórico das grandes mobilizações da campanha pelo aborto legal que culminaram com sua aprovação, na madrugada de 30 de dezembro de 2020, pelo Senado argentino. O Projeto de Lei que estabelece o aborto legal e seguro no país passou com 38 votos a favor, 29 contra e uma abstenção. Os vídeos são emocionantes: panos verdes e canções vibrantes chacoalharam as ruas argentinas. A maré verde tomou conta do país: passou de uma “marolinha” para um tsunami. Vencedora, inspira a luta política feminista na América Latina.

Apesar da vitoriosa decisão na Câmara dos Deputados e no Senado, nem sempre a conjuntura política argentina esteve favorável ao tema. A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito na Argentina se iniciou em 2005, quando nos Encontros Nacionais de Mulheres de Rosário e Mendoza as mulheres decidiram que o aborto legal teria que ser pauta urgente na agenda pública. Nos últimos treze anos, foram apresentados sete Projetos de Lei na Argentina para que as pessoas com útero pudessem interromper gestações sem serem criminalizadas.

Em 2018, um dos projetos aprovados pela Câmara dos Deputados previa que o aborto poderia ser feito em qualquer clínica ou hospital e o governo arcaria com os custos do procedimento, fornecendo atenção psicossocial e cuidados médicos

92 | à pessoa que decidisse interromper a gravidez. Ao chegar ao Senado, o projeto

foi rejeitado. Na época, o Papa Francisco atuou como agente político-religioso importante na construção retórica reacionária da agenda contra o aborto legal. Em declaração no Vaticano, chegou a comparar a prática de interrupção da gravidez ao extermínio executado pelos nazistas contra judeus, chamando de “luvas brancas” as pessoas que realizam aborto.

Não se trata evidentemente de política isolada do Papa, que de resto se encontra também em meio a intensas disputas de poder em Roma. Nas últimas três décadas, o combate apocalíptico do Vaticano aos direitos sexuais e reprodutivos, ao casamento homoafetivo e à farsesca narrativa da “ideologia de gênero” produziu, no seio teológico da Igreja, conteúdos importantes sobre o tema. Através de cartas aos bispos, encíclicas direcionadas aos fiéis, entrevistas do clero, homilias internacionais e até posicionamentos em 140 caracteres no Twitter, a Igreja Católica construiu uma “diabolização” do termo “gênero”, estimulando uma agenda moralista contra o aborto e em defesa da cidadanização do feto. Uma verdadeira campanha transnacional de cruzadas antigênero, com foco na América Latina, como discutido pela pesquisadora Sonia Correa.¹

A “diabolização” do termo gênero ronda o Vaticano desde 1990. Trata-se de uma tentativa bem-sucedida de instalar um pânico moral nos fiéis com objetivo de defender um modelo de família tradicional heteronormativa e apresentar a reprodução como um dado “natural da vida humana”, gerando uma automatização dos corpos para a capacidade reprodutiva. Diretamente, Bento XVI e Francisco nomearam o conceito de gênero como “diabólico”, “demoníaco”, “pecado contra Deus Criador”. Já João Paulo II caracterizou a “ideologia de gênero” como uma “cultura da morte”, bojo narrativo no qual se encontra a pauta contra o aborto para a Igreja Católica.

Diante desse contexto, pode-se imaginar o tamanho da batalha travada em uma Argentina em crise econômica e assolada pela pandemia. A Igreja Católica argentina convocou, em março, na Basílica de Luján, uma missa no Dia Internacional da Mulher, cujo tema era “Sim às mulheres, sim para a vida”. O país se dividiu entre os azuis, contra a agenda pró-aborto, e os/as verdes, contra a

criminalização das mulheres que decidam interromper uma gestação. A demonização do projeto contou com uma unidade cristã entre correntes católicas e evangélicas. Agitavam panos azuis e brancos em defesa de um conceito de vida abstrato, inócuo e fraudulento. Em paralelo, artimanhas de influentes grupos conservadores buscaram de todas as formas barrar a aprovação do projeto.

Houve reação contra os fundamentalismos. No dia da votação no Senado, a Coalizão Argentina por um Estado Laico (CAEL), fundada em 2009 por advogadas, antropólogas e filósofas feministas, distribuiu mais de 1,3 mil formulários para fazer pedidos de desligamentos da Igreja na frente do Congresso. Destoando do imaginário social de que a Igreja Católica só tem uma posição oficial, milhares de mulheres católicas feministas se somaram à Campanha por Aborto Legal e Seguro no país. Destaco a atuação das Católicas pelo Direito de Decidir da Argentina,² que esteve presente na comissão de construção do Projeto de Lei de aborto legal e que construiu contranarrativa de feministas cristãs afirmando que descriminalizar as mulheres é questão de vida. Foi uma vitória marcante numa América Latina envolta nas trevas do uso político da religião para fins reacionários. Há fissuras, há caminhos, há esperanças. No país do Papa, o aborto legal finalmente virou realidade.

NOTAS

- 1 CORREA, S. “Ideologia de gênero”, neointegrismo católico e fundamentalismo evangélico: a vocação antidemocrática. *Revista Rosa*, 14 set. 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/ideologia-de-genero-neointegrismo-catolico-e-fundamentalismo-evangelico>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 Site oficial disponível em: <https://catolicas.org.ar>. Acesso em: abr. 2022.

QUAL DEVE SER A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL ESTRANGEIRO E PROJETO NACIONAL?

POR RICARDO BEGOSSO

RICARDO BEGOSSO é advogado e mestre em direito político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e editor do *Portal Disparada* (<https://portaldisparada.com.br/>).

Uma das chaves para projetar a superação do subdesenvolvimento é mapear brechas abertas ao desenvolvimento tecnológico. Como diriam Raúl Prebisch e Celso Furtado, o capitalismo é um processo irregular de difusão do progresso técnico e o subdesenvolvimento sofre da incapacidade estrutural de liderar a inovação, restando aos países subdesenvolvidos consumir tecnologias produzidas pelos desenvolvidos.

Qual papel, portanto, cabe ao capital estrangeiro — detentor da tecnologia de vanguarda — na superação do atraso tecnológico? É preciso distinguir as formas de investimento estrangeiro. Há o investimento em carteira (“de portfólio”), modalidade financeiro-especulativa, e o investimento estrangeiro direto (IED), modalidade produtiva. Sendo o desenvolvimento um processo de transformações de longo prazo, o IED e suas características duradouras interessam mais que os capitais de curto prazo.

Ser incondicionalmente favorável ou desfavorável à participação do IED na economia, porém, é algo dogmático que resulta do distanciamento teórico em relação à realidade. É muito importante que se tenha em conta a historicidade do investimento estrangeiro. Os fluxos de capitais são moldados por estratégias de Estados nacionais e de empresas multinacionais situadas em um sistema mundial hierarquicamente desigual, cujas clivagens derivam do desequilíbrio tecnológico entre as nações. Essa hierarquia deflagra parâmetros dentro dos quais a circulação internacional do capital se desdobra.

A natureza do IED deve ser tratada, portanto, no âmbito da economia *política*, ramo do conhecimento mais apropriado para examinar as disputas globais

pela riqueza e pelo poder. Por sua vez, tais rivalidades não podem ter suas essências capturadas apenas pela técnica econômica. Exige-se um exercício interdisciplinar, calcado nas relações internacionais, na história e na geopolítica para compreendê-las.

Ao percorrer esse caminho, afastam-se rapidamente premissas tecnicistas que submetem nossa política em relação aos capitais estrangeiros — trata-se, aliás, de uma *não política*, ou de uma política de *não atrito*: só é permitido desenvolver o Brasil na medida em que não se contraponha o desenvolvimento ao mercado, uma entidade sem pátria, sem povo, que se move por remessas de lucros e dividendos e ameaça desinvestimentos para obter políticas públicas mais favoráveis. É bem certo que por aí não se alcança desenvolvimento algum.

Não traçar condições de aceitabilidade aos ingressos de IED desconsidera a segurança econômica. É como abrir o portão e jogar fora as chaves de casa. Por outro lado, é imperativo que condicionalidades adotadas pelos centros decisórios nacionais sejam transparentes e tenham consistência e pragmatismo. Nesse sentido, há pistas indispensáveis na história global do IED que devem servir de apoio para a formulação da política econômica brasileira.

A multinacionalização estadunidense e europeia da década de 1950 se deu no contexto de superação do frenesi especulativo dos anos vinte, após profundas mudanças institucionais imporem severos controles ao capital financeiro mundo afora. As tecnologias do complexo metalomecânico-químico, já maduras nos países desenvolvidos, buscavam oportunidades em novos mercados. O capital estrangeiro que o governo JK (1956-1961) admitiu participar no desenvolvimento, condicionado a critérios de interesse nacional, era evidentemente *produtivo*.

Durante a abertura econômica da década de 1990, os entraves internacionais aos fluxos financeiros mal resistiam, as antigas tecnologias já não eram tão rentáveis e as emergentes ainda estavam em fase de amadurecimento. A abertura foi um prato cheio para os capitais especulativos,¹ mas não trouxe tecnologias de ponta.

Mesmo representando a forma produtiva de capital estrangeiro, o IED nem sempre produz, efetivamente, algo. Em contextos nos quais a acumulação do

capital vive ciclos predominantemente financeiros, esse investimento é mais estável, mas assume formas de *controle* voltadas para *espoliação* dos investimentos já amortizados em empresas à venda e com pronta rentabilidade, como na década de 1990 no Brasil.

Para Carlota Perez, revoluções tecnológicas não se disseminam internacionalmente em busca de lucratividade antes de alcançarem certa maturidade em seus países de origem, quando as oportunidades de investimento se tornam decrescentes. É então que os critérios de seletividade, condicionalidade e essencialidade definidos pelo Estado trabalham bem, permitindo o ingresso conforme a insuficiência do capital nacional e aclimatando o IED a parcerias que transfiram tecnologia às empresas nacionais, públicas e privadas. O capital especulativo, naturalmente, deve ser submetido a controles rigorosos em qualquer cenário.

Instrumentalizar o capital estrangeiro para o desenvolvimento é tarefa demasiada complexa para o livre-mercado. Só será alcançada sinergicamente através da organização de aparato institucional para que a comunidade empresarial brasileira obtenha acesso ao que de mais moderno o mundo produz, para depois contribuir com peso na fronteira da inovação tecnológica. À diplomacia econômica compete endereçar externamente a afirmação do progresso tecnológico nacional.

Também é preciso planejamento para quando os contornos da acumulação global não favorecerem os fluxos de capitais produtivos. Em intervalos de hegemonia das finanças, o Estado precisa estar preparado para mobilizar recursos financeiros nacionais, em articulação com a estrutura pública e privada de pesquisa no país, para que jamais se obstrua a construção da autonomia tecnológica.

Em síntese, o país deve estar pronto para edificar a própria rota em três movimentos distintos: (1) aproveitar os fluxos internacionais de capital quando os vetores tecnológicos circunstanciais forem oportunos; (2) moldar, a todo tempo, os critérios de entrada e saída do IED; e (3) operar uma política constante de formatação de uma paisagem tecnológica nacional crescentemente autônoma,

É esse tipo de *agência* que um projeto nacional de superação do subdesenvolvimento demanda. Ao fim e ao cabo, o desenvolvimento do Brasil é tarefa dos brasileiros. É como dizia Barbosa Lima Sobrinho: “o capital se faz em casa”. É também, entre outras circunstâncias, a forma como os chineses conduziram seu rápido e bem-sucedido processo de desenvolvimento recente.

Diante disso, não se pode ignorar a atual ofensiva contra o capital nacional patrocinada por nossas autoridades. Caminha para a aprovação no Congresso o Projeto de Lei nº 5.387/19, que “simplifica” a legislação do mercado cambial e atribui ao Banco Central o poder de regulamentar a abertura de contas em dólar no país.

O real, pouco utilizado em transações internacionais, pode ver a redução de seu curso no próprio mercado interno. Será possível transformar depósitos de reais em dólares para fugir de instabilidades. Com agressivo desemprego, desindustrialização e sucessivas crises políticas, sem previsão de recuperação do terreno perdido nos últimos anos, pode haver tendência à dolarização no Brasil. Quando perceberem, as autoridades terão pouco a fazer senão torcer para que o capital estrangeiro, em ato de singela boa vontade, não fuja a cada crise, deixando pessoas e empresas ameaçadas de bloqueios bancários.

Os argentinos, que já viveram a dolarização no passado recente, até produziram um filme. Chama-se *A Odisseia dos Tontos*.

NOTA

- 1 AREND, M.; FONSECA, P Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. *Brazilian Journal of Political Economy* [on-line]. 2012, v. 32, n. 1, pp. 33-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000100003>. Acesso em: abr. 2022.

SE QUERES A PAZ, PREPARA-TE PARA A PAZ

POR ANA PENIDO E SUZELEY KALIL

Ana Penido e Suzeley Kalil são pesquisadoras do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional — GEDES (<https://gedes-unesp.org/>).

É conhecido o provérbio romano “*si vis pacem, para bellum*”. A ideia nele embutida foi apropriada pelas forças armadas (FFAA) de vários lugares e também pela indústria, como a DMW alemã, que batizou sua pistola de *parabellum*. Simplificadamente, a expressão é interpretada como a afirmação de que, para garantir a paz, é necessário basear-se no acúmulo da força armada.

A intenção aqui não é discutir as relações internacionais desde uma perspectiva do conflito ou da guerra. Retomamos a expressão para pensar o processo de militarização em curso no Brasil, que contamina todas as áreas do Estado, incluindo a política externa.

A larga participação dos fardados na política implicou um sistema político militarizado, o que vem sendo ampliado e aprofundado com o governo Bolsonaro. Entendemos que a militarização do Estado ocorre em ao menos cinco dimensões (*A militarização da burocracia*, Editora Unesp, 2004). A primeira, e mais visível, é a presença física intensiva das forças de segurança (forças armadas, polícias civis e militares etc.) em espaços civis por definição.

A segunda dimensão é a ocupação de cargos no sistema político, sejam eles de forma eletiva, sejam por indicação. Essa presença cria uma correia na qual os interesses militares são transmitidos para todo o sistema político.

Uma terceira forma de militarização do sistema político é transpor doutrinas formuladas pelos militares para outros ambientes, por meio de políticas governamentais, adotando, por exemplo, a leitura de amigo × inimigo, a cultura do sigilo e da obediência cega etc.

A quarta maneira é transferir valores castrenses para a administração, impondo um determinado *ethos*, por exemplo, baseado na hierarquia, na disciplina e em valores morais próprios das FFAA, por excelência conservadoras.

Uma quinta dimensão é a de militarizar todo e qualquer problema, tomando as forças de segurança como o meio para a resolução de toda natureza de desafio ao Estado. Por fim, militarizar tem ainda mais um aspecto, que é alicerce para as demais dimensões: a manutenção da autonomia e de prerrogativas nas Constituições.

Destarte, no Brasil hodierno ocorre um processo de militarização do Estado, que impacta sua política externa. E essa militarização penetra e impregna todas as esferas da cidadania: política, econômica, social e cultural.

O gasto militar mundial atual gira em torno de 180 vezes acima do orçamento anual da Organização das Nações Unidas, o que já deixa claro quais são as prioridades globais. Além da manutenção da indústria de defesa e das FFAA profissionais, a militarização econômica ocorre quando grandes empresas (públicas ou privadas) e até mesmo setores econômicos completos ficam nas mãos de militares. No Brasil atual, os militares controlam 30% das empresas públicas, sendo o episódio da Petrobras apenas o mais recente.¹ A militarização econômica impacta o comércio exterior e subordina a área produtiva e as relações com os trabalhadores à dinâmica da segurança nacional.

Ademais, vive-se um processo de militarização da sociedade. Combinada com o elevado protagonismo militar em diferentes esferas já pontuado, a militarização da sociedade é a promoção de valores, atitudes e marcos identitários militares na cultura e nos costumes, como a centralização de autoridade, hierarquização, xenofobia justificada pelo cultivo de símbolos pátrios, agressividade, lealdade aos pares, entre outros.

A Unesco² aponta que, uma vez que a guerra invade a mente das pessoas, para construir a paz é preciso partir também da mente das pessoas. “A mente é militarizada de muitas formas. A educação e os valores militares formam parte do nosso dia a dia, e são promovidos de forma consciente e inconsciente por

estruturas militares sob a conviência dos governos.”³ Para verificar este fenômeno no Brasil, selecionamos quatro dimensões.

A primeira é a **naturalização** da violência armada como um mecanismo para a resolução de conflitos, num crescente belicismo. Essa naturalização tem impactos externos, quando alternativas que envolvem o emprego da força têm maior propensão de uso, contando com respaldo popular; e tem impactos domésticos, pois quando as forças de segurança são questionadas, podem responder repressivamente, identificando compatriotas como inimigos. O belicismo também impacta nas diferentes formas de violência, como a de homens contra mulheres, que se torna mais letal.

Essa é a segunda reflexão que a militarização da sociedade impõe, a do **reforço ao patriarcado**: seria necessário criar machos *alfa* capazes do emprego da violência, inclusive nas suas relações afetivas, com mulheres ou outros homens. Essa necessidade impõe-se inclusive para mulheres mães ou àquelas que se proponham a ocupar espaços historicamente masculinos. Uma sociedade militarizada tende a apoiar medidas contra a agenda internacional de direitos humanos, como aquelas pela inclusão de gênero e raça.

A **linguagem** também é instrumento de militarização, expressão da nossa educação e cultura. Não se trata apenas das grandes marchas militares, ou rememoração de datas e personagens simbólicos. A militarização ocorre pela literatura, moda, cinema, jogos bélicos etc. Ela acontece no cotidiano e na colloquialidade, como a adoção da expressão “guerra contra o vírus”.⁴ É por meio da linguagem que se constrói o consentimento social favorável à militarização, pois ela serve como veículo de propaganda. Em um mundo com tanta informação disponível e com o predomínio das redes sociais, podemos ser facilmente manipulados pelos centros de poder, o que alguns chamam de *guerra híbrida* (*Guerras híbridas*, Expressão Popular, 2018).

Por fim, a quarta dimensão relevante para pensar a militarização na sociedade é a do **dissenso**. As estruturas militares geram em seu seio identidades unificadas e totalizantes, sem espaço para a divergência (que é inclusive castigada), e

pautadas pela delimitação do outro como inimigo para justificar-se a si mesmas. Num ambiente internacional hierarquizado e multipolar, já deveríamos ter superado o eterno “dilema do prisioneiro” e ter aprendido a cooperar.

Para realizar a agenda proposta pelo Programa Renascença necessita-se desmilitarizar o Estado, a economia e a sociedade brasileira. A guerra não é algo inerente ao ser humano. O processo de militarização faz com que acreditemos que a melhor forma de lidar com um problema, seja internacional, seja doméstico, é com o emprego de forças armadas. Porém, os gastos com a preparação para a guerra não são a maneira mais eficiente de gerenciar recursos públicos, nem mesmo de conseguir mais segurança.

Desmilitarizar é muito mais que o retorno dos militares aos quartéis. Trata-se de um processo de civilianização⁵ do Estado e da sociedade, o que exigirá medidas principalmente no âmbito da educação e propaganda, para que a violência armada não seja uma alternativa na resolução de conflitos. Enfim, se queremos a paz, é preciso prepararmo-nos para ela, engajando-nos firmemente em sua construção.

NOTAS

- 1 TAGLIONI, A. Con Petrobras, los militares ya controlan el 30 por ciento de las empresas públicas. *LaPolíticaOnline*, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.lapoliticaonline.com/nota/132247-con-petrobras-los-militares-ya-controlan-el-30-por-ciento-de-las-empresas-publicas/>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 UNESCO in brief. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 RUFANGES, J. C. *Mentes Militarizadas: Cómo nos Educan para Asumir la Guerra y la Violencia*. Vilassar de Dalt, Espanha: Icaria Editorial, 2016, p. 7.
- 4 PENIDO, A. A retórica militar camuflada na “guerra” ao coronavírus. *The Tri Continental*, 12 maio 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/a-retorica-militar-camuflada-na-guerra-ao-coronavirus/>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 CARRILLO, E. Bañón, Rafael & Olmeda, José Antonio (compiladores): La institución militar en el estado contemporáneo (Recensión). *Revista de las Cortes Generales*, n. 7, p. 333-344, 1º abr. 1986.

HÁ MOTIVOS PARA ESPERANÇAS?

Texto de autoria do núcleo responsável pela concepção do Programa Renascença, coordenado pelo Instituto Diplomacia para Democracia. Disponível em: <https://www.diplomaciaparademocracia.com.br/programa-renascenca>. Acesso em: mar. 2022.

A troca de comando na chancelaria tem sido recebida com ceticismo. Se por um lado algumas extravagâncias devem ser abandonadas, por outro lado a família Bolsonaro seguirá dando as cartas, o que é preocupante. O bolsonarismo tem causado graves danos em praticamente todas as áreas do governo. Há esperanças, contudo, de que a nova chefia do Itamaraty conduza trabalho pragmático, longe das redes sociais, para restabelecer condições mínimas de racionalidade na defesa dos interesses nacionais. Parece também um bom momento para, neste espaço, revisitarmos em que pé andam as conversas do Renascença.

Setembro de 2020. Em meio à devastação da “revolução cultural” bolsonarista, uma diversidade de jovens servidores apresentou ao país diagnóstico e propostas para reconstrução da política externa do Brasil. Iniciativa inédita em dois séculos de diplomacia brasileira. Inovadora também ao contemplar mudanças que ampliem a representatividade e a republicanização do ministério.

O “Programa Renascença: Construção coletiva de política externa humanista, democrática e laica, baseada na Constituição Federal”¹ reúne propostas para a reconstrução da diplomacia nacional distribuídas em dez objetivos gerais e cem metas específicas. Um programa utópico e experimental em alguns pontos, pragmático em outros. Comprometido com a redução de desigualdades, a promoção dos direitos humanos e a justiça socioambiental, questiona premissas do liberalismo econômico e tem elementos feministas e antirracistas. Propõe reformas democratizantes no ministério e mais abertura da diplomacia para a sociedade.

O Renascença ofereceu uma contribuição, um chamado à reflexão, sem a pretensão de ser um produto acabado. Sua condução ficou a cargo do Instituto Diplomacia para Democracia,² fundado alguns meses antes, quando Bolsonaro ameaçava as instituições em frente ao quartel do Exército e uma legião de lunáticos acampava na Esplanada.

Desde o debate inaugural,³ que contou com os embaixadores Celso Amorim e Rubens Ricupero, foram realizadas dezenove rodadas de conversas com pensadoras e pensadores, cientistas sociais, ativistas e embaixadores aposentados. Os temas⁴ giraram em torno de política externa e redução de desigualdades; cooperação para a paz; compromissos da Conferência de Durban contra o racismo e o ativismo negro internacional; a liderança de mulheres indígenas na Amazônia; a ascensão da extrema direita no mundo; processos de (des)integração regional; Brasil, EUA e China; diplomacia digital; direitos humanos e política externa; meio ambiente e relações internacionais; literatura e diplomacia; políticas migratórias; gênero e raça no Itamaraty; participação da sociedade civil e do Congresso na política externa; e, finalmente, perspectivas para o IPRI e a Funag, órgãos de pesquisa e reflexão aparelhados por militância radicalizada.

A presente coluna é parte da iniciativa e tem permitido desenvolver bom trabalho no espaço Democracia e Diplomacia.⁵ Convidamos leitores a repassar o acervo de textos: são ideias de jovens pesquisadoras e ativistas, memórias de embaixadores aposentados, análises e proposições variadas. Compõem mosaico de ideias que complementam as conversas virtuais. É preciso avançar, diversificar e dialogar mais com outras produções intelectuais. Como tudo no Instituto, evita-se a superficialidade, a lacração, o surfe em ondas midiáticas, a busca irrefletida de seguidores: é um trabalho de base, olhando o médio e o longo prazo com a seriedade que os problemas brasileiros exigem.

Recentemente, foi dado um salto qualitativo. A curadoria e a mediação dos principais temas e debates do Renascença passaram a ser feitas por intelectuais espalhados pelo Brasil e no exterior. Cabeças com distintas origens, formações e perspectivas, a maior parte de grupos sociais historicamente ausentes

da formulação e da execução da política externa. Trata-se de mudança de paradigma importante: agora não falamos apenas do Instituto, ou de servidores do Itamaraty, mas de um arco bem mais representativo.

“Desalentados” foi uma expressão usada para refletir o estado de espírito de uma geração de servidores públicos que se deparava com o projeto de destruição bolsonarista. É verdade. Em uma estrutura burocrática hierarquizada, num país em luta consigo mesmo, com uma política externa fantasmagórica e frequentemente contrária aos interesses nacionais, não havia muito o que fazer ou para onde correr. Desalento definia bem. O Instituto e mesmo o Renascença foram iniciativas isoladas nadando contra a maré obscurantista.

Hoje prevalecem indignada consternação diante da tragédia na saúde pública e ceticismo diante do que resta do governo, mas há sementes. As instituições procuram se resguardar, posicionamentos políticos são revistos e parte da população parece despertar. A mudança no Itamaraty abre a possibilidade de alguma melhoria. Convidamos você a acompanhar o novo ciclo do Renascença, uma iniciativa inédita e inovadora pensando a política externa brasileira para além do bicentenário da Independência.

NOTAS

- 1 PROGRAMA Renascença, op. cit.
- 2 Site oficial disponível em: <https://www.diplomaciapara-democracia.com.br>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 PROGRAMA Renascença - Debate inaugural com Celso Amorim e Rubens Ricupero. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WSNWPwespY&list=PLG_OE40RJceYyNbk7nyATIVPxYsnsArU9&index=8. Acesso em: abr. 2022.
- 4 Vídeos do canal do YouTube *Diplomacia para Democracia* disponíveis em: <https://www.youtube.com/c/DiplomaciaparaDemocracia/playlists>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 Colunas disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/>. Acesso em: abr. 2022.

BRASIL EXPOSTO NA OEA: INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS NO MATO GROSSO DO SUL

POR MATHEUS DE CARVALHO HERNANDEZ E BRUNO BOTI BERNARDI

**MATHEUS DE CARVALHO HERNANDEZ e
BRUNO BOTI BERNARDI** são professores do curso de relações
internacionais e do mestrado em fronteiras e direitos humanos
da Faculdade de Direito e Relações Internacionais
da Universidade Federal da Grande Dourados.

Precisamos falar sobre o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Vinte e três anos: este foi o intervalo entre a primeira e a mais recente visita oficial da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), da OEA (Organização dos Estados Americanos), ao Brasil. Em novembro de 2018, a comitiva da CIDH esteve em solo brasileiro para verificar in loco a situação dos direitos humanos no nosso país. O Brasil vivia o fim do cambaleante governo Temer e o luto, ao menos de quem zela pelos direitos humanos, pela então recente vitória do atual presidente. O resultado da visita da CIDH se materializou em relatório publicado recentemente, em 5 de março deste ano. Uma versão prévia foi enviada pela CIDH ao governo brasileiro em outubro do ano passado, que respondeu dois meses depois com informações, as quais, quando pertinentes aos olhos dos integrantes da CIDH, foram incorporadas ao relatório.

Trata-se de longo documento de mais de duzentas páginas no qual a Comissão traça diagnóstico abrangente sobre a situação dos direitos humanos no Brasil e, ao final, encaminha uma série de recomendações. Tendo em vista a extensão continental do país, mas também a complexidade e variedade de violações sistemáticas, a CIDH optou por focar certos temas e certos grupos ligados à questão da discriminação e desigualdades históricas e estruturais brasileiras. O relatório, portanto, é bastante rico e detalhado.

Entretanto, não só em razão da distância temporal entre a visita (novembro 110 | de 2018) e a publicação do relatório (março de 2021), mas também pelo fato de o

atual governo paradoxalmente “rotinizar” a opinião pública com suas reiteradas posições e práticas antidireitos humanos, inclusive em âmbito internacional, o importante relatório da CIDH parece não ter alcançado — pelo menos não ainda — a visibilidade merecida. As possibilidades de seu uso estratégico estão justamente na sua riqueza de detalhes. Na temática indígena, por exemplo, isso é evidente.

Além de dedicar merecido espaço a vários dos problemas vivenciados pelos povos indígenas (inclusive os isolados) da região amazônica, a qual tende sempre a chamar mais a atenção dos olhos internacionais, o relatório se debruça com cuidado também sobre a realidade dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Vale dizer, aliás, que a CIDH se dividiu em seis grupos durante a estada no Brasil e optou por visitar apenas oito estados, entre eles o MS, justamente a região do município de Dourados, epicentro de um padrão sistemático de violações aos povos Guarani, Kaiowá e Terena.

De modo geral, os problemas vivenciados pelos povos indígenas do MS possuem semelhanças com as violações infelizmente sofridas por povos de outras regiões do Brasil, pois se relacionam com fenômenos amplos não negligenciados pela CIDH, tais como: invasão de terras indígenas; dificuldade para titulação e proteção de terras; demora injustificada na demarcação de terras; ausência de proteção do Estado; agendas parlamentares anti-indigenistas; enfraquecimento da Funai; erosão das políticas ambientais; precariedade das políticas de saúde; desrespeito ao consentimento, prévio, livre e informado; escassas reparações em matéria de direito à memória e à verdade; e a retrógrada tese do chamado marco temporal.

Como a CIDH esteve in loco no MS, em seu relatório há diversos momentos nos quais conecta esses problemas estruturais às graves realidades vividas pelos povos indígenas da região de Dourados. Ao tratar da tese do Marco Temporal, por exemplo, o relatório explicita que os povos Terena, Guarani e Kaiowá foram prejudicados na medida em que tiveram processos de demarcação cancelados: a terra indígena de Limão Verde/Buritim, no caso dos Terena, e Guyraroká, no caso dos Guarani e Kaiowá, agora em análise em julgamento virtual pelo STF. | III

Tendo passado pela região, a CIDH pôde evidenciar a grave condição humanitária dos povos indígenas de MS decorrente do desrespeito sistemático aos seus direitos territoriais. Trata-se da segunda maior população indígena no país, mas 80% dela vive em menos de 27 mil hectares. A situação da Reserva de Dourados é de superpopulação e confinamento, o que se relaciona com altas taxas de homicídio e suicídio. As comunidades e lideranças que tentam resistir a esse processo são costumeiramente alvos de ataques. Infelizmente, isso não é, claro, uma exclusividade de MS, mas a realidade nessa região é tão gritante que a CIDH, ao tratar desse problema estrutural no seu relatório, justamente exemplifica com o caso dos Guarani e Kaiowá.

A CIDH também esteve presente em Guyraroká, terra indígena cujo processo de demarcação foi cancelado por força da estapafúrdia tese do Marco Temporal. A comunidade que ali reside vive em condições absolutamente precárias e insalubres. O território atualmente ocupado ali pelos Guarani e Kaiowá corresponde apenas a 5% daquele então mapeado pelo relatório de identificação e demarcação de 2004. Além de todas as precariedades materiais observadas pela CIDH, seu relatório não negligencia a situação de constante estresse que assola uma comunidade que vive rotineiramente sendo ameaçada e que teme ser despejada a qualquer momento.

A comitiva da CIDH também passou pelo território indígena Dourados-Amabaipeguá, palco de ataques frequentes por parte de milícias armadas e cenário do chamado Massacre de Caarapó. Em abril de 2017, em uma operação denominada Caarapó I, uma ação policial foi realizada com mais de duzentos homens e um helicóptero, desrespeitando completamente as normas internacionais e interamericanas de direitos humanos. O indígena Clodiodi de Souza foi morto, e mais seis indígenas ficaram feridos, inclusive um menino de 12 anos. O caso é tão alarmante que a CIDH o incluiu nominalmente nas recomendações ao Estado brasileiro acerca da necessidade de investigar, sancionar e reparar ameaças, ataques e violência contra membros de povos indígenas, causados

A comitiva da CIDH ainda se debruçou sobre o tema da remoção de crianças indígenas de suas respectivas famílias. Durante a visita, esteve no Centro Educacional Maria Ariane (CEMA), em Caarapó. Naquele momento, segundo o relatório da Comissão, dezessete das dezenove crianças que lá estavam abrigadas eram indígenas e, na cidade de Dourados, naquele mesmo momento, havia 34 crianças indígenas em abrigos. No relatório, a CIDH não se furtou a relacionar tal problemática com elementos estruturais causadores da situação, ou seja, carências profundas, violências e violação do direito à terra.

O relatório ainda menciona casos de trabalhadores Terena resgatados em condições análogas à escravidão, e denuncia, ecoando conclusões de audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal de MS, padrões sistemáticos de violência obstétrica impostos a mulheres indígenas e negras.

A realização de visita oficial de um órgão internacional de direitos humanos, como a que a CIDH fez ao Brasil em 2018, não é trivial. Tanto a visita em si quanto os produtos dela decorrentes, como é o caso do relatório divulgado no mês passado pela CIDH, têm potencial de gerar impactos positivos para a situação daqueles que sofrem violações sistemáticas, como os povos indígenas de MS. Mas esses impactos passam a ter alguma chance de efetividade somente se agentes domésticos empunham os registros feitos pelo órgão internacional e passam a integrá-los em suas estratégias, sejam elas políticas, sejam jurídicas, ainda mais considerando as políticas e posições anti-indígenas — internas e externas — do atual governo federal. Nesse sentido, é imprescindível que não só entes da sociedade civil e outros atores que se enfileiram ao lado dos movimentos indígenas, mas também que instituições como Judiciário, Ministério Público, Defensoria e OAB conheçam e se valham dos alertas e das recomendações feitas pela CIDH em seu relatório recém-divulgado. Só assim as normas internacionais ganham vida e “desnormalizam” a morte.

O BRASIL NA VANGUARDA DO ATRASO

POR FELIPE CALABREZ

FELIPE CALABREZ é doutor em administração pública e governo pela FGV.

“**A** política da vacinação é a política econômica mais importante.” Dita recentemente por Kristalina Georgieva, diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), essa frase nos convida a pensar mudanças nas relações entre o FMI e a política econômica brasileira.

Nos anos 1980, o papel do Fundo Monetário Internacional era central. Por um lado, a crise da dívida externa havia impossibilitado o padrão de financiamento do desenvolvimentismo. Por outro lado, a desorganização contábil e financeira do Estado e o acelerado processo inflacionário deixavam o Brasil muito vulnerável. Após uma sequência de “cartas de intenções” não cumpridas — ainda durante o regime militar —, o país intensifica o processo de renegociação da dívida externa e, na virada da década, adere ao programa de “recomendações” liberalizantes.

Abertura comercial e financeira, privatização de estatais e uma quase criminalização do desenvolvimentismo, tido como ideologia atrasada, passaram a ser itens fundamentais da agenda econômica. Primeiro com Collor, de maneira atabalhoada, e depois de maneira mais gradual e complexa, como parte do Plano Real, um plano de estabilização que contava com mecanismos heterodoxos — e que não agradava os diretores do Fundo à época —, mas que foi seguido por uma agenda de cunho liberal que rechaçava ideias de nação e desenvolvimento e pulava nos braços da avalanche financeira mundializada com boa dose de otimismo.

Junto ao sucesso no controle inflacionário — e não apesar dele —, o Brasil experimentou um salto no nível do endividamento público. Ocorreu parte por conta do reconhecimento de dívidas passadas e saneamento dos estados, parte

também por razões financeiras e macroeconômicas. A política cambial e a de juros — indissociáveis que são — ajudaram a criar um salto na DPMFI (Dívida pública mobiliária federal interna), gerando uma espécie de estrangulamento financeiro do Estado brasileiro. Assim, dada a estrutura orçamentária brasileira, o investimento público foi a rubrica mais penalizada, despencando para os menores níveis da série histórica, enquanto o gasto financeiro disparou. A partir desse momento o mantra do “ajuste fiscal” e o compromisso com metas de resultado primário não mais saíram da agenda, salvo em períodos específicos, quando passam a ser contornados.

Pouco lembrada pela grande imprensa, a presença do FMI se manteve forte durante a segunda metade da década de 1990. O governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso contraiu dívida com o Fundo diversas vezes, solicitando recursos diante das turbulências financeiras em 1998, na transição do primeiro para o segundo mandato; mais uma vez em setembro de 2001; e, por fim, um novo empréstimo em 2002, às vésperas da transição de governo. Todos os acordos fechados com o Fundo continham condicionalidades ligadas ao compromisso de ajuste das despesas não financeiras do Estado.

O governo do Partido dos Trabalhadores, iniciado em 2003, também se comprometeu com as condicionalidades acordadas em 2002, entregando um superávit primário até maior que o exigido. Nesse momento parecia que o mantra do ajuste fiscal intermitente havia sido cravado em pedra. Eis que, em meados de 2005-2006, por uma conjunção de fatores internos e externos, começa-se a produzir uma pequena inflexão na política fiscal, que passa a buscar “espaço fiscal” para ampliação das rubricas de investimento público. Inicialmente conversadas com o próprio FMI, certas medidas que visavam contornar as restrições fiscais impostas pela meta do resultado primário, por meio do PPI (Projeto Piloto de Investimentos), vão ganhando corpo até desaguiarem no PAC 1 (2007) e PAC 2 (2011). Em paralelo, consequência da política de acúmulo de reservas que se iniciava, foi realizada quitação adiantada da dívida com o FMI, o que ampliou significativamente a autonomia da política econômica diante do Fundo e dos credores externos.

A história que vem depois é mais ou menos conhecida e muito mal contada. Reversão no cenário internacional, medidas de política econômica equivocadas ou mal calibradas, pressão do setor financeiro e uma crise política que ainda não se resolveu produziram um emaranhado de questões jurídicas, técnico-administrativas e político-partidárias. O esgotamento do ciclo de crescimento econômico e as medidas de ajuste fiscal tentadas por Dilma Rousseff se deram no mesmo contexto da crise política, produzindo conflitos com o Parlamento e o rápido esvaziamento de sua base de apoio. Construiu-se nesse momento uma ampla coalizão contrária ao governo e buscou-se, junto ao TCU e outros órgãos, um “fato jurídico” para derrubá-lo. Com a popularidade em baixa e manobras conspiratórias contrárias ao governo em alta, “créditos suplementares” não autorizados e atrasos nos repasses do Tesouro para bancos públicos (“pedaladas fiscais”) bastaram. A historiografia e a disputa de narrativas ainda estão em aberto e não vou entrar aqui em polêmicas sobre golpe, crime de responsabilidade e justiça dos processos políticos. O ponto que quero ressaltar é o seguinte: desde então a narrativa econômica hegemônica no Brasil constrói um retalho daquelas questões a fim de incutir no imaginário comum uma visão que deslegitima ou até criminaliza o gasto público.

Como é sabido, o partido de Dilma Rousseff foi apeado do poder e o conjunto de técnicos do alto escalão da área fazendária que flertam com uma visão keynesiano-desenvolvimentista foi varrido dos aparelhos de Estado. A partir de então, a pecha de irresponsabilidade fiscal tem sido injustamente atribuída a todo e qualquer pensamento que ouse ponderar diante do diagnóstico reinante, segundo o qual todos os problemas do país derivam do excesso de gastos públicos. Essa tese da “emergência fiscal” vem alterando o arcabouço fiscal do Estado brasileiro e subordinando toda a política econômica a ela. Exemplos são a política de devolução de dinheiro do BNDES para o Tesouro, esvaziando o papel do Banco de fomento em pleno período de desaceleração econômica, e a aprovação da EC-95, o chamado “teto de gastos”, que coloca na Constituição uma regra que inviabiliza políticas fiscais anticíclicas.

E aqui peço desculpas ao leitor pela digressão histórica e retorno ao meu ponto inicial: O FMI e o contexto atual.

Desde a crise de 2008 o FMI tem revisto suas recomendações macroeconômicas e reconhecido o papel central da política fiscal como instrumento temporário de manutenção do nível de emprego e renda dos países. Nesse momento de calamidade humanitária global, o Fundo tem sido claro em suas recomendações: É hora de gastar.

Não apartado do cenário internacional, nosso contexto atual é marcado por elevado desemprego e capacidade ociosa. No entanto, nem um quadro com dezenas de milhões de desempregados, desalentados e pessoas em trabalho precário, em meio à emergência social e humanitária, é capaz de reverter a política econômica. Isto porque o arcabouço fiscal impõe uma política macroeconômica equivocada. Houve, é verdade, e a contragosto do governo, uma grande expansão em 2020, viabilizando créditos e o pagamento do auxílio emergencial.¹ No entanto, notem, com muita dificuldade em contornar o conjunto de regras fiscais. Uma das saídas naquele momento, e que não se repete agora, foi a aprovação do chamado “orçamento de guerra”. Já o orçamento fictício para esse ano, novamente, demonstra que o sacrossanto teto de gastos não funciona. É, aliás, um escândalo corriqueiro ver o governo criando subterfúgios para contornar uma regra que não funciona, ao mesmo tempo que jura ao mercado e seus porta-vozes que respeita a regra farsesca.

É preciso dizer com todas as letras: a política econômica de uma nação afundada em desemprego e caos humano e sanitário não pode ficar subordinada aos humores do “mercado”, um conjunto de agentes que operam numa lógica de curto prazo, incapaz de olhar para além da ponta da curva dos juros futuros negociados no fechamento de cada dia.

Setor privado retraído e caos sanitário exigem ação imediata do Estado disponibilizando renda para sua população e viabilizando o distanciamento social necessário enquanto corre atrás da vacinação em massa. É preciso coordenação e ampliação da capacidade do SUS, e não sua redução. Portanto é preciso não

apenas investimentos, mas também gastos de custeio. Se as regras orçamentárias não permitem isso, as regras devem ser mudadas. O resultado fiscal e contábil do setor público deve servir ao país, e não o contrário.

Se, como afirma o FMI, a hora é de vacinação complementada por gastos governamentais, o Brasil hoje de fato não é subserviente às ideias do Fundo. Os burocratas em Washington evoluíram, enquanto nós retrocedemos. Por ironias da história, as amarras para conter nossa tragédia são coisa nossa. Sob o comando de paleoliberais, o Brasil lidera mortes por covid-19 e é vanguarda do atraso na orientação da política econômica.

NOTA

- 1 AUXÍLIO emergencial. *UOL Economia*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/auxilio-emergencial/>. Acesso em: abr. 2022.

CLIMA, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO: QUAIS ESCOLHAS DEVEM GUIAR O BRASIL?

POR HELENA MARGARIDO MOREIRA

HELENA MARGARIDO MOREIRA é professora de relações internacionais e doutora em ciências pela Universidade de São Paulo.

Na abertura do livro *Crise Climática e o Green New Deal Global* (Roça Nova, 2020), Noam Chomsky¹ aponta a crise climática como acontecimento único na história humana. Trata-se de crise existencial que definirá nosso destino neste mundo que nos é comum.

A estratégia geopolítica que despontou no horizonte global com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 ou, como define Chomsky, a “internacional reacionária” e suas alianças, da qual faz parte o Brasil de Bolsonaro, procurou reformatar a política internacional. No entanto, como a derrota eleitoral nos EUA mostrou, esses retrocessos não são inevitáveis. Nosso destino é definido por meio de escolhas.

O Programa Renascença abre espaços para que imaginemos escolhas diferentes das que têm sido feitas pelo atual governo, no qual desastres se acumulam em quase todas as áreas. Prioritário, e eixo central de uma futura virada, será reposicionar o Brasil no esforço coletivo de combate às mudanças climáticas. Isso requer primeiramente esforços mais decisivos no combate às desigualdades econômicas e sociais e na proteção das populações mais vulneráveis. Além disso, cumprir a Constituição de 1988 e a legislação internacional sobre usos e proteção dos recursos naturais. Com perspectivas de mais longo prazo, aprofundar a cooperação entre os países e ampliar debates e ações coletivas sobre que tipo de desenvolvimento buscamos para as futuras gerações.

Segundo o relatório de 2018 publicado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), o planeta já aqueceu 1,0 °C desde os níveis

pré-industriais. Os riscos são crescentes. Dependem da magnitude e do ritmo do aquecimento, da localização geográfica, de níveis de desenvolvimento e vulnerabilidade e da implementação de opções de adaptação e mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. A cada aumento de temperatura, crescem os riscos associados ao clima para a saúde, para os meios de subsistência, para a garantia da segurança alimentar, para o abastecimento de água, para o crescimento econômico, entre outros. Estes efeitos são sentidos de forma ainda mais severa pela população de baixa renda, aprofundando desigualdades entre indivíduos e grupos sociais.

Desde o início das negociações ambientais internacionais, começando na primeira grande conferência sobre o tema sob os auspícios das Nações Unidas em Estocolmo em 1972, passando pela Rio 92, Joanesburgo '00 e Rio +20, o Brasil foi assumindo protagonismo. A postura histórica da diplomacia brasileira, especialmente desde a redemocratização, foi de diálogo e escuta tanto com os representantes diplomáticos das Partes das Convenções (a Convenção do Clima, por exemplo) quanto internamente com a sociedade civil brasileira. Em um já clássico livro² sobre o posicionamento brasileiro nas grandes conferências ambientais, o embaixador André Corrêa do Lago mostra que o Brasil sempre atuou como “ponte”, buscando consensos entre os interesses de pelo menos dois grandes grupos (os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento/ menos desenvolvidos), mas também fortalecendo reivindicações do mundo em desenvolvimento e o conceito de desenvolvimento sustentável.

No regime internacional de mudanças climáticas, a contribuição que o Brasil deu ao mundo ao controlar suas taxas de desmatamento, entre 2004 e 2012, foi considerada a maior já feita por uma das partes da Convenção do Clima. Perante o Acordo de Paris, o país se comprometeu, em 2015, com uma redução percentual das suas emissões de 37% e 43%, em relação a 2005, em 2025 e 2030, respectivamente, além de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

No entanto, desde o início do governo Bolsonaro em 2019 temos testemunhado o desmonte da política ambiental. Podemos resumi-lo em quatro frentes: afrouxamento das leis ambientais, esvaziamento dos conselhos e órgãos

de transparência, cortes de orçamento para repressão de ações de combate ao desmatamento e desmonte dos órgãos de fiscalização (IBAMA/ICM Bio). Tais políticas têm como base de sustentação o setor ruralista mais arcaico e pouco preocupado com a imagem externa do país, e o grupo mais ideológico, que associa equivocadamente políticas de combate à crise climática ao “globalismo” e comunismo. Os custos de manter essa diplomacia de confronto têm se mostrado inviáveis: há ameaças de desinvestimentos externos, aumento da classificação do grau de risco da economia brasileira, boicotes comerciais, enfim, aumento significativo da pressão internacional sobre as políticas ambientais.

Tal pressão conta agora com uma liderança de peso: o retorno dos EUA à mesa de negociações e o comprometimento da administração Biden/Harris com o combate ao aquecimento global e com a transição para economias de baixo carbono. O presidente estadunidense convidou Bolsonaro e mais 39 líderes mundiais para a “Cúpula dos Líderes sobre o Clima”, que será realizada esta semana. Por meio do Departamento de Estado, declarou que espera que o Brasil apresente projeto detalhando ações de combate ao desmatamento ilegal da Floresta Amazônica. Biden, assim que assumiu, reintegrou os EUA ao Acordo de Paris e indicou a criação de um fundo internacional para financiar a proteção da Amazônia que, importante lembrar, é compartilhada entre nove países.

Com base nas melhores evidências científicas, o Acordo de Paris, acordo climático mais recente e abrangente, assinado por 195 países desde 2015, coloca como principal meta evitar um aumento de mais de 1,5 °C da temperatura global da Terra. Garantir um futuro com baixa emissão de carbono, adaptável, próspero e justo para todos. O documento também prevê a revisão dos compromissos cadastrados pelos Estados signatários, seguindo um mecanismo de aumento das ambições, ou seja, que os países sempre apresentem metas voluntárias progressivas. As revisões das NDCs (Nationally Determined Contributions) foram apresentadas no fim de 2020.

Em dezembro de 2020, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou revisão da sua NDC com dois pontos essenciais falhos. O primeiro é que

o governo federal “reafirma o compromisso de redução das emissões líquidas totais de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e 43% até 2030”; no entanto, a linha de base que é usada para fazer os cálculos é o ano de 2005, e essa linha de base está em constante atualização e foi recalculada. Conforme avaliado pelo Observatório do Clima, no novo cálculo, o total de emissões em 2005 passou de 2,1 bilhões de CO₂ para 2,8 bilhões. Isso significa que se o Brasil mantém as porcentagens de redução das emissões que foram estabelecidas em 2015, o resultado final é que o país se permite emitir quatrocentos milhões de toneladas a mais de gases de efeito estufa do que o previsto na meta original, quebrando um dos mecanismos centrais do Acordo de Paris, as ambições progressivas. O segundo ponto é que o Brasil propôs um “objetivo indicativo” (não uma meta) de atingir a neutralidade das suas emissões até 2060, podendo fazer isso antes caso receba um financiamento de 10 bilhões de dólares ao ano (demandando uma condicionalidade para atingir o objetivo).

A revisão das NDCs sob o Acordo de Paris foi um momento importante para os Estados indicarem suas decisões, suas escolhas com relação às suas políticas climáticas, em um contexto de aceleração do aquecimento global e de fechamento da janela de oportunidade. O Brasil escolheu maquiar seus dados, aparentando metas ambiciosas, mas na realidade se permitindo aumentar suas emissões. Tais metas foram definidas sem diálogo e participação da sociedade civil. A ausência de articulação contemplou outros Ministérios e atores domésticos importantes. A postura parece responder quase exclusivamente aos interesses dos setores mais arcaicos do agronegócio e da mineração, colocando em risco a sustentabilidade dos nossos recursos naturais e dos povos originais. Essa “pedalada climática” motivou, na última semana, uma ação popular, promovida por jovens ativistas contra Ricardo Salles e o ex-ministro Ernesto Araújo, que objetiva aumentar a pressão para que o país submeta nova meta com maior nível de ambição.

No momento em que escrevo este texto, o antiministro do meio ambiente continua empoderado por Bolsonaro para chefiar o posicionamento do Brasil nas negociações climáticas. O governo brasileiro negocia com o governo estadunidense

possibilidades de acordo para reduzir o desmatamento da Amazônia, mas a falta de credibilidade de Salles perante a comunidade internacional e a centralização das propostas brasileiras em sua figura controversa podem prejudicar seu sucesso. Salles pede dinheiro para proteger a floresta, mas tratou de implodir o Fundo Amazônia, com quase três bilhões de reais para políticas de combate ao desmatamento do bioma, por discordâncias quanto à governança do Fundo, que exige transparência na prestação de contas e participação da sociedade civil.

A insistência do governo Bolsonaro em passar o chapéu sem apresentar qualquer proposta em troca não parece agradar os negociadores estadunidenses. Em carta enviada ao presidente dos EUA, Bolsonaro apenas aponta um compromisso de alcançar desmatamento ilegal zero até 2030, mediante “adequado apoio da comunidade internacional, na escala, volume e velocidade compatíveis com a magnitude e urgência dos desafios a serem enfrentados”. É bom lembrar que esse compromisso fazia parte da primeira NDC brasileira, mas Salles e Araújo a excluíram da revisão da mesma apresentada em dezembro. Há dúvidas, portanto, se será possível um acordo.

A sociedade civil brasileira está atenta e pressionando para que Biden não negocie a portas fechadas com Bolsonaro.³ Como explica Eliane Brum,⁴ este apelo é importante por alguns motivos:

1. o governo Bolsonaro, desde que assumiu, quebra recordes de taxa de desmatamento, sendo a atual 48% maior do que quando eles assumiram;
2. o governo Bolsonaro é denunciado por povos indígenas como “genocida” em comunicações ao Tribunal Penal Internacional;
3. o governo Bolsonaro é apontado como o pior gestor da pandemia no mundo, sendo inclusive alvo de abertura de CPI no Senado Federal recentemente; e, acrescento,
4. Salles foi alvo de dois processos em 24 horas, a ação popular pela “pedalada climática” e uma queixa-crime apresentada pelo superintendente da Polícia Federal no Amazonas (que foi exonerado do cargo um dia depois) por “atrapalhar a investigação da PF sobre a maior apreensão de madeira ilegal do país”.

Em um momento em que Bolsonaro e Salles estão sob importante pressão, interna e externamente, um acordo bilionário com a maior potência global é considerado por vários setores da sociedade brasileira como um movimento inaceitável para legitimar um governo que até agora representou apenas retrocessos ambientais e civilizatórios. Os últimos acontecimentos apontam que não há indicativo de que este acordo será fechado antes da Cúpula. A ver.

Naomi Klein⁵ afirma que o negacionismo climático não será mais voltado à negação da ciência do clima, mas à necessidade de políticas de proteção às populações mais vulneráveis, que sofrem com impactos desiguais e dramáticos em diferentes regiões do planeta e mesmo em diferentes regiões de um único país. Não me parece haver dúvidas de que o negacionismo está na base do projeto do atual governo, um projeto de desmonte e destruição. As respostas à crise, as escolhas certas que devem ser feitas a partir de agora, passam necessariamente por pensar em desigualdade, crise climática e transição energética. Não se trata mais de pautar as políticas brasileiras no discurso de defesa da soberania da Amazônia, ou simplesmente na exigência de dinheiro para manter em pé o que sobrou do que eles próprios destruíram. A soberania não está sob questionamento, isso é um espantinho como outros que esse governo esgrime em busca de suporte de sua base radicalizada. A pressão internacional se dá sobre políticas que não estão sendo implementadas e nem apresentadas em detalhes pelo governo para garantir a proteção dos biomas, zerar o desmatamento ilegal, proteger as populações indígenas e as populações mais vulneráveis.

Para não terminar sem apontar caminhos, propostas para o futuro, recorro à análise do economista Robert Pollin⁶ sobre um Green New Deal Global. A urgente transição para economias de baixo carbono deve ter como base a construção de “novos investimentos em grande escala no aprimoramento radical dos padrões de eficiência energética e a expansão drástica da geração de energia renovável”, o que resultaria também na criação de novos postos de trabalho. Nesse gradual desmanche da infraestrutura de combustíveis fósseis, o Brasil

ou seja, com um pequeno investimento do PIB em energia limpa anualmente poderiam ser criados milhões de novos empregos, além de investir na redução das desigualdades, no combate à fome, na redução do desmatamento ilegal e na promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento que aponte como e para onde o país deve crescer, formulado com a participação de diversos setores da sociedade. Para isso precisamos superar o negacionismo, nos fiarmos nas melhores evidências científicas, investir em pesquisa e inovação, planejar com consciência social e ambiental os gastos públicos, sem continuar sacrificando nosso capital natural, como bem coloca Ricardo Abramovay. Um projeto de desenvolvimento que direcione o país para uma economia menos intensiva em carbono e menos desigual não se realiza apenas colocando dinheiro nas mãos dos maiores responsáveis pela destruição dos nossos recursos e pelos ataques aos povos das florestas. É preciso comprometimento e participação verdadeiramente democrática; é preciso que as escolhas sejam diferentes se quisermos vislumbrar um futuro justo, democrático e mais humanista.

NOTAS

- 1 GONZALEZ, A. Noam Chomsky: 'Gostem ou não, estamos juntos nessa crise climática.' *Casa Monte Alegre*. Disponível em: <https://casamontealegre.com.br/noam-chomsky-gostem-ou-nao-estamos-juntos-nessa-crise-climatica/>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 DO LAGO, A. *Conferências de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Funag, 2013.
- 3 CARTA da Sociedade Civil Brasileira ao Governo dos Estados Unidos da América, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/04/06/carta-da-sociedade-civil-brasileira-ao-governo-dos-estados-unidos-da-america/>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 BRUM, Eliane. Biden ameaça sujar as mãos com Bolsonaro. *El País*, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-04-14/biden-ameaca-sujar-as-maos-com-bolsonaro.html>. Acesso em: mar. 2022.
- 5 KLEIN, N. *Não basta dizer não*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- 6 POLLIN, R.; CHOMSKY, N. *Climate Crisis and the Global Green New Deal: The Political Economy of Saving the Planet*. Londres e Nova York: Verso Books, 2020. p. 149.

COMO O BRASIL DEVE SE POSICIONAR DIANTE DAS DISPUTAS ENTRE CHINA E EUA?

POR RAFAEL ALMEIDA FERREIRA ABRÃO

RAFAEL ALMEIDA FERREIRA ABRÃO é doutorando em economia política mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador do International Institute for Asian Studies (IIAS). E-mail: ra.abrao@gmail.com.

O cenário internacional passou por transformações importantes na última década. Se antes atuava discretamente, a China passou a assumir uma postura mais assertiva no ordenamento mundial. A inovação tecnológica é elemento fundamental na continuidade do processo de desenvolvimento do país e a meta é transformá-lo na maior potência tecnológica global até a segunda metade do século XXI. Tal anseio se reflete nas relações da China com o mundo: a caminhada para a supremacia tecnológica do Império do Meio é vista como ameaça por alguns de seus vizinhos asiáticos e por países ocidentais.

A ascensão da China, seu avanço tecnológico e a resposta cada vez mais agressiva por parte dos Estados Unidos tornaram central a rivalidade entre as duas potências. Uma das mais visíveis disputas tem se dado em torno dos padrões tecnológicos da quinta geração de internet móvel, o 5G, cujas possibilidades de novos serviços on-line, comunicação entre diversos dispositivos, coleta e transmissão de grande quantidade de dados, além de conexões mais rápidas e estáveis, poderão ter grande impacto econômico, social e cultural, por serem a base da 4ª Revolução Industrial (conhecida como Indústria 4.0).

A maior confiabilidade e a redução da latência — tempo de execução entre o comando e a ação — podem possibilitar o surgimento de um mundo muito mais conectado, impulsionando a criação de veículos autônomos, fábricas e cidades inteligentes, e até mesmo avanços na produção agrícola. A Huawei criou, por exemplo, uma solução chamada *connected cows*, cujos sensores colocados em vacas são capazes de monitorar os melhores momentos para a produção de leite e

informar o local de ordenha, gerando ganhos de qualidade e produção. A redução da latência já tem possibilitado que procedimentos médicos sejam realizados de forma remota, ou seja, médicos chineses podem executar uma cirurgia com o paciente a milhares de quilômetros de distância com o auxílio da tecnologia 5G.

A mudança da percepção estadunidense em relação à China ocorreu após a crise de 2008. Os reflexos da crise foram mais brandos no país, como resultado de estímulos governamentais que evitaram que a economia global entrasse em profunda recessão. O êxito levou a China a assumir um novo papel no cenário global em termos comerciais e financeiros. Desde então, seu protagonismo deu origem a pequenas reformas no arranjo internacional orquestrado a partir do fim da Guerra Fria, com a criação de instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a Iniciativa Cinturão e Rota. Essas novas instituições surgiram exatamente em um período de contestação do multilateralismo e de limitação da capacidade de organizações idealizadas pelo Ocidente, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de acomodar a ascensão chinesa e as demandas de outros países em desenvolvimento, como o próprio Brasil.

Apesar de se tornar um desafio para a manutenção da hegemonia estadunidense, a relação de interdependência entre China e Estados Unidos dificulta o “desacoplamento”, ou seja, um rompimento mais profundo entre os dois países, especialmente no campo tecnológico. Essa interdependência tem sido enfrentada com ações para diminuir a presença chinesa em tecnologias de duplo uso (civil e militar) e por meio da pressão norte-americana para que países não utilizem tecnologias desenvolvidas por empresas chinesas. O desejo de desacoplamento, nesse sentido, por vezes força nações a terem que escolher um lado da disputa.

Por exemplo, sob o pretexto de violação da privacidade dos cidadãos, espionagem e roubo de dados, o governo de Donald Trump (2017-2020) pressionou, com sucesso, países como Austrália, Reino Unido, Japão, Índia e Coreia do Sul, com o objetivo de que restringissem a presença da Huawei em suas infraestruturas de telecomunicações.

No Brasil, somaram-se declarações de autoridades do governo dos Estados Unidos sobre os supostos efeitos negativos da presença da Huawei no 5G brasileiro. Os Estados Unidos criaram inclusive um plano, chamado *Clean Network*, reunindo países que queiram escapar da “vigilância mundial chinesa”, a fim de impedir a atuação de empresas como a Huawei em setores estratégicos. Os Estados Unidos declararam que o Brasil era parte fundamental da *Clean Network* e ofereceram empréstimos caracterizados como de segurança nacional para que o país pudesse construir uma rede confiável (neste caso, sem a Huawei).

A declaração de maior repercussão foi proferida pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman, que asseverou que o Brasil não sofreria represálias caso permitisse a participação da Huawei no 5G, mas que tal ação teria consequências para o país. O tom de ameaça repercutiu e provocou reação da China. O embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, acusou os Estados Unidos de cercearem empresas chinesas para manter sua supremacia em tecnologias de ponta, destacando que os desdobramentos da disputa pelo 5G definiriam o futuro das relações Brasil-China.

A pressão dos Estados Unidos passou a ser um constrangimento para a política externa brasileira, que teve dificuldades de formular uma posição diante da fragmentação interna que se originou durante a discussão sobre a tecnologia 5G: de um lado, o Itamaraty seguia um alinhamento diplomático com o governo de Donald Trump; de outro, havia grupos de interesse que objetivavam manter boas relações com a China. O alinhamento da política externa comandada por Ernesto Araújo, ministro das relações exteriores do governo Bolsonaro até março de 2021, significou a assimilação das diretrizes do governo Trump sem que os interesses brasileiros fossem considerados, produzindo contradições ao adentrar numa guerra comercial e tecnológica com a China, nosso principal parceiro comercial.

As relações Brasil-China passaram a ser ameaçadas pela postura conflitiva em temas de comércio, tecnologia, e posteriormente pelas acusações de caráter conspiratório sobre a pandemia, que foi elemento importante na radicalização

do discurso do governo brasileiro em relação à China. O cenário foi de alinhamento completo aos interesses dos Estados Unidos, com a retórica evoluindo ao nível de ofensas xenofóbicas propagadas por autoridades brasileiras. Essa postura foi contraposta por interesses de grupos internos que são mais diretamente atingidos pelos abalos nas relações sino-brasileiras, especialmente os setores agrícola, energético e extrativista, temendo prejuízos para as nossas exportações. No caso do 5G, os esforços desses grupos para que a questão fosse tratada de maneira técnica falharam. Iniciou-se então uma ofensiva do Brasil contra o seu principal parceiro.

A contradição da postura do governo de Jair Bolsonaro em relação aos interesses do Brasil foi tão evidente que criou conflitos até mesmo com parte da base de apoio do governo, em particular com setores exportadores de recursos naturais e produtos agrícolas. Há ainda a pressão do setor de telecomunicações, cujas operadoras rejeitam qualquer proibição à Huawei, por utilizarem amplamente os equipamentos da empresa e pela elevação dos custos decorrentes dessa possível decisão governamental, que criaria a necessidade de troca de equipamentos existentes e a negociação com novos fornecedores, já que a Huawei atua no Brasil desde a década de 1990.

Com a publicação do edital das regras de implementação do 5G, ficou claro que o desarranjo político interno somado às pressões dos Estados Unidos resultou em uma política contraditória em relação ao tema: ao mesmo tempo que o Brasil manteve a possibilidade de participação da Huawei em aberto, criou mecanismos que podem ser acionados para limitar a sua atuação, como a criação de uma rede exclusiva para a administração federal e a exigência de que os fornecedores sigam as regras de governança do mercado acionário brasileiro, o que favorece as concorrentes Nokia e Ericsson.

O desarranjo e o descolamento da realidade, característicos da política externa de Ernesto Araújo, resultaram em conflitos que tumultuaram as relações Brasil-China. Ao colocar os Estados Unidos e a China como simples antagonistas, a política externa brasileira não levou em conta as complexidades do

sistema internacional. Trata-se de relações políticas e econômicas de alto grau de interdependência, com muitas convergências entre pontos de enfrentamento e rivalidade. Esse cenário abre espaço para que o Brasil possa barganhar com ambos os lados, em vez de fazer escolhas equivocadas.

A política externa brasileira não é um jogo de soma-zero. As relações do Brasil com as grandes potências devem necessariamente priorizar os interesses nacionais. Portanto, um processo de construção de uma política externa pós-bolsonarista deverá resgatar uma posição que desenhe parcerias, com países desenvolvidos e em desenvolvimento, de maneira pragmática e autônoma.

***Agradecimentos:** As reflexões contidas neste artigo não seriam possíveis sem os comentários da prof.^a Marina Gusmão de Mendonça, da participação do autor no Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (<https://opeb.org/>) e de ponderações contidas no debate promovido pelo Instituto Diplomacia para Democracia,¹ com participação dos professores Ana Tereza Marra, Cristina Soreanu Pecequilo e Marcos Cordeiro Pires.*

NOTA

- 1 A política externa brasileira em um cenário de disputa entre China e EUA | Programa Renascença. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=src2n8mR5kg>. Acesso em: abr. 2022.

NACIONALISMO, SUBDESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

POR RICARDO BEGOSSO

RICARDO BEGOSSO é advogado, mestre em direito político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e editor do *Portal Disparada* (<https://portaldisparada.com.br/>).

Folheando o livro *Estudos nacionalistas* (1981), do grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, podemos encontrar um interessante texto, escrito provavelmente em 1966, sobre os centenários de Alberto Torres e Olavo Bilac.

Torres e Bilac foram importantes figuras do nacionalismo brasileiro. O primeiro como intelectual e político, e o segundo como jornalista, poeta, fundador da Academia Brasileira de Letras e autor da letra do “Hino à Bandeira”. Barbosa Lima Sobrinho discorre sobre ambos, mostrando como suas divergências eram pequenas diante das afinidades.

As nuances eram amplas, é claro. Torres havia se posicionado contra o serviço militar obrigatório, mas era um autêntico militarista e apoiador de Floriano Peixoto, o “marechal de ferro”. Bilac era entusiasta do serviço militar obrigatório, mas foi considerado subversivo pelo florianismo, o que o levou a ser preso e mesmo foragido. Conta Lima Sobrinho que, em discurso diante do Clube Militar, Olavo Bilac defendeu a extinção do “espantalho do militarismo”, posicionando-se contra “a pequena política das facções e da intriga”.

Mas os dois eram nacionalistas *tout court*, ao contrário do nacionalismo dos anos 1960, dividido, de um lado, em “nacionalismo sadio”, que pedia perdão por ser nacionalista, e “nacionalismo verdadeiro”, que utilizava o termo como porta de escape para deixar de ser nacionalista.

O nacionalismo de Torres e Bilac é, simplesmente, um movimento capaz de assegurar aos brasileiros a “posse da direção dos nossos destinos”, sentido que

se expressa esteticamente na poesia de Bilac e nos escritos e na vida de Barbosa Lima Sobrinho, que defenderam com todas as energias a unidade do país e a sua autonomia para decidir sobre o próprio destino.

Essa homenagem aos dois centenários, escrita em pleno alvorecer da ditadura militar (1964-1985), era um alerta sobre o suposto nacionalismo da época. Os nacionalistas da ocasião promoviam a expressão como válvula de escape para alinhar o Brasil à grande potência da época, os Estados Unidos, sem que na prática isso resultasse em qualquer tipo de vantagem ou fortalecimento da autonomia do país.

É o que escreveu Celso Furtado, em 1968, aplicando ao Brasil a famosa comparação de Galbraith entre a economia capitalista e um besouro: “segundo as leis da aerodinâmica, o besouro não deveria voar, mas voa”. Era caso semelhante ao brasileiro.

Como explicar, nas suas palavras, que

o Brasil, com seu imenso e rico território desprotegido, atravessou incólume a era do imperialismo vitoriano. Mais ainda, que haja conseguido forçar a França a renunciar a suas pretensões, não sem algum fundamento histórico, à margem norte do rio Amazonas; haja enfrentado o bloqueio inglês e levado a Inglaterra a aceitar arbitragem em disputa de territórios na Amazônia, haja resistido a pressões americanas e de outras origens para a internacionalização da Amazônia?

Para Celso Furtado, o segredo desse “voar sem asas” estava em não aceitar o protetorado de nenhuma potência estrangeira.

Daí que Furtado denunciasse a política do recém-formado governo militar como uma política de *satelitismo*. O Brasil, alinhando-se incondicionalmente, limitava-se a ser um satélite dos Estados Unidos, abrindo mão da preservação da sua identidade nacional.

Passados tantos anos, temos observado situação semelhante na atualidade. O satelitismo é um complexo tanto quanto o que Nelson Rodrigues chamou de

pessimistas e descrentes com o país venceram e gravaram o satelitismo no imaginário cultural brasileiro, sabotando nossa criatividade para o desenvolvimento.

É a repetição exata daquilo que denunciou o cronista: “o subdesenvolvido faz um imperialismo às avessas. Vai ao estrangeiro e, em vez de conquistá-lo, se entrega e se declara colônia”.

Obviamente não se trata de inverter a ordem — ir ao estrangeiro e, em vez de entregar-se e declarar-se colônia, conquistá-lo —, mas de subverter a lógica do subdesenvolvimento como um todo, tratando o país de inserir-se no mundo em busca do desenvolvimento, enquanto busca no plano interno a superação de seus problemas, reforçando a sua posição externa.

Infelizmente, o Brasil caminha a passos largos para manter-se subdesenvolvido. Um exemplo é o atual ímpeto do governo federal, recomendado pelo Ministério da Economia, de extinguir o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC). A empresa pública do setor de microeletrônica produz chips e participa do mercado de semicondutores, além de ter uma experiência breve (foi fundada em 2008) e muito bem-sucedida, a ponto de uma das grandes economistas da atualidade, a britânico-venezuelana Carlota Perez, se perguntar publicamente qual seria a razão do governo brasileiro para simplesmente fechar “*a future gold mine*”, uma futura mina de ouro.¹

A economista italiana Mariana Mazzucato também se espantou com a notícia: “Bolsonaro está fechando uma fábrica pública de microchips. Provavelmente porque é pública. Mais de noventa pós-graduados e doze anos de experiência com cem contratos com empresas locais e estrangeiras... prestes a ser lucrativa. Por quê?”.²

O mercado de semicondutores é palco de uma das mais estratégicas disputas geopolíticas do nosso tempo. EUA e China competem acirradamente nesse setor, que é responsável por uma das fronteiras tecnológicas atuais e fonte de lucros imensuráveis — a ponto de, em 24 de fevereiro de 2021, o presidente dos EUA, Joe Biden, ter emitido uma Ordem Executiva ordenando uma revisão das cadeias de fornecimento da economia americana, a ser feita no prazo de cem dias, e encarregada também de relatar os riscos na cadeia de fornecimento de

insumos para a indústria de semicondutores. Trata-se de não permitir qualquer tipo de dependência em relação a fornecedores que orbitam em torno da estratégia chinesa.

Um bom exemplo da importância desse mercado é a crescente dependência da indústria automobilística em relação aos semicondutores.³ Componentes eletrônicos que incluem semicondutores já representam 40% do custo total de produção de carros modernos, com tendências de crescimento até o fim da década.

O Brasil expõe os seus principais ativos, aparentando fazer questão de dispensá-los. A privatização em curso da Eletrobras é mais um exemplo da atitude típica do subdesenvolvido que se declara colônia. Em nome da “eficiência”, busca-se, na verdade, criar novos espaços de valorização para investidores privados que, em meio à arrastada crise, brilham os olhos diante de ativos já amortizados e prontos para o lucro, como é a estatal brasileira do setor elétrico.

Energia elétrica é um insumo estratégico para a unidade das cadeias produtivas. Sob controle público da União, alavanca a integração da produção nacional. Sob controle privado do mercado, produzirá a fragmentação do sistema, cedendo espaço à concentração em monopólios privados, como explicou o Professor Gilberto Bercovici.⁴

O subdesenvolvimento, como explica Celso Furtado, não é uma etapa pela qual passaram todos os países que hoje são desenvolvidos. É uma condição particular, de natureza estrutural e histórica, que se reproduz de acordo com as próprias premissas. Romper com o subdesenvolvimento é um ato de nacionalismo, portanto, de tomar a posse da direção dos destinos do país.

A condição de subdesenvolvido, afinal, conserva o Brasil numa posição subordinada. Tratamos de abastecer o mundo desenvolvido com a matéria-prima, os alimentos e os bens de menor valor agregado que, por motivos de natureza ou preferência política, não são produzidos fora, enquanto nosso padrão de vida e hábitos de consumo são pressionados pela importação de tecnologia concebida no exterior.

Essa dinâmica de trocas internacionais é fortemente desigual. O poder de compra das commodities cai no longo prazo, tornando-se incapaz de acompanhar

o poder de compra da tecnologia de ponta produzida pelos países desenvolvidos. É a deterioração de nossos termos de troca, como explicou o argentino Raúl Prebisch. Resulta daí a drenagem de recursos financeiros e da inteligência local para as contas estrangeiras e para os laboratórios de pesquisa de outros países, perpetuando o ciclo que conforma a estrutura das relações internacionais entre países ricos e pobres.

Para serem positivos e duradouros, períodos de alta dos preços das commodities, como na primeira década dos anos 2000 e atualmente, precisam ser aproveitados para financiar projetos de desenvolvimento tecnológico no país, formação técnica e científica de trabalhadores e pesquisadores, redução das desigualdades e a capacitação das empresas públicas e privadas do Brasil, a fim de se obter ganhos de competitividade à altura da concorrência agressiva que caracteriza o sistema econômico internacional.

Sem isso, a alta das commodities engordará os bolsos daqueles diretamente envolvidos no comércio exterior, aliviará momentaneamente os cofres públicos com o aumento da arrecadação e produzirá efeitos menores de multiplicação no mercado interno. Diante da crise prolongada, pode parecer muito. Mas a natureza cíclica é enganosa.

Ao decifrar a lógica da deterioração dos termos de troca, que prejudica países exportadores de bens primários em face dos exportadores de tecnologia, Prebisch cunhou a expressão “sistema centro-periferia”. Para que um país deixe de ser periférico, não basta vender mais caro sua soja ou seu milho. São exigidas transformações estruturais da capacidade produtiva que alterem radicalmente sua posição na economia global.

Para romper com o subdesenvolvimento, é preciso buscar na história cada experiência particular de sucesso, mas também vasculhar nosso quintal para saber onde está escondido nosso potencial — o que nossa intelectualidade já produziu, onde erramos, quais bons projetos abandonamos, para onde nossas raízes culturais apontam; para extrair disso *qual destino* desejamos, para enfim tomá-lo em nossas mãos. Um belo exercício às vésperas do bicentenário do país. | 139

E isso serve como alerta aos nacionalistas “sadios” e aos “verdadeiros”. Devemos nos precaver para evitar duas armadilhas da irracionalidade: (1) a dimensão conspiracionista da história, que, ao vitimizar o país em relação à política externa e aos interesses estrangeiros, nos empurra para o irracionalismo irrestrito; e (2) o rebaixamento cultural, fruto da ânsia por emular o padrão de vida dos outros, que, ao comprometer nossos recursos internos para esse fim, reduz as possibilidades de organizá-los para atender a nossas necessidades imediatas e racionalizar nossa relação com o futuro.

Será tarefa das próximas gerações desembaraçar o futuro do Brasil. Não se pode crer realmente que um país com essas dimensões deva permanecer indefinidamente como um satélite.

NOTAS

- 1 Tweet original disponível em: <https://twitter.com/CarlotaPrzPerez/status/1399970002250387456>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 Tweet original disponível em: <https://twitter.com/MazzucatoM/status/1400380532739952641>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 COPPOLA, G.; PATEL, T.; WU, D. Chip Shortage Forces Carmakers to Leave Out Some High-End Features. *Bloomberg*, 6 maio 2021. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-05-06/chip-shortage-forces-carmakers-to-strip-out-high-tech-features>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 BERCOVICI, G. “Considerações sobre a privatização da Eletrobrás”. *Clube da Engenharia*, 5 mar. 2018. Disponível em: <http://portalclubedeengenharia.org.br/2018/03/05/consideracoes-sobre-a-privatizacao-da-eletronbras-por-gilberto-bercovici/>. Acesso em: abr. 2022.

HÁ ESPAÇO PARA UM PARADIGMA FEMINISTA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA?

POR BRUNA SOARES DE AGUIAR

BRUNA SOARES DE AGUIAR é cientista política e doutoranda em ciência política pelo IESP/UERJ.

Nos últimos anos, alguns países têm assumido políticas internacionais nomeadamente feministas e/ou com lentes de gênero. Na vanguarda deste movimento, podemos citar a Suécia, que declarou que a partir de 2014 passaria a implementar políticas feministas, principalmente nas pastas de cooperação internacional para o desenvolvimento e de segurança. Pelo mesmo caminho seguiram Noruega, Canadá e França. Em 2020, o México tornou-se o primeiro país da região latino-americana e do Sul Global a declarar que passará a atuar pelo paradigma feminista em sua política exterior.

Cada Estado citado possui sua tradição específica no tratamento da questão de gênero em âmbito interno e foi trilhando caminhos próprios para gestão da agenda específica aos direitos de mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Por isso, não há uma fórmula exata para delimitar o que faz com que um governo assuma o paradigma em seus discursos e suas práticas. O que se pode afirmar é que a conjuntura atual do sistema internacional, em alguma medida, contribui para que essa temática ascenda aos espaços multilaterais e aos governos.

Importantes analistas feministas das relações internacionais¹ assinalam que o campo foi elaborado a partir de uma lógica em que o universal é masculino. As mulheres e a população LGBTQIA+ estiveram à margem de grandes tomadas de decisões e posições de poder ao longo do tempo. Contudo, é relevante sublinhar que, em diferentes níveis, os movimentos feministas e coletivos de mulheres dos países do Norte tiveram acesso a alguns espaços, principalmente na Liga das Nações e, posteriormente, nas Nações Unidas. Entretanto, por se

tratar de um viés liberal dos feminismos, as instituições multilaterais ainda lidam com a temática pela via dos remédios legais, alocando as mulheres em esferas relacionadas ao trabalho do cuidado² e/ou em pastas com ideal social expresso na feminilidade.

Os sistemas internacionais e domésticos dos Estados são consolidados por um regime de gênero, que Jean Steans e Daniela Tepe-Belfrage explicam ser a organização formal e informal das relações de gênero na economia, nos Estados e nas instituições. Esta realidade nos impõe diferenças de gênero que são historicamente construídas e delimitam a condição masculina, heterossexual e — acrescentamos aqui — branca como padrão para as normas e políticas sociais. Isso afeta diretamente Estados que, apesar de — em alguns casos — reconhecerem os direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais, ainda não avançaram no sentido de ter representatividade feminina em postos de poder, como o próprio cargo de Ministra ou Secretária de Relações Exteriores. Isto favorece a manutenção da diplomacia e do sistema internacional como um universo masculino, heterossexual e branco.

Tendo em vista o panorama, pensar o Brasil nos parece essencial. O Brasil é o único país da América do Sul que nunca teve uma mulher à frente da pasta das Relações Exteriores, e apenas em 2010 elegeu sua primeira e única mulher presidenta da República. Ademais, o país figura nas primeiras posições de vários rankings internacionais como um dos mais inseguros para ser mulher e/ou LGBTQIA+. Esta realidade não é recente, mas sim resultado de processos políticos e sociais que consolidaram a visão tradicional na qual os homens ocupam postos de poder e os corpos que não são identificados como compatíveis com a masculinidade heterossexual branca são castigados.

É importante, entretanto, sublinhar que o país, especialmente entre a segunda metade da década de 1990 e os anos 2010, avançou em sua política externa para atuar nos fóruns e nos principais debates sobre direitos humanos, das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, ainda que domesticamente tenha tido que gerir o lobby político de uma forte bancada parlamentar conservadora.³

Outro fator que contribuiu para a atuação mais progressista do Brasil foi o processo de horizontalização da política externa. Nos anos do governo Lula (2003-2010), a política internacional ampliou presença no debate doméstico. Novas organizações passaram a cooperar na proposição de pautas e aumentaram a participação em espaços multilaterais. Houve abertura de oportunidades e ampliação de atores que favoreceram a articulação de setores mais progressistas da sociedade brasileira, mas não apenas deles.

No plano interno, bancadas religiosas marcam presença forte no Congresso, por vezes limitando o debate de pautas relativas aos direitos sexuais reprodutivos das mulheres. Na atuação externa, organizações religiosas e políticos alinhados ao fundamentalismo religioso gradualmente passaram a ter mais ingerência sobre pautas relativas à agenda de gênero.

Com o resultado das eleições de 2018 para o Executivo e o Legislativo, se anteviam pressões mais contundentes para defesa de linhas conservadoras. A ingerência de preceitos religiosos fez com quem órgãos de governo representassem conceitos de “homem e mulher” a partir da compreensão biológica, retirando termos como gênero de documentos oficiais do Itamaraty e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de afastar o país de debates fundamentais para assegurar os direitos das mulheres e LGBTQIA+. A chancelaria ficou marcada por ideologização extrema ao defender certa moral religiosa em desfavor da garantia de direitos, alinhando o Brasil a um punhado de países extremistas, como a Arábia Saudita. É importante assinalar, entretanto, que mesmo nos anos mais progressistas da pauta de gênero no país, havia ainda muito em que se avançar.

As possibilidades para pensar uma política externa brasileira com viés de gênero ou até mesmo feminista não se limitam a ter uma mulher à frente do Itamaraty e em alguns dos principais postos diplomáticos. É necessário que a ocupação desses espaços venha acompanhada de compromissos com agendas públicas e transformadoras que levem em conta também dimensões econômicas, raciais e outras tantas nas quais se manifestam desigualdades e opressões que marcam a sociedade mundial.

É preciso coordenação e ativismo da sociedade civil e de coletivos ligados aos direitos de gênero. Inicia-se com movimentação para que o país, pelo menos, pare de regredir no debate internacional e passe a se articular com Estados que defendam e apoiem os direitos básicos para as mulheres e a população LGBTQIA+. Espera-se a defesa do que está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros documentos fundamentais. A partir da demarcação mínima do campo de jogo, em parceria com atores da sociedade e das instituições, será possível discutir um paradigma feminista para a política externa brasileira.

Como bem apontou Simone de Beauvoir, ainda no século XX, “nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. Hoje o Brasil segue caminho conturbado. Se antes, no debate doméstico, figurava a necessidade de cumprir compromissos internacionais, agora temos que dar um passo atrás e defender que o país, antes de mais nada, retorne à política global com disponibilidade para diálogo e participação relevantes.

NOTAS

- 1 NARAIN S. Gender in International Relations: Feminist Perspectives of J. Ann Tickner. *Indian Journal of Gender Studies*. 2014;21(2):179-197. doi:10.1177/0971521514525085.
- 2 IMPROVEMENT in the status of women in the United Nations system: Report of the Secretary-General (2019). *Un Women*. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2019/07/improvement-in-the-status-of-women-in-the-united-nations-system-2019>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 ARAUJO, D. S. A política externa brasileira e os direitos das mulheres: Efeitos da atuação da secretaria especial de políticas para as mulheres da presidência da república. Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31679/1/2017_DandaradeSouzaAraújo.pdf. Acesso em: abr. 2022.

O QUE ESPERAR DA DIPLOMACIA PARA O SÉCULO XXI?

POR FELIPE ESTRE

FELIPE ESTRE é doutorando em relações internacionais pela Universidade de São Paulo e King's College London, além de pesquisador da Rede de Segurança e Defesa da América Latina (RESDAL).
E-mail: festre@usp.br.

Em fins do século XIX, às margens do Rio Nilo, moradores locais encontraram curiosas placas de argila nas ruínas da antiga cidade egípcia de Amarna. Assim que chegaram em mercados de antiguidade, as placas chamaram a atenção de arqueólogos, que rapidamente iniciaram escavações na região. Os mais de trezentos itens então encontrados, datados entre 1350-1330 a.C., tornaram-se uma das mais importantes descobertas do século: condensam enorme riqueza de informações sobre as relações entre o reino do Egito e seus vizinhos. Esse verdadeiro “Departamento de Correspondência do Faraó” é um registro até pouco ignorado, mas inestimável para as relações internacionais: as placas condensam mais de trezentas correspondências diplomáticas que permitem conhecer com riqueza de detalhes a dinâmica política do Oriente próximo. São o primeiro registro conhecido do que poderíamos chamar de diplomacia.

O que chamamos de diplomacia moderna, contudo, é uma invenção bem mais recente. Suas origens podem ser identificadas na Península Itálica, ao final do século XV. A enorme insegurança das cidades-Estado italianas — ricas, porém pouco protegidas — tornou imperativa a constituição de uma rede ágil e contínua de comunicação. A proximidade das cidades, que compartilhavam o mesmo idioma e religião, mostrou-se o local ideal para o nascimento das primeiras embaixadas permanentes.

O próximo passo na evolução da diplomacia moderna pode ser encontrado na França do século XVI. Em 1589, o Rei Henrique III atribuiu ao seu secretário Louis de Revol a responsabilidade por concentrar as relações da França com

as demais entidades políticas. Está aí o embrião do Ministério das Relações Exteriores. Contudo, nos tempos de Richelieu, essa era uma atribuição pessoal, em nada se parecendo com uma burocracia nos moldes atuais. Será apenas no início do século XVIII, nos anos finais do reinado de Luís XIV, que será formada uma estrutura mais especializada, responsável pela abundante correspondência diplomática entre a França, grande poder da época, e os demais Estados.

Em meados do século XVIII, a maioria dos Estados europeus já possuía estrutura semelhante. A Secretaria de Negócios Estrangeiros de Portugal foi criada em 1736; o Foreign Office Britânico foi dos últimos a surgir, em 1782; nos Estados Unidos, nasce em 1789 o Departamento de Estado; nas décadas seguintes, China, Japão e Turquia seguem o modelo. O Brasil herdou de Portugal essa estrutura. Contudo, ela em nada se parecia com o Itamaraty dos dias de hoje.

Até fins do século XIX, os Ministérios das Relações Exteriores eram estruturas bastante reduzidas e pouco burocratizadas. Além disso, havia rígida separação — não apenas funcional, mas também social — entre os funcionários do Ministério no país e os diplomatas servindo no exterior. Os primeiros eram servidores públicos que lidavam essencialmente com a correspondência externa. Já os diplomatas eram membros da elite que compartilhavam de um *ethos* aristocrático, financiavam com recursos próprios suas moradias no exterior, e muitos passavam anos sem retornar ao país de origem. Era também comum que os representantes no exterior fossem divididos entre o serviço diplomático e o consular. A depender do tamanho do Estado, havia até mesmo um serviço comercial especializado.

Apenas no início do século XX as instituições como as que hoje identificamos como Ministérios das Relações Exteriores de fato começam a se formar. Em 1904, a Noruega destaca-se como pioneira na modernização ao juntar na mesma estrutura os funcionários do Estado e os diplomatas no exterior. Mais do que isso, começa a haver um movimento de afastamento do modelo personalista de lidar com negócios estrangeiros em direção a uma burocratização. Interessante

movimento contrário a essa inovação administrativa ao imprimir ao Itamaraty sua liderança personalista e carismática. Será apenas na década de 1930 que o Brasil promoverá essa fusão.

Se a primeira metade do século XX promove os últimos ajustes estruturais à diplomacia moderna, a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 promove sua pluralização temática ao impulsionar decisivamente a diplomacia multilateral. Grandes conferências, grandes convenções, grandes negociações tornam-se atividade corriqueira, exigindo franca expansão da burocracia diplomática. A agenda diversifica-se: meio ambiente, direitos humanos, imigração, cooperação, cultura, comércio. Ainda que a primeira organização internacional — a União Internacional de Telecomunicações — tenha sido criada em 1865, houve aumento exponencial na quantidade desse tipo de instituição desde meados do século XX. A diplomacia não fica para trás, e os Ministérios das Relações Exteriores diversificam-se e especializam-se. A seleção torna-se mais exigente, e há constantes treinamentos ao longo da carreira. Departamentos regionais e seções temáticos são criados.

Desde o fim da Guerra Fria, o que se vê é uma intensificação das tendências identificadas. O descongelamento da política internacional pluraliza ainda mais a agenda e mais instituições são criadas, como a Organização Mundial do Comércio e o Mercosul. A isso, somam-se a intensificação da globalização e aceleração de inovações em transporte e comunicações. Cada vez mais atores participam da política internacional: governos municipais e estaduais, organizações não governamentais, empresas transnacionais. Não mais se pode pensar em diplomacia como atividade exclusiva de Estados e de seus Ministérios das Relações Exteriores. A chamada “paradiplomacia”, para bem e para mal, está aí para ficar.

O que se vê globalmente é um esforço de adaptação dos Ministérios das Relações Exteriores às tendências do século XXI. Aos diplomatas generalistas, somam-se especialistas. Os processos de seleção permanecem rígidos, mas há esforço de ampliação e diversificação, promovendo seleção de mais mulheres e membros de minorias. Se antigamente os Ministérios dos Negócios Estrangeiros

buscavam ser “leões de chácara”, preservando as fronteiras do internacional, esforços de controle dos fluxos transnacionais hoje se mostram não apenas infrutíferos, mas contraproducentes. A tendência global é que essas instituições atuem menos como protagonistas, mas como coordenadoras e facilitadoras das relações internacionais. A diplomacia do século XXI é mais diversa, mais descentralizada e mais cooperativa.

Se, como dizia Azeredo da Silveira, “a melhor tradição do Itamaraty é saber se renovar”, é imperativo que o Ministério do século XXI assuma papéis de facilitação, ampliando esforços de coordenação e cooperação com os demais entre federados, com outros ministérios, universidades, centros de reflexão em políticas públicas e associações civis. Para isso, será preciso maior grau de abertura; caso contrário, a inércia prevalecerá. Não nos esqueçamos de que diplomatas são, antes de tudo, burocratas. Sob a estrutura vigente, opaca e autocentrada, o silêncio dos funcionários do Ministério face à destruição promovida por Ernesto Araújo não foi surpreendente: era esperado. A resistência, quando possível, partiu da sociedade civil; somente muito adiante o Senado se posicionou. Parece seguro dizer que, tornando mais porosa e democrática a diplomacia brasileira, melhor protegeremos seu acumulado histórico e mais equipada ela estará para contribuir com os novos e diferenciados atores e desafios das relações internacionais contemporâneas.

QUEM REPRESENTA A DIPLOMACIA BRASILEIRA?

POR KARLA GOBO E CLAUDIA SANTOS

KARLA GOBO é doutora em sociologia (Unicamp), professora da ESPM-Rio e pesquisadora do Laboratório Cidades Criativas (ESPM-Rio), do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR) e do Laboratório de Gênero (UFF). E-mail: karlagobbo@gmail.com.

CLAUDIA SANTOS é doutoranda em sociologia (UFPR). E-mail: madamebutterfly.c@gmail.com.

Na primeira década do século XXI, o Brasil passou de 4,4% para 7,9% de pessoas com ensino superior, segundo dados do Censo. Um pequeno grande avanço. Essa melhora não impediu que em 2019, o relatório *Education at a Glance*,¹ da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tenha apontado que o Brasil possuía uma das piores taxas de pessoas com ensino superior entre os membros da organização: apenas 21% na faixa entre 25 e 34 anos. Com mestrado e doutorado, o cenário era ainda pior: 0,8% dos brasileiros entre 25 e 64 anos com mestrado e apenas 0,2% que chegavam ao doutorado.

Quando olhamos para o Itamaraty, vemos um retrato completamente diferente: 74,5% dos pais e 64,4% das mães dos diplomatas brasileiros têm pelo menos o ensino superior. Isso é quase dez vezes mais do que a média nacional. Esses dados foram obtidos por meio de um *survey* que formulei e enviei para todos os diplomatas brasileiros em 2015 e foi respondido por 208 profissionais de diversas etapas da carreira. Os resultados indicam um perfil bastante específico desse quadro do funcionalismo público. O uso de dados como a escolaridade dos pais é um importante indicador sobre a origem social, já que quanto maior a escolaridade, maiores são os salários e o acúmulo do capital cultural legítimo, recursos fundamentais para o sucesso no concurso. Estamos tratando, portanto, da “elite da elite”.

Concursos públicos são uma alternativa muito presente para aqueles que

brasileiro. Não raro as pessoas se inscrevem em diferentes concursos na esperança de conquistar um espaço. Aqui, surge outra diferença entre diplomatas: a estabilidade, grande atrativo em várias carreiras de Estado, não é o principal motivador para este grupo. Apenas 6% disseram que optaram pela carreira por ser um cargo público e estável e 73,1% disseram que esta era a única alternativa em que tinham interesse no funcionalismo público. Apesar de ter um dos salários mais atrativos da administração pública, apenas 2% alegaram que a remuneração foi o principal motivo de suas escolhas pela carreira. A origem de classe, a alta escolaridade, o domínio de línguas estrangeiras e a passagem por instituições de excelência fazem com que muitos possam ter salários correspondentes ou melhores em outros cargos ou na iniciativa privada.

Quanto à divisão sexual, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi um dos primeiros locais da burocracia estatal a abrir espaços para as mulheres. Em 1918, Maria José de Castro Rebello Mendes entrou no órgão, tornando-se a primeira servidora pública brasileira a passar por um concurso de provas. A história para as mulheres no MRE é, entretanto, particularmente acidentada. Em 1934, a proibição de casamentos entre funcionários públicos tentava limitar a presença de mulheres no funcionalismo. Em 1938, veio uma medida específica para o MRE: a proibição de mulheres no concurso, que vigorou até 1954. Mesmo após a queda da resolução que proibia a entrada de mulheres, criaram-se outras medidas que dificultavam suas permanências ou progressões profissionais.

Hoje o Itamaraty conta com aproximadamente 23% de diplomatas mulheres. Um dos argumentos utilizados para justificar a baixa presença de mulheres na carreira diplomática são os deslocamentos constantes, que numa cultura patriarcal são mais penosos para as mulheres. Entretanto, no MRE há outras duas carreiras: assistente e oficial de chancelaria. A primeira exige apenas o ensino médio. Na segunda, assim como na carreira diplomática, é preciso ter completado o ensino superior, mas sobre ambas paira percepção de serem “carreiras meio”, que são basicamente cargos administrativos, de menores salários, menor valor simbólico e com os mesmos constrangimentos de deslocamento da carreira. Esses cargos são

majoritariamente femininos. Não há estudos conclusivos que permitam afirmar o porquê de as mulheres estarem em maior número nas duas primeiras categorias profissionais. Conforme Farias e Carmo, as mulheres são, em média, 40% dos candidatos ao concurso à carreira diplomática, mas menos de 25% dos aprovados. Mesmo com a eliminação de entrevistas e provas orais que ocorreu nas décadas de 1980 e 2000, respectivamente, ou o aumento substantivo de diplomatas selecionados entre os anos 2006 e 2010, a divisão sexual dos recrutados não sofreu alterações significativas. O que sabemos até aqui é que os deslocamentos constantes de postos e países não inibem as mulheres de prestarem os concursos para o MRE, mas não temos elementos conclusivos para explicar os resultados do recrutamento para a carreira diplomática, já que hoje o percentual de homens e mulheres que fazem a seleção para o concurso de diplomata é bem próximo, as provas não são identificadas, mas os resultados continuam sendo desfavoráveis às mulheres.

Quanto aos negros, é preciso primeiramente frisar a dificuldade de se analisar esse grupo no Itamaraty: não há dados disponíveis sobre autodeclaração de cor. As informações apresentadas aqui são de fontes secundárias, notícias ou do site do Ministério das Relações Exteriores. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE (2019), 56,7% da população do país é negra ou parda. De acordo com uma matéria da *Revista Piauí* (2020)² sobre um diplomata negro especializado em física nuclear, Ernesto Batista Mané Junior, a estimativa é de que eles não passam de sessenta num universo de aproximadamente 1.600, portanto menos de 4% do total. Com relação à ascendência indígena, há ausência absoluta de dados e mesmo estimativas.

Para se ter uma ideia das desigualdades deste espaço quando se analisa a cor da pele, somente na década de 1960 o Brasil teve seu primeiro embaixador negro, Raimundo de Souza Dantas.³ Ele não era pertencente à carreira diplomática. Tratou-se de nomeação política do Presidente Jânio Quadros (1961) para a Embaixada em Gana. Apenas em 2010 se tem a nomeação do primeiro embaixador negro no Brasil que ingressara no Itamaraty por meio do concurso do Instituto

dificuldades e desigualdades que restringem o acesso das pessoas não brancas num concurso como o Itamaraty. Benedicto tem um caminho pouco convencional para este grupo: filho de agente de portaria e contínuo, desde cedo teve vivências no exterior e pôde estudar em escolas francesas e americanas.

No início do século XXI, fruto das reflexões sobre diversificação social na carreira, nasce o programa “Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia”. Ele prevê o pagamento de uma bolsa durante o período de um ano no valor de 25 mil reais, valor pouco superior a dois mil reais mensais, dos quais apenas 30% são admitidos para o custeio. O restante deve ser destinado a materiais de estudos, cursos ou aulas particulares.

O site do Instituto Rio Branco traz a seguinte informação: “Até 2014, o Ação Afirmativa já concedeu 594 bolsas para 354 bolsistas, dos quais 21 foram aprovados no CACD”. Levando em consideração o número de bolsistas com o número de aprovados, apenas 6% deles, mesmo com as renovações, conseguiram a aprovação no concurso. Caso se considere o total de 740 diplomatas que ingressaram de 2003 a 2014, esse percentual cai para menos de 3% dos aprovados. Isso demonstra que, apesar de ser um programa importante, ele ainda não é suficiente para tornar aptas pessoas que estiveram em condições de desvantagem social, econômica e cultural para competir com os demais.

Tendo em vista a baixa eficiência do programa, em 2011 foram criadas também cotas para a primeira fase do concurso. Posteriormente, em razão da lei 12.990/14, que estabelece a reserva de 20% das vagas nos concursos do funcionalismo público entre os anos de 2014 e 2024, o IRBr passou a implementar o sistema de forma plena em todas as etapas do processo seletivo. É importante ressaltar que o Itamaraty foi o primeiro órgão do governo federal a observar a reserva dos 20%, que tem sido preenchida desde então.

O processo funciona em duas etapas. A primeira é autodeclaração no ato da inscrição. Posteriormente, uma banca afere a declaração dos candidatos levando em conta exclusivamente o fenótipo dos aprovados pelo sistema. É possível observar algumas mudanças no processo de recrutamento ao longo do tempo.

A primeira foi a mudança na redação do edital, explicitando a importância da condição fenotípica “afrodescendente (negro)”, principalmente depois que candidatos afrodescendentes de pele branca tentaram ter acesso à carreira por meio das cotas. Outra mudança foi a composição da comissão verificadora, que por mais de uma vez teve o seu resultado questionado e judicializado. Embora o critério seja exclusivamente fenotípico, o Supremo Tribunal Federal tem considerado que o histórico familiar e fotografias podem ser utilizados para comprovar se uma pessoa é negra.

Com relação à divisão regional, 60% dos diplomatas brasileiros são nativos de apenas quatro Estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Mesmo considerando que esta é a região com maior concentração populacional, estimada pelo IBGE em 45% no ano de 2019, sua representatividade no MRE é quase 15% superior à apresentada no país.

Até a primeira metade da década de 1980 a trajetória educacional dos diplomatas passava por: colégios confessionais, faculdade de direito no Rio de Janeiro e, finalmente, o Instituto Rio Branco. As instituições mais significativas na lista de aprovados são: UFRJ, UERJ e PUC-Rio. Segundo Cristina Patriota de Moura, a graduação em direito, nesse caso, constituir-se-ia mais como meio para obtenção da aprovação e, caso esta não ocorresse, poderia ser a melhor possibilidade profissional na área de humanas, marcada por cursos de baixo status e salários. O que se percebe nas últimas décadas é que há diminuição substantiva dos bacharéis em Direito, embora ainda seja o grupo mais representativo. Hoje eles são 48,5% do corpo diplomático, mas já foram 73,6% entre 1946 e 1960. Se considerarmos apenas os últimos vinte anos, esse índice é ainda menor, 42% dos aprovados, comprovando assim esse processo de queda. Os egressos de relações internacionais passaram a ocupar maior número de vagas: 22% do universo é originário desse curso; 29% dos formados foram aprovados nos últimos vinte anos, proporção que aumenta para 40% na última década.

Quanto à origem escolar, 74% dos diplomatas são oriundos de instituições públicas de ensino superior (IES). Os aprovados de instituições privadas são

apenas 21%. E aqueles que fizeram um curso de graduação fora do país são apenas 4%. Considerando o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF), que classificou em 2019 “as 192 universidades brasileiras a partir de indicadores de pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado”, as dez melhores foram: USP, Unicamp, UFRJ, UFMG, UFRGS, Unesp, UFSC, UFPR, UnB, UFPE, todas instituições públicas de ensino (*Folha de São Paulo*, 2019). Exceto a UnB e a UFPE, todas as outras universidades do ranking estão no eixo Sul e Sudeste, sendo que três delas se situam no estado de São Paulo (USP, UNICAMP e UNESP). Ao analisar o universo dos diplomatas que passaram pelas universidades públicas, percebe-se que a maioria, 78%, é formada em uma dessas dez instituições. O restante, cerca de 22%, veio de uma das mais de oitenta universidades federais ou estaduais do país. Ao contabilizar apenas as instituições que mais aprovam dentre essas dez IES, a UnB (41%), a USP (36%) e a UFRJ (23%) concentram, juntas, 72,3% das aprovações.

Em suma, embora a diplomacia venha lentamente mudando para ser um retrato mais fiel da sociedade brasileira, que é majoritariamente composta de mulheres e não brancos, ainda reflete características dos espaços de elite no Brasil. Diplomatas são majoritariamente homens, brancos, filhos de pais com ensino superior, das regiões sudeste e sul do país e com títulos acadêmicos de instituições de excelência.

NOTAS

- 1 OECD (2019), *Education at a Glance 2019*: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>. Acesso em: mar. 2022.
- 2 SIMON, R. Dos átomos ao Itamaraty. *Revista Piauí*, ed. 170, nov. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/dos-atomos-ao-itamaraty/>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 LANÇAMENTO do livro: “Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro”. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XTpO456Qx20>. Acesso em: abr. 2022.

A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO SOB O SIGNO DO NEGACIONISMO

POR CAROLINA SALGADO

CAROLINA SALGADO é professora do Instituto de
Relações Internacionais da PUC-Rio.

Passados quinze meses de uma pandemia que oficialmente já matou cerca de seiscentos mil brasileiros, manchetes internacionais¹ reportaram os incontáveis incentivos e compra de cloroquina pelo governo federal,² atrasos³ e corrupção na compra de vacinas,⁴ e até mesmo estímulos para suposta imunidade coletiva por contágio. Vistos em perspectiva, tratou-se de necropolítica, uma política de morte⁵ já bem documentada e amplamente implementada contra indígenas, negros e a população mais pobre em geral.

Paralelamente, especialistas e políticos brasileiros e estrangeiros entendem que o Brasil não precisava constar em último lugar no ranking internacional de preparação e eficácia para o enfrentamento da covid-19,⁶ tendo em vista a força do Sistema Único de Saúde (SUS), o desempenho na pandemia de HIV/Aids e em outras situações anteriores de emergência sanitária. Atualmente, a credibilidade do Brasil foi derrubada e, ao que parece, um grande número de brasileiros⁷ e estrangeiros se cansou do negacionismo implacável de Bolsonaro e de seu clã de fanáticos militantes.

A pandemia nos coloca diante de duas questões fundamentais: o que é o negacionismo e como ele se tornou uma alternativa politicamente viável no Brasil? Há necessidade de encontrar algum sentido ou racionalidade para a sequência de eventos, declarações, políticas, desmantelamentos de políticas públicas e atos normativos que atravessam a vida dos brasileiros pelo menos desde março de 2020. Caso contrário, no plano doméstico, sem encontrar explicações para as divergências entre as narrativas do governo e as recomendações

da Organização Mundial da Saúde (OMS), de cientistas, universidades públicas e estrangeiras, àqueles que não apoiam Bolsonaro resta chamá-lo de louco, ignorante e, mais recentemente, genocida. No plano internacional, pautar a repercussão dos fatos com base em alguma racionalidade permite ir além da disputa de narrativas que opera na superficialidade da política do Brasil sob o signo do negacionismo.

Este breve ensaio propõe tal enquadramento conceitual (ou racionalidade) que, sem se pretender exaustivo, articula algumas reflexões em curso para nos ajudar a entender a virada inédita que o mundo está presenciando na Política Externa Brasileira (PEB), por exemplo, em posicionamentos na ONU⁸ sobre relações de gênero, povos indígenas e meio ambiente; ou em posturas contra a OMS e a suspensão das patentes para as vacinas.⁹

Quanto à primeira pergunta — o que é **negacionismo**?¹⁰ —, a definição ampla do termo varia de acordo com o campo de estudo. Na psicanálise, a “problemática da negação”¹¹ de Freud é a referência para contrastar negação e negacionismo. Enquanto o primeiro significa “um mecanismo de autodefesa diante da dor, que requer afirmação prévia e implica vulnerabilidade psíquica”, o segundo é “um movimento político ou tendência social que inspira combate quando nega deliberadamente fatos históricos e evidências científicas por meio de recursos retóricos, com o objetivo de produzir desconhecimento e incertezas entre a opinião pública”, como nos explicam os psicanalistas Maria Livia Tourinho Moretto, Christian Dunker e Daniel Gomes.¹²

Para os historiadores, o negacionismo frequentemente aparece ao lado do revisionismo ideológico, e ambos são contrastados com o revisionismo historiográfico. Segundo Marcos Napolitano,¹³ professor do departamento de história da Universidade de São Paulo, “o revisionismo ideológico é muitas vezes a antessala do negacionismo, pois o primeiro significa a desconstrução da informação histórica, mas não necessariamente o fato em si, e a subsequente problematização do consenso, enquanto o negacionismo — que tem suas origens no holocausto e, desde então, se operacionaliza através de uma base social organizada — significa

a negação total de um objeto metodologicamente comprovado em prol da salvaguarda de interesses econômicos e ideológicos”. Em comum, ambas as vertentes enxergam nos negacionistas uma insatisfação ao que percebem ser uma prática de silenciamento ou de não reconhecimento imposta a certos grupos sociais por vozes autorizadas como as de cientistas e acadêmicos; sua reação ocorre por meio da indução à incerteza na opinião pública.

Desnecessário dizer que os objetos do negacionismo são múltiplos — o holocausto, as mudanças climáticas, a pandemia de covid-19, entre outros. Mas tendo em vista meu foco nas características gerais do negacionismo como um movimento social e político que está adquirindo centralidade na esfera pública em todo o mundo, é útil separar alguns de seus instrumentos e resultados. As fontes usadas para este artigo são meios de comunicação, organizações internacionais, comunicadores científicos e analistas políticos que, indicando elementos e fenômenos correlacionados ao negacionismo, nos ajudam a construir uma racionalidade para a compreensão da PEB na atualidade.

INSTRUMENTOS E RESULTADOS DO NEGACIONISMO

INSTRUMENTOS	RESULTADOS
<p>ÁREA 1: INTERNET</p> <p>Mundo virtual e digital das redes sociais¹⁴ e fóruns abertos;</p> <p>Infodemia.¹⁵</p>	<p>Dificuldade de discernimento;</p> <p>Proliferação de informações superficiais, notícias falsas e/ou desinformação;</p> <p>Bolhas algorítmicas.</p>
<p>ÁREA 2: INSTITUIÇÕES</p> <p>Erosão da confiança nas instituições;</p> <p>Proliferação de crises éticas.</p>	<p>Problemas em lidar com riscos coletivos, fortalecendo o individualismo através do tribalismo, do maniqueísmo e da ruptura da coesão social;</p> <p>A exigência de um novo regime de interações sociais que compreenda o valor das diferenças.</p>

<p>ÁREA 3: LIDERANÇA</p> <p>Divisão social:¹⁶ forma de exercício do poder e governo;</p> <p>Atuação em nome da defesa e alcance de interesses econômicos e ideológicos particulares ou de um clã.</p>	<p>O uso da liderança para a produção e caça de inimigos intencionais e, ao mesmo tempo, de um sentimento de privilégio fomentado entre apoiadores para “saber a verdade”;</p> <p>Fortalecimento de teorias da conspiração.</p>
<p>ÁREA 4: CIÊNCIA¹⁷ (ou a política de alienação)¹⁸</p> <p>Exploração da lacuna e desconexão entre a academia/ciência e a sociedade;</p> <p>Simplificação da realidade, uma vez que a complexidade supera a capacidade individual de simbolizar.</p>	<p>Reação coletiva organizada à autoridade científica percebida como inibidora da participação de grupos específicos em discursos públicos;</p> <p>Percepções populares de um conhecimento científico inacessível e, portanto, duvidável e, em consequência, de não pertencimento e desconexão (sociologia do conhecimento);</p> <p>Conflito com dogmas e crenças religiosas;¹⁹</p> <p>Luto, cansaço, trauma: necessidade de autoproteção por meio da alienação.</p>

COMO O NEGACIONISMO SE TORNOU ALTERNATIVA POLITICAMENTE VIÁVEL NO BRASIL?

No estudo de Van Prooijen & Krouwel,²⁰ temos apontadas quatro características psicológicas de ideologias políticas extremistas: o sofrimento e o estresse psicológico, a simplicidade cognitiva, o excesso de confiança e a intolerância. Todas são facilmente identificáveis na personalidade, nas estratégias e nos discursos de Bolsonaro. Embora as quatro áreas na tabela nas quais indico instrumentos do negacionismo estejam entrelaçadas e presentes no Brasil, entendo que a área 3, liderança, é o ponto de partida para entender como as políticas interna e externa se encontram na execução de uma agenda de interesses econômicos e ideológicos particulares do clã do governo. Para garantir que tal agenda seja cumprida, a estratégia de Bolsonaro se concentra em promover essas quatro características

psicológicas do extremismo entre os 30% do eleitorado que o apoiam, talvez atingindo ainda mais pessoas que desconfiam das instituições da democracia liberal, abarcando também os resultados da área 2, instituições. Tal estratégia está em andamento desde pelo menos 2016 e teve seu ápice a partir de março de 2020, com a eclosão da pandemia.

Exemplifico: ao confrontar discursivamente (e muitas vezes na prática) governadores e prefeitos, bem como o Supremo Tribunal Federal, Bolsonaro fomenta o conflito intrainstitucional e a desconfiança que, juntos, levam ao colapso da coesão social, uma vez que a população se polariza em torno de tal confronto produzido pelo chefe do Executivo. Ao comprar e estimular o consumo de hidroxiquina como parte de um tratamento preventivo que nunca existiu, para não mencionar o plano de imunidade coletiva por contágio, Bolsonaro desacredita a ciência e promove o que chamei de “política de alienação”, que se aproxima do sentido de negação de Freud anteriormente mencionado.

Através da produção de inimigos intencionais como João Doria,²¹ a OMS, a China e a imprensa, Bolsonaro oferece uma solução mais simples que enfatiza a liberdade individual e a sobrevivência econômica, com base em teorias conspiratórias, manipulação política, acusações infundadas e rejeição aos fatos. Tal como indicado na área 4, ciência, a realidade se torna objeto de opinião sobre o qual todos estão convidados a deliberar e, nesse sentido, a ciência não é reconhecida como um ator moderador ou mesmo inteiramente confiável. Os principais resultados são uma profunda divisão social,²² o fortalecimento do individualismo, da alienação e dos conflitos entre diferentes crenças religiosas²³ e culturais travados na internet, em que a proliferação de notícias falsas e desinformações dificulta o discernimento.

A estratégia não é gratuita ou ingênua: promovendo incertezas na opinião pública e pautando a agenda da discussão política e midiática, Bolsonaro mantém os 30% de sua base eleitoral ocupada em torno do negacionismo enquanto, junto a seu clã e coalizão parlamentar, segue em frente no desmantelamento dos pilares democráticos e dos ecossistemas natural e social do país para a realização de interesses econômicos e ideológicos.

NOTAS

- 1 LONDOÑO, E.; SIMÕES, M. Brazil Presidente Embraces Unproven 'cure' as Pandemic Surges. *The New York Times*, 13 jun. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/13/world/americas/virus-brazil-bolsonaro-chloroquine.html>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 ANJOS, A.; MUNIZ, B.; FONSECA, B.; FERNANDES, L. O Mapa da cloroquina: como governo Bolsonaro enviou 2,8 milhões de comprimidos para todo o Brasil. *Publica*, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/o-mapa-da-cloroquina-como-governo-bolsonaro-enviou-28-milhoes-de-comprimidos-para-todo-o-brasil/>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 PASSARINHO, N. 3 erros que levaram à falta de vacinas contra covid-19 no Brasil. *BBC*, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56160026>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 PROPINA por vacinas? Entenda as 2 denúncias em negociação de doses pelo governo Bolsonaro. *BBC*, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57666781>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 CHARLIE, P.; VARISON, L. Is COVID-19 being used as a weapon against Indigenous Peoples in Brazil? *The Lancet*, 10 out. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32068-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32068-7/fulltext). Acesso em: abr. 2022.
- 6 COVID Performance Index. *Lowy Institute*. Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/#rankings>. Acesso em: abr. 2022.
- 7 LOPES, S. PoderData: reprovação ao governo Bolsonaro sobe e volta ao pico. *Poder 360*, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-reprovacao-ao-governo-bolsonaro-sobe-e-volta-ao-apice/>. Acesso em: abr. 2022.
- 8 DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). *Gov.br*, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discursodo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: abr. 2022.
- 9 BERMUDEZ, J. O que podemos fazer hoje para evitar um apartheid sanitário global. *The Intercept Brasil*, 5 maio 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/05/o-que-podemos-fazer-evitar-apartheid-sanitario-globa-vacinas/>. Acesso em: abr. 2022.
- 10 O NEGACIONISMO não é novidade. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599535-o-negacionismo-nao-e-novidade>. Acesso em: abr. 2022.
- 11 MAAKAROUN, B. O negacionismo como arma de destruição durante a pandemia. *Estado de Minas*, 24 jul. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml. Acesso em: abr. 2022.
- 12 LIVE - Negacionismo científico e movimento antivacina: efeitos na ética do cuidado. Canal *Conselho Regional de Psicologia de São Paulo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GyhtMPTcJsU&t=4654s>. Acesso em: abr. 2022.
- 13 AULA inaugural aborda negacionismo e revisionismo ideológico. *Fiocruz*, 19 mar. 2021. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1930-aula-inaugural-aborda-negacionismo-e-revisionismo-ideologico.html#.YNtIE_IKg2w. Acesso em: abr. 2022.
- 14 COMO vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil.

- Internet & Sociedade*, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em: abr. 2022.
- 15 INFODEMIC. World Health Organization. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em: abr. 2022.
 - 16 NUNES, R. O presente de uma ilusão. *Revista Piauí*, ed. 174, mar. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-presente-de-uma-ilusao/>. Acesso em: abr. 2022.
 - 17 A IMPORTÂNCIA da CIÊNCIA em tempos de negacionismo | Natalia Pasternak e Leandro Karnal. Canal *Prazer, Karnal*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xpAQE7m8w4Y>. Acesso em: abr. 2022.
 - 18 CASTRO, G. “O discurso negacionista não se sustenta mais”, diz Maria Homem. *Metrópoles*, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/o-discurso-negacionista-nao-se-sustenta-mais-diz-maria-homem>. Acesso em: abr. 2022.
 - 19 SILVA, E.; SILVEIRA, E. A pandemia de covid-19 sob a bênção de Bolsonaro e evangélicos: Mobilização política anticência, saber mágico e pós-verdade. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/21931/13554/>. Acesso em: abr. 2022.
 - 20 VAN PROOIJEN, J-W.; KROUWEL, A.P.M. *Psychological Features of Extreme Political Ideologies*. *Current Directions in Psychological Science*. 2019;28(2):159-163. doi:10.1177/0963721418817755.
 - 21 RAHAL, M. Doria rebate crítica de Bolsonaro a governadores: ‘Fazemos o que ele não faz’. *CNN Brasil*, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/doria-rebate-critica-de-bolsonaro-a-governadores-fazemos-o-que-ele-nao-faz/>. Acesso em: abr. 2022.
 - 22 STUENKEL, O. Brazil’s Polarization and Democratic Risks. *Carnegie Endowment for International Peace*, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2021/02/17/brazil-s-polarization-and-democratic-risks-pub-83783>. Acesso em: abr. 2022.
 - 23 GRUPO de pesquisa discurso. O antídoto “coronafê”: A análise política do discurso de igrejas evangélicas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-antidoto-coronafe-a-analise-politica-do-discurso-de-igrejas-evangelicas/>. Acesso em: abr. 2022.

PAZ E POLÍTICA EXTERNA: É POSSÍVEL VISLUMBRAR ALGUMA PAZ EM MEIO À VIOLÊNCIA?

POR GIOVANNA AYRES

GIOVANNA AYRES é doutora em relações internacionais, pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS).

A pesar de o artigo 4º da Constituição¹ destacar que as relações internacionais do Brasil devem ser regidas pela defesa da paz, vemos o país conduzir sua política externa de modo incompatível com o desenvolvimento da paz. Em importantes fóruns internacionais, como no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil tem se posicionado contra os direitos sexuais e reprodutivos² e a proteção de mulheres e meninas,³ aproximando-se de teocracias fundamentalistas como a Arábia Saudita. Nas negociações comerciais entre Mercosul e União Europeia, a falta de compromisso brasileiro com a proteção do meio ambiente atrapalha o andamento do acordo.⁴ Podemos ainda citar que o Presidente Jair Bolsonaro é objeto de denúncias no Tribunal Penal Internacional (TPI)⁵ por crimes contra a humanidade como o genocídio dos povos indígenas. A preocupação com os crimes cometidos contra as populações originárias do Brasil foi até mesmo citada pela assessora do secretário-geral da ONU, Alice Wairimu Nderitu, durante reunião do Conselho de Direitos Humanos da organização.⁶ Constata-se, assim, que o Brasil tem uma política externa guiada por ideologias contrárias ao desenvolvimento da paz, refletindo políticas domésticas voltadas para a violência e o desmonte de mecanismos de proteção de direitos humanos e de justiça socioambiental.

Quando nos referimos à paz, não falamos apenas de negociação e resolução pacífica de conflitos armados internacionais. Partimos da ideia de que a paz é mais do que a ausência de guerras e pode ser definida pela presença de condições básicas para o pleno desenvolvimento das capacidades humanas⁷ em harmonia

com o meio ambiente.⁸ Isso significa trabalhar ativamente para promover justiça social, igualdade de gênero, igualdade racial, acesso justo à saúde, educação e cultura, ou seja, condições mínimas para viver com dignidade. A construção da paz⁹ requer um olhar cuidadoso para enxergar e compreender as diferentes necessidades humanas em contextos distintos, que exigem medidas proativas para aumentar a equidade nas sociedades.

Uma política externa voltada para e pela paz exige olhar para injustiças e promover direitos humanos emancipatórios, que são a base para superar desigualdades e reparar injustiças históricas perpetradas local e globalmente. Estamos nos referindo, portanto, a tentativas de transcender — ou pelo menos começar a reparar — diferentes violências cometidas histórica e cotidianamente, sejam elas físicas, estruturais¹⁰ ou culturais.¹¹

Exemplos dessas violências no Brasil não faltam: violência física e cultural contra os povos originários brasileiros; políticas voltadas para destruição do meio ambiente e do clima, que degradam não apenas o próprio ecossistema, mas as condições de vida no país; desmonte das políticas voltadas para os direitos humanos, o que priva as pessoas de acesso à educação, justiça e cultura; e descaso com a saúde pública agravado pelo negacionismo em relação à ciência, tornando o Brasil um dos piores países no combate à covid-19,¹² com impactos devastadores sobre a população mais pobre.

Paralelamente, reconhecer e transcender tantas violências demanda um esforço não individual, mas coletivo, a fim de subverter esse ciclo violento que está enraizado em nossa própria construção como nação e amparado por uma grande violência estrutural: a colonial. Sobre o colonialismo, tomo emprestadas as palavras de Mia Couto em seu livro *O último voo do flamingo* (Companhia das Letras, 2016):

[...] falam muito do colonialismo. Mas isso é coisa que eu duvido que houvesse. O que fizeram esses brancos foi ocuparem-nos. Não foi só a terra: acamparam no meio das nossas cabeças. Somos madeira que apanhou

chuva. Agora não acendemos nem damos sombra. Temos que secar à luz de um sol que ainda não há. Esse sol só pode nascer dentro de nós.

De certa forma, temos o longo caminho de pensar coletivamente na gestação e no nascimento desse sol para emancipar algum pensamento sobre política externa voltada para e pela paz, algo que só pode nascer dentro de nós, não sendo um ideal pré-concebido nem um modelo a ser imposto. Talvez a paz seja mesmo esse caminho de construção de diálogos de modo a reconhecer e transcender essas violências arraigadas no pensamento, na cultura e nos corpos brasileiros. Seguindo esse raciocínio, tomo a liberdade de compartilhar algumas medidas, ações e reflexões que poderiam guiar nossa política externa, aqui entendida como um reflexo de políticas domésticas que também devem almejar a construção da paz:

- Incluir e defender pautas de igualdade social, racial e de gênero na formulação da política externa, em fóruns e em organizações internacionais, alinhando-se com iniciativas do Sul Global que busquem a reparação de injustiças históricas.
- Enxergar a paz como resultado de um processo coletivo que passa, necessariamente, pelo diálogo com a sociedade civil. A postura projetada internacionalmente pelo Brasil tem impacto direto no cotidiano da população (haja vista a falta de habilidade e vontade para negociar vacinas e as consequências que isso causou nas vidas e na saúde de tantas pessoas). Portanto, é necessário levar em consideração as violências e os anseios que ecoam de nossa sociedade.
- Não menos importante, preservar a memória do que está acontecendo agora (como os ataques aos direitos humanos, à ciência, posturas contrárias à paz nos âmbitos nacional e internacional) e os efeitos que isso causa na imagem internacional do Brasil e na população brasileira. A preservação da memória é ponto fundamental para construir alguma paz, afinal, não seria o apagamento da história uma forma de violência,

visto que nega o passado e, conseqüentemente, aniquila a possibilidade de construir novos futuros?

Ao descortinarmos algumas violências, encarando-as não como algo natural, mas como um ciclo vicioso arquitetado de forma injusta, torna-se mais explícita a urgência de falar sobre a paz de maneira construtiva, de modo que deixe de ser vista como um conceito vazio e distante e possa ter um significado no nosso cotidiano e no ambiente internacional — seja por meio de ideias utópicas, seja por ações concretas. Quem sabe, assim, possamos construir aos poucos memórias não apenas de violência, mas também de paz.

NOTAS

- 1 CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2022.
- 2 BOLDRINI, A. Brasil fica de fora da ONU sobre direitos reprodutivos das mulheres. *Folha de S.Paulo*, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/brasil-fica-de-fora-de-declaracao-da-onu-sobre-direitos-reprodutivos-das-mulheres.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 CHADE, J. Com islâmicos, Brasil tenta esvaziar resolução sobre direito das mulheres. *UOL Notícias*, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamilchade/2020/07/03/com-islamicos-brasil-tenta-esvaziar-resolucao-sobre-direito-das-mulheres.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 ROCHA, G.; TASQUETTO, L.; SEVILHA, M.; FERRA, K.; ALVES, R. Acordo Mercosul-União Europeia: por onde anda? *Carta Capital*, 3 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/acordo-mercosul-uniao-europeia-por-onde-anda/>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 OLIVEIRA, J. Ação contra Bolsonaro avança em Haia, e indígenas vão denunciá-lo por genocídio e por ecocídio. *El País*, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-01/acao-contra-bolsonaro-da-passo-inedito-no-tribunal-penal-internacional-enquanto-indigenas-se-preparam-para-denuncia-lo-por-genocidio-e-ecocidio-na-corte.html>. Acesso em: abr. 2022.
- 6 OLIVEIRA, R.; D'OSUALDO, B. “Não há genocídio que não tenha sido precedido por discurso de ódio”, diz Alice Nderitu, da ONU. *Brasil de Fato*, 3 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildedefato.com.br/2021/08/03/nao-ha-genocidio-que-nao-tenha-sido-precedido-por-discurso-de-odio-diz-alice-nderitu-da-onu>. Acesso em: abr. 2022.
- 7 FREIRE, M.; LOPES, P. Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/614#ftn1>. Acesso em: abr. 2022.

- 8 ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- 9 ALBUQUERQUE, M. Lançamento do livro “Estudos para a Paz: conceitos e debates”. *PCECS*, 2 nov. 2019. Disponível em: <https://redpecs.wordpress.com/2019/11/02/lancamento-do-livro-estudos-para-a-paz-conceitos-e-debates/>. Acesso em: abr. 2022.
- 10 GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*. 1969;6(3):167-191. doi:10.1177/002234336900600301.
- 11 GALTUNG, J. Cultural Violence. *Journal of Peace Research*. 1990;27(3):291-305. doi:10.1177/0022343390027003005.
- 12 BRASIL e mais 3 países são apontados como os piores no combate à pandemia. *UOL*, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2021/04/23/brasil-e-mais-3-paises-sao-apontados-como-os-piores-no-combate-a-pandemia.htm>. Acesso em: abr. 2022.

SOBRE O BRASIL, AS NAÇÕES UNIDAS E O MULTILATERALISMO

POR CRISTINA SOREANU PECEQUILO

CRISTINA SOREANU PECEQUILO é professora de relações internacionais na Unifesp.

De 2019 a 2021, assistir ao discurso brasileiro na sessão de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) tornou-se um fato recorrente que apresenta um ciclo de expectativa, conformidade e frustração e/ou satisfação. Além da curiosidade, a expectativa deriva da esperança de mudança de rumos em um cenário de crise, à medida que a relevância deste rito diplomático poderia gerar a contenção de rupturas. A conformidade é a percepção de que a retórica se manteve: os que esperavam mudança se frustram, e os que não desejavam alterações mantêm a satisfação.

Esta situação não é novidade. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002, FHC), atravessando as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010), Dilma Rousseff (2011/2016) e Michel Temer (2016/2018), a participação do Brasil na ONU e no sistema multilateral vem sofrendo de uma intensa polarização, à medida que a política externa é um retrato das divisões internas. Tais divisões organizam-se em torno das disputas sobre o modelo social e de desenvolvimento: capitalismo de Estado × neoliberalismo, diversificação produtiva × reprimarização, secularismo × fundamentalismo, somente para citar algumas.

Em 2021, repetiu-se uma retórica multinível, refletindo as diversas metas dos grupos de interesse que compõem a coalizão governamental. Três dimensões estiveram presentes: a político-social-cultural, a estratégica-diplomática e a econômica. Enquanto a primeira esteve associada aos temas da nacionalidade, soberania, negacionismo e conservadorismo, a estratégica-diplomática tendeu ao unilateralismo e às críticas, enquanto a terceira, a econômica, procurou

descolar-se das demais. Esta tática busca garantir os interesses brasileiros, principalmente dos setores exportadores de commodities, desconectar as parcerias de agendas radicais que possam prejudicar comércio e investimentos, e apresentar uma nação responsável diante do mundo. Enquanto isso, a realidade se impõe, em meio à pandemia e às instabilidades institucionais, pois não é possível apagar o passado, o presente nem a sombra do futuro.

Essas múltiplas camadas retóricas não são exclusivas do Brasil à medida que outras nações, incluindo os Estados Unidos e a China, levam ao espaço da ONU, e de outras instituições, demandas associadas à pauta doméstica e seus objetivos estratégicos. Mais do que “falar à ONU e ao mundo”, chefes de Estado e de governo dirigem-se a seus públicos internos e a seus adversários globais. Este comportamento não se limita à abertura da AGNU, sendo uma ação sistemática que mina a cooperação. Cada vez mais a ONU e os alicerces do sistema multilateral construído no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945, perdem espaço para instituições e alianças mais restritas, que permitem o exercício de interesses particulares com maior facilidade.

Esta dinâmica revela muito sobre a relação entre os Estados e o sistema multilateral, e a incompreensão sobre o que ele é e como funciona. Desde a sua fundação, o sistema alterna fases de consolidação, expansão e crise diretamente relacionadas aos compromissos assumidos por suas partes (*i.e.*, os Estados membros). Negociar é assumir a possibilidade de perder e ceder em nome do consenso, em um cálculo permanente de custos e benefícios, em um contexto que depende da convergência de interesses e princípios. Ainda assim, as falhas ou sucessos das organizações não são atribuídos a esses problemas de ação coletiva, mas sim a sua natureza: um instrumento de força para os poderosos, a voz dos fracos, uma soma fragmentada das partes ou entes autônomos que impõem sua vontade sobre as nações.

Destas percepções, a última justifica radicalismos, porém é a menos verdadeira. Raramente, ou quase nunca, uma organização é capaz de impor regimes ou embargos, a não ser que existam grandes potências envolvidas em uma relação

assimétrica (vide o caso das tensões nucleares entre EUA e Irã). Predominam condicionalidades ou a condenação verbal. O Brasil pode até ser citado como exemplo: independentemente das críticas recebidas sobre suas ações no campo ambiental e dos direitos humanos, o país retornará ao Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente em cadeira rotativa no biênio 2022/2023, e até 2022 é membro do Conselho de Direitos Humanos. Afinal, o que é fato ou *fake* no sistema multilateral?

Ele é a convergência de todas as outras avaliações: a voz dos fortes, dos fracos, e uma soma de partes, sustentado pelo pragmatismo e idealismo, que garantiu canais de cooperação diplomática permanente e participação. Evoluiu, reforçando valores, incorporando membros e temas à medida que o sistema internacional se transformava, com o processo de descolonização afro-asiática, a ascensão dos emergentes e do Sul, o regramento sobre direitos humanos, meio ambiente, armas de destruição em massa e desenvolvimento até chegar a iniciativas, como a Agenda 2030, que combinam as diversas faces do empoderamento global.

O multilateralismo nunca foi para os fracos, muito pelo contrário, foi sempre o sistema dos fortes: seja dos que impunham seu poder, seja dos que, independentemente de seu poder relativo, foram ouvidos. Quanto mais sucesso teve, mais se aproximou de seus dilemas porque, devido à resistência a mudanças, barradas por seus membros, é incapaz de se atualizar e se encontra estagnado.

Por mais curioso que seja, o ex-Presidente Trump (2017/2020), associado de maneira simplória ao unilateralismo, tinha razão: é preciso repactuar o sistema multilateral, atualizando seus mecanismos de governança e representatividade. Certamente, não falamos da repactuação que o ex-Presidente pensava, mas sim de um sistema multilateral mais inclusivo e que reflita as realidades geopolíticas e geoeconômicas de poder do século XXI. Esse é um caminho possível e necessário com o qual o Brasil poderia contribuir como parte de sua reconstrução.

A QUEM SERVE A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL DE BOLSONARO?

POR ROBSON COELHO CARDOCH VALDEZ

ROBSON COELHO CARDOCH VALDEZ é pós-doutorando em relações internacionais IREL/UnB, doutor em estudos estratégicos internacionais (UFRGS) e pesquisador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos/IREL-UnB. Autor dos livros *Política externa e a inserção internacional do BNDES no governo Lula* (Appris, 2019) e *Subindo a escada: A internacionalização de empresas nacionais no Governo Lula* (Appris, 2019).
E-mail: robsonvaldez@hotmail.com.

Diante do crescente dinamismo de cúpulas e encontros internacionais, a diplomacia presidencial tornou-se vigoroso instrumento de promoção dos interesses dos países no exterior. Conformam-se, também, como estratégia inserida em cálculos políticos internos do Presidente da República.

Diferentemente de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que se notabilizaram por lançar mão dessa estratégia para avançar temas como a integração latino-americana e a conquista de mercados para os exportadores brasileiros, Bolsonaro utiliza-se da agenda internacional em benefício próprio, alienando interesses e a imagem do Brasil no exterior. Essa apropriação da agenda externa em benefício de interesses pessoais tem ficado evidente a cada novo discurso nas aberturas da Assembleia Geral da ONU. Nós, brasileiros, observamos desconcertados o presidente instrumentalizar palcos internacionais não para obter ganhos ao país no concerto das nações, mas para propagar desinformações e manter o engajamento de sua base eleitoral.

Em seu primeiro discurso, em 2019, Bolsonaro afirmou que o Brasil ressurgia no cenário internacional “depois de estar à beira do socialismo”, que, segundo sua avaliação, atacava a religião e os valores da família. Aproveitou o púlpito para atacar Cuba e o Programa Mais Médicos. Naquele momento, estava claro que o alvo de seus vitupérios abarcava tudo que esse país representa no imaginário da extrema direita, especialmente na rede bolsonarista de *fake news*. Nesse sentido, sobrou, é claro, para o Foro de São Paulo e outros espantalhos da agitação extremista.

Na ocasião, Bolsonaro comemorou a assinatura de livre comércio Mercosul-União Europeia, engavetado pela União Europeia diante da desastrosa política ambiental brasileira. Na defensiva, disse que sofria ataques da “mídia internacional” e que a Amazônia não é um patrimônio da humanidade, pois essa conversa de “pulmão do mundo”, segundo Bolsonaro, é uma “falácia”. O presidente brasileiro, que hoje se notabiliza pelos ataques à imprensa e à democracia, é o mesmo que afirmava compromissos com a imprensa livre e as instituições republicanas.

Em 2020, no contexto da pandemia do novo coronavírus, que já havia ceifado mais de 120 mil vidas brasileiras, Bolsonaro iniciou o discurso culpando supostas decisões do STF pelo então cenário de desgoverno e desesperança no enfrentamento da covid-19. Sem surpreender, culpou também a imprensa pela politização da pandemia “disseminando pânico entre a população”.

No que se refere ao meio ambiente, ressaltou, de novo, ser vítima de “campanha mundial de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”, relacionando-a com o fato de o Brasil ser grande produtor de alimentos, e acusou a Venezuela pelo derramamento de óleo nas praias brasileiras em 2019. Da mesma forma que, no discurso anterior, defendeu a liberdade religiosa e apelou à comunidade internacional para combater a “Cristofobia”. Por fim, reafirmou seu alinhamento automático com os EUA, saudando acordo unilateral de Trump para a Questão Palestina e reiterando a pretensão de ser escolhido pelo seu *best friend* para fazer parte da OCDE, o clube dos ricos.

Neste ano, órfão da vergonhosa relação de submissão que mantinha com os Estados Unidos de Trump, Bolsonaro, sem criatividade, trouxe questões conjunturais e reforçou espantelhos dos discursos anteriores (socialismo, comunismo etc.). Mesmo sabedor da inexistência da “caixa preta” do BNDES, Bolsonaro reforçou, para sua imprevidente base eleitoral, o fim do financiamento de obras em “países comunistas” com recursos do “povo brasileiro”. Nesse ponto, não mencionou que os EUA foram o destino de maior parte das

178 | exportações brasileiras financiadas pelo BNDES. Em seguida, disse que o Brasil

nunca desfrutou de tanta credibilidade internacional, mas sem explicar por que a União Europeia, para nossa sorte, recusa-se a firmar o acordo de livre comércio com o Mercosul!

Reforçou que a família tradicional é o “fundamento da civilização” e que o país vem fazendo excelente trabalho acolhendo refugiados venezuelanos da “ditadura bolivariana”. No que diz respeito aos refugiados afegãos, mostrou-se preocupado com a situação dessas pessoas, mas deixou claro que receberá somente afegãos “cristãos”. O Brasil receberá também mulheres, juízes e crianças, adicionou. Mas desde que sejam cristãos? Em um país de maioria muçulmana?

Por fim, lamentou as vítimas da pandemia do novo coronavírus e culpou governadores e prefeitos pelas medidas de *lockdown* supostamente responsáveis pela crise econômica. Afirmou que concedeu auxílio de oitocentos dólares para mais de 68 milhões de pessoas em 2020, e defendeu o tratamento precoce com medicamentos ineficazes no combate à covid-19.

O presidente, portanto, segue instrumentalizando o discurso do Brasil na ONU para engajar sua militância. Para Bolsonaro, termos como comunismo, Foro de São Paulo, socialismo, mídia internacional, imprensa, cristofobia, família tradicional, civilização, Amazônia, soberania, ditadura, Cuba, Venezuela etc. são cuidadosamente escolhidos para recheiar seu palavrório a despeito do evidente dano que têm causado para a credibilidade do Brasil na arena internacional.

Neste ano, tudo foi ainda mais vexatório pela insistência, estrategicamente pensada, da comitiva presidencial em subscrever o negacionismo presidencial. As cenas do ministro Queiroga, que deveria cuidar das pessoas, e do chanceler Carlos França, que tem como mandato constitucional a defesa da paz, provocando manifestantes com gestos obscenos e “fazendo arminha” — símbolo dos impulsos de violência bolsonarista —, retratam o tamanho do desafio para aqueles que se preocupam com o imperativo de recuperar a imagem e o prestígio do Brasil.

Mas há esperanças! A despeito de suas evidentes vinculações com projeto de subordinação que já vinha de Michel Temer, o processo de degradação do Brasil

está intimamente relacionado à figura do atual presidente e tudo de negativo que representa no imaginário internacional. Dessa forma, na medida em que as pesquisas apontam para sua crescente rejeição, as eleições presidenciais de 2022 podem ensejar necessária correção de rumos na política externa brasileira. Ainda que seja uma tarefa difícil para o próximo governo, existe a expectativa de que até lá o pior já terá passado. Ou será possível afundarmos ainda mais?

REALIDADES PARALELAS EM GLASGOW

POR HELENA MARGARIDO MOREIRA

HELENA MARGARIDO MOREIRA é professora de relações internacionais e doutora em geografia pela Universidade de São Paulo.

Duas imagens circularam nas redes sociais na última semana. A primeira retratava o encontro burocrático e esvaziado no pavilhão Brasil da vigésima sexta Conferência do Clima das Nações Unidas (COP26). Era patrocinada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A segunda mostrava evento simultâneo, dinâmico e lotado, no Brazil Climate Action Hub, criado por organizações da sociedade civil para dar visibilidade às ações climáticas brasileiras nas COPs.

Essas imagens circunstanciais dão o tom do que foi a COP26 realizada em Glasgow (Escócia) ao longo das duas últimas semanas. A bem da verdade, foram duas COP26: a COP das negociações oficiais sobre minúcias da regulamentação do Acordo de Paris (como o mercado de carbono) e do *greenwashing*; e a COP da sociedade civil, da agitação social, da potência das ruas e das vozes das populações indígenas, negras, quilombolas, dos povos oprimidos demandando justiça climática e o fim dos combustíveis fósseis.

A Conferência do Clima de Glasgow, adiada em um ano, teve início sob altas expectativas e pressão da comunidade internacional. Em agosto, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que reúne evidências científicas sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas em curso, e serve como subsídio aos negociadores nas COPs, divulgou relatório distópico.¹

Incêndios, inundações, enchentes, calor extremo, longas estiagens e derretimento de gelo no Ártico são realidade diante de um aquecimento médio do planeta em

1,1 °C desde os níveis pré-industriais. Nesse sexto relatório, o IPCC alerta que o mundo aquecerá no mínimo 1,5 °C em duas décadas, e que somente cortes ambiciosos nas emissões dos gases que causam o efeito estufa (GEE) evitarão os piores cenários.

Nos primeiros dias da COP26, os discursos dos chefes de Estado pareciam alinhados com a necessidade de comprometimento com a redução da emissão de GEE... para 2050. Um mês antes da Conferência de Glasgow, a ativista Greta Thunberg já havia denunciado a tática que continuaria a ser usada por vários líderes nas negociações oficiais: o uso de “palavras bonitas” para negar e atrasar medidas necessárias para responder à emergência climática. A urgência também foi o cerne do discurso de Txai Suruí, primeira indígena e única brasileira a discursar na abertura do encontro. A jovem liderança reivindicou a presença dos povos indígenas, os povos da terra, no centro das negociações.

Discursos, entretanto, não disfarçam o caráter excludente dessa COP. Diversos representantes da sociedade civil não conseguiram se cadastrar a tempo como observadores de delegações nacionais, e sofreram com dificuldades impostas pela vacinação contra a covid-19 (atrasada em muitos países) e pelos custos da ida a Glasgow. Por outro lado, mais de quinhentos lobistas da indústria fóssil foram credenciados para essa conferência, número superior ao da maior delegação de um país — no caso, o Brasil. Boa parte da delegação brasileira foi composta, por exemplo, de congressistas (majoritariamente da base governista), representantes da indústria e do agronegócio, governadores e prefeitos.² Isso gerou percepção de que o país estava mais preocupado em apresentar imagem verde para fins empresariais do que planos para engajamento concreto nos esforços necessários.

A COP26 teve, na primeira semana, dois resultados importantes, ainda que insuficientes. Vários países, Brasil inclusive, assinaram duas declarações relativas a temas prioritários para o combate à crise climática. A primeira promete deter e reverter o desmatamento até 2030, repetindo compromisso não cumprido da Declaração de Nova York sobre Florestas assinada em 2014.

Esta declaração exige também que empresas se desvinculem de commodities ligadas ao desmatamento, demandando maior rastreabilidade dos produtos vindos de áreas de florestas. A esse respeito, o anúncio conjunto EUA-China sobre aprimorar legislação sobre produtos derivados de desmatamento coloca mais pressão sobre o Brasil. A segunda declaração promete redução de 30% até 2030 das emissões globais de metano, um dos mais potentes gases de efeito estufa, mas não contou com a assinatura de alguns dos maiores emissores, como China, Rússia e Índia.

As negociações internacionais sobre mudanças climáticas são complexas e técnicas. Podemos resumi-las em quatro grandes temas: mitigação, adaptação, financiamento e justiça climática. A mitigação trata das metas de redução das emissões de GEE que estão descritas nos planos climáticos atualizados e entregues pelos países até o início da conferência (as NDCs). Em geral houve compromisso em zerar as emissões líquidas de carbono entre 2050 e 2060. A descontinuação de combustíveis fósseis (*phase-out*) acabou ficando de fora do texto, sendo substituída pela necessidade de redução dos gases (*phase-down*) até 2030. Apesar de a menção aos combustíveis fósseis ser histórica, o adiamento das ambições significa que os governos atuais estão colocando a bomba no colo de seus sucessores, sobre as futuras gerações, pois poucos apresentaram metas robustas imediatas de redução.

Adaptação se refere às ações necessárias para que os países desenvolvam capacidade de se adaptarem às mudanças climáticas em curso, o que exige novas infraestruturas econômicas e tecnológicas. Aprimorar mecanismos de perdas e danos, com financiamentos para superar transtornos, também é ponto importante das negociações, especialmente por parte de países mais vulneráveis como os “pequenos Estados-ilha”. Porém, apesar dos belos discursos, faltaram avanços no financiamento para países mais pobres e em perdas e danos no Pacto Climático de Glasgow.

Justiça climática é a compreensão de que os impactos do aquecimento global atingem grupos sociais distintos de formas e intensidades diferentes. Tal visão

é essencial para pautarmos uma transição para economias de baixo carbono que seja justa, sem deixar ninguém para trás. Não basta, portanto, investir em tecnologias verdes, em agricultura de baixo carbono, em energias renováveis sem políticas públicas que capacitem os trabalhadores para esses novos tipos de empregos, por exemplo. Justiça climática e o fim do uso de combustíveis fósseis estiveram entre as principais demandas dos representantes da sociedade civil, que fizeram barulho, agitaram a *blue zone* da COP26 com debates importantes e com diversidade, e pressionaram para que esses temas fossem incluídos na declaração final, que contou com menção à transição justa.

A cola que liga tudo é o financiamento climático. Os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos têm grandes necessidades de recursos para ações climáticas mais ambiciosas. A promessa de investimentos de 100 bilhões de dólares anuais, feita pelos países desenvolvidos em 2015, ainda não saiu do papel, entretanto, nos últimos anos, esses mesmos países liberaram trilhões de dólares em subsídio à exploração de combustíveis fósseis. Portanto, os recursos já existem, mas eles precisam ser mobilizados. Parte desta discussão está relacionada à regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que foi aprovada e trata do mercado de carbono sob o novo regime climático. Considerando a dinâmica das negociações e a continuidade do Acordo de Paris, a regulamentação do mercado de carbono é importante, mas não pode servir de muleta para que os países não implementem o essencial: o fim do uso de combustíveis fósseis.

Financiamento tem sido ponto central do posicionamento brasileiro nas COPs desde o início do governo Bolsonaro. Não que o interesse no tema seja novo para o Brasil, mas sob Ricardo Salles e Joaquim Leite o país tem condicionado possíveis ações de combate ao desmatamento ao recebimento de recursos externos, por meio, por exemplo, dos mecanismos de mercado previstos no Acordo de Paris. O Brasil foi a Glasgow, sem o Presidente, apostando no “*green-washing*”³ em parceria com setores privados. Chegou prometendo redução de 50% das emissões, fim do desmatamento ilegal até 2030, e *net zero* até 2050, o

que na verdade não é maior do que a meta proposta em 2015, ainda no governo de Dilma Rousseff.

O Brasil tentou se colocar como “parte da solução” com uma postura mais cooperativa e “verde”, mas que até o momento se reduz a anúncios desprovidos de gestos concretos. O relatório sobre os mil dias de governo Bolsonaro publicado pelo Observatório do Clima⁴ não nos deixa esquecer de que é um governo marcado pelo desprezo à ciência, aos dados e ao conhecimento especializado. O governo Bolsonaro é responsável por desmontes do aparato ambiental do país e de seus órgãos de fiscalização, e por paralisar fundos para descarbonização da economia.⁵

O desmatamento responde pela maior parte das emissões brasileiras e um comprometimento real com o fim do desmatamento ilegal poderia render ao Brasil uma meta de redução das emissões brasileiras em 78%, conforme estudo apresentado por Tasso Azevedo⁶ também durante a COP26. Até hoje, nenhum país do mundo assumiu este nível de ambição em suas metas de mitigação e, portanto, o Brasil poderia assumir lugar de protagonismo caso estivesse de fato comprometido com a redução do desmatamento na Amazônia. Mas o que vimos na COP26 foi o governo escondendo dados sobre a taxa de desmatamento da Amazônia em 2021, assim como havia feito na COP25, em 2019, ainda na gestão de Salles.

Não há confiança da comunidade internacional nos anúncios brasileiros na COP26 nem nas declarações assinadas pelo país. São palavras vazias, realidades paralelas. O Brasil se omite diante de questões fundamentais. Tenta apresentar imagem verde, mas não possui planos concretos para redução das suas emissões, para zerar o desmatamento na Amazônia e em outros biomas. A derrubada das florestas, do cerrado e a agenda pautada no Congresso Nacional são incongruentes com as falas do ministro Joaquim Leite na COP26. Em 2009, em minha dissertação de mestrado, argumentava que o Brasil não usava seus diferenciais competitivos para liderar as ações climáticas no mundo e se apoiava em alianças com países altamente fósseis, como China e Índia. Mais de dez anos depois, o

país continua desperdiçando seu alto potencial para energias renováveis e sua grande biodiversidade, preferindo se apequenar atrás de interesses mesquinhos e de ódio generalizado contra a vida.

NOTAS

- 1 PARTE de efeitos da mudança climática pode ser irreversível, alerta IPCC. *UOL*, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/08/09/relatorio-ipcc-agosto-2021.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 CHADE, J. Maior delegação estrangeira, Brasil tem primeiras-damas e lobistas na COP26. *UOL*, 5 nov. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/05/maior-delegacao-estrangeira-brasil-tem-primeiras-damas-e-lobistas-na-cop26.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 PINTO, A. Entenda o que é 'greenwashing', tendência que marcou a COP26. *Folha de S.Paulo*, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/entenda-o-que-e-greenwashing-tendencia-que-marcou-a-cop26.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 BRASIL: 1.000 dias de destruição. *Observatório do Clima*, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/brasil-1-000-dias-de-destruicao/>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 SALOMON, M. Os bilhões da Amazônia que o governo não gasta. *Revista Piauí*, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/os-bilhoes-da-amazonia-que-o-governo-nao-gasta/>. Acesso em: abr. 2022.
- 6 ESTEVES, B. Brasil tem chance de reduzir 78% das emissões se zerar desmatamento. *Revista Piauí*, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-tem-chance-de-reduzir-78-das-emissoes-se-zerar-desmatamento/>. Acesso em: abr. 2022.

MODERAÇÃO “PRA INGLÊS VER”: CARLOS FRANÇA À FRENTE DO ITAMARATY

POR GABRIEL KANAAN E REJANE HOEVELER

GABRIEL KANAAN é mestre em história pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em história na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: glkanaan@gmail.com.

REJANE HOEVELER é professora substituta na Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rejanecarol@gmail.com.

Quando Carlos Alberto Franco França foi convocado, em março de 2021, para assumir a direção do Itamaraty e apagar o incêndio gerado pela ofensiva “antiglobalista” e negacionista de Ernesto Araújo, foi apresentado como “técnico” e “pragmático”: alguém que poderia salvar a condução da política externa da “ala ideológica” do governo Bolsonaro. Como Araújo, França era um desconhecido antes de assumir o cargo, mas no discurso de posse, ao contrário do antecessor, fez uma fala, de fato, mais moderada. Como levantou *O Globo*,¹ França não chamava Maduro de “narcoditador” e tinha até boas relações com o embaixador chinês em Brasília, Yang Wanming.

Entretanto, como ocorreu com outros “técnicos” convocados por Bolsonaro, a expectativa de pragmatismo rapidamente se esfacelou. Revivendo recentes casos como o de Marcelo Queiroga na saúde e de Joaquim Leite no meio ambiente, a indicação gerou a falsa ilusão de que poderia haver modificações em posturas brasileiras condenadas nacional e internacionalmente. Sua participação² nas manifestações do 7 de setembro, em que o presidente atacou a harmonia entre os poderes ao ameaçar não cumprir decisões do STF, e a “arminha” que apontou para manifestantes em Nova York,³ indicam uma postura nada técnica.

Sinais nesse sentido já se acumulavam no dia a dia da chancelaria. França havia demonstrado seguir o mesmo programa defendido por Araújo, por exemplo, quando se mostrou contrário à quebra de patentes das vacinas,⁴ mesmo após o governo Biden ter declarado seu apoio à medida, indicando uma continuidade, neste ponto, do alinhamento de seu antecessor especificamente ao

trumpismo. Em outro episódio, ocorrido pouco mais de um mês depois de sua posse, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), instituição de pesquisa e reflexões do Itamaraty, lançava livro do olavista Evandro Pontes em defesa do “antiglobalismo” e do monarquismo. Quando questionado, o Itamaraty disse que “a obra foi escolhida por critérios estritamente técnicos”.⁵

Para os anais da catastrófica história diplomática de Bolsonaro, o novo ministro teve de ser lembrado⁶ pelo governo português do bicentenário da Independência. Bandeiras do Brasil colônia e do império escravista, aliás, seguem adornando cerimônias no Itamaraty, como na recente formatura da turma José Jobim de diplomatas.⁷ A turma, que desafiou o governo ao homenagear José Jobim, diplomata assassinado pela ditadura militar, foi respondida por uma ode de Carlos França, em sua fala na cerimônia, aos militares e à monarquia, quando homenageou a banda dos fuzileiros navais pela execução do hino nacional e recordou como eles fizeram a escolta de Dom João VI ao Brasil.

A despeito de tensões com a chamada “ala ideológica”, o Itamaraty também opera de modo a protegê-la, por exemplo, quando omitiu⁸ da CPI da covid a reunião de Ernesto Araújo e Eduardo Bolsonaro com ministros do governo israelense para discutir a compra do software Pegasus, desenvolvido para monitorar ativistas.

Tensões, sem dúvida, existem. A substituição de Araújo por França — responsável pelo cerimonial do Itamaraty nos governos FHC, Dilma, Temer e Bolsonaro e, portanto, com boa circulação no meio político — foi apontada como parte do movimento de Bolsonaro de aproximação ao centrão,⁹ que criou atritos com o núcleo mais olavista do governo. Tais tensões, no entanto, aparentemente se dão mais em relação à forma de conduzir a política externa do que em relação ao conteúdo.

Em maio de 2021, por exemplo, logo após a posse de França, Filipe Martins, assessor para assuntos internacionais de Bolsonaro e expoente da ala lunático-olavista, pela primeira vez não acompanhou¹⁰ Bolsonaro em uma viagem ao exterior (Equador). França estaria pressionando o presidente a rebaixar Martins para a APEX, o que

Problemas com o núcleo olavista teriam se dado também em julho de 2021, quando o comando da Funag foi tirado de Roberto Goidanich, indicado por Araújo, e passado a Márcia Loureiro, antes cônsul em Los Angeles. O perfil da Funag de fato reduziu sua atividade no YouTube, mas na inauguração do novo ciclo de conferências da fundação a diplomata frisou¹¹ que dava continuidade ao ciclo anterior, organizado por Goidanich em parceria com o jornal *Brasil sem medo*, idealizado por Olavo de Carvalho, e com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), entidade empresarial bolsonarista que se notabilizou por atacar¹² a decisão do STF de desmonetizar sites olavistas que divulgavam *fake news*. Entre eles estavam as redes sociais de Allan dos Santos, jornalista que teve prisão decretada nessa investigação do STF e que, no passado recente, foi um dos convidados de destaque da Funag.¹³

A primeira atividade¹⁴ do II Ciclo de Conferências sobre a Política Externa Brasileira da Funag sob nova direção, uma palestra de Carlos França, é simbólica de tais alterações na forma e continuidade no conteúdo. O evento contou com a participação do presidente da citada FIEMG, Flávio Roscoe, cujo currículo inclui presença na comitiva que visitou Trump em março de 2020,¹⁵ tendo retornado ao Brasil com covid. Embora França tenha defendido parcerias com a China e valorizado políticas de responsabilidade social e ambiental exigidas no comércio internacional contemporâneo, logo na primeira pergunta da plateia revelou-se bolsonarista fiel. Representante da FIEMG afirmou que a pandemia havia mostrado a falência das cadeias globais de valor. França concordou, lamentando a dependência global aos insumos farmacêuticos ativos (IFAs) chineses. Como alternativa, defendeu as parcerias com os EUA (Europharma e Pfizer) e Europa (Fiocruz e Astrazeneca), não citando a parceria do Instituto Butantan com a chinesa Sinovac, responsável por 30% das doses aplicadas no país.

Sem citar a China, afirmou que a parceria da Fiocruz seria melhor que a do Butantan, pois prevê transferência de tecnologia. Dessa forma, o novo chanceler continua a ofensiva de *fake news* contra o maior parceiro comercial do Brasil, pois, como se sabe, o contrato com a Sinovac também prevê a transferência.¹⁶

Em certo tom de cinismo polido, o chanceler criticou os meios de comunicação, observando que a crise de falta de respiradores e oxigênio teria sido “muito bem divulgada pela imprensa”. E quando perguntado sobre questões ambientais, atacou as preocupações internacionais em torno do aumento de 70% nos desmatamentos na Amazônia¹⁷ nos quase três anos de governo Bolsonaro (em comparação aos três anos anteriores), tergiversando que, “ao contrário do que dizem lá fora, o Brasil é solução, e não problema”.¹⁸

Nos preparativos para a COP26, França insistiu nesse discurso, defendendo¹⁹ que a meta assinada pelo Brasil no Acordo de Paris, em 2015 — reduzir a emissão de gases em 43% até 2030 em relação às 2,1 bilhões de toneladas emitidas em 2005 —, “supera, em ambição, os compromissos da maioria dos países desenvolvidos, ainda que nossa responsabilidade histórica seja menor”. Com isso, tenta mascarar que, em 2020, quando as metas de 2015 se mostraram insuficientes e foi exigido de todos os países uma redução maior, o governo Bolsonaro fez o contrário: manteve a meta de 43%, mas o fez após um reajuste na contagem das emissões em 2005 ir das 2,1 bilhões de toneladas para 2,8 — ou seja, se o Brasil havia se comprometido a emitir 1,2 bilhões de toneladas em 2030, agora poderá emitir 1,6. Durante a COP26, o ministro do meio ambiente Joaquim Leite aumentou a meta para 50%²⁰ — comprometendo-se a emitir 1,4 em 2030, índice ainda superior às 1,2 prometidas em 2015.

França tem que tirar água de pedra para esconder como o seu governo está aproveitando a pandemia para “passar a boiada”, explodindo os índices de desmatamento, tema que França nem citou em seu texto sobre a COP26.²¹ Como explicar os dados²² que apontam como o Brasil, indo na contramão do mundo, aumentou 9,5% a emissão de gases poluentes em 2020, enquanto a média global caiu 7%. A omissão de França é a cara do governo que, para chegar na COP26 com alguma dignidade, lançou o Plano Nacional de Crescimento Verde na semana anterior ao evento, mas em sua cerimônia de lançamento viu o ministro da economia dizendo²³ que o petróleo brasileiro deve ser queimado o mais rápido possível, antes que o mundo decida parar de usar combustíveis fósseis.

A farsa dos discursos da comitiva de Bolsonaro na COP26 — aos quais pode-se acrescentar a defesa da “mineração sustentável”²⁴ — transformou-se em tragédia poucas semanas depois, com o lançamento pelo governo de um pacote²⁵ que abre ainda mais a Amazônia à mineração.

Quando apontou a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos, França novamente deu continuidade à política de Araújo, mobilizando a mesma caricatura de nacionalismo dos farsescos discursos de Bolsonaro contra os interesses estrangeiros, por exemplo, na Amazônia — ele, que prometeu a Clinton parte da pilhagem da floresta.²⁶ França também seguiu essa linha ao condicionar o cumprimento das metas do Brasil ao apoio internacional dos países desenvolvidos. Leite, antes da COP, decidiu adiar²⁷ a tramitação da lei para criação de mercado de carbonos no Brasil para depois do evento, talvez buscando negociar um aumento menor da redução de gases poluentes. Mas, no fim das contas, o chanceler comemorou²⁸ a aprovação do regulamento do mercado de carbono, mecanismo que possibilita às indústrias dos países ricos continuarem emitindo gases poluentes, desde que comprem os créditos de carbono acumulados pelos países com indústrias menos desenvolvidas e, portanto, com menores emissões. O governo Bolsonaro está alinhado a essa estratégia dos Estados Unidos e da Europa de terceirizar parte dos impactos ambientais para os países periféricos através da mercantilização da natureza. O Programa de Concessões de Parques, lançado pelo governo Bolsonaro em 2020, é outro exemplo do projeto em curso de privatização e desnacionalização das nossas florestas.

Direto da COP26, Carlos França viajou, agora com a presença de Bolsonaro, ao Oriente Médio. A visita aos monarcas de Dubai, Bahrein e Catar, onde Guedes foi implorar por petrodólares para amenizar a crise econômica que causou, simboliza a síntese entre autoritarismo e neoliberalismo do governo Bolsonaro. De lá, Bolsonaro manteve sua base mobilizada disparando *fake news* em suas redes sociais, como “a Amazônia não pega fogo porque é úmida”,²⁹ e articulando uma motociata.³⁰

Mesmo assim, essa visita aos países árabes, junto ao encontro de Carlos França com representantes da Liga Árabe durante os conflitos entre Israel e a Palestina em maio de 2021, foram vistos³¹ como sinal de moderação da gestão de França na relação com o mundo árabe, com base no apontamento de que Araújo não teria tido tal interlocução. No entanto, em 2019, Bolsonaro já havia visitado o Catar e o Bahrein e Araújo se reuniu com representantes da Liga Árabe.³² E mesmo tendo supostamente aumentado os canais de diálogo com os árabes, França referiu-se aos bombardeios israelenses³³ que assassinaram 66 crianças palestinas como “relatos de danos a vidas inocentes”, pedindo que Israel se contenha e respeite as leis “enquanto exercem seu direito inalienável de autodefesa”. Continuou repudiando³⁴ o “lançamento indiscriminado de foguetes a partir da Faixa de Gaza, que tem como alvo a população civil” (e que não são apenas “relatos”), manifestando “o apoio ao direito israelense de defender-se e de proteger sua população de tais ataques”.

Se fosse Araújo, teríamos ouvido impropérios mais agressivos contra a agenda ambiental dos “globalistas” e contra os “terroristas islâmicos”. No entanto, a troca de cadeiras, embora tenha permitido mudanças de tom, não significou mudanças de posições, que seguem desastrosas. O Brasil permanece na condição pária internacional, como sugeriu a recusa do governo francês em se reunir com o chanceler brasileiro em Paris,³⁵ enquanto recebeu o maior adversário eleitoral de Bolsonaro.³⁶

A estratégia de Bolsonaro é de mobilização permanente. Pessoas que substituem figuras chamuscadas acabam assumindo a função de bombeiro — também frequentemente desempenhada por militares. Quando, por exemplo, Bolsonaro acusou a China de ter criado o coronavírus para fazer uma guerra química,³⁷ França, em audiência no Senado no dia seguinte,³⁸ disse que “não há, hoje, nenhum problema político que nessa questão permeie ou atrapalhe a nossa produção de vacinas aqui”. As declarações dos ministros de Estado e, neste caso, do ministro responsável por representar o Brasil no cenário internacional ficam ao sabor dos humores do presidente e seus consortes. O Itamaraty sofre as consequências, perdendo relevância e credibilidade.

É nesse jogo de criar contradições internas que o governo Bolsonaro encontrou seu *modus operandi* perfeito: simulando a própria oposição, o presidente e seu clã logram situação na qual os próprios quadros do governo ganham todos os holofotes, deixando as oposições reais em estado de apatia, muitas vezes cultivando uma vã esperança de moderação que jamais se concretiza.

A ideologia totalitária de Bolsonaro captura e opera um transformismo radical mesmo daqueles que nunca estiveram perto de esposar as ideias de Olavo de Carvalho ou Steve Bannon: uma vez dentro do governo, não é possível fugir das linhas de tais cartilhas. Existe uma contradição imanente entre prestar contas a Bolsonaro e seguir uma agenda moderada.

O caso do ex-ministro da saúde Nelson Teich, demitido em menos de um mês, é revelador de como não é possível autonomia em relação ao negacionismo. Em sua primeira participação em uma reunião ministerial, Teich foi “centralizado” por Damares, que o alertou: “quero te lembrar, ministro, que tá chegando agora, que este governo é um governo pró-vida e pró-família [...] valores estão lá no seu Ministério também [...] o seu Ministério tá lotado de feminista que tem uma pauta única que é a liberação de aborto”. No governo Bolsonaro, não há pragmatismo sem valores.

França, até agora, não compareceu aos seminários em defesa da vida nos quais Araújo marcava presença,³⁹ mas, como assinalado, diminui a importância da China, menospreza preocupações em torno da Amazônia, ataca a imprensa, dá apoio a investidas golpistas e incorpora simbologias macabras do bolsonarismo.

Mudam-se alguns operadores, nuances eventualmente se identificam, mas o contexto geral permanece. O presidente tem uma agenda de destruição e descarta com facilidade auxiliares. Expectativas de moderação invariavelmente se frustram. Na política externa, isso não tem sido diferente. Sem saída possível nesse governo, resta à oposição construir, como propõe esta coluna, uma alternativa real, junto às organizações e aos movimentos sociais que lutam pela democracia e autonomia do Brasil, que impulse o renascimento da nossa política externa.

NOTAS

- 1 OLIVEIRA, E. Novo chanceler de Bolsonaro pretende substituir presidente da Funag por uma mulher, encerrando era do olavismo. *O Globo*, 13 maio 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/novo-chanceler-de-bolsonaro-pretende-substituir-presidente-da-funag-por-uma-mulher-encerrando-era-do-olavismo-25016671>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 ROCHA, L.; FALCÃO, T. Ministros acompanham Bolsonaro em manifestação em São Paulo. *CNN Brasil*, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministros-acompanham-bolsonaro-em-manifestacao-em-sao-paulo/>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 EM Nova York, Queiroga se irrita com manifestantes e faz gesto obsceno. Canal *Poder360*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U59SVolrQUw&t=1s>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 BARBIÉRI, L. F. Chanceler diz que Brasil mantém posição contrária à quebra de patente de vacinas contra a Covid. *G1*, 6 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/06/chanceler-diz-que-brasil-mantem-posicao-contraria-a-quebra-de-patente-de-vacinas-contra-a-covid.ghtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 VELEDA, R. Itamaraty promove livro e evento com jurista adepto do antiglobalismo. *Metrópoles*, 3 jun. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/itamaraty-promove-livro-e-evento-com-jurista-adepto-do-antiglobalismo>. Acesso em: abr. 2022.
- 6 BONIN, R. Governo ‘esquece’ bicentenário da Independência do Brasil. *Veja*, 18 jul. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/governo-esquece-bicentenario-da-independencia-do-brasil/>. Acesso em: abr. 2022.
- 7 CERIMÔNIA de Formatura da Turma Embaixador José Jobim do Instituto Rio Branco (2020-2021). Canal *Ministério das Relações Exteriores — Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mMa8r4Tnv7k>. Acesso em: abr. 2022.
- 8 RODRIGUES, H. Chanceler omitiu à CPI reuniões paralelas de Ernesto Araújo e Filipe Martins em Israel. *Revista Fórum*, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/news/2021/7/20/chanceler-omitiu-cpi-reunies-paralelas-de-ernesto-araujo-filipe-martins-em-israel-100659.html>. Acesso em: abr. 2022.
- 9 ZANINI, F. Chanceler Carlos França se cerca e políticos, imita Bolsonaro e adota ‘estilo centrão’. *Folha de S.Paulo*, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/chanceler-carlos-franca-se-cerca-de-politicos-imita-bolsonaro-e-adota-estilo-centrao.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 10 GADELHA, I. Novo chanceler quer Filipe Martins fora do Planalto. *Metrópoles*, 1 maio 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadilha/novo-chanceler-quer-filipe-martins-fora-do-planalto>. Acesso em: abr. 2022.
- 11 II CICLO de conferências sobre a política externa brasileira | Ministro Carlos França. Canal *Fundação Alexandre de Gusmão*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N9mxQPujlQo>. Acesso em: abr. 2022.
- 12 MANIFESTO pela liberdade. FIEMG, 1º set. 2021. Disponível em: <https://www7.fiemg.com.br/Noticias/Detalhe/manifesto-pela-liberdade>. Acesso em: abr. 2022.
- 13 IV SEMINÁRIO virtual “A conjuntura internacional no pós-coronavírus”. Canal *Fundação Alexandre de Gusmão*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4cm7AVaPqUs&list=PLY4MsNDouGfj-LjjGoEywn00NLY59Yfb&index=3>. Acesso em: abr. 2022.
- 14 II CICLO de conferências sobre a política externa brasileira | Ministro Carlos França. op. cit.

- 15 AUGUSTO, L. Presidente da Fiemg é o 14º caso de coronavírus na comitiva brasileira que foi aos EUA. *Estadão*, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-da-fiemg-e-o-14-caso-de-coronavirus-na-comitiva-brasileira-que-foi-aos-eua,70003236552>. Acesso em: abr. 2022.
- 16 GOVERNO de SP assina contrato com Sinovac para o fornecimento de 46 milhões de doses da Coronavac. *Instituto Butantan*, 2 out. 2020. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/governo-de-sp-assina-contrato-com-sinovac-para-o-fornecimento-de-46-milhoes-de-doses-da-coronavac>. Acesso em: abr. 2022.
- 17 RAMOS, R. Os dois piores anos do desmatamento na Amazônia foram no governo Bolsonaro, mostra série histórica do Deter. *O Globo*, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/os-dois-piores-anos-do-desmatamento-na-amazonia-foram-no-governo-bolsonaro-mostra-serie-historica-do-deter-25143499>. Acesso em: abr. 2022.
- 18 BRASIL vai à COP26 empenhado no sucesso. *Folha de S. Paulo*, 30 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/10/brasil-vai-a-cop26-empenhado-no-sucesso.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 19 ROMEIRO, V.; GENIN, C.; FELIN, B.; Nova NDC do Brasil: entenda por que a meta climática foi considerada pouco ambiciosa. *WRI Brasil*, 1º abr. 2021. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/nova-ndc-do-brasil-entenda-por-que-meta-climatica-foi-considerada-pouco-ambiciosa>. Acesso em: abr. 2022.
- 20 CORACCINI, R. COP26: “Reduziremos gases de efeito estufa em 50% até 2030”, diz ministro do Meio Ambiente. *CNN Brasil*, 1º nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cop26-reduziremos-gases-de-efeito-estufa-em-50-ate-2030-diz-ministro-do-meio-ambiente/>. Acesso em: abr. 2022.
- 21 BRASIL vai à COP26 empenhado no sucesso, op. cit.
- 22 PASSARINHO, N. COP26: Na contramão do mundo, Brasil teve aumento de emissões de CO₂ em ano de pandemia. *BBC*, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59065361>. Acesso em: abr. 2022.
- 23 RODRIGUES, E.; GAYER, E.; AGUIAR, S.; SOUZA, M. Guedes defende privatização da Petrobras e diz que estatal não valerá mais nada em 30 anos. *Estadão*, 25 out. 2021. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,guedes-defende-privatizacao-da-petrobras-e-diz-que-estatal-nao-valera-mais-nada-em-30-anos,70003879788?utm_source=newsletters+epbr&utm_campaign=67df3efb25-epbr-comece-seu-dia_202111026&utm_medium=email&utm_term=0_5931171aac-67df3efb25-183400681. Acesso em: abr. 2022.
- 24 PASSARINHO N. COP26: Ministro do Meio Ambiente defende mineração e se nega a assumir erros por alta de desmatamento. *BBC*, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59276958>. Acesso em: abr. 2022.
- 25 BENITES, A. Com general, com Congresso, com tudo: Brasil esquece a COP26 e abre a porteira ao garimpo na Amazônia. *El País*, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-12-10/com-general-com-congresso-com-tudo-brasil-esquece-a-cop26-e-abre-a-porteira-ao-garimpo-na-amazonia.html>. Acesso em: abr. 2022.
- 26 ‘A AMAZÔNIA não pode ser esquecida. E gostaríamos muito de explorá-las junto com os EUA’, diz Bolsonaro a Al Gora em filme sobre Davos. *Folha de S. Paulo*, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/a-amazonia-nao-pode-ser-esquecida-e-gostaríamos-muito-de-explora-las-junto-com-os-eua-diz-bolsonaro-a-al-gore-em-davos.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 27 GOVERNO Bolsonaro barra votação sobre mercado de carbono na Câmara. *Folha de*

- S.Paulo, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/governo-bolsonaro-barra-votacao-sobre-mercado-de-carbono-na-camara.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 28 MAZUI, G.; KLAVA, N. Ministro diz que está satisfeito com o resultado da COP 26, mas que 'sempre se pode ser mais ambicioso'. *GI*, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/14/ministro-diz-que-resultado-da-cop-26-foi-muito-bom-mas-que-sempre-se-pode-ser-mais-ambicioso.ghtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 29 EM DUBAI, Bolsonaro diz que Amazônia é úmida e, por isso, não pega fogo. Canal *Jornal da Gazeta*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3OpST_VhaOw. Acesso em: abr. 2022.
- 30 OLIVEIRA, M. Convidado, Bolsonaro anuncia que vai participar de motociata no Catar. *Metrópoles*, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/convidado-bolsonaro-anuncia-que-vai-participar-de-motociata-no-catar>. Acesso em: abr. 2022.
- 31 COLETTA, R. Chanceler modera postura do Brasil no confronto no Oriente Médio e marca encontro com árabes. *Folha de S.Paulo*, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/chanceler-modera-postura-do-brasil-no-confronto-no-oriente-medio-e-marca-encontro-com-arabes.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 32 ERNESTO Araújo se reúne com lideranças árabes. *ANBA*, 30 set. 2019. Disponível em: <https://anba.com.br/ernesto-araujo-se-reune-com-liderancas-arabes/>. Acesso em: abr. 2022.
- 33 COLETTA, R., op. cit.
- 34 CESSAR-fogo na Faixa de Gaza. *Gov.br*, 21 maio 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/cessar-fogo-na-faixa-de-gaza. Acesso em: abr. 2022.
- 35 CHADE, J. Em Paris, chanceler brasileiro não é recebido por governo francês. *UOL*, 5 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/10/05/em-paris-chanceler-brasileiro-nao-e-recebido-por-governo-frances.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 36 FERNANDES, D. Como foi encontro com 'honorarias' entre Lula e Macron em Paris. *BBC Brasil*, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59326503>. Acesso em: abr. 2022.
- 37 BOLSONARO sugere que China criou pandemia para lançar uma 'guerra química' | AFP. Canal *AFP Português*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lnXTkig0IH8>. Acesso em: abr. 2022.
- 38 AUDIÊNCIA do Ministro Carlos França na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Canal *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kEVrIvJkz6g>. Acesso em: abr. 2022.
- 39 ZANINI, F., op. cit.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS: O QUE SERIA UMA BOA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA?

POR LUCIANA WIETCHIKOSKI

LUCIANA WIETCHIKOSKI é cientista política e pós-doutoranda no programa de pós-graduação em relações internacionais da UFSC, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea da UFSC (GEPPIC) e do Grupo de Estudos em Segurança e Política Internacional da UFRGS. E-mail: wietch.luciana@yahoo.com.br.

As grandes assimetrias políticas, econômicas e militares condicionam as relações do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA) e nossas estratégias de política externa desde o início do século XX. Por vezes, o Brasil adotou postura mais assertiva com vistas a barganhar resultados melhores em negociações com a potência ao Norte. Em outros momentos, predominaram iniciativas de aproximação e, até mesmo, de “alinhamento automático”, postura traduzida pela famosa frase proferida ainda no início da ditadura militar pelo político e embaixador brasileiro em Washington, Juracy Magalhães: “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”.

Nos últimos vinte anos, a política externa brasileira deslocou-se ao longo do espectro e adotou orientações divergentes. Entre 2003 e 2016, executou projeto de autonomia em relação à potência hegemônica global a partir da intensificação das suas ações políticas, comerciais e de cooperação técnica na América do Sul, África e sudeste asiático. Atuou também na construção de novas coalizões internacionais com outros países do chamado Sul Global, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G-20 comercial e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), bem como na criação de espaços de concertação regional como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e na mobilização em favor da reforma de organismos multilaterais.

Contudo, no momento em que Michel Temer assumiu a presidência, em 2016, o Brasil abandonou a política “ativa e altiva”, se afastou do entorno regional e voltou a se aproximar da grande potência. Já no governo Bolsonaro, por

sua vez, a continência à bandeira estadunidense foi acompanhada não apenas pela intensificação da subserviência nas relações — indicada, por exemplo, pelo alinhamento cada vez maior em termos de segurança e defesa¹ —, mas também pelo distanciamento em relação a princípios tradicionais da política externa brasileira, como a não interferência em assuntos internos e a manutenção de diálogo com nossos vizinhos, como se observa no caso venezuelano.

Essas estratégias bastante distintas de inserção internacional do Brasil estiveram no radar de tradicionais espaços sociais de debate, formulação e divulgação de política externa dos EUA, os chamados *think tanks*: organizações cujo objetivo é influenciar a formulação de políticas públicas e produzir recomendações específicas tanto ao setor público quanto ao setor privado estadunidense. Abrigando desde ex-presidentes, congressistas, grandes empresários, lobistas, acadêmicos e agentes das principais organizações internacionais, *think tanks* — como o Council on Foreign Relations, a Brookings Institution, o Wilson Center ou a Heritage Foundation — apresentam importantes elementos para compreendermos como os espaços sociais de decisão estadunidenses têm pensado o papel para o Brasil no século XXI e o que podemos esperar da grande potência quanto às nossas ações.

Em primeiro lugar, o ciclo de maior protagonismo regional e internacional brasileiro registrado na primeira década e meia forçou esse estrato da elite estadunidense a elaborar, de forma mais sistemática, concepções sobre a nossa inserção externa — algo incomum, apesar de se tratar das relações bilaterais entre as duas principais economias do continente. Em relatórios, livros, eventos, artigos para jornais e depoimentos nos Comitês de Relações Exteriores do Congresso estadunidense, havia preocupação fundamental quanto à posição de preponderância dos EUA, tida como natural. Buscava-se, por exemplo, emoldurar o Brasil nos termos de sua democracia ou do seu comprometimento com normas e propostas das organizações tradicionais, encaradas como simetricamente igualitárias e benéficas a todos os seus membros. Nesse sentido, mesmo naquelas atividades em que o Brasil era identificado como ator “responsável”, especialmente em ações na América Latina, na África e por meio do IBAS, destacava-se, em

razão do seu comprometimento com “valores universais”, uma “permissão”, sob tutela, para o Brasil promover, por exemplo, a integração regional ou estabelecer laços de cooperação técnica com países africanos.

No entanto, percebe-se uma demarcação crítica quanto à atuação internacional do Brasil quando as produções tratavam das agendas comumente chamadas de “primeiro nível” (por se tratar de questões de segurança internacional) ou que envolviam atores considerados como desafios ou ameaças à formulação de política dos Estados Unidos, tais como Rússia, China e Irã. Assim era, em boa medida, a produção² sobre a atuação do Brasil, por exemplo, junto à China e à Rússia no contexto dos BRICS, bem como na criação de mecanismos de diálogo e negociação sobre a questão nuclear com o Irã em alternativa ao formato P5+1 (Declaração de Teerã de 2010) ou então quando da abstenção/votação contra os interesses dos Estados Unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas nos casos envolvendo desenvolvimentos na Líbia e na Síria em 2011. A avaliação da atuação do Brasil valia-se, em geral, de adjetivos como “imprudente” e “narcisista”, em referências críticas a posturas que destoavam dos interesses estadunidenses.

Ao observar a produção sobre o governo Bolsonaro,³ identifica-se que a postura de alinhamento adotada não foi correspondida. Percepções positivas a respeito do presidente e de sua agenda externa circunscrevem-se, nesses espaços, a pequena parcela de *think tanks* mais próximos à administração de Donald Trump, em especial a Heritage Foundation, e limitam-se a destacar a sua capacidade de pôr em prática políticas específicas. Essa parcela da elite estadunidense viu o alinhamento brasileiro com pragmatismo e oportunismo: sem esforço, foi possível avançar a agenda econômica neoliberal, contar com apoio brasileiro para promoção da mudança de regime na Venezuela e de conter a China na América Latina, claramente em benefício de interesses estadunidenses.

Até mesmo entre conservadores, no entanto, os trabalhos mostram-se bastante críticos e praticamente consensuais quanto, por exemplo, à capacidade do governo brasileiro de manter os princípios e valores democráticos e de direitos humanos. Isso demarca diferenças significativas entre as declarações de apoio

ao governo brasileiro, oriundas da Casa Branca durante a gestão Trump, e a apreciação de segmentos mais amplos do meio político e da opinião pública dos EUA. Outro elemento que merece destaque é que, diferentemente dos registros da década passada, em nenhum momento a produção atual atribuiu ao Brasil papel de protagonista ou de liderança internacional.

Sem surpresas, não é de se esperar dos Estados Unidos, mesmo no século XXI, aceitação de atuação de outros países fora dos clássicos pressupostos de subserviência colocadas ainda pela Doutrina Monroe, mais tarde reforçados no ambiente global pela estrutura delineada ao final da Segunda Guerra Mundial. Como é evidente, muitos dos anseios e objetivos da potência hegemônica não representam nossos interesses e necessidades.

Reerguer nossa política externa será decisivo para superarmos o acúmulo de mazelas econômicas, sociais e ambientais que o Brasil herdará da atual administração. Poderá haver, entretanto, reação contrária. Nesse sentido, além de nos prepararmos adequadamente, é importante repensar o relacionamento bilateral e nossa política externa a partir de demandas e soluções que resultem de diálogos entre segmentos sociais das sociedades brasileira e estadunidense, incluindo não apenas diplomatas, políticos e empresários, mas também representantes de movimentos sociais, de povos e comunidades tradicionais, entidades de classe e da academia. Também será essencial contrabalançar pressões estadunidenses, fortalecendo a integração regional e mantendo relacionamento pragmático com outras potências, como China, Rússia, Índia e os europeus. Isso contribuirá para que, em meio aos constrangimentos externos e às assimetrias, o desenvolvimento econômico e social possa ocorrer em bases mais equilibradas, à altura das potencialidades e dos anseios da população brasileira.

NOTAS

- 1 PENIDO, A.; MILANI, L. Continência para Biden. *Revista Piauí*, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/continencia-para-biden/>. Acesso em: abr. 2022.

- 2 WIETCHIKOSKI, L. O Tio Sam de olho no Brasil: as representações dos think tanks estadunidenses a respeito da atuação internacional do Brasil no BRICS (2009-2016), 19 ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/22451/18232>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 WIETCHIKOSKI, L.; SVARTMAN, E. Decifrando o “Trump tropical”: análise das percepções dos think tanks dos Estados Unidos sobre a eleição e o governo Bolsonaro. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/96222/59132>. Acesso em: abr. 2022.

COMO A COP26 SE RELACIONA COM A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA?

POR GIOVANI DEL PRETE

GIOVANI DEL PRETE é militante do Levante Popular da Juventude, bacharel em relações internacionais e mestrando em economia política mundial, ambos pela UFABC. E-mail: Delprete.giovani@gmail.com.

O texto final da COP26, realizada em Glasgow, resultou de duas semanas de negociações em que representantes de quase duzentos países debateram muitos temas, mas construíram poucos acordos para implementação do Acordo de Paris. A regulamentação do Artigo 6º, que organiza regras para o mercado de carbono, foi o maior resultado dessa COP. Contudo, questões essenciais relativas ao financiamento climático por parte dos países ricos atravancam a execução de uma agenda planetária que consiga articular desenvolvimento econômico com justiça ambiental.

A promessa de 2009, feita pelas nações desenvolvidas, de desembolsar cem bilhões de dólares por ano até 2020 ficou para 2025. Essa falta de comprometimento dos países ricos enfraquece as ambições das demais delegações para alcançar os acordos e realizar as ações necessárias. Sem a liderança das economias mais avançadas e, por consequência, as mais poluidoras, as negociações multilaterais não terão êxito. Segundo levantamento feito pelo Global Carbon Project,¹ desde 1850 os cinco maiores produtores de gases de efeito estufa dentro do bloco dos países desenvolvidos foram: Estados Unidos (24,6%), Alemanha (5,5%), Reino Unido (4,4%), Japão (3,9%) e França (2,3%), totalizando 40,7% da emissão desses gases nos últimos 170 anos. Já o bloco dos países em desenvolvimento é liderado por China (13,9%), Rússia (6,8%), Índia (3,2%); em décimo lugar está o Brasil (1%).

Além da responsabilidade em custear a transição energética para a economia de baixo carbono, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras nacionais, cabe

por meio de transferência tecnológica e assistência técnica para concretizar as promessas aprovadas nas Conferências da ONU. Entretanto, ao analisarmos as relações econômicas e políticas entre os países centrais (ricos) e os periféricos (em desenvolvimento e pobres), identificamos que há uma estrutura de poder que reproduz a desigualdade de condições para que o planeta contenha seu aquecimento em até 1,5 °C até o ano de 2100, em comparação com as temperaturas registradas em meados do século XVIII, na época pré-industrial.

Mais do que não prover financiamento climático adequado, os governos dos países ricos subsidiam a expansão dos negócios dos grandes grupos econômicos, com sede nos países do Norte, que lucram com a mercantilização da natureza. Aqui estamos falando de corporações como a suíça Nestlé e a estadunidense Coca-Cola,² com a apropriação da água potável de muitos países, por exemplo; ou a anglo-australiana BHP Billiton, mineradora corresponsável pelos crimes ambientais de Mariana e Brumadinho; ou também poderíamos citar as empresas do complexo industrial-militar dos Estados Unidos,³ que deslocam navios, aviões e tanques a partir da queima de petróleo, além de bombardear territórios e deixar destroços e produtos tóxicos para trás. São os projéteis, veículos e equipamentos vendidos pela Lockheed Martin e Boeing, por exemplo, com que os exercícios militares dos Estados Unidos e suas mais de oitocentas bases militares mundo afora — da OTAN, da coalizão AUKUS, do grupo Quad e aliados — são realizados.

Por outro lado, de nossa parte enquanto países periféricos, essa poderosa concentração e centralização de capitais é uma ameaça para a soberania de nossos territórios. Isso porque só na América do Sul estão algumas das grandes reservas dos recursos naturais imprescindíveis para a reprodução do sistema de acumulação capitalista. Os dados levantados pela professora Mônica Bruckmann demonstram o que está em jogo em termos geopolíticos para a nossa região: temos 94% das reservas mundiais de lítio, 96% do nióbio, 36% do cobre, quase 30% da água doce de todo o planeta e sete dos dez países com as maiores biodiversidades do mundo.

Ao priorizar a regulamentação do mercado de carbono, em vez de garantir o financiamento climático planetário, os países ricos estão trabalhando pela mercantilização da natureza. Afinal, estamos falando de um mercado criado a partir de um dos serviços ambientais prestados pela natureza (capturar o carbono da atmosfera). As perspectivas pós-COP26 para este mercado estão superaquecidas, fazendo acelerar a especulação do valor da terra em áreas com alta performance para absorção de carbono do ar. Os professores Fairhead, Leach e Scoones, da Universidade de Sussex, chamam esse processo de “*green grabbing*”,⁴ que consiste na articulação entre mercado financeiro e meio ambiente, produzindo o chamado “capitalismo verde”, convertendo água, ar, clima, vegetação e solo em commodities.

Nesse cenário pós-acordos da COP26, a floresta Amazônica possui importância geopolítica estratégica. Presente em oito países e uma província francesa, a Amazônia corresponde a 40% do território da América do Sul, carrega 17% da água doce mundial e representa um terço das florestas latifoliadas do planeta. É com estes dados em mãos que a geógrafa brasileira Bertha Becker afirmava que a “Amazônia é o coração ecológico do planeta”.

É evidente que a regulamentação do mercado de carbono faz aumentar os interesses dos grandes grupos de investidores internacionais nas águas, florestas e biodiversidade amazônicas e em todos os outros biomas em outras partes do mundo. Sob a ótica do “capitalismo verde”, estamos observando o desenvolvimento de um mercado a mais para a reprodução do neoliberalismo, com a mercantilização da natureza via financeirização dos serviços ambientais prestados por ela.

Na avaliação do presidente da COP26, Alek Sharma, o acordo conseguido em Glasgow foi “uma vitória frágil”, pois expressa um descompasso entre o que sabemos que deve ser feito e o que realmente é feito. É importante entender a complexidade e radicalidade da crise para que possamos debater e executar o melhor — e não o mais possível — conjunto de políticas globais para não superarmos os 1,5 °C. Do nosso ponto de vista, financiamento climático, transição

energética para baixo carbono, tolerância zero com desmatamento, transferência tecnológica e cooperação internacional são os cinco itens indispensáveis para a agenda internacional de qualquer país sério que de fato esteja comprometido com o presente e com o futuro da humanidade. É esta a agenda ambiental internacional que devemos priorizar para garantir a reprodução da vida com qualidade em nosso planeta.

Aliado da crise ambiental, o atual governo brasileiro derrete a liderança internacional que nosso país já desempenhou sobre temas ambientais. Até mesmo na agricultura podemos identificar nosso atraso em relação às discussões da COP26. Para o professor do bacharelado em relações internacionais da UFABC, Olympio Barbanti, “o conjunto de acordos de Glasgow aponta para uma necessária modificação estrutural na agropecuária brasileira” ao tratar sobre florestas, cidades, uso da terra, metano e agropecuária, envolvendo instituições financeiras para o desenvolvimento de um capitalismo moderno na agricultura, enquanto “o governo Bolsonaro realiza o oposto, incentivando uma ocupação da Amazônia para uma pecuária extensiva, de baixíssima ou nenhuma tecnologia”.

O Estado brasileiro possui papel singular no cumprimento dessa agenda. Dos nove países amazônicos, o Brasil possui 60% dos 5,5 milhões de quilômetros quadrados da floresta. Portanto, o protagonismo do nosso país em qualquer discussão ou acordo relativos ao meio ambiente e à Amazônia é uma obrigação. Na primeira década deste século nós mostramos ao mundo que é possível combater o desmatamento, fortalecer os órgãos públicos de fiscalização e controle ambientais, ao mesmo tempo que desenvolvemos nossa economia aumentando a produtividade agrícola com distribuição de renda.

Por fim, mais uma vez citando as ideias de Bertha Becker, temos que superar o paradigma da “economia de fronteira”, fundado na extração de valor da floresta quando derrubada, para transitarmos para uma indústria de biotecnologia do século XXI, com uso de tecnologia de ponta para gerar emprego, renda e lucros a partir da floresta em pé, desenhando políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social e soberano do território e povo amazônicos.

NOTAS

- 1 Site oficial disponível em: <https://www.globalcarbonproject.org>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 CARDOSO, J. A furiosa e disfarçada guerra pela Água no Brasil. *Outras Palavras*, 16 set. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-furiosa-e-disfarcada-guerra-pela-agua-no-brasil/>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 MCCARTHY, N. Report: The U.S. Military Emits More CO₂ Than Many Industrialized Nations [Infographic]. *Forbes*, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2019/06/13/report-the-u-s-military-emits-more-co2-than-many-industrialized-nations-infographic/?sh=318dcd774372>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? *The Journal of Peasant Studies*, 19 abr. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2012.671770?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: abr. 2022.

QUAIS NARRATIVAS APROXIMAM A CPI DA COVID DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE?

POR MARIA ALICE VENÂNCIO ALBUQUERQUE

MARIA ALICE VENÂNCIO ALBUQUERQUE é doutoranda em relações internacionais pela PUC-Rio (IRI/PUC-RJ), mestra em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em relações internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente, é membro da Rede de Estudos em Paz, Conflito e Estudos Críticos de Segurança. E-mail: albuquerquemav@gmail.com.

Há cerca de uma década, as conclusões da Comissão Nacional da Verdade (CNV) — que averiguou crimes cometidos pelas Forças Armadas durante a Ditadura Militar (1964-1985) — eram contestadas sob o argumento de que não passavam de narrativas. Para eles, essa expressão era sinônimo de fábulas ideológicas.

Diante das constatações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia — que se debruçou sobre as ações e omissões do governo federal no combate à pandemia de covid-19, bem como o colapso na saúde pública do estado do Amazonas —, senadores governistas lançaram mão da mesma tática. É necessário, portanto, um olhar atento para as apropriações da expressão “narrativa” como recurso retórico para desvirtuar noções de ciência e verdade.

Formada por dezoito senadores, entre titulares e suplentes, a CPI da covid, criada em abril de 2021 e encerrada em outubro do mesmo ano, emplacou diversas expressões usadas nos enérgicos debates e depoimentos. Uma das mais recorrentes foi “narrativa”, palavra de ordem nas intervenções de senadores governistas — como Flávio Bolsonaro (Patriotas-RJ) e Marcos Rogério (DEM-RO) — usada com o propósito de rebater depoimentos que comprometiam o governo federal na condução da pandemia. Para eles, narrativa “não é verdade”, assim sendo, as responsabilizações da CPI da covid não passariam de “expediente político, e bem rasteiro”. Tentavam, assim, desacreditar o trabalho e as conclusões da comissão e solapar a memória recente.

Especialmente no caso da CPI da covid, desmerecer o trabalho investigativo e de oitivas era estratégia para livrar o presidente Bolsonaro de algum tipo de

responsabilização. E, como toda narrativa tem uma “contranarrativa”, a dos governistas¹ se firmava na pulverização da culpa, apoiando-se no argumento de que a condução dos serviços de saúde no Brasil é descentralizada e o chefe do executivo nacional nada podia fazer, a não ser *lives* espalhando sua “verdade”, que contrariava a ciência.²

Outra famosa comissão também gerou embates políticos significativos, tendo visto seu trabalho desacreditado como “narrativa da esquerda” impulsionada por “revanchismo”. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), contestada desde que foi sugerida sua criação no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3), foi marcada por manifestações impetuosas das pastas da Defesa e dos Direitos Humanos, que chegaram ao ponto de os respectivos ministros ameaçarem demissão. Foi necessária mediação do presidente Lula antes do envio do projeto de lei de criação da comissão para o Congresso Nacional, em 2010, se tornando a Lei 12.528 de 2011 que oficialmente criou o órgão.

Em 2012, a CNV começou seus trabalhos seguindo o formato recomendado por organizações e documentos internacionais: formalmente criada pelo governo federal, sem atributos jurídicos, voltava seus esforços investigativos para determinado período previsto em lei, com prazo delimitado de dois anos para encerrar os trabalhos e apresentar relatório final com conclusões e recomendações. A CNV conseguiu concluir seu relatório³ em dezembro de 2014, apesar da pouca colaboração de membros das Forças Armadas. O documento é dividido em três volumes e contempla diversas seções. De particular interesse para este espaço de construção, há um extenso capítulo sobre a atuação do Itamaraty.

Sua divulgação foi recebida com consternação por alguns setores da sociedade, especialmente pelas Forças Armadas, que tiveram vários de seus membros listados entre os 377 agentes públicos responsabilizados pela repressão durante a Ditadura Militar, alguns ainda vivos na época da divulgação do relatório. É ilustrativa a nota de repúdio⁴ divulgada pelo general da ativa Sérgio Etchegoyen e sua família logo após a divulgação do relatório, na qual classificou o documento como “leviano”. Segundo a nota, o relatório da CNV apresentava o nome do pai

do general Etchegoyen apenas na intenção de “denegrir”, não o vinculando a quaisquer fatos, vítimas ou conduta penal específica. Ainda na nota, o general aponta que o relatório empreendera “patético esforço para reescrever a história”, apontando “um culpado para um crime que não identifica, sem qualquer respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa”. Além dessa manifestação, à época, os clubes da marinha, do exército e da aeronáutica apresentaram um “contrarrelatório” em que elencava 126 vítimas dos grupos da luta armada. O documento continha erros grosseiros, apontando como mortas pessoas que estavam vivas. Passados alguns anos, o general ainda expressava indignação com a responsabilização de seu pai, demonstrando rancor provavelmente aprofundado quando, no ano seguinte, teve seu pedido de retirada do nome negado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Além dessa e de outras contestações, segundo Pedro Dallari, ex-coordenador da CNV, nesse período de quase uma década da entrega do relatório final vigorou uma combinação de “silêncio e temporização”, que diz respeito justamente à pouca apropriação da narrativa de verdade factual construída pela CNV e ao pouco avanço das medidas recomendadas pelo relatório.

O lugar que a verdade da Comissão não ocupou nos espaços públicos e na memória da sociedade brasileira foi paulatinamente ocupado pela contramemória: a de apologia à ditadura que boa parte das forças armadas e o presidente da República tentam construir. Diferentemente das manifestações anteriores, que reivindicavam “isenção” nas investigações sobre as graves violações de direitos humanos, o que tem sido feito durante o governo Bolsonaro, que conta com ampla e desastrosa participação de militares, é a negação e revisão da história — vista como narrativa enviesada da “esquerda terrorista”.

O Estado Democrático de Direito deve se alicerçar em narrativas,⁵ essas sim, baseadas em investigações, em testemunhos e respaldadas na ciência — seja a medicina, a história ou o direito. Assim como as descobertas da CNV, os achados da CPI da covid sofrem ataques sistemáticos de grupos radicais que minam os esforços no combate à pandemia da covid-19 no Brasil, revelando o poder que as

narrativas têm, bem como o perigo de não estarmos atentos a elas. O que hoje é uma negação e pulverização de responsabilidade para com a vida, não serve tão somente para safar Bolsonaro, no presente, de possíveis implicações punitivas, mas também para salvaguardar e sedimentar seu futuro político, apoiado no esquecimento e na naturalização da morte de mais de 620 mil pessoas.

NOTAS

- 1 MARCOS Rogério diz que #CPIdaPandemia cria narrativa de que Bolsonaro é o "causador da pandemia". Canal *TV Fórum*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kkQ88L04Cbg>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 FACEBOOK exclui live em que Bolsonaro associa Aids à vacina contra covid. *UOL*, 24 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/24/facebook-exclui-live-em-que-bolsonaro-associa-aids-a-vacina-contra-covid.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade. *CNV*, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 SOUZA, J. General da ativa critica a Comissão da Verdade. *UOL*, 12 dez. 2014. Disponível em: <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2014/12/12/general-da-ativa-critica-a-comissao-da-verdade/>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 FONSECA, J. Por que os bolsonaristas falam tanto em narrativas? *Folha de S.Paulo*, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2021/07/por-que-os-bolsonaristas-falam-tanto-em-narrativas.shtml>. Acesso em: abr. 2022.

COMO A CULINÁRIA PODE AJUDAR A RECONSTRUIR A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA?

POR RENATO BILOTTA DA SILVA

RENATO BILOTTA DA SILVA é bacharel em relações internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e em ciências e humanidades pela mesma instituição. Pesquisa políticas públicas para gastrodiplomacia e diplomacia culinária. E-mail: renatobilota@gmail.com.

A reconstrução da política externa brasileira é cada vez mais urgente em diversos eixos: meio ambiente, direitos humanos, integração regional, multilateralismo. O projeto do Diplomacia para Democracia tem aberto espaços para propor novas formas de inserção internacional, algumas pouco exploradas nos meios acadêmicos mais convencionais. Uma delas é relativamente nova, mas com perspectivas promissoras: a diplomacia culinária, também chamada de **gastrodiplomacia**.¹

A gastrodiplomacia é o uso da culinária nacional para fortalecer a imagem internacional de um país. O termo surgiu em 2002, quando uma reportagem² do semanário *The Economist* destacou os esforços realizados pelo governo da Tailândia para aumentar o turismo ao país por meio do treinamento e incentivo à abertura de restaurantes tailandeses por nacionais residentes nos Estados Unidos. É uma estratégia inovadora que enriquece as relações diplomáticas mais tradicionais.

Muitos países têm adotado essa estratégia gastrodiplomática, seja porque carecem de influência internacional “tradicional” (conquistada por meio do poder econômico e/ou militar), seja para demarcar e ressaltar suas identidades fora de suas fronteiras. Essa discussão está longe de ser insignificante: ao exportar sua culinária, você também exporta um conjunto de valores sobre o país. Não é surpresa que muitos países, em especial os europeus, sejam agressivos quanto ao registro de produtos geográficos como queijos, vinhos entre outros a fim de evitar cópias.³ Há até casos em que a demarcação culinária pode se tornar central para

a reafirmação de uma nacionalidade, como é o caso do prato *honus*, que embora esteja presente no cardápio de todas as culturas árabes do Oriente Médio faz pelo menos oito séculos, é disputado como patrimônio culinário exclusivo de países como Israel e Líbano.

É importante destacar que a gastrodiplomacia exige uma série de esforços não só entre diferentes ministérios, como também da esfera privada e da sociedade civil. A criação de uma estrutura governamental que promova a culinária nacional e apoie associações comerciais foi o modelo que países como Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Peru e Tailândia optaram. Foram bem-sucedidos: o *soft power* gastrodiplomático contribuiu para que alguns multiplicassem fluxos turísticos. A Tailândia — pioneira na estratégia — saltou de cerca de dez mil turistas anuais em 2002 para quase quarenta mil turistas em 2019.

Porém, não se inventa uma culinária popular do zero da mesma forma que não se inventa uma cultura popular do nada. A estratégia gastrodiplomática só sobrevive se estiver em diálogo com as comunidades locais para que suas culturas e tradições ligadas à culinária se reafirmem e confirmem autenticidade popular.

Atualmente, toda essa discussão parece estar distante do contexto brasileiro, mas, na realidade, já está em debate. Quando o presidente Bolsonaro se recusa a participar de jantares internacionais, optando por restaurantes brasileiros ou consumindo miojo, não apenas alimenta a imagem de “homem do povo”, mas também sinaliza sua conhecida dificuldade em estabelecer laços e trocas culturais com outros povos, no caso através da culinária.⁴ Assim, é até possível especular a existência de uma espécie de gastrodiplomacia negativa, atuando para minar a imagem internacional de um país.

Há no Brasil iniciativas que, embora busquem outros objetivos, podem ser entendidas como protótipos de estratégias gastrodiplomáticas. Os relatórios elaborados pela APEX Brasil sobre as oportunidades de mercado para produtos brasileiros e a promoção do café brasileiro por meio da marca Cafés do Brasil mostram que é possível desenvolver essa vertente diplomática. Nossa grande variedade e diversidade culinária, potencializada pela migração de mais de quatro

milhões de brasileiros, abre terreno fértil para a gastrodiplomacia. Se houver apoio institucional e logístico a essas comunidades, a gastrodiplomacia pode se tornar uma das ferramentas de reconstrução da imagem do Brasil.

Antes de finalizar, parece essencial discutir uma contradição aparente nos países em desenvolvimento, e mais especificamente no cotidiano em que vivemos: como a promoção da culinária nacional pode conviver com a fome e a carestia?⁵ Como um país pode exaltar a feijoada e a caipirinha enquanto milhares não têm como comer um prato de arroz com feijão? Esta aparente contradição deve promover uma discussão que ainda não é feita no Brasil nem entre os países promotores da gastrodiplomacia: a defesa da segurança alimentar como ferramenta gastrodiplomática.

Nos tempos em que vivemos, melhor lembrar de Betinho: “a alma da fome é a política”.⁶ Por que não bem alimentá-la com o que temos de melhor para dar de comer e beber? Para além de construir uma imagem positiva através da culinária, os países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, podem mostrar ao mundo que a melhor gastrodiplomacia possível é a que garante à própria população a soberania alimentar. Sair do mapa da fome⁷ e ter órgãos e políticas públicas de segurança alimentar e alimentação saudável⁸ são pré-condições para promoção da gastrodiplomacia.

NOTAS

- 1 DANTAS, P. Gastrodiplomacia: quando a cozinha vira ferramenta diplomática. *Terra*, 13 mar. 2018. Disponível em: <https://chickenorpasta.com.br/2018/gastrodiplomacia>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 THAILAND'S gastro-diplomacy. *The Economist*, 21 fev. 2002. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2002/02/21/thailands-gastro-diplomacy>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 UE vai avaliar críticas da Itália a 'prosecco' croata. *UOL*, 17 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2021/09/17/ue-vai-avaliar-criticas-da-italia-a-prosecco-croata.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 CHARLEAUX, J. P. Qual a dimensão diplomática da paixão de Bolsonaro por miojo. *Nexo*, 3 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/03/Qual-a-dimensao-diplomatica-da-paixao-de-Bolsonaro-por-miojo>. Acesso em: abr. 2022.

- 5 CONSUMO de pé de galinha em alta e outros 5 dados que revelam retrato da fome no Brasil. *UOL*, 5 out. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/10/05/consumo-de-pe-de-galinha-em-alta-e-outros-5-dados-que-revelam-retrato-da-fome-no-brasil.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 6 CANDIDO, M. Quem foi Betinho, criador de uma das maiores ONGs de combate à fome no Brasil. *UOL*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/amp-stories/hebert-de-souza-quem-foi-betinho-criador-da-acao-da-cidadania/>. Acesso em: abr. 2022.
- 7 BRASIL volta ao mapa mundial da fome. *Jornal da Band*, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/brasil-volta-ao-mapa-mundial-da-fome-16346961>. Acesso em: abr. 2022.
- 8 CONSEA permanece extinto após a manutenção do veto de Bolsonaro. *IDEC*, 26 set. 2019. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>. Acesso em: abr. 2022.

COMO SE MOVE A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA?

POR MARIANA DAVI FERREIRA

MARIANA DAVI FERREIRA é cientista social e internacionalista,
além de doutoranda em ciência política pela Unicamp.

São frequentes as notícias sobre a reconfiguração da integração na América Latina: o “fim” da Unasul, crise no Mercosul, criação do Prosul, o Grupo de Lima, a rearticulação da CELAC. Tais transformações nos blocos regionais e mecanismos de cooperação refletem contínuas disputas de projetos políticos para a região. No caso da América Latina, há que se pesar também os interesses do imperialismo, já que a região é estratégica para os Estados Unidos, além de outras potências extrarregionais que ganham peso na região, como a China.

Modelos de regionalismo em disputa não são projetos políticos que “pairam” no ar. Devem ser avaliados a partir da correlação de forças na conjuntura histórica, com atenção para os interesses e as movimentações das frações de classe, e não do “Estado como um bloco maciço”. Em pesquisa que venho desenvolvendo com a professora Tatiana Berringer, temos estudado como os interesses da classe dominante se articulam nos processos de integração, olhando para as relações entre as frações de classe e o Estado.

No início do século XXI, durante o ciclo de governos progressistas na América Latina, o Mercosul fortaleceu a dimensão política da integração, reorientando-se para um modelo de regionalismo multidimensional ao incorporar outras questões para além da agenda econômica. O período também foi marcado pela articulação de iniciativas que procuravam ir além da integração comercial: a Unasul, a Celac, a Alba-TCP e a Petrocaribe. Há diferenças entre esses blocos

frações da burguesia interna tinham hegemonia no bloco no poder de seus principais Estados-membros.

O que isso quer dizer? A mudança do bloco no poder dos Estados da região possibilitou que essa fração da burguesia tivesse seus interesses priorizados na condução das políticas de Estado: política econômica, social e política externa. E o que reivindicavam as frações burguesas no que tange à política externa? Melhores condições de exportação de produtos, diminuição da concorrência externa, acesso a financiamentos de organismos internacionais, políticas que atraíssem o investimento externo direto, enfim, fatores interligados à agenda da integração regional.

Essas alterações dos processos de integração relacionam-se com a configuração dos blocos no poder dos Estados mais influentes na região. Nos anos 2000, vemos a grande burguesia interna como fração hegemônica do bloco no poder dos Estados com maior força política e econômica na América Latina, no Brasil e na Argentina. Esses Estados priorizaram a construção de um modelo de regionalismo multidimensional, atuando no Mercosul multidimensional ao mesmo tempo que protagonizavam a estruturação da Unasul e da Celac.

Enquanto isso, na Venezuela, em um processo de ampla mobilização popular, a eleição de Hugo Chávez em 1998 resultou na construção de um modelo de regionalismo anti-imperialista. A política externa venezuelana, principalmente entre 2004 e 2012, protagonizou a construção da Alba-TCP, construída em oposição à proposta da Alca, em 2004, e ativou a Petrocaribe, que se fundavam sob princípios de unidade latino-americana, luta anti-imperialista e diplomacia dos povos.

Esses processos aumentaram a margem de manobra da região “atuando em bloco” em organismos internacionais multilaterais. Tendo ocorrido em paralelo ao fortalecimento das relações com a China, a região recompôs suas reservas e proporcionou ganhos aos setores vinculados à exportação de commodities. O Estado brasileiro priorizou relações com a América Latina e com a África e, na construção das relações Sul-Sul, o BNDES contribuiu para a internacionalização

de grandes empresas brasileiras, resultando em benefícios ao grande capital da burguesia interna.

As mudanças nos processos de integração que ocorreram no início do século XXI tem relação direta com as eleições e as alterações do bloco no poder dos Estados argentino e brasileiro. Nota-se grande dinamismo: é melhor falar em reconfigurações do regionalismo do que em integração ou desintegração. A natureza do regionalismo é contingente, por isso não é viável determinar o caráter do bloco regional de maneira estática. Um bloco regional pode corresponder a diferentes modelos de regionalismo a depender do momento histórico. Na periferia do capitalismo, os modelos variam entre regionalismo multidimensional, regionalismo aberto ou anti-imperialista.

No caso do Mercosul, na década de 1990, o bloco assumia modelo de regionalismo aberto sob a hegemonia de frações da burguesia associada/compradora no bloco no poder da Argentina e do Brasil, principais membros do bloco regional. Esse modelo prioriza uma agenda de liberalização comercial. Já no início dos anos 2000, o Mercosul assume características do regionalismo multidimensional impulsionado pelas mudanças no bloco no poder na Argentina e no Brasil.

A partir da segunda década do século XXI, há uma convergência entre mudanças nos blocos do poder dos Estados mais influentes (Brasil e Argentina) e uma intensificação da crise econômica. Com a ascensão de governos alinhados ao neoliberalismo ortodoxo, — Mauricio Macri na Argentina e os governos de Temer e de Bolsonaro no Brasil —, a burguesia associada ao capital internacional passou a ser hegemônica no bloco no poder desses países. Seus interesses priorizaram uma política externa com uma posição de alinhamento aos EUA e o regionalismo aberto. Com essas alterações nos blocos no poder, os Estados fortaleceram um perfil eminentemente comercial do Mercosul e abandonaram iniciativas que desenvolviam modelo multidimensional (como explicita a saída da Unasul).

Nesse cenário de alterações na integração, a crise da Venezuela ocupou espaço central, com forte ingerência dos Estados Unidos por meio das sanções

econômicas e ameaças do governo Trump. Regionalmente, articulou-se o Grupo de Lima, em 2017 — com Argentina, Peru, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, México e mais sete países —, tendo objetivo de contribuir para a resolução da crise política entre o governo e a oposição venezuelana. A articulação foi vista com cautela pela Venezuela. Em 2019, formou-se o Prosul, a partir da iniciativa de Piñera — então presidente do Chile —, com participação da Argentina, do Peru, do Brasil, da Guiana, do Equador e do Paraguai. Alguns especialistas apontam que o Prosul teria como principal objetivo isolar a Venezuela na região.

Alguns acontecimentos recentes nos dão indícios importantes de que as disputas entre projetos para a América Latina tendem a persistir no próximo período. A tentativa de rearticulação da Celac, por meio da reunião que ocorreu no México, em setembro de 2021, pode ser lida como resistência ao regionalismo aberto. A Celac busca construir um processo de integração regional multidimensional entre os países da América Latina e do Caribe em alternativa à Organização dos Estados Americanos (OEA). Obrador, presidente do México, afirmou que a substituição da OEA “por um organismo verdadeiramente autônomo” não deveria ser descartada.

A vitória de Luis Arce, candidato do MAS, nas eleições presidenciais bolivianas em 2020, um ano após o golpe, também é sinal de reconfiguração da correlação de forças internas de um país que protagonizou a construção do regionalismo anti-imperialista nos governos de Morales. Após a eleição de Alberto Fernández, a Argentina se retirou do Grupo de Lima e do Prosul em 2021. O Peru também saiu dos dois blocos após a eleição do Pedro Castillo como presidente, em junho passado. Tais acontecimentos sinalizam inflexão ao regionalismo aberto.

Muitos processos eleitorais ocorreram na América Latina nos últimos meses de 2021. Na Nicarágua, em meio a turbulências e questionamentos, Daniel Ortega foi reeleito. Nas eleições legislativas da Argentina, a extrema direita teve resultados expressivos. Nas eleições para governadores na Venezuela, o PSUV, partido chavista, conquistou vinte estados e a oposição três. Xiomara Castro foi eleita a primeira mulher presidenta de Honduras apresentando programa de

esquerda. No Chile, Gabriel Boric, ex-militante do movimento estudantil, venceu as eleições presidenciais, que apresentaram a novidade de uma forte extrema direita representada por Kast.

No início deste ano, o cenário político continua complexo. A crise política peruana empurra o governo de Castillo para a direita. Temos visto o fortalecimento das relações sino-latino-americanos, com destaque para uma maior presença regional da Argentina, que acabou de entrar na Nova Rota da Seda,¹ somado ao isolamento diplomático do Brasil.

Em 2022, duas eleições para presidentes contribuirão para definir os rumos do regionalismo: na Colômbia e no Brasil. São importantes Estados no cenário regional e passam por crises marcadas pelo desgaste do neoliberalismo ortodoxo. Nas eleições, estarão em disputa projetos de esquerda e de direita cujos desdobramentos afetarão também a configuração dos processos de integração regional.

Mesmo que a eleição não seja uma fotografia em alta resolução sobre a movimentação das frações da burguesia, os resultados dos pleitos nos dão indícios sobre a correlação das forças sociais desses países. Essas fotografias de processos emaranhados e complexos nos ajudam a entender que, no capitalismo, e talvez ainda mais no capitalismo dependente, os processos de integração são contingentes e modificam-se de acordo com as mudanças nos blocos no poder dos Estados-membros.

NOTA

- 1 PAIXÃO, F. Entrada da Argentina na Nova Rota da Seda levanta desafios sobre integração regional com China. *Brasil de Fato*, 13 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/13/entrada-da-argentina-na-nova-rota-da-seda-levanta-desafios-sobre-integracao-regional-com-china>. Acesso em: abr. 2022.

SANÇÕES PELA PAZ OU PRELÚDIO À GUERRA?

POR FABIO PEREIRA DE ANDRADE

FABIO PEREIRA DE ANDRADE é doutor em administração pública e professor do curso de relações internacionais da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing).

Diante da violência e da importância do conflito entre Rússia e Ucrânia, faltam informações qualificadas e sobram especulações a respeito das causas da guerra, da evolução do confronto e dos cenários futuros. Além da batalha por informação e narrativas, nota-se, em algumas situações, o fomento a controvérsias por meio de diferentes modelos analíticos das teorias de relações internacionais, em outras através da simples reprodução de discursos hegemônicos. Como consequência, a avaliação das ações militares e econômicas que cercam a disputa fica prejudicada.

Sanções são um tema clássico e um dos mais controversos. O Brasil, por exemplo, costuma se opor a medidas unilaterais, sem a chancela da ONU. Acaba sendo pressionado por atores internos e externos quando isso contraria seus interesses.

Em que pese o risco de anacronismo e da diferença conjuntural, resgato a seguir reflexões de John Maynard Keynes sobre a Conferência de Paz de Paris e as sanções do Tratado de Versalhes. Publicado em 1919, “As consequências econômicas da paz” combina análise, crítica e o prognóstico certo sobre os acordos de paz pós-Primeira Guerra Mundial. É um clássico que, escrito há mais de cem anos, em outro contexto, pode ajudar na compreensão do cenário atual.

1. O PAPEL DAS LIDERANÇAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Keynes argumenta que o papel das lideranças norte-americana, francesa e inglesa foi fundamental para a má redação do acordo. Destaca que a postura

do Presidente americano era marcada pela lentidão e sujeição às pressões do eleitorado. Especificamente, apesar de certa áurea internacional, no campo de negociação Woodrow Wilson titubeava e com isso mostrava fraqueza. Podemos estender esse paralelo às lideranças ocidentais? Vale o paralelo com John Biden?

Na análise de Keynes, o primeiro-ministro francês exercia maior influência durante a Conferência de Paz de Paris, enquanto Wilson destacava-se (negativamente) por certo distanciamento, em especial em momentos e temas cruciais. Na visão do economista britânico, tal postura não era condizente com um dos atores políticos mais importantes do ocidente, tampouco se coadunava com a imagem de líder que buscava consolidar instituições, como a Liga das Nações, com poder arbitral em conflitos internacionais.

A reflexão acerca do imobilismo não se deve restringir ao presidente norte-americano. É possível refletir sobre a hesitação dos líderes europeus, que minimizaram as incisivas críticas russas à expansão da OTAN, que datam pelo menos de 2007, senão da década de 1990, o descontentamento russo com a participação do ocidente na virada do governo na Ucrânia em 2014, e seus movimentos ofensivos em 2008 na Geórgia e em 2014 na Crimeia. Às vésperas da recente invasão da Ucrânia, lideranças europeias e norte-americanas apostavam em resolução diplomática e sem conflito militar.

2. O TEMPO COMO VARIÁVEL QUE AMPLIA INTERESSES ECONÔMICOS

Keynes mostra que durante a Conferência os termos mudaram rapidamente. No início não se pleiteava impor à Alemanha qualquer indenização. No entanto, os interesses de França e Inglaterra escalararam rapidamente, migrando para uma combinação de indenização impagável e punição exemplar das autoridades alemãs.

Em certo sentido, o padrão identificado pelo economista britânico se estende ao comportamento atual de lideranças ocidentais. Às vésperas da invasão da Ucrânia, ainda se vislumbrava resolução via diplomacia. Em menos de duas semanas, a solução diplomática foi convertida em ações militares. Uma vez instalado o

conflito, a escalada de sanções econômicas foi vertiginosa! Em três dias, o G7 autoriza a exclusão dos bancos russos do SWIFT. Após doze dias, os Estados Unidos proíbem a importação de petróleo russo, parte importante das reservas russas aparentemente foi confiscada e há movimentos na OMC, na OCDE, no FMI, no Banco Mundial e em outras organizações para “cancelar” os russos.

Um ponto que não poderia ser antecipado por Keynes é a postura de empresas multinacionais norte-americanas, que encerraram operações e/ou proibiram a comercialização com a Rússia.

A escalada de sanções opera como resposta à ofensiva militar russa, refletindo o fracasso das negociações diplomáticas. Em comum entre o passado e o presente, a crença de que a aplicação de sanções limita posturas indesejadas e, o mais preocupante, a noção de que seus efeitos são apenas econômicos e limitados ao país que recebe a sanção. Infelizmente, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a histórias nos fornece evidências que sinalizam que as consequências seguem tendências diferentes das planejadas. Mas, *la nave va...*

3. SANÇÕES PROVOCAM SEVEROS EFEITOS COLATERAIS ECONÔMICOS

Em sua análise, Keynes antecipou que os efeitos econômicos adversos das sanções não se limitariam à Alemanha, estendendo-se à Europa, dada a centralidade da economia alemã. Esse talvez seja o ponto em que a previsão keynesiana se mostrou mais assertiva. Assim, é necessário considerar os feitos adversos das sanções econômicas impostas à Rússia. Considerando a importância da Rússia para matriz energética europeia, há possibilidades de que as sanções agravem o quadro regional?

O primeiro efeito colateral incide sobre os países europeus. Segundo dados que podem ser acessados pelo portal *Statista*,¹ 60% da matriz energética da Europa é dependente do fornecimento de insumos russos. Em consequência, qualquer sanção nessa área implica um aumento do custo de energia, resultando

o fornecimento de gás natural. No curto prazo, o aumento dos custos pode dificultar o processo de alteração da matriz para energias limpas e renováveis.

Em uma análise mais sujeita à polêmica, saliente-se que no início as sanções não alcançavam o fornecimento de gás natural. Contudo, o embargo norte-americano à importação de petróleo russo gerou uma resposta, qual seja, a ameaça de suspensão parcial no fornecimento de gás à Europa (via Nord Stream 1). Esse imbróglio suscita percepção ruim de que sanções incorporam ruídos de comunicação. Em uma dimensão geral, é informado à opinião pública que severas sanções serão aplicadas. No detalhe, excluem-se das sanções insumos centrais para quem aplica a punição! Pergunta sincera: tal procedimento não demonstra erro de raciocínio lógico não condizente com importantes tomadores de decisão? É razoável ignorar que punições podem gerar efeitos colaterais, insegurança jurídica e econômica, revanchismo?

Ainda no âmbito comercial, a Rússia é um importante fornecedor de trigo e níquel. São duas commodities inseridas em cadeias de produção extensas, de tal forma que os impactos serão difusos. Se a guerra gera um choque de oferta e provoca inflação, sanções podem aprofundar adversidades e estimular ainda mais mecanismos de autodefesa, como restrições ao comércio e outras formas de nacionalismo econômico.

No caso do Brasil, os efeitos da alta do petróleo já se fazem sentir para a população. É preciso reconhecer, entretanto, que parte desse impacto decorre de imprevidências nas políticas de preços e outras decisões estratégicas infelizes que vem sendo tomadas na Petrobras e no setor energético brasileiro de maneira geral. Não sem aviso. No caso de adubos e fertilizantes, produtos que importamos em larga escala, a agricultura brasileira já sente os impactos da escassez, já que a Rússia é ator central nesses mercados. Nesse caso os alertas também vêm de longa data.

4. SANÇÕES PIORAM O AMBIENTE POLÍTICO

Ainda no campo da análise e prognóstico, Keynes se preocupou com os efeitos das punições sobre a população alemã. O representante britânico na Conferência de Paris temia que tais sanções alimentassem sentimentos de revanchismo na população e

que o vácuo de lideranças inviabilizaria a infante democracia alemã. No contexto atual, há reflexões sobre os efeitos sociais das sanções sobre a Rússia? Os analistas demonstram preocupação com o recrudescimento do autocrático governo russo? Ou, adiante, se Putin porventura cair, quem ou quais grupos liderarão a Rússia?

Não há um equívoco nos países ocidentais, qual seja, acreditar que uma autocracia pode ser derrubada com sanções econômicas? Há alguma ideia de quais forças assumiriam o poder com a derrocada do gabinete de Putin?

A análise da qualidade da democracia consiste em avaliar o funcionamento de instituições políticas. O surgimento, o funcionamento e a importância das regras formais, informais e de organizações para o êxito democrático e econômico é um tema polêmico em ciências sociais. No entanto, nas últimas três décadas houve evolução em discussões sobre parâmetros mínimos.

Objetivamente, desde 2016 a Universidade de Würzburg analisa o funcionamento da democracia² por meio dos seguintes indicadores: possibilidade de questionamento dos procedimentos de decisórios; existência de regulação de esferas intermediadoras; clareza na comunicação pública; garantia de direitos, sobretudo para grupos minoritários; regras claras para implementação de políticas públicas. Tomando como referência a avaliação parametrizada da Universidade, a Rússia possui um regime que pode ser denominado de autocracia moderada, em especial por insuficiência na liberdade em cada um dos seis indicadores institucionais.

Tomando como base análises do historiador Timothy Snyder,³ pode-se argumentar que o governo Putin segue a ideologia de Ivan Ilyn, para quem a construção da Rússia não comporta valores condizentes com o liberalismo político. Nessa visão, os valores russos devem seguir uma dimensão metafísica intimamente ligada a correntes da Igreja Ortodoxa.

Há, portanto, elementos objetivos e analíticos para caracterizar como autocrática a autoridade que ordenou a invasão da Ucrânia. Sobre isso, cabem julgamentos morais e posicionamentos políticos, mas disso não decorre que sanções sejam eficazes para alterar o curso do conflito militar e tampouco para

A eficácia em ambas as dimensões parece fundamentar a postura do ocidente. Entretanto, essa crença ignora lições do passado iluminadas por Keynes e outros autores, desconsidera que sistemas de governo autocrático são constituídos em longos intervalos de tempo, em processos cuja maturação ocorre em simbiose com parcelas influentes na sociedade e, muitas vezes, com profundo enraizamento popular. Ademais, a crença das lideranças ocidentais parece ignorar o histórico recente, tendo em vista que campanhas diretas para trocas de líderes ou mudanças de regime no Iraque, na Síria, e mesmo no Afeganistão, com a volta do Talibã, não foram bem-sucedidas.

Não parece haver qualquer evidência de que sanções contribua para o “aprimoramento” do sistema político, para sua democratização, pacifismo etc... Pelo contrário, infelizmente, como não há vácuo de poder, o mais provável é que a desorganização e o empobrecimento suscitem a ascensão de novos líderes e movimentos igualmente autocráticos. O caso sul-africano, no qual sanções econômicas contribuíram para o fim do apartheid é um possível contrafactual. No entanto, a situação da África do Sul apresentava uma peculiaridade, qual seja, a existência de uma oposição organizada e presente na vida política do país, maioria representando quase 80% dos habitantes que viviam sufocados pelo regime de opressão. Consequentemente, no país de Nelson Mandela as dúvidas residiam sobre quão violenta seria a transição do sistema. Essas condições não existem na Rússia atual.

5. SANÇÕES PODEM TRAZER PROBLEMAS PARA SANCIONADOS E SANCIONADORES

Keynes alerta sobre os riscos ligados à impossibilidade de pagamento por parte da Alemanha. Em termos econômicos, a incapacidade de arcar com as sanções desvalorizaria o marco e geraria pressão inflacionária no país. Em virtude da centralidade da Alemanha, a desarticulação da produção local contribuiria para a inflação transbordar para os demais países europeus. O britânico assinala ainda a desorganização política no país e o revanchismo que haveria de crescer na população.

Em uma hipotética derrota russa, os custos de reconstrução da Ucrânia seriam repassados? A Rússia conseguiria arcar com tais custos? Em virtude das sanções aplicadas, já tem ocorrido forte desvalorização do rublo, com potencial geração de inflação na Rússia. O transbordamento para Europa também tem se manifestado pela redução na oferta de importantes e diferentes insumos básicos. Qual tipo de regime sucederia a Putin? Quais as consequências de se segregar e humilhar os russos, que comandam a segunda potência militar do planeta?

Esse é um mapa de algumas das questões que podem ser construídas a partir da obra de Keynes. Os pontos destacados podem contribuir para os debates acerca do limite entre sanções para a paz e insumos para guerra. Nessa linha demarcatória, destaco para encerrar três fatores excepcionais na atual conjuntura:

- Tendo em vista a saída desordenada no Afeganistão, e a ascensão chinesa, se acumulam dúvidas sobre a capacidade norte-americana de exercer papel hegemônico nas décadas adiante.
- O papel primordial da China, seja em uma solução negociada diplomática, seja no prolongamento do conflito. A China não apoia as sanções. Pode jogar papel privilegiado nos fluxos comerciais e financeiros com a Rússia. Em cenário mais grave, pode apoiar abertamente os objetivos russos e com isso pavimentar o caminho para uma Guerra Mundial. A entrada da OTAN de maneira direta no conflito também pode ter consequências globais muito dolorosas.
- A Alemanha como ator que retoma papel militar ativo após a Segunda Guerra Mundial.

NOTAS

- 1 Site oficial disponível em: <https://www.statista.com/>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 DEMOCRACY Matrix. Site oficial disponível em: <https://www.democracymatrix.com>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 QUELER, J. As democracias na contramão, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/TRhkpYsHdWqSyGkVxrd9BHK/?format=html>. Acesso em: abr. 2022.

COMO O BRASIL DEVE AGIR DIANTE DE DISPUTAS HEGEMÔNICAS NA AMÉRICA LATINA?

POR LUCIANA WIETCHIKOSKI E LÍVIA PERES MILANI

LUCIANA WIETCHIKOSKI é pesquisadora de pós-doutorado em relações internacionais pelo programa de pós-graduação em relações internacionais da UFSC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea da UFSC (GEPPIC) e do Grupo de Estudos em Segurança e Política Internacional da UFRGS. E-mail: wietch.luciana@yahoo.com.br.

LÍVIA PERES MILANI é pesquisadora de pós-doutorado em relações internacionais pelo Programa “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/PUC-SP), bolsista Capes-PrInt. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu). Twitter: @Livia_LPM.

Através da sua comandante, a general Laura Richardson, em 8 de março o Comando Sul (SOUTHCOM) apresentou ao Congresso estadunidense o seu plano anual de ação.¹ Considerada uma das principais instituições dos Estados Unidos da América (EUA) para atuação na América Latina desde a década de 1960, oficialmente o Comando Sul coordena ações das forças armadas no território que vai do sul do México até a região da Antártida. Reproduzindo a estratégia de segurança nacional elaborada por Washington, opera com o objetivo de manter a hegemonia da potência do norte na região por meio do uso de suas bases militares, operações de “cooperação” em defesa, “parcerias” de ajuda humanitária e de instituições para treinamento e educação das forças militares e de segurança latino-americanas.

Em 2022, alinhando-se com a estratégia global dos EUA, o plano acentuou algumas tendências. Em especial, a retórica de ameaças ligadas às disputas geopolíticas internacionais dos EUA com China e Rússia – agravadas nas últimas semanas em razão da guerra na Ucrânia. De acordo com o plano do Comando Sul, “nossa ameaça condicionante número um é a República Popular da China; nossas ameaças secundárias são a Rússia, Organizações Criminosas Transnacionais e Irã”.

Embora a presença das duas potências já fosse retratada como desafio à hegemonia estadunidense na América Latina em anos anteriores, esta fala é nova. É mais explícita e coloca definitivamente a competição com grandes potências como a prioridade central das forças armadas estadunidenses, à frente das principais ameaças definidas desde o início dos anos 2000, agora marginalmente

citadas: narcotráfico, terrorismo e crime organizado. Como afirmou o deputado republicano Mike Rogers em audiência do Comitê de Forças Armadas,² “Enquanto nos concentramos na crescente ameaça da China e na terrível influência de Putin na Ucrânia, não devemos negligenciar os muitos desafios de segurança nacional em nosso próprio quintal [América Latina] [...]”.

A fala do deputado escancara a persistente percepção das elites estadunidenses que enquadram a América Latina como área submetida à sua hegemonia. Isto implica para que as relações entre os países da região e outras potências, especificamente aquelas não alinhadas aos EUA, sejam vistas como desafios à segurança nacional da potência e, portanto, devam ser contidas. Em um cenário no qual especialmente a China, mas também a Rússia se apresentam como atores cada vez mais importantes na América Latina, seja do ponto de vista econômico ou diplomático, o aumento das tensões e a busca de retomada hegemônica apresentam-se como desafios cruciais. Neste contexto, a disputa desencadeada pela insistência estadunidense em definir a região como “área de influência” tende a diminuir a margem de manobra dos países latino-americanos para pensar os próprios problemas e soluções.

Para o “quintal” estadunidense, a comandante afirma que a China é um competidor estratégico de longo prazo, enquanto a Rússia seria uma ameaça mais imediata. A general afirma que a influência chinesa se manifesta em diversos âmbitos, como econômico, financeiro, tecnológico, diplomático e, inclusive, militar. Esta é uma importante intensificação da retórica. Seu antecessor, general Craig Faller, também apontava a China como ameaça à hegemonia regional dos EUA, porém o mesmo não chegava a admitir que tal dinâmica estivesse presente no âmbito propriamente militar.

De acordo com Richardson, a China custeava viagens a oficiais das forças de segurança latino-americanos para cursos e treinamentos militares em Pequim, ministrados em espanhol e português e modelados nos programas de educação militar profissional dos EUA. Além disso, há um aumento no número de militares de nações parceiras que viajaram para o país com o intuito de receber

treinamento em mandarim, segurança cibernética e doutrina militar chinesa. Os EUA também se preocupam com a transferência de equipamentos de segurança e de telecomunicações, interpretados como alavancas para obter acesso e ganhar o favor das forças de segurança regionais. Um exemplo de infraestrutura considerada de “uso dual” é a estação de pesquisa espacial, construída e administrada pela China na província argentina de Neuquén, que supostamente poderia rastrear e atingir satélites dos EUA. A visão de tais projetos como ameaçadores não condiz necessariamente com interesses latino-americanos, os mesmos provavelmente refletem ambições chinesas, porém podem ser relevantes no sentido de diversificação de parcerias e aquisição de conhecimento.

A preocupação com a expansão econômica chinesa, já apresentada em outros momentos, permanece como ponto central do discurso estadunidense, que ressalta a construção de infraestrutura e o projeto Cinturão e Rota da Seda. Nesse sentido, o plano de ação do Comando Sul apresenta os empréstimos e investimentos diretos chineses – citando áreas como portos, telecomunicações, estradas e pontes – como prejudiciais aos receptores, uma forma de atuação predatória. O argumento, no entanto, é contestável. Os investimentos chineses na América Latina são, em muitos aspectos, semelhantes aos provenientes de outras regiões, inseridos na lógica do lucro, e costumam ser vistos como vantajosos pelos países da região por amenizarem necessidades de infraestrutura de comunicações, energia e outros setores.

Com a Rússia, as principais preocupações se voltam para as relações mantidas com Venezuela, Cuba, Nicarágua e ao que Richardson rotula de “operações de desinformação”. Alguns dos exemplos apresentados sobre a suposta campanha russa de desinformação, no entanto, são pífios. A general apresenta a atuação do canal de televisão *Russia Today (RT)* e da agência de notícias *Sputnik* como exemplos principais. Richardson chega a dizer que a decisão equatoriana de tirar a *RT* do ar é muito boa.³ No Brasil, a *RT* em espanhol foi bloqueada no YouTube.

Embora seja possível argumentar que tais canais passam uma visão de mundo
238 | sobre a ordem internacional mais próxima à narrativa russa, o mesmo ocorre,

com ideologia oposta, no caso dos canais de mídia estadunidenses que atuam na região. A cobertura da guerra pela CNN Brasil, por exemplo, ocorre imbricada de uma visão de mundo e de valores estadunidenses. Nesse sentido, falar em cancelar canais de difusão de notícias aproxima-se muito de colocar limites à liberdade de imprensa.

A escalada das tensões com China e Rússia, contudo, não se apresenta apenas de forma discursiva. O Comando Sul afirma que atuará de maneira mais “agressiva” por meio, por exemplo, do apoio da iniciativa privada (como o Conselho das Américas) para aumentar “a conscientização pública sobre as atividades malignas de nossos adversários em diversas áreas e ampliando as histórias de sucesso do setor privado dos EUA”. A organização também promete intensificar uma de suas principais estratégias de atuação: formação de “parcerias” com os militares latino-americanos. Apesar do termo utilizado e das alegações de “soluções compartilhadas para problemas comuns”, sobretudo as bases educativas e ideológicas são de origem exclusivamente estadunidense. Fundamentada em treinamentos e “cooperação” interagências (de defesa e segurança) com os chamados aliados e parceiros latino-americanos, o objetivo é “compartilhar as melhores práticas e alinhar iniciativas com os homólogos das Interagências dos EUA no combate à República Popular da China, Rússia, Organizações Criminosas Transnacionais e outros atores malignos”.

Nessa estratégia de atuação com base em “parcerias”, o Brasil é central para os EUA, tendo em vista o peso econômico, territorial e demográfico do país na região. Sobre a posição do Brasil, é possível perceber duas dinâmicas paralelas: a das relações entre as presidências e a das relações entre os militares. No primeiro ponto, apesar da aproximação que ocorreu desde o governo de Michel Temer e do alinhamento ideológico promovido pelo governo Bolsonaro, recentemente houve alguma flutuação e esgarçamento das relações bilaterais, principalmente pelo apoio de Jair Bolsonaro aos intentos golpistas de Donald Trump, em 6 de janeiro de 2021, e, mais recentemente, no contexto da guerra na Ucrânia.

Vale lembrar que em fevereiro o presidente brasileiro visitou Moscou, o que foi fortemente criticado pelos estadunidenses, ainda mais quando Bolsonaro se “solidarizou” com a Rússia. Posteriormente, as falas sobre neutralidade e equilíbrio como posições do Brasil diante do conflito também foram mal recebidas em Washington. O Brasil, na condição de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, foi muito pressionado por Antony Blinken para que condenasse a invasão da Ucrânia. Apesar de os estadunidenses demandarem convergência completa no tema, buscando colocar freios ao posicionamento do país, o governo brasileiro segue a tradição diplomática de longa data e se recusa a apoiar as sanções impostas por Washington e por Bruxelas.

Do ponto de vista das relações entre os militares, contudo, parece haver uma continuidade do alinhamento que, apesar de pouco comentado, pode ser rastreado ao menos desde o governo Temer e mapeado pela ocorrência de treinamentos militares. Em 2017, foi anunciada execução de treinamento militar no território brasileiro com a presença de participantes estadunidenses e colombianos. Desde 2019 se cogita a entrada do Brasil como parceiro extrarregional da OTAN, além dos acordos assinados em março de 2019 para a participação de empresas brasileiras nas cadeias produtivas da área de defesa. Já durante o atual governo, em fevereiro de 2021, os militares brasileiros participaram de treinamento em solo estadunidense e, posteriormente, receberam suas contrapartes para treinamento conjunto em novembro.

Recentemente, em meio ao contexto de guerra na Ucrânia, o comandante do Exército Brasileiro, o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, viajou para os EUA com a pretensão de encontrar seu homólogo. De acordo com o Twitter do Exército Brasileiro,⁴ no dia 18 de março foi realizada reunião com o componente Sul do Exército estadunidense para planejamento do próximo exercício conjunto, que ocorrerá nos EUA. O General Paulo Sérgio também se encontrou com o chefe do Estado-Maior do Exército estadunidense, James Charles McConville. No contexto delineado nos últimos anos, a visita do general brasileiro parece intensificar

Em momento no qual as disputas hegemônicas globais refletem-se mais claramente e com maior intensidade na América Latina, reafirmar as tradicionais posições da política externa brasileira voltadas à equidistância com as principais potências, busca de autonomia e diversificação de parcerias mostra-se fundamental para nossos interesses nacionais. Por um lado, o diálogo bilateral e os investimentos estadunidenses em infraestrutura pela iniciativa Build Back Better World (B3W) podem ser importantes. Contudo, também devemos manter relacionamento pragmático com outras potências como China, Rússia, e os europeus, que apresentam grande interesse em investimentos comerciais e financeiros, além de serem importantes parceiros nos campos político e diplomático.

No campo militar, diante das assimetrias em relação aos EUA, é necessário criticidade sobre até que ponto o alinhamento atende aos interesses brasileiros. Manter o contato e o acesso dos militares à potência pode ter vantagens, mas é preciso cautela para que a proximidade não crie expectativas de atuação conjunta ou de subordinação. Neste campo, também é importante diversificar relações e buscar conhecimento e tecnologia em outras latitudes, especialmente em convergência com outros países do Sul Global. Regionalmente, manter diálogo com todos os nossos vizinhos é fundamental, tendo em vista que compartilhamos fronteiras e desafios. É importante que as relações no eixo Norte-Sul não comprometam tal diálogo e é essencial buscar soluções endógenas para problemas em comum.

As recentes transformações geopolíticas impõem maiores desafios para a política externa brasileira. Num mundo conflagrado, é preciso cautela ainda maior. Os EUA buscam evitar a presença de “novas potências” na região, ao mesmo tempo que demandam “parceria” dos latino-americanos, o que se traduz em pressões por alinhamento. Em outras palavras, os EUA percebem, com crescente desconfiança, as relações entre países latino-americanos e a China, mesmo em temas econômicos e comerciais. Lidar com este cenário desafiador – sem comprometer as relações com nossos dois maiores sócios comerciais – demanda reflexão, pragmatismo e prudência.

NOTAS

- 1 SOUTHCOM Posture Statement 2022. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM%20Posture%20Final%202022.pdf?ver=tkjkieaC2RQMhk5L9cM_3Q%3d%3d. Acesso em: abr. 2022.
- 2 2022 Posture Statement to Congress. *U.S. Southern Command*, 24 mar. Disponível em: <https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/SOUTHCOMs-2022-Posture-Statement-to-Congress/#/?currentVideo=28216>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 Idem.
- 4 O tweet original está disponível em: <https://twitter.com/exercitooficial/status/1506031275429306372>. Acesso em: abr. 2022.

CASO MOÏSE: “PAÍS ACOLHEDOR” PARA QUEM?

POR DANIELLE ANNONI

DANIELLE ANNONI é PhD e professora de direito internacional na UFPR.

A tragédia envolvendo o congolês Moïse Kabagambe, morto por espancamento no dia 24 de janeiro de 2022, em um quiosque no Rio de Janeiro, chocou pela crueldade e motivo torpe. O caso atingiu repercussão nacional e internacional quando representantes do Alto Comissariado da ONU para Refugiados e da Organização Internacional para Migrações lamentaram o ocorrido e afirmaram acompanhar os desdobramentos das investigações junto à Cáritas RJ.

Para compreendermos a tragédia de forma mais completa e profunda, é necessário entender dois aspectos centrais: a migração forçada no Brasil e o racismo estrutural presente em todos os âmbitos do país.

Cotidianamente, escutamos frases e jargões em que o Brasil é tido como país acolhedor e aberto a migrações. Deve-se perguntar, contudo, a que tipo de migração este acolhimento se direciona. Um imigrante europeu, branco e dotado de poder aquisitivo certamente não encontrará dificuldades em sua acolhida e integração. Já o imigrante forçado negro, seja solicitante de refúgio, refugiado ou com visto de residência, vai se deparar com realidade bastante distinta.

Em um panorama das mudanças nas migrações no Brasil entre 2010 e 2020, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) publicou o relatório “Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010”.¹ A pesquisa informa que, ao final de 2020, o país contava com cerca de 1,3 milhões de imigrantes residentes. Predominam venezuelanos, haitianos, bolivianos, colombianos e estadunidenses. Dos solicitantes de refúgio analisados, todos situavam-se no

Sul Global. Menos do que uma diferenciação geográfica, essa distinção ampara-se em divisão entre países do primeiro mundo (Norte Global) e a periferia, o terceiro mundo (Sul Global). Atualmente, o maior fluxo migratório ao Brasil é proveniente da Venezuela — 60% dos solicitantes de refúgio e 96% dos reconhecimentos da condição em 2020.

Para melhor compreender o panorama, é importante entendermos os conceitos de solicitante de refúgio e de refugiado. O refúgio é um status jurídico reconhecido internacionalmente pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Ela define os seguintes critérios para reconhecimento: toda pessoa que sofre perseguição ou tem fundado temor de sofrer, por questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, não podendo ou não querendo valer-se da proteção do seu país. Com a Declaração de Cartagena (1984), houve uma ampliação da definição: incluiu-se a grave violação de direitos humanos como critério. Baseado neste entendimento, o Brasil compreende os imigrantes forçados venezuelanos como pessoas com direito a essa proteção.

O órgão nacional responsável pelas solicitações é o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Em 2020, o órgão analisou 63.790 solicitações; destas, 26.577 pessoas (41,7%) foram reconhecidas. A nacionalidade com mais solicitações reconhecidas foi a venezuelana, com 25.694 do total. No mesmo ano, registraram-se 92.544 imigrantes, com 14.854 imigrantes residentes e 74.218 temporários (*ibidem*). A migração no país movimentou 24.192 postos de trabalhos no mercado formal para imigrantes, sobretudo para as nacionalidades haitiana, venezuelana e colombiana.

O relatório do OBMigra, citado anteriormente, indicou mudanças na composição racial dos imigrantes. Em 2011, trabalhadores pretos e pardos eram 13,9% no mercado de trabalho formal. Em 2020, esses trabalhadores já eram maioria. O mesmo documento ainda chama atenção para diferenças salariais entre os imigrantes. Aqueles vindos do Norte Global recebem maiores salários se comparados aos imigrantes do Sul. Este quadro se torna ainda mais complexo

quando adicionada a dimensão de gênero, uma vez que mulheres imigrantes tendem a ganhar até 70% a menos do que homens migrantes. No caso de serem mulheres imigrantes do Sul Global, estas são remuneradas com até 50% a menos que as mulheres do Norte. O mesmo se repete em termos de raça: trabalhadores imigrantes brancos recebem significativamente mais do que imigrantes pretos e pardos. Imigrantes que ainda não possuem o reconhecimento oficial de sua situação de refúgio tendem, igualmente, a ganhar menos que aqueles com refúgio oficializado. Por fim, o relatório ainda aponta as distinções etárias, em que imigrantes jovens são remunerados com rendimentos mais baixos do que os imigrantes com idade entre 40 e 65 anos.

Em texto para a Coluna Empório Descolonial (2022),² a Profa. Dra. Karine Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina, analisou o caso de Moïse Kabagambe e demonstrou como sua morte integra uma realidade há muito conhecida por negros, negras e indígenas no país. Karine aponta a contradição de que a política externa brasileira busca construir uma imagem positiva e acolhedora que nega a estrutura racial nacional, além de posicionar o país ao lado de nações de “primeiro mundo” no sistema internacional. Segundo a professora, estas seriam “as duas caras que o Brasil ostenta”.

Tal imagem cai por terra ao se analisarem os dados das migrações. A realidade difere do retrato construído pela política externa e o caso de Moïse expressa isso cruelmente. Para além dele, porém, há inúmeros casos de xenofobia, como os sofridos por imigrantes venezuelanos em Roraima.³ Estes casos assinalam o lado opressivo da imigração de negros e pardos no Brasil: o racismo estrutural. Em outro texto,⁴ a Profa. Dra. Karine Silva o descreve como “um regime que oprime as pessoas racializadas como não brancas à custa da produção e garantia de benefícios sistêmicos para sujeitos brancos”. Para a autora, o conceito exprime as desigualdades no Brasil.

Esses dois conceitos,⁵ por fim, são centrais para entendermos a seletividade na acolhida de imigrantes no Brasil. Prefere-se o “bom migrante”, aquele oriundo

racial que preza pela branquitude. Exemplo desta seletividade é a empatia sentida pelos refugiados ucranianos (e que bom que a sentimos) e a ignorância acerca dos refugiados venezuelanos, colombianos, haitianos, congolese e tantos outros.

No Brasil, a migração forçada de africanos e africanas indica como o país historicamente fundamentou seu crescimento na maior tragédia da mobilidade humana. As consequências são os dados expostos acima, bem como o linchamento de Moïse que, embora tenha chocado o mundo, não abalou o sistema alimentado pela carne mais barata do mercado: a carne negra.

NOTAS

- 1 PORTAL de imigração – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Retratos_da_De%CC%81cada_-_Completo.pdf. Acesso em: abr. 2022.
- 2 SILVA, K. O genocídio negro e o assassinato do refugiado africano Moïse Kabagambe: O retrato que o Brasil brancocentrado nunca quis revelar ao mundo. *Empório do Direito*, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/o-genocidio-negro-e-o-assassinato-do-refugiado-africano-moise-kabagambe-o-retrato-que-o-brasil-brancocentrado-nunca-quis-revelar-ao-mundo>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 ZANINI, F. Candidatos a prefeito em Boa Vista usam retórica anti-venezuelanos em campanha. *Folha de S.Paulo*, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/candidato-a-prefeito-em-boa-vista-promete-fim-de-privilegios-de-venezuelanos.shtml>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 SILVA, K. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. *MBote*, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9381>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 FAUSTINO, D.; OLIVEIRA, L. Xenofobia ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* [on-line]. 2021, v. 29, n. 63 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>. Acesso em: abr. 2022.

QUE TIPO DE DEMOCRACIA NÃO PROTEGE OS FILHOS NEGROS?

POR CAMILA SANTOS ANDRADE

CAMILA SANTOS ANDRADE é doutora em ciência política pela UFRGS, mestre em relações internacionais pela UFSC, especialista em projetos pelo SENAC e analista de relações internacionais pela UNIJORGE. Além de professora de relações internacionais na Unijorge, pós-graduanda de estudos afro-latino-americanos e caribenhos pela CLACSO e idealizadora da comunidade @camilaafrika. E-mail: camila.andrade@gmail.com.

Que tipo de democracia não protege os filhos negros? A resposta é evidente: o tipo de democracia brasileira que diz que “somos todos iguais” partindo da miscigenação como base fundante. Como dito por Sueli Carneiro, o mito da democracia racial só reforça a segregação de estratos da sociedade e invisibiliza o real problema do Brasil: o racismo nosso de cada dia.

Com isso em mente, aproveito o espaço para apresentar a interseccionalidade a partir da vivência, evidenciando a importância da voz individual na criação de espaços seguros para mulheres negras. Como Patricia Hill Collins retrata a relação das mulheres negras, “[...] se não escutarmos umas às outras, quem vai nos escutar?”. Foi o que fiz no dia 22 de novembro de 2021, ao organizar um espaço para dar visibilidade à experiência de uma mãe negra que teve o filho executado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. A razão da morte? Ser homem, um negro que vivia em uma favela.

Márcia Jacintho abriu sua história em conversa organizada com minha curadoria pelo Instituto Diplomacia para Democracia: “Racismo estrutural e os desafios da população negra”.¹ Acompanhada pela assistente social Cristiane Martins, também convidada para contar sobre sua experiência nas favelas do Rio de Janeiro, a ideia era levar para a audiência do instituto e o público externo o debate sobre o racismo, tendo em vista o Dia da Consciência Negra, três dias antes. Perceber que alguns espaços têm agendas específicas de debate é uma via para abrir caminhos para outros temas estarem em pauta – como é o caso da

relação entre raça, racismo e política externa brasileira, ponte criada a partir da oportunidade cedida pela instituição.

A experiência de Márcia não é diferente da de muitas mães negras no Brasil, nem se limita ao estado/cidade do Rio de Janeiro. Márcia tornou-se símbolo de luta, garra e esperança para outras mães que perderam seus filhos e filhas, seja por bala perdida ou por “bala encontrada” (ou seja, intencional).

A necropolítica empreendida pelo Estado brasileiro reitera qual é o lugar dos corpos negros na sociedade, não tendo o mesmo peso que os corpos brancos. O dia 21 de novembro de 2002 provou como isso é feito: Hanry Silva Gomes da Siqueira, de 16 anos, foi assassinado perto de casa, quando saiu de bermuda, sem camisa, com a chave de casa em mãos. Arma e drogas foram plantadas pela polícia e ele foi considerado criminoso.

Cinco anos e meio foi o tempo que Márcia levou para comprovar que sim, o corpo negro de Hanry valia muito mais do que sua execução como um bandido: ele era inocente. Ela teve que enfrentar todo um aparato policial que armou contra o filho, protegendo as testemunhas que seriam a única possibilidade de comprovar a sua inocência. Muito do seu trabalho envolveu também ir para Brasília buscar justiça pelo filho, difundir o caso na mídia e entender como funcionavam os meios legais para alcançar seu objetivo. Ela contou que assistia séries de detetive e chegou a cursar um semestre de Direito — tudo para dizer à maquinaria racista que Hanry não seria mais um corpo negro a entrar na estatística em vão.

O caso de Márcia Jacintho ilustra como o corpo negro é atravessado por categorias de opressão condicionadas pelo sistema, como gênero, raça e classe. Analisar a situação apenas a partir de uma delas é não entender a inter-relação dessas condicionantes, o que faz com que os feminismos negros tenham papel crucial na desconstrução de percepções influenciadas pelo eurocentrismo e pelo mito da democracia racial.

No texto “Amefricanidade”,² Lélia González apresenta como o eurocentrismo,

250 | com sua prática de superioridade branca e patriarcal, pregou o racismo em bases

“civilizatórias”. Aimé Césaire ilustra muito bem em seu livro *Discurso sobre o colonialismo* (Veneta, 2020) a discrepância entre civilização e colonização, fazendo conexões cruciais entre a desumanização e coisificação das populações a partir do discurso civilizatório por meio da colonização. Para Césaire, existe uma distância infinita entre esses conceitos, em que “de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano”. Com esse discurso civilizatório, houve “milhões de homens em que foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo”, questões que ainda são observadas atualmente na população negra.

Aonde eu quero chegar? A esta ideia: que ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma nação colonizadora, uma civilização que justifica a colonização – portanto a força – já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, quero dizer, seu castigo.

Além disso, o eurocentrismo, com sua visão de mundo universal a partir das premissas criadas pelos europeus, definiu o padrão de construção da ciência e invalidou o conhecimento de outras regiões, criando assim o epistemicídio de tudo que foi construído fora da supremacia branca europeia, especialmente relacionado ao conhecimento africano e à história africana – afinal, para os colonizadores, não existia história na África até eles chegarem com o “projeto” de civilização.

Sobre o “mito da democracia racial”, foi e continua sendo justificativa para afirmar que “não existe racismo no Brasil”, sendo fonte de inúmeros debates sobre raça e racismo na sociedade brasileira. Lélia González ilustra o porquê da negação do racismo no Brasil, onde existe um racismo disfarçado ou, como ela

denominou, racismo por denegação, inserido em diversas sociedades latinas. Já nas sociedades anglo-saxônica, germânica ou holandesa era estabelecido o que eles consideravam como pureza racial, o que seria a ponte para reafirmar a sua superioridade, caracterizando um racismo aberto.

A partir de uma perspectiva interseccional, os debates se enriqueceram, entendendo que é importante uma análise sobre a mulher negra que leve em conta categorias de análise para além do gênero, como raça, classe etc. Assim, é possível perceber que a questão da mulher negra na sociedade é mais complexa do que o feminismo hegemônico pode compreender com a universalização da categoria “mulher”, pois não representa as mulheres não brancas, especialmente de realidades como as do Sul.

Percebendo as lacunas que o feminismo tradicional apresenta, especialmente por não considerar em seu escopo a pluralidade de mulheres, seja pela cor da pele, classe social e outras categorias, trazer os feminismos negros — no plural, entendendo as suas particularidades situacionais e geográficas — proporciona uma análise a partir de um espectro multifacetado, evidenciando a complexidade da condição da mulher negra na sociedade brasileira. A partir da lógica de apresentar categorias de análise que vão para além do gênero, podemos trazer corpos racializados, como a população amefricana e ameríndia, para os debates e, assim, enegrecer os feminismos.

Além disso, ressalta-se a importância de uma perspectiva desde o Sul, construindo perspectivas e saberes a partir da nossa realidade. Isso possibilita questionarmos quem pode falar e quem pode produzir conhecimento, escancarando uma hierarquia de falas dentro da academia brasileira que prioriza o saber branco, masculino e cis, sendo “resultado de relações desiguais de poder e de raça”. Como supracitado, é importante questionar as agendas em voga e para quem são construídas, evidenciando interesses por trás do desenvolvimento do conhecimento.

Mulheres negras — e também falo pela minha vivência — ocupam espaços e vivenciam a solidão institucional, tendo uma reflexão a partir de sua experiência como *outside within*: ao mesmo tempo que elas não fazem parte

do grupo dominante da academia, ou seja, de homens, brancos e cis que compartilham experiências e conhecimento em comum, as mulheres negras ocupam esse espaço e têm percepções e vivências distintas das ideias desse grupo. Grada Kilomba apresenta a urgência da “tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento”, conectando a teoria e a prática, e dando visibilidade às vozes dissidentes do Sul. Ilustrando,

Como um caso extremo de outsiders que estão adentrando uma comunidade que historicamente as excluía, as experiências das mulheres negras destacam a tensão vivenciada por qualquer grupo de outsiders menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa de insiders.

Lembrando o capítulo 2 (“A Máscara”) do livro *Memórias da plantação* (Cobogó, 2019), em que Kilomba apresenta a imagem da escravizada Anastácia com a máscara de ferro na boca, isso ilustra o medo que as pessoas brancas tinham do escravizado falar. Fazendo uma conexão com a contemporaneidade, há o medo do grupo minoritário, branco e masculino ouvir a mulher negra. Mas por quê? Justamente para não ouvir seus erros, suas falhas, reconhecer toda a trilha gerada por uma perspectiva de eugenia, de racismo e de fetichização. Eles não querem perder sua razão, não querem perder privilégios que foram garantidos com a subalternização dos povos não brancos.

A partir do momento em que uma mulher negra se levanta, vira fortaleza e inspiração para as demais mulheres negras seguirem em frente em busca dos seus sonhos e objetivos. O poder da representatividade possibilita que outras mulheres lutem para que elas, seus filhos e filhas possam também chegar aonde almejam. É poder criar oportunidades. Se houvesse conscientização para que as pessoas soubessem que as oportunidades criadas podem mudar o rumo da vida de uma pessoa negra, favelada e que não tem acesso a uma série de serviços básicos (incluindo educação), essas pessoas estariam mais ativas no combate ao racismo.

É perceptível o aumento de todas as movimentações na mudança de percepção em ser negro no Brasil. Isso inclui um resgate da ancestralidade, uma aceitação em relação à estética negra (como cabelo, corpo etc.), sobre ver pessoas negras ocupando espaços de tomada de decisão e incentivando outras pessoas a seguirem esse caminho. Por que é necessário ressaltar isso? Porque é possível entender como o racismo estrutural exerce sua função na exclusão das pessoas negras e, especialmente, na perpetuação do lugar da mulher negra como ama de casa, doméstica, copeira, dentre outras ocupações.

Assim como é visto no ativismo de Lélia González, desde sua participação ativa na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) como em produções acadêmicas que refletiam as mazelas do capitalismo e de um grupo dominante na sociedade brasileira, há um diálogo entre a teoria e a prática, ou seja, no estabelecimento de uma ponte entre movimentos sociais e a academia. Além disso, as redes sociais têm contribuído para a pluralização e inclusão de mais pessoas no debate, especialmente pessoas negras, criando espaços para serem questionados e fortalecidos temas que são relevantes para esse grupo.

A partir da teoria e da prática, é necessário produzir um plano de governo que seja inclusivo e diversificado. Nos últimos anos, houve um retrocesso em relação às questões raciais, temática que era levada em consideração no desenho de políticas públicas e desenvolvimento de iniciativas para diminuir as discrepâncias sociais, econômicas, educacionais e de segurança da população negra.

Não é aceitável a necropolítica, intensificada no governo Bolsonaro, refletida nas políticas de combate à covid-19 e no tratamento dos corpos negros pelo aparato policial. É necessária a inclusão dos grupos marginalizados nos processos de construção de políticas públicas, considerando a interseccionalidade de categorias que perpassam a população. É também urgente a implementação da Lei 10.639/03 que, dentre diversos aspectos, incentiva o ensino do papel do negro na construção da sociedade brasileira, fazendo com que haja maior percepção em relação à presença africana na identidade dos brasileiros e reconhecimento da população negra com mais respeito e dignidade.

Como supracitado e especialmente em relação à população negra, é necessária maior representatividade nos espaços de tomada de decisão, seja em cargos políticos, empresariais, seja nas mídias ou na academia. O meu objetivo, estando na posição que ocupo hoje em dia, é justamente gerar oportunidades, a partir do ensino e aproximação dos estudos africanos para pessoas negras. E que elas se inspirem no sentido que também possam entrar na pós-graduação, nível que ainda é elitista e branco. Essas pessoas, negras, pobres, mulheres, homens, também podem ser doutoras, assim como eu me tornei.

NOTAS

- 1 RACISMO estrutural e os desafios da população negra | Programa Renascença. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-CBJy3mILfE>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

QUAL O PAPEL DA DIPLOMACIA DOS POVOS NA AMÉRICA LATINA?

POR MARIANA DAVI FERREIRA

MARIANA DAVI FERREIRA é cientista social e internacionalista,
além de doutoranda em ciência política na Unicamp.

Faz algumas semanas, escrevi uma coluna sobre a reconfiguração do regionalismo na América Latina.¹ Apresentei os projetos políticos em disputa na atual conjuntura e como isso se relaciona aos interesses das diferentes frações das classes dominantes nos países latino-americanos. Naquele momento, não explorei em profundidade como as classes populares, nos países da América Latina, também são atores das relações internacionais. Essa atuação “para fora das fronteiras” foi nomeada como “diplomacia de los pueblos” pelo ex-presidente da Bolívia, Evo Morales.² Ora, se diplomacia é a ação internacional do Estado nacional, como poderíamos falar em diplomacia dos povos?

A diplomacia dos povos é uma concepção de ampliação dos sujeitos das relações internacionais que vê os povos e os movimentos sociais como construtores da diplomacia e da integração regional. Não há uma oposição à atividade diplomática dos Estados, mas sim uma busca para fortalecer a relação dos povos com os governos que executam a política externa, de certa forma trabalhando por sua democratização.

No século XXI, na América Latina, a diplomacia dos povos foi exercida de maneira criativa no âmbito da Aliança dos Povos para Nossa América (Alba). Entretanto, mesmo antes de Evo Morales nomeá-la, já existiam iniciativas que faziam dos movimentos sociais e organizações populares sujeitos construtores das relações internacionais e do internacionalismo. Exemplos de articulações setoriais são a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) da Via Campesina, da qual faz parte o Movimento dos Trabalhadores

Sem-Terra (MST), por exemplo. A articulação dos Movimentos dos Afetados por Represas (MRE), espaço onde o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) participa, e a Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), na qual está a União Nacional dos Estudantes (UNE). Por vezes existem relações entre governos e movimentos sociais. Cuba, por exemplo, recebe anualmente militantes de alguns desses movimentos para estudarem na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM). Também destaco grupos de solidariedade internacional como as brigadas que o MST constrói no Haiti e na Venezuela, no âmbito da CLOC; e movimentos indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que no momento realiza em Brasília o Acampamento Terra Livre, e tem procurado ampliar contatos internacionais.

Além dessas iniciativas, desde a década de 1990, também há experiências de articulação regional de movimentos sociais e sindicatos na luta contra o neoliberalismo, com destaque para a histórica luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).³ Essa articulação das classes populares na década de 1990 em torno da luta antineoliberal tem suas raízes na luta anti-imperialista na região, com forte influência do leito histórico das revoluções latino-americanas da segunda metade do século XX. A unidade de luta em nível regional foi também impulsionada pelas contrarreformas neoliberais que tiveram impactos negativos na vida de trabalhadoras e trabalhadores. Retirada de direitos, flexibilização de garantias trabalhistas e privatização de empresas estatais não resultaram nos benefícios que seus propagandistas apregoavam. Ao contrário, pioraram as condições de vida da população.

A articulação contra a aprovação da Alca foi construída da década de 1990 até 2005, ano em que a proposta foi arquivada na Cúpula das Américas, em Mar del Plata, que reuniu chefes de Estado e de governo dos países-membros. Os movimentos da região encontravam-se paralelamente às Cúpulas das Américas, a partir do que ficou conhecido como “Cúpulas dos Povos”, e construíram lutas no interior dos seus países. O plebiscito contra a Alca no Brasil foi um exemplo.

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a UNE, o MST e outros movimentos. Segundo notícia da EBC na época, mais de 10 milhões de pessoas votaram, com 98% dos votos contra a adesão do Brasil.⁴

Na esteira desse processo, em 2004, a política externa venezuelana articulou a construção da Alba, iniciativa anti-imperialista em contraposição à Alca, mas também na luta geral contra o regionalismo aberto, que é o modelo neoliberal de integração. A Alba integrava Estados nacionais — com destaque para a atuação da Venezuela, de Cuba e da Bolívia —, mas também movimentos sociais, possuindo entre seus princípios a “diplomacia dos povos”. Assim, no escopo da Alba, desenvolveu-se uma iniciativa de articulação de movimentos sociais para a integração da América Latina: a **Alba Movimentos**. Todas essas articulações aglutinadas colaboraram para o processo de arquivamento do projeto da Alca.

Posteriormente, a Alba, enquanto articulação entre Estados nacionais, teve suas iniciativas impactadas pela queda no preço do petróleo, principal fonte de recursos para financiar os projetos do bloco. Em paralelo, o projeto neoliberal ortodoxo ganhou campo na institucionalidade dos países da região. Como consequência, observamos a diminuição nas iniciativas de regionalismo multi-dimensional, ou seja, enfraquecimento de diferentes dimensões da integração como a saúde, a educação, a cultura, para além da economia. A virada política se refletiu em tentativas de retroceder o Mercosul de uma união aduaneira para uma zona de livre comércio, no abandono da Unasul, no enfraquecimento da Celac e em iniciativas de concertação política, como o Grupo de Lima, e de regionalismo aberto, como o Prosul.

O avanço do regionalismo aberto não ocorreu, porém, sem resistências das forças populares. Diversas iniciativas dos movimentos sociais persistem, a despeito da conjuntura adversa, por meio da construção de campanhas e lutas continentais, além da formação de brigadas internacionais de solidariedade. Tais movimentos continuam a articular-se internacionalmente contra o neoliberalismo e a ingerência externa dos EUA na região, como demonstram campanhas construídas contra o golpe na Bolívia, em 2019, contra o governo neofascista

de Bolsonaro, contra as sanções econômicas do Estado americano à Venezuela e em defesa da liberdade de Assange. Destaco as atuais lutas contra o “Acordo União Europeia-Mercosul”, que remetem à luta contra a Alca décadas atrás, e questionam as consequências que os termos atuais do acordo trarão para trabalhadores e trabalhadoras e para as economias da região. Nessa luta, vemos iniciativas da Alba Movimentos e, no Brasil, da Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra o Acordo Mercosul-União Europeia.⁵ O acordo prevê a redução das tarifas de importação para os dois blocos. Porém, a Europa exportará produtos com alto valor agregado ao Brasil, como automóveis, autopeças, máquinas; enquanto o Mercosul agravará sua condição de exportador de commodities, sujeitas ainda a quotas e outras restrições, e sem previsão de transferência de tecnologia ou outras compensações para as economias do bloco sul-americano. Há também dispositivos sobre investimentos, patentes e compras governamentais, entre outros, que limitam a autonomia dos países na busca pelos próprios modelos de desenvolvimento.

É interessante mencionar as movimentações no âmbito regional e internacional de ex-chefes de Estado que cumpriram importante papel na integração da América Latina no início do século XXI. Lula, que se prepara para concorrer às eleições presidenciais em 2022, visitou o Parlamento Europeu, em notável contraste com a política externa de Bolsonaro, que tornou o Brasil pária internacional. Além dele, Evo Morales protagonizou a criação da Runasur, com sede em Cochabamba, cujo interesse é impulsionar uma nova plataforma de articulação de movimentos sociais na América do Sul, de caráter anti-imperialista, anticolonialista e anticapitalista. O nome rememora a Unasul e seria a “Unasul dos povos” e organizações populares.

São muitas as iniciativas que demonstram que os movimentos se articulam internacionalmente. Ainda no mês de abril de 2022, ocorrerá a III Assembleia Continental da Alba Movimentos, em Buenos Aires, que vai debater as lutas dos movimentos sociais na América Latina diante do cenário de fortes disputas e desestabilização política na América Latina por parte do imperialismo e da extrema direita.

A síntese é que vivemos um momento de disputas entre diferentes forças sociais que representam distintos projetos políticos em âmbito doméstico, mas também regional. As classes populares se movimentam na tentativa de construção de força social mobilizando-se através de articulações, campanhas, brigadas e lutas internacionais. A diplomacia dos povos, discutida em recente ciclo de doze conversas promovidas pelo Instituto Diplomacia para Democracia,⁶ nos mostra que os movimentos sociais são também atores das relações internacionais. No Brasil, por exemplo, seria importante maior participação da sociedade civil na formulação da política externa por meio da criação de um Conselho Nacional de Política Externa com representação plural. Para que seja representativo, precisamos conhecer e inserir no debate público as inquietações e as lutas de movimentos sociais e forças populares.

NOTAS

- 1 FERREIRA, M. Como se move a integração latino-americana? *UOL*, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/02/23/como-se-move-a-integracao-latino-americana.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- 2 LA revolución democrática y cultural y su política exterior. Memoria 2006 — 2013. Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/webmre/sites/default/files/Logros/1%20Memoria%20Institucional%202006-2013%20%281%29.pdf>. Acesso em: abr. 2022.
- 3 BERRINGER, T. Os movimentos populares e o sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional na América do Sul | Popular movements and trade unions due to South American regional integration processes. *Mural Internacional — UERJ*, 8 abr. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/33500>. Acesso em: abr. 2022.
- 4 PLEBISCITO revela que maioria dos eleitores é contra a Alca. *Agência Brasil*, 17 set. 2002. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/587756>. Acesso em: abr. 2022.
- 5 CORNILS, P. O tratado UE-Mercosul vai aprofundar as assimetrias entre os países dos blocos. *Carta Capital*, 9 maio 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-tratado-ue-mercosul-vai-aprofundar-as-assimetrias-entre-os-paises-dos-blocos/>. Acesso em: abr. 2022.
- 6 Diplomacia de Base — Debates. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLG_OE40Rjceb1JqEYIt_U8V9dj7NXagDM. Acesso em: abr. 2022.

A ZONA DE EXCLUSÃO AÉREA E OS RUMOS DO CONFLITO NA UCRÂNIA

POR MAURÍCIO KENYATTA E JULIANO DA SILVA CORTINHAS

MAURÍCIO KENYATTA é doutorando em política internacional pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Coordenador de GT e de eventos do GEPSI-UnB. Atualmente, está realizando pesquisa sobre segurança fronteiriça europeia por meio do intercâmbio doutoral na Universidade de Gante na Bélgica.
E-mail: mauriciodfgo@gmail.com.

JULIANO DA SILVA CORTINHAS é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e professor visitante no Departamento de Política da Universidade da Virgínia – EUA.
E-mail: jcortinhas@gmail.com.

Desde o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, há informações sobre número significativo de civis mortos no terreno de operações. Como algumas dessas mortes foram provocadas pela utilização de mísseis, muitos do quais disparados a partir de aeronaves que adentraram o espaço aéreo ucraniano, o presidente Volodymyr Zelensky tem requisitado, desde 16 de março de 2022, assistência militar adicional e a criação de uma Zona de Exclusão Aérea (ZEA) pelos países da OTAN. Não há dúvida de que quem mais perde nessa guerra é o povo ucraniano, principalmente os mais vulneráveis, mas também é importante examinar seus efeitos para a relação entre as grandes potências da política internacional. É a partir desta ótica que analisaremos a possibilidade de uma ZEA.

O intuito da Zona de Exclusão Aérea seria o de prevenir mais baixas civis e impedir a superioridade aérea russa no conflito. Em tese, a Ucrânia tem os motivos necessários para fazer esse apelo, pois o país está enfrentando uma guerra em seu território e é membro da ONU, gozando de toda a segurança jurídica estabelecida pelo Direito Internacional. Além disso, a Ucrânia vem estreitando forte parceria econômica e política com os países europeus e os Estados Unidos, o que levou à discussão de uma possível entrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (UE). Porém, não há sinais de que Zelensky terá seu pleito atendido pelos EUA ou pelas outras potências ocidentais, o que decorre de dois motivos principais.

Primeiramente, porque a Rússia possui capacidade balística para bombardear a Ucrânia desde seu espaço aéreo, como foi feito, aparentemente, no

bombardamento de uma base próxima à Polônia. A ZEA poderia levar à utilização de ainda mais mísseis de longa distância, o que acarretaria provavelmente no aumento de mais perdas civis e no escalonamento do conflito direto entre Rússia e Ucrânia, podendo gerar ainda mais dificuldades para uma solução negociada.

O principal entrave para uma ZEA, porém, está no segundo motivo. A zona de exclusão teria de ser garantida pelas próprias potências da União Europeia e pelos Estados Unidos, que teriam de fazê-lo com equipamentos militares próprios e, se necessário, precisariam abater aeronaves russas, provocando o escalonamento em um outro nível, já que passaria a haver agressões diretas entre as principais potências nucleares do planeta. A criação de uma Zona de Exclusão Aérea para pressionar a Rússia e fazê-la recuar poderia ter efeitos contrários, podendo ser um passo, inclusive, na direção da tão temida terceira guerra mundial.

A ZEA foi considerada em contexto de pleno avanço russo sobre o território ucraniano. Essa opção foi declinada pelos aliados ucranianos em detrimento do aumento de envio de armamentos pesados, como sistemas antiaéreos de longa distância, blindados, peças de artilharia, lançadores de foguete e tanques. A ideia é exaurir o esforço de guerra russo, tanto economicamente quanto por meio do aumento das pressões da opinião pública russa. Essa é uma estratégia de longo prazo, que visa evitar o início de uma terceira guerra mundial, mas que traz o risco de estender a violência em solo ucraniano.

Como a criação de uma ZEA, mesmo diante dos aparentes recuos russos para uma zona de conflito mais limitada, continua como ponto de pauta, é relevante questionar: as mudanças no terreno minimizaram a relevância de uma Zona de Exclusão Aérea? Quais os benefícios do procedimento?

É possível afirmar que o caso mais bem-sucedido de aplicação de uma ZEA foi na guerra da Bósnia (1993 a 1995). Naquele momento, a ZEA mantida pela OTAN parece ter contribuído para a proteção de bósnios muçumanos e outros grupos, mas não há como precisar qual foi o real impacto da ZEA na proteção de vidas. Para além desse, há poucos exemplos de bons resultados de ZEAs nas últimas décadas. O fato é que essas iniciativas nunca terminaram conflitos.

Seus benefícios são incertos, mas é um ato que tende a agradar a opinião pública por ser uma ação de intervenção na guerra. A impressão é de que algo está sendo feito.

Além disso, há uma grande diferença entre todas as outras ZEAs e aquela que Zelensky solicita na Ucrânia. No atual conflito, o invasor é uma potência nuclear e possui grande capacidade aérea. Em todos os casos anteriores, os adversários não tinham sequer condições de sustentar uma guerra contra a coalização que operou a ZEA. Por essas razões, essa não parece ser uma opção viável.

Diante desse cenário, e considerando que as sanções econômicas impostas pelo Ocidente à Rússia têm sido (e continuarão sendo) insuficientes para retirá-la do território ucraniano, há algo que as potências poderiam estar fazendo?

As principais alternativas disponíveis são, de fato, de difícil execução. Uma delas seria a criação de uma chamada ZEA limitada, que possibilitaria a criação de corredores humanitários nos quais a população ucraniana poderia ter uma garantia de que não haveria bombardeios. Entretanto, mesmo em uma ZEA limitada, os membros da OTAN ou os países que a assegurem terão que utilizar de seu próprio poderio bélico, o que pode exigir o abate de aviões russos. Além disso, Putin declarou que qualquer ato de intervenção no conflito será considerado também um ato de guerra contra a Rússia. Outra opção discutida seria a realização de uma operação de paz, a partir das Nações Unidas, para garantir a ZEA e a assistência humanitária. Na última vez em que tentativa semelhante foi buscada, porém, houve grande insucesso: trata-se da guerra na Líbia, que terminou com a decapitação de um presidente e o caos político no país. Uma operação de paz que deveria ter como princípio a imparcialidade, na verdade, tornou-se parte do conflito e o conceito balizador daquela ação, a R2P (Responsabilidade de Proteger), foi enfraquecido perante a comunidade internacional. Desse modo, é compreensível que, mesmo sob os auspícios das Nações Unidas, os garantidores da ZEA correm o mesmo risco de se tornarem parte do conflito. Além disso, a Rússia vetou e continuará vetando qualquer ação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no conflito.

Entre os países da OTAN, somente Eslovênia, Eslováquia e Lituânia já votaram em seus respectivos Congressos a favor da criação de uma ZEA na Ucrânia, mas esse movimento não foi seguido pelos demais membros da Organização. Zelensky continua a tentar persuadir os EUA e as principais lideranças europeias a seguirem o mesmo caminho dos três membros favoráveis à ZEA, o que dificilmente ocorrerá, como já afirmamos.

Atualmente, a Ucrânia está em uma posição muito fragilizada. A tendência, portanto, é que a Ucrânia tenha mais perdas territoriais, adicionais às de 2014, ao final do conflito. Além do envio de armamentos para a Ucrânia e do aprofundamento das sanções econômicas à Rússia, se o interesse das potências ocidentais é realmente salvar vidas, deve ser elevada a pressão sobre a Ucrânia para que aceite essa condição. Caso contrário, a guerra vai permanecer no tempo, talvez por um longo período.

É possível que tanto a Rússia quanto o Ocidente concordem com a manutenção de Zelensky no poder, já que os russos não teriam condições de arcar com os custos de legitimação de um governo imposto na Ucrânia pela forte oposição dos ucranianos. Mesmo que os russos obtenham a consolidação da Criméia como parte de seu território e a independência das regiões de Donbass, deve-se considerar que não serão totalmente vitoriosos.

Em verdade, mesmo diante da possibilidade de acordo, aparentemente ambos os lados sairão da guerra com mais prejuízos do que ganhos. A Rússia terá enviado uma mensagem extremamente forte à OTAN e resguardado sua zona de influência. Por outro lado, sua imagem internacional estará muito fragilizada e suas capacidades econômicas, enfraquecidas. A nação ucraniana, por sua parte, será a principal perdedora do conflito, tanto pelas mortes e a destruição que estão acontecendo, inclusive pela saída em massa e o sofrimento de sua população, quanto pela perda territorial.

Para além de uma análise específica sobre custos e benefícios dos países envolvidos na guerra, há duas reflexões que nos parecem essenciais. Primeiramente, a cobertura midiática sobre o evento tem sido exemplar, mas o fato

de que outros conflitos, ainda mais graves, não têm gerado a mesma atenção, demonstra um racismo que deve ser superado. Vidas importam, independentemente da região do mundo e da cor dos corpos que elas abrigam. Em segundo, nas condições atuais do sistema internacional, nenhuma guerra vale a pena, em especial diante do sofrimento causado. É lastimável que a humanidade continue cometendo erros tão graves quando deveria estar se preocupando com um problema estrutural mais importante, como as mudanças climáticas, e com uma pandemia que ainda não acabou.

A AMAZÔNIA É MULHER!

POR INARA NASCIMENTO

INARA NASCIMENTO TAVARES é pesquisadora indígena do Povo Sateré Mawé, cientista social pela Universidade Federal do Amazonas (2010), mestre em antropologia social pela Universidade Federal do Amazonas (2012). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde indígena, segurança alimentar e nutricional/soberania alimentar e povos indígenas, movimento indígena e políticas públicas indigenistas. Compõe o Grupo de Trabalho (GT) Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). É docente no curso de gestão em saúde coletiva indígena no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima. Atualmente é doutoranda do programa de pós-graduação em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA/ UFRRJ).

“Em julho de 2019, participei de um encontro de professores pesquisadores indígenas na Bolívia. Um parente do Equador, do povo Quéchuá, iniciou sua apresentação afirmando: o mundo andino amazônico é uma mulher. Como estamos cuidando de nossas mulheres? Aquela afirmação me atravessou. E se o lócus de enunciação fosse deslocado para as mulheres indígenas? E se o lugar de uma mulher indígena fosse o lugar pelo qual esse mundo se organizasse?”
(TAVARES, 2019, p. 58)¹

ALINE RIBEIRO

(COLETIVA BANZEIRO FEMINISTA, MANAUS)

A Priscila Serra, militante da Frente de Desencarceramento do Amazonas, ela sempre fala assim: “Aline, na prisão estão todas as lutas!”

Quando ela falou isso, eu me espantei! Eu disse: como assim, que lutas estão lá? Lá estão todas as identidades encarceradas: as mulheres negras, os homens negros, a população indígena, as pessoas com deficiência, as mulheres trans, os homens trans, pessoas LGBTQIA +, pessoas imigrantes. Todas elas estão lá porque nós não somos minoria.

Eles gostam de falar que somos minoria, o povo negro, o povo indígena, mas não, aqui no nosso Amazonas nós não somos minorias. Somos minorizados.

Aqui nós somos minorizados porque a gente não tem representação em nenhum desses espaços de poder e mesmo assim a gente resiste! Então a gente, quando a população minorizada está super-representada lá na prisão, eu quero que a gente comece a pensar enquanto movimento, enquanto união, eu faço parte do coletivo direito. Eu faço parte da Banzeiro Feminista, a gente atua aqui na nossa cidade, em Manaus, há mais ou menos oito, nove anos. E com o advento da pandemia a gente recebeu esse baque: esse baque porque as pessoas ao nosso redor, a nossa comunidade, uma comunidade pobre, a gente faz parte desse recorte de pessoas que precisam de comida.

É assim, desde o governo Bolsonaro, as pessoas precisam muito mais de comida, de todo tipo de comida, precisam de roupa, precisam de tudo, porque a pobreza é a política dele, o empobrecimento da nossa população é a política dele. É assim que ele faz. É assim que ele lucra com a nossa fome, com a nossa dor, com a nossa morte. Mas a gente não vai sucumbir!

E desde que o Bolsonaro pegou o poder para ele, a gente tem enfrentado uma fila de pessoas pedindo comida e a gente começou a se articular por essa luta, pela nossa existência material, porque a gente não pode deixar o nosso povo, não pode a gente ficar dentro de uma roda de conversa falando sobre o sentido do feminismo, enquanto a maioria da nossa população está com fome. Isso é hipocrisia! A nossa luta é racializada. Nós enquanto mulheres negras e as mulheres indígenas, a gente sabe a nossa luta. A nossa luta não tem sentido se nossa família está com fome, se nosso povo está com fome. Então a nossa luta principal do Banzeiro Feminista desde que a pandemia estourou é por alimentação.

Agora, nessa última crise em Manaus, a gente teve que enfrentar o olho do furacão, teve que enfrentar uma coisa extremamente inadmissível, que foi demanda por oxigênio. E isso demonstra qual local que ele (refere-se ao governo Bolsonaro) quer que a gente ocupe, qual o local que ele quer armazenar as mulheres na Amazônia, o local em que ele quer colocar os povos da Amazônia, que é a morte. Porque a gente consegue saber onde tem o quilo de farinha, a gente sabe repartir uma conserva, onde comprar uma cambada de peixe, mas onde é que se compra o oxigênio? Não tem! Isso não se vende na taberna, isso não se compra fiado.

Então a gente vê que a nossa estratégia de sobrevivência tem que ser reinventada a cada minuto, porque a cada minuto que passa eles estão inventando uma forma de tirar a vida da gente. E isso é muito duro, é muito duro! Mas isso também demonstrou o outro lado da nossa força, porque a gente não sucumbe e a gente não desaparece! A gente não se desfaz no ar como eles querem.

PUTIRA SACUENA BARÉ (APYEUFPA), NO DEBATE “A AMAZÔNIA É MULHER!”

Uma vez conversando com Luana Kumaruara sobre os encontros, sobre as palavras feministas, a gente chegou à seguinte conclusão: não existe um feminismo, existem os feminismos, porque um feminismo é muito pequeno para nós.

Talvez a gente consiga arrumar e organizar o feminismo de uma outra forma, ele é muito pequenininho para representar 305 etnias, onde existem muitas mulheres, muitas mulheres empoderadas, protagonistas e que têm suas autonomias.

Mas tem uma coisa que é interessante, que uma das nossas mulheres mais velhas falou nesse sentido: vocês querem que a gente faça um encontro de mulheres. Mas cadê os homens? Porque onde os homens estão, nós estamos do lado. Por que os homens não podem ouvir e aprender com nós? É só nós podemos aprender com os homens? E aí foi que a gente começou a entender que a palavra feminismo não cabia. Talvez não caiba, vai depender da etnia, mas para nós não cabia naquele momento de discussão. Então é pensar na questão de que nós, indígenas mulheres, hoje em vários locais de ocupação, como uma luta de lados, uma luta ao lado. Ou seja, sempre estivemos do lado, nós nunca estivemos atrás.

Talvez esse processo colonizador tenha muitas vezes nos colocado atrás, mas a gente sempre esteve do lado (refere-se a luta ao lado dos homens) ou muitas das vezes nós sempre estivemos à frente, porque tem culturas de povos que os homens vão para suas reuniões com tudo decidido em casa e que as mulheres já tomaram sua decisão.

Uma coisa interessante que eu digo para as pessoas que mesmo eu sendo de outro povo, eu consigo identificar aquele gesto de Tuíra Kayapó, talvez nunca

ninguém tenha interpretado dessa forma a reação dela naquele momento, mas pela cultura, pela cultura Kayapó, as mulheres ficavam de fora e os homens dentro da casa, no espaço de decisão. Eu já estive lá presente. E quando você vê os homens lutando e não falando o que deveria ser falado, vem uma mulher vem lá de trás com um facão e passa pelos homens, isso representa o quanto nós sempre participamos das decisões. E quando as decisões não são respeitadas, estamos dispostas a lutar.

Eu acho que é aí que entra a situação, de que nós indígenas, mulheres, estamos sim presentes em todos os enfrentamentos juntos, não só na covid-19, como profissionais de saúde, mas também como lideranças, como pajés, como erveiras, como parteiras, xamãs. Então nós sempre estivemos ali, estamos ali, e com certeza, mais do que nunca, vamos continuar sendo e apoiando a Amazônia, as Amazônias, com todos seus olhares, com todos os seus povos, enquanto mulheres.

Eu acredito em trazer essa experiência do que é a saúde, a gente tem que falar de nossos territórios, a gente tem que falar das mulheres. Porque eu sempre digo, quando as pessoas me convidam para falar de saúde, eu pergunto: eu vou falar do que é saúde para mim ou falar das doenças de vocês? Porque sou profissional de saúde, eu posso falar da doença de vocês. Mas eu posso falar o que é saúde para mim, porque se eu falar de saúde para mim, para o meu povo, no caso eu vou querer meu território sem ser invadido, eu vou querer que a educação aconteça no meu território, porque sem território eu não tenho educação, eu não tenho saúde.

Então, eu acho que existem diferenças de a gente discutir o que é o enfrentamento da Covid 19 no momento mais difícil. Ailton Krenak acaba de escrever uma coisa muito interessante sobre o capitalismo nesse momento em que ele precisa cometer ou ele já vinha cometendo o maior genocídio, o maior extermínio dos povos. Ele já vem fazendo isso há algum tempo, desde o processo colonizador, mas ele nunca tinha tido a cara mostrada como ele está agora. Então, falar de saúde é falar da nossa cultura e falar do que é o bem viver para nós. Mas falar

E dizer que precisamos mais do que nunca nos acolher. Precisamos mais do que nunca ter sororidade umas com as outras e, principalmente, eu digo que não é só não soltar a mão de ninguém, mas é nos abraçar mais do que nunca, mesmo que seja virtualmente. Eu acho que é isso!

MÁRCIA MURA (LIDERANÇA DO COLETIVO MURA E INSTITUTO MADEIRA VIVO, DE RONDÔNIA)

Eu vejo que nós mulheres indígenas que estão no contexto urbano, que a gente está apoiando umas às outras, né? Uma das coisas que têm afetado bastante as mulheres indígenas que estão no contexto urbano é a saúde mental e emocional, né? Então, quando a gente vê que uma tá caindo, a gente vai lá, dá um jeito de dar uma força para elas, né? É fazer levantar para a gente não deixar nenhuma cair. Isso tem acontecido aqui em Porto Velho, onde uma apoia a outra. A gente faz trocas de alimentos tradicionais, a gente faz troca de medicina tradicional, a gente faz troca de palavras, de fortalecimento e é isso que temos mantido firmes, justamente nessas trocas.

E dentro do espaço ribeirinho essas trocas também acontecem. Eu sou indígena, sou Mura² e vivo num contexto ribeirinho, não vivo numa aldeia. E lá essa questão das trocas também é muito forte, de fazer essas trocas de alimentos, essa troca de cuidado umas das outras. Isso está presente em todos os contextos, tanto o contexto de aldeia como o contexto de espaço ribeirinho, contexto de espaço urbano e contexto de reserva extrativista.

É de muita importância fazer essas trocas e também a questão do fortalecimento político. Agora mesmo com essa questão da não aceitação da vacina para os indígenas que vivem em contexto não aldeados, as mulheres aqui de Rondônia, principalmente de Porto Velho, nós conversamos entre nós e a gente elaborou um documento juntas. A gente fez questão de saber quais as etnias que vivem em contexto urbano e contexto ribeirinho, em contexto de retomada, em contexto extrativista, para que a gente pudesse citar todas as etnias para ninguém ficar

de fora. Então, uma das mulheres que temos como referência de articulação aqui no contexto de retomada e urbano é a Rosa *Guarasugwe*, uma jovem mulher que tem uma filha pequena e um bebê, é estudante de ciências sociais e direito. A grande luta dela com a formação em direito é para lutar pelo povo *Guarasugwe*,³ *que é um povo de retomada, ainda bastante excluído das demandas indígenas, assim como nós, Mura, aqui em Porto Velho.*

Nós estamos interligadas umas com as outras, mulheres indígenas do estado de Rondônia, e no nosso caso Mura, nós estamos interligadas com as mulheres de Rondônia de diferentes etnias, nós estamos interligadas com as mulheres Mura aldeadas do estado do Amazonas e as mulheres morando em contexto de aldeia urbana e de contexto urbano de Manaus e outros núcleos urbanos no estado do Amazonas.

RENATA PEIXE-BOI

(REDE MANIVA, SLOW FOOD MANAUS)

Antes de relatar um pouco da experiência que a gente atravessou aqui durante a pandemia apoiando a agricultura familiar orgânica no estado do Amazonas, é muito importante a gente iniciar lembrando que tudo isso parte também de uma desigualdade extrema a qual o Norte do país é submetido e isso vai se revelar também na forma como a gente vem enfrentando a pandemia e como isso vem nos afetando também. E é sabido o esforço dos camponeses, dos povos indígenas, da população negra e outras populações também vulneráveis, extremamente impactadas de forma mais forte num momento como esse que vivemos.

A Rede Maniva de Agroecologia já existe há mais de dez anos aqui na cidade de Manaus e apoia os agricultores na produção orgânica. É importante lembrar que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Cada brasileiro consome, em média, por ano, cerca de sete litros de veneno que vem dentro da sua alimentação. Então, falar da produção orgânica é falar também de sustentar

que a gente acredita. A gente busca uma produção que além de ser economicamente viável, precisa ser uma atividade que sustente os agricultores, mas que também não gere impactos sobre a natureza, de maneira que a gente não venha a degradar esse ambiente, que ele sirva para as próximas vidas.

Então, é muito importante a gente pensar que alimento é fundamental. A pandemia nos trouxe essa questão muito mais próxima. O quanto alimento é importante em nossa vida, e toda nossa corrida em nossos coletivos para garantir que o alimento chegue nas mais diversas comunidades e em situações de extrema vulnerabilidade aqui na nossa cidade. E entre elas se destacaram aí muitas comunidades indígenas em contexto urbano, que se tornaram conhecidas pela sociedade nesse momento, por serem coletivos mais organizados.

A gente começa a costurar o trabalho da nossa rede. Então o que aconteceu? A gente está numa frente nesse momento, através de campanhas para garantir que a produção orgânica seja mantida. Durante esse período, a feira foi fechada. Então, esse trabalho de dez anos está sendo ameaçado por conta de não ter comercialização. É muito importante que os agricultores tenham a sua renda garantida, uma vez que essa desigualdade social passa diretamente pelo campo e o campo é o lugar de onde vem a nossa alimentação.

Eu acredito que para nós, enquanto comensais, enquanto pessoas que não produzem seu próprio alimento, precisamos nos preocupar com essa questão, com a qualidade do alimento que está sendo produzido, de onde vem e quem é que produz essa comida e como vivem essas pessoas que produzem aquilo que a gente come. Então, é muito importante que a gente pense em toda essa rede que apoie esses sistemas que são de base, que vem dessa agricultura familiar que é originária aqui dos nossos territórios, que é a agricultura que traz também as frutas da época, que traz todo esse alimento que tem a cara da nossa região: a farinha, o tucupi, a goma de mandioca, o de macaxeira também. Umari, agora está na época de umari, está no final da safra do rambutã, que não é uma fruta nativa daqui da nossa região, mas a gente já incorporou na nossa dieta, está agora na época do biriba. E nesse momento, sem feira, toda essa produção estaria sendo perdida no campo.

Então a gente está com as campanhas apoiando aí, juntando esforços para apoiar os agricultores, para que essa produção continue chegando aqui na cidade, porque foi um alimento produzido com toda essa responsabilidade social e ambiental. E nós estamos aqui. Então, nesse momento, com a campanha **Alimenta Manaus** e com a chef Teresa Corção, do Rio de Janeiro, que está nos apoiando, o Instituto Maniva, tem também o Puxirum do Bem Viver, ao qual eu faço parte, que desde o primeiro momento da pandemia vem apoiando esses agricultores comprando essa produção e disponibilizando para comunidades daqui da cidade que estão precisando desses alimentos.

Além do pessoal receber a cesta básica, poder receber alimento fresco de qualidade, alimento saudável, alimentos também que garantem a fluidez dessa nossa cultura que precisa ser mantida. Então é muito importante a gente pensar em adquirir esses alimentos da produção local porque isso garante também o nosso modo de vida amazônico.

Então a gente tem sido parceira da AMISM, da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, com quem a gente vem estreitando diálogos e também fortalecendo essa luta das mulheres pela dignidade de vida aqui na cidade, pela visibilidade das populações indígenas em contexto urbano. Também apoiando a luta da Vanda Ortega, que é uma mulher que tem trazido essa voz dos povos indígenas e através da luta pela saúde e pela educação, quando eu me refiro à Vanda estou falando do povo Witoto, das famílias que estão lá no Parque das Tribos. Então essas e outras comunidades vêm sendo assistidas por toda essa rede, que é costurada junto da Rede Maniva, de parceiros que abraçam a agricultura orgânica, que são esses parceiros que estão captando recursos para comprar a produção.

A gente está apoiando os agricultores para continuarem produzindo durante esse período de isolamento, para que continuem no campo resguardados, para que tenham sua saúde protegida, para que, assim que a gente tenha um cenário mais tranquilo, a nossa feira possa ser restabelecida, porque a gente também gosta muito da nossa feira. É um espaço de troca bem importante, onde se constroem muitos

TELMA TAUREPANG (UNIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – UMIAB)

Até quando? Até quando iremos resistir? Até quando iremos lutar contra o sistema?

Esse sistema que oprime povos indígenas não é de hoje. Estamos aí há mais de quinhentos anos lutando para sobreviver em um sistema corrupto, um sistema genocida, um sistema que oprime cada vez mais.

E digo assim para vocês, para cada uma de vocês que estão nos ouvindo: até quando nós iremos lutar? Até quando nós iremos resistir? Um dia eu já fui semente, hoje eu sou raiz, são 48 anos vivendo e vendo esse sistema que oprime.

E digo a vocês assim, essa nomenclatura que usaram: “indígena de contexto urbano”, indígenas nunca foram urbanos, o sistema foi que chegou e fez os nossos territórios virarem urbano.

A antropologia nos traz uma visão, li alguns artigos e vejo isso bem presente também a própria discriminação com os povos indígenas, é difícil? É muito difícil você ser indígena, além de ser indígena, você é mulher. Constantemente ter que mostrar para a sociedade que você é capaz, você tem que ir para dentro de uma universidade para ter um canudo para mostrar a sua capacidade. Muitos de nós indígenas temos esse conhecimento da nossa ancestralidade, esse conhecimento da vivência com a nossa própria terra-mãe, que a cada dia ela é fragilizada, a cada dia ela sofre vários impactos e a maioria ou todos os impactos foram causados pelo homem, pela sua ganância.

E aí eu digo a vocês: Como nós estamos nos cuidando de nós? Mulheres brancas, negras e indígenas, quem vai cuidar de nós? Quem está cuidando de nós?

MERLANE MIKURE T UWIMPO TIRIYÓ (ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO AMAPÁ- AMA/AMB)

Sobre a pandemia, foi tudo muito rápido, porque a gente nem imaginava, né? Acho que o mundo nem imaginava que isso poderia acontecer.

Então eu vou falar primeiro enquanto indígena, como foi essa experiência vivida aqui dentro da cidade. Nós passamos muitas dificuldades, até porque a gente enquanto mulher indígena, estudante e desempregada, porque tem muitas mulheres indígenas que moram no contexto urbano. Elas não trabalham, elas fazem artesanato, elas sobrevivem com artesanatos.

Essa venda de artesanatos, elas não têm emprego fixo. Então, quando começou a pandemia, essas vendas não foram pra frente. Elas pararam de produzir. E também, assim como a outra companheira falou, afetou tanto o psicológico dessas mulheres, tanto afetivo e emocional. Porque nós, indígenas, sabemos que quando não estamos no nosso território, a gente não sabe viver no quadrado de uma casa, como a gente diz aqui no estado do Amapá, é como se vivêssemos na gaiola. Mesmo com tudo isso, nós da Articulação de Mulheres do Amapá, a gente articulou com a vaquinha para conseguir cestas básicas e também para poder ajudar essas mulheres indígenas, negras, quilombolas e ribeirinhas e a gente conseguiu 3.300 reais com essa vaquinha e ajudou muitas, muitas companheiras indígenas, quilombolas. Então isso foi muito gratificante. Eu só tenho que agradecer as meninas que nos ajudam muito a gente dos outros estados.

NOTA EDITORIAL: A acadêmica e pesquisadora indígena Inara Nascimento fez a curadoria e a mediação do encontro virtual do Instituto Diplomacia para Democracia, em março de 2021, reunindo outras seis mulheres indígenas do território amazônico.

NOTAS

- 1 Provocação mobilizadora do encontro “A Amazônia é mulher”, publicada no texto de minha autoria “Reflexões sobre o debate pós-colonial desde percepções de si”, capítulo da coletânea Vivências diversas: Uma coletânea de indígenas mulheres, organização de Brulina Baniwa, Jozileia Kaingang e Lucinha Tremembé. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2020.
- 2 “Os Mura ocupam vastas áreas no complexo hídrico dos rios Madeira, Amazonas e Purus”. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura>. Acesso em: maio 2022.
- 3 PROJETO Memórias Indígenas. Disponível em: <https://projetomemoriasindigenasro.unir.br/galeria/exibir/1398>. Acesso em: jun. 2022.

ANEXO: ACESSE OS TEXTOS ORIGINAIS

Através dos links abaixo, você pode acessar os artigos originais disponibilizados na internet.

A AMAZÔNIA é mulher! Como estamos cuidando de nossas mulheres? | Programa Renascença. Canal *Diplomacia para Democracia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lbFBpvjXCyk>. Acesso em: maio 2022.

A DIPLOMACIA deve “saber se renovar”. *UOL*, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/11/18/a-diplomacia-deve-saber-se-renovar.htm>. Acesso em: mar. 2022.

A QUEM serve a diplomacia presidencial de Bolsonaro? *UOL*, 7 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/10/07/a-quem-serve-a-diplomacia-presidencial-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: mar. 2022.

A POLÍTICA externa de Bolsonaro sob o signo do negacionismo. *UOL*, 15 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/09/15/politica-externa-bolsonaro.htm>. Acesso em: abr. 2022.

A ZONA de exclusão aérea e os rumos do conflito na Ucrânia. *UOL*, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/04/21/a-zona-de-exclusao-aerea-e-os-rumos-do-conflito-na-ucrania.htm>. Acesso em: maio 2022.

ANÁLISE: A América do Sul ainda importa para a política externa brasileira? *UOL*, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/12/09/analise-a-america-do-sul-ainda-importa-para-a-politica-externa-brasileira.htm>. Acesso em: mar. 2022.

- ANÁLISE: Existe eleição em SP com pandemia. E como vai a desinformação? *UOL*, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/01/11/analise-existe-eleicao-em-sp-com-pandemia-e-como-vai-a-desinformacao.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- BRASIL exposto na OEA: indígenas e direitos humanos em Mato Grosso do Sul. *UOL*, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/04/09/relatorio-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- BRASIL-ESTADOS Unidos: o que seria uma boa política externa brasileira? *UOL*, 3 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/01/03/brasil-estados-unidos-o-que-seria-uma-bo-politica-externa-brasileira.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- CASO Moise: ‘País acolhedor’ para quem? *UOL*, 1º abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/04/01/caso-moise-pais-acolhedor-para-quem.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- CLIMA, justiça e desenvolvimento: quais escolhas devem guiar o Brasil. *UOL*, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/04/20/clima-justica-e-desenvolvimento-quais-escolhas-devem-guiar-o-brasil.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- COMO a COP26 se relaciona com a geopolítica da Amazônia. *UOL*, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/01/12/como-a-cop26-se-relaciona-com-a-geopolitica-da-amazonia.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- COMO a culinária pode ajudar a reconstruir a política externa brasileira? *UOL*, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/02/02/como-a-culinaria-pode-ajudar-a-reconstruir-a-politica-externa-brasileira.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- COMO o Brasil deve agir diante de disputas hegemônicas na América Latina? *UOL*, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/03/29/como-o-brasil-deve-agir-diante-de-disputas-hegemonicas-na-america-latina.htm>. Acesso em: abr. 2022.
- COMO o Brasil deve se posicionar diante das disputas entre China e EUA? *UOL*, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/06/09/como-o-brasil-deve-se-posicionar-diante-das-disputas-entre-china-e-eua.htm>. Acesso em: mar. 2022.

- COMO se move a integração latino-americana? *UOL*, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/02/23/como-se-move-a-integracao-latino-americana.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- COOPERAÇÃO Brasil-África deve buscar paz e prosperidade. *UOL*, 19 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/10/19/cooperacao-brasil-africa-deve-buscar-paz-e-prosperidade.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- DE QUE maneira o feminismo tornou-se inimigo da sociedade? *UOL*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/11/20/de-que-maneira-o-feminismo-tornou-se-inimigo-da-sociedade.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- DESCRIMINALIZAR mulheres é questão de vida — as lições da Argentina. *UOL*, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/02/08/descriminalizar-mulheres-e-questao-de-vida-as-lico-es-da-argentina.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- ELIMINAR a miséria e a fome é imperativo moral e constitucional brasileiro. *UOL*, 28 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/10/28/eliminar-a-miseria-e-a-fome-e-imperativo-moral-e-constitucional-brasileiro.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- HÁ ESPAÇO para um paradigma feminista na política externa brasileira? *UOL*, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/07/13/ha-espaco-para-um-paradigma-feminista-na-politica-externa-brasileira.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- HÁ MOTIVOS para esperanças? *UOL*, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/04/05/ha-motivos-para-esperancas.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- MODERAÇÃO “pra inglês ver”: Carlos França à frente do Itamaraty. *UOL*, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/12/29/moderacao-pra-ingles-ver-carlos-franca-a-frente-do-itamaraty.htm>. Acesso em: mar. 2022.

- NACIONALISMO, subdesenvolvimento e relações internacionais. *UOL*, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/06/28/nacionalismo-subdesenvolvimento-e-relacoes-internacionais.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- NEM desalentados, nem rebeldes: a busca por uma diplomacia pós-Bolsonaro. *UOL*, 24 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/09/24/nem-desalentados-nem-rebeldes-a-busca-por-uma-diplomacia-pos-bolsonaro.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- O BRASIL na vanguarda do atraso. *UOL*, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/04/15/o-brasil-na-vanguarda-do-atraso.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- O DIREITO deve ser condutor de ações internas e internacionais da República. *UOL*, 10 nov. 202. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/11/10/o-direito-deve-ser-condutor-de-acoes-internas-e-internacionais-da-republica.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- O ITAMARATY precisa voltar para o século 21. *UOL*, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/12/03/o-itamaraty-precisa-voltar-para-o-seculo-21.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- O QUE esperar da diplomacia para o século 21? *UOL*, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/07/21/o-que-esperar-da-diplomacia-para-o-seculo-21.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- OPINIÃO: A desintegração regional interessa ao Brasil? *UOL*, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/12/17/opinio-a-desintegracao-regional-interessa-ao-brasil.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- PAZ e política externa: é possível vislumbrar paz em meio à violência? *UOL*, 18 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/09/18/paz-e-politica-externa-e-possivel-vislumbrar-paz-em-meio-a-violencia.htm>. Acesso em: abr. 2022.

- PROGRESSO de cooperação internacional deve ser pragmático e responsável. *UOL*, 8 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/10/08/progresso-de-cooperacao-internacional-deve-ser-pragmatico-e-responsavel.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- QUAIS narrativas aproximam a CPI da Covid da Comissão Nacional da Verdade? *UOL*, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/01/13/quais-narrativas-aproximam-a-cpi-da-covid-da-comissao-nacional-da-verdade.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- QUAL deve ser a relação entre capital estrangeiro e projeto nacional? *UOL*, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/02/26/qual-deve-ser-a-relacao-entre-capital-estrangeiro-e-projeto-nacional.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- QUAL o papel da diplomacia dos povos na América Latina? *UOL*, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/04/18/qual-o-papel-da-diplomacia-dos-povos-na-america-latina.htm#:~:text=A%20diplomacia%20dos%20povos%20%C3%A9,diplomacia%20e%20da%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional>. Acesso em: abr. 2022.
- QUE tipo de democracia não protege os filhos negros? *UOL*, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2022/04/07/que-tipo-de-democracia-nao-protecte-os-filhos-negros.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: abr. 2022.
- QUEM representa a diplomacia brasileira? *UOL*, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/07/26/quem-representa-a-diplomacia-brasileira.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- REALIDADES paralelas em Glasgow. *UOL*, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/11/17/realidades-paralelas-em-glasgow.htm>. Acesso em: mar. 2022.
- RENASCENÇA: construindo uma política externa pós-Bolsonaro. *UOL*, 11 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2020/09/11/renascenca-construindo-uma-politica-externa-pos-bolsonaro.htm>. Acesso em: mar. 2022.

“SAWABONA” quer dizer: “Eu te respeito, eu te valorizo”. *UOL*, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/01/19/sawabona-quer-dizer-eu-te-respeito-eu-te-valorizo.htm>. Acesso em: mar. 2022.

SE QUERES a paz, prepara-te para a paz. *UOL*, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/03/11/se-quieres-a-paz-prepara-te-para-a-paz.htm>. Acesso em: mar. 2022.

SOBRE o Brasil, as Nações Unidas e o multilateralismo. *UOL*, 28 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/09/28/sobre-o-brasil-as-nacoes-unidas-e-o-multilateralismo.htm>. Acesso em: mar. 2022.

Este material foi produzido em Minion Pro e Bodoni para o Instituto Diplomacia para Democracia em julho de 2022.

*“A terra tão rica
e – ó almas inertes! –
o povo tão pobre...
Ninguém que proteste! (...)”*

A poesia de Cecília Meireles abre esta obra coletiva, resultado de coluna mantida em parceria entre o Instituto Diplomacia para Democracia e o UOL. Os textos aqui reunidos foram publicados no portal entre setembro de 2020 e abril de 2022 e fizeram parte de debates promovidos no período. Tempos sombrios, tempos de destruição, de tristeza, vergonha e desalento.

Uma democracia substantiva, que se expresse política, econômica e socialmente, como busca a Constituição de 1988, se fundamenta na soberania e na cidadania, tendo como objetivo melhorar a vida das pessoas. A diplomacia deve se reger por princípios como a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a defesa da paz e a integração latino-americana. Este livro registra contribuições, denúncias e desejos de um futuro mais digno para o Brasil.



ISBN 978-65-997871-0-2



9 786599 787102